UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

IAMARA DE ALMEIDA NEPOMUCENO

Guerra de Massangano: Luísa do Goengue e o Bonga - interações sociais e poder
feminino no vale do Zambeze (1867-1889)

Versão Corrigida

São Paulo
2019

IAMARA DE ALMEIDA NEPOMUCENO

Guerra de Massangano: Luísa do Goengue e o Bonga - interações sociais e poder feminino no vale do Zambeze (1867-1889).

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em História.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Cortez Wissenbach

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total e parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

N441g Nepomuceno, Iamara de Almeida
Guerra de Massangano: Luísa do Goengue e o Bonga -
interações sociais e poder feminino no vale do
Zambeze (1867-1889) / Iamara de Almeida Nepomuceno ;
orientadora Maria Cristina Cortez Wissenbach. - São
Paulo, 2019.
193 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. África Oriental. 2. Moçambique. 3. Donas da
Zambézia - Séc 19. 4. Massangano. 5. Luísa do
Goengue. I. Wissenbach, Maria Cristina Cortez,
orient. II. Título.

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): IAMARA DE ALMEIDA NEPOMUCENO

Data da defesa: 07/10/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): MARIA CRISTINA CORTEZ
WISSENBACH

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 09/12/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

NEPOMUCENO, Iamara de Almeida. **Guerra de Massangano: Luísa do Goengue e o Bonga - interações sociais e poder feminino no vale do Zambeze (1867-1889).** Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestra em História.

Aprovado em: 07 de outubro de 2019.

Banca Examinadora

Prof. Dr^a. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr^a. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr^a. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Aos meus pais, Isaurita e Orlando e aos meus irmãos Odirlei, Itamar e Tadeu por todo amor e incentivo que sempre me impulsionou mantendo minha cabeça em pé! Ao meu companheiro Evandro pela cumplicidade, carinho e o apoio cotidiano. À memória de Marcela Santos, amiga e irmã, que acompanhou-me o quanto pode.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Prof^a Dr^a Maria Cristina Cortez Wissenbach, por me abrir os horizontes apaixonantes da História da África, com suas aulas vibrantes e instigantes e, por todo o conhecimento proporcionado; certamente foi por meio destas aulas que obtive a verdadeira inspiração para iniciar os estudos sobre Moçambique. E, assim permaneço inspirada! Muito obrigada pela confiança e por toda sabedoria compartilhada em todos os encontros de orientação, e nos eventos acadêmicos.

À professora Dr^a. Juliana de Paiva Magalhães e à professora Dr^a. Ivana Pansera Muscalu, agradeço imensamente pelas leituras atentas e generosas na qualificação deste trabalho. Pela atenção disponibilizada em todos os momentos desde o início desta pesquisa, pelo compartilhamento de bibliografias importantes e informações valiosas, por acreditarem e me apoiarem neste trabalho, muito obrigada!

À professora Dr^a. Leila Hernandez, agradeço com profunda admiração, por todas as oportunidades de aprendizado e diálogos durante o curso. A história da África, por ela apresentada é fascinante e politizada, desta maneira me impulsionou a querer conhecer cada vez mais seus meandros e urdiduras.

Às professoras Dr^a. Tânia Macedo, Dr^a. Marta Sallum (Lisy) e professores Dr. Mário Lugarinho com quem aprendi e discuti assuntos sobre África, na literatura, na arte, abrindo desta forma um leque multidisciplinar; as teorias e metodologias apresentadas colaboraram para a reflexão sobre as populações africanas. Ao professor Dr. Júlio César M. de Oliveira, agradeço por apresentar de forma muito comprometida e profunda, outros rumos teórico-metodológicos, com a discussão sobre a História dos Boatos; este curso foi determinante para refletir sobre este trabalho.

À professora Dr^a. Tereza Cruz que ofereceu um curso especial sobre Moçambique, quando aprendi muito, principalmente a perceber que os contextos moçambicanos são compostos de rupturas e permanências. Sendo ela própria uma memória viva da história moçambicana; agradeço por me deixar mais perto de Moçambique e de sua História.

À professora Dr^a. Inês Macamo Raimundo, que ministrou um curso rápido, porém denso sobre os deslocamentos populacionais moçambicanos. Agradeço por mostrar que as migrações acontecem apesar dos muros e que as pessoas rompem-nos das mais diferentes formas. E agradeço a professora Dr^a. Zilda Iloko, que abriu o espaço do DIVERSITAS para fomentar a vinda da professora Inês e proporcionar este espaço importante de discussão sobre Direitos Humanos. À professora Dr^a. Solange Macamo, pela generosidade, pois me

enviou de Moçambique seu trabalho, além de se dispor a me auxiliar no que precisasse, agradeço pelo apoio.

Ao professor Dr. Edward Alpers, por ouvir com atenção as propostas deste trabalho e por balizar perspectivas historiográficas que pudessem dialogar com o tema, mesmo com a barreira do idioma, seus valiosos conselhos estão incorporados nos textos que escrevi.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pela oportunidade de realização do curso. As Ciências Humanas sobreviverão, seguindo com a divulgação e produção de conhecimento humano.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP agradeço pelo apoio institucional, pela concessão de bolsa como forma de incentivo e apoio educacional ao servidor público federal.

Aos servidores das bibliotecas que nos fornecem conhecimento de forma sistematizada, por isso acessível, inclusive por meios virtuais: servidoras e servidores da Biblioteca Florestan Fernandes, muito abrigada! Agradeço aos servidores e servidoras Hemeroteca Digital de Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Nacional da França, IEB, IICT.

À professora e amiga querida Márcia Cristina Pacito, agradeço por compartilhar desde o início a apaixonante aventura que é estudar África. Obrigada pelos conhecimentos compartilhados, pela generosidade e amizade. Suas leituras e conselhos foram essenciais durante todo o processo de produção desta pesquisa. Obrigada pelas deliciosas conversas, pelo apoio e carinho!

Ao Thiago Folador, amigo com quem compartilhei o contexto de orientação, diversas aulas do curso da Pós-Graduação, apresentações de trabalhos, atividades culturais, venturas e desventuras de se fazer um mestrado. Obrigada pela solidariedade e amizade, além do apoio e disposição.

Aos amigos Diego e Ana Arias e seus lindos filhos, obrigada pela amizade duradoura, pelo apoio, pela solidariedade intelectual e pelos bons momentos e debates acalorados sobre tudo, que possamos sempre compartilhar esses momentos.

Aos amigos Vagner, Estephânia, Samanta, Sidnei, que tocam os tambores do Sarau da Brasa, fonte de ancestralidade e de coragem para a luta diária periférica da juventude negra da Brasilândia. Vocês são o respiro poético que arejam os dias mais difíceis e mais bonitos. Obrigada pela poesia que encanta e critica.

Aos amigos professores e professoras do IFSP: André Luigi, Marjana Vedovatto, Ofélia Marcondes, Júlio César Meron, agradeço pela amizade e apoio. Agradeço ao professor Rubens de Sá pelo apoio com tradução textual em Inglês.

Aos amigos Janaína Waschinsky, Elaine Costardi, Juliana Aragi, João Pereira, Jucinara Melo, Herbert Ribeiro, Renato Carriel, Lucas Marçola, Ítalo Thiago, Thaís Fantin (Thaísa), Fábio Cardoso e Thiago Bonaldo, por todos os momentos mais leves que vocês deram à minha nova jornada no IFSP, ela se tornou valiosa e acolhedora. Obrigada pela amizade e pelo apoio, por quererem sempre proporcionar o melhor das pessoas, pelas educadoras e educadores inspiradores que vocês são. E também à Carla, Heleni e Jândela, Amanda, Juliano, Tamires, Talita, Sônia e demais amigos e colegas de trabalho do IFSP pelo apoio e torcida, muito obrigada.

À Karine Aleixo Bourke, agradeço pela amizade apoio de sempre, com muito carinho em tudo que faz, prova viva de que a distância não é desculpa para findar uma amizade. Sinto muito orgulho em ter uma amiga incansável como você! “Sua tarefa é caminhar!”

À memória de Marcela Kleiciane dos Santos, amiga querida e irmã que a vida me deu; acompanhou-me durante essa importante fase da minha vida, fez questão de assistir à minha qualificação. Manifesto aqui essa homenagem saudosa e carinho em forma de agradecimento.

À memória de meus avós, Sidelcino, Matilde que me ensinaram a amar cada vez mais a minha negritude, minha ancestralidade. Sempre amorosos e acolhedores me proporcionaram o melhor em vida.

Ao meu avô Alberto, exímio contador de história, homem sertanejo, que me ensinou a amar ouvir histórias das vidas dos outros. Uma história bem contada é aquela que encanta e faz viver o outro em você, pela imaginação. À memória de minha avó Alvina que não conheci, mas que tenho carinho profundo através das memórias contadas por minha mãe.

Às minhas tias, Helena, Catarina, Joselita, Maria Nise, Elenita, Terezinha, Valdira, Girlene, Maria José, aos meus tios, Francisco, José, João, Silvio, Caetano, Antônio, Valdomiro; aos meus sobrinhos e sobrinhas Kauane, Malcom, Aisha, Geovanna, Giulia, Sofia, Lorena e Kamau, às minhas cunhadas Isaíra (à memória), Clarice, Camila Afonso e Camila Cristina, minhas primas Ivone, Ieda e Cristina, minha afilhada Franciele e afilhado Thiago e a todos os membros desta família alargada que não mencionei aqui, agradeço por ser a minha família, e que amo tanto.

À minha família: meus pais Isaurita e Orlando, irmãos Odirlei, Itamar e Tadeu por serem meu suporte nesta vida. Sempre me impulsionaram a seguir em frente e acreditaram muito em mim, obrigada pela dedicação, compreensão nos diversos momentos em que não estive presente. Amo vocês incondicionalmente!

Agradeço a todas as mulheres negras, e não negras que vieram antes e lutaram bravamente contra todas as formas de opressão. Sem dúvidas, meus caminhos encontraram com os delas e seguiremos lutando!

Ao meu companheiro Evandro, pela sólida amizade, companheirismo e amor construídos. A vida com você fica mais bonita, inteligente e amorosa. Obrigada pelos muitos diálogos intelectuais, conceituais e propositivos, o amadurecimento que percebo em mim, vem desses bons momentos.

“A escrita por mãos negras, sejam elas de ficção ou não ficção são o nosso guia de caminhada e cura, a lanterna que ilumina o nosso desconhecido destino, abre caminhos e espalha conhecimento e compreensão de nosso lugar no mundo, do que foi e ainda pode ser a nossa jornada se estivermos prontos para ela e dispostxs a deixar o cativeiro sem muros da ignorância quanto ao nosso lugar no mundo, nosso estado zumbi ou marionete de uma força estranha, apenas rótulos diferentes para uma mesma prisão.

Nossas narrativas negras não são um lugar vazio de propósito, elas se apresentam ávidas por nos contar inúmeras verdades sobre nossa força e presença no mundo. Sendo assim, estudos, artigos, biografias ou mundos imaginários devem ser encaradas como o nosso – Elixir da Liberdade – capaz de mudar o nosso corpo e nossa alma, dando-lhes um novo espelhamento, um com o qual nos reconhecemos e sentimos acolhidos, e não importa se vivemos em Cabo Verde, Uganda, Brasil, Chile, Suécia ou Canadá, precisamos reencontrar a nossa jornada e voz ancestral perdida.”

(ERNESTO, Luciene Marcelino, 2018).

RESUMO

NEPOMUCENO, Iamara de Almeida. **Guerra de Massangano: Luísa do Goengue e o Bonga - interações sociais e poder feminino no vale do Zambeze (1867-1889)**. 2019. 193f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Na segunda metade do século XIX, a família Cruz, de origem afroportuguesa, com acesso a vastos territórios de terra, denominados prazos, foi um dos grandes empecilhos para a efetivação colonial portuguesa na região de Moçambique (atual). Neste sentido, para nossa análise histórica, estabelecemos como recorte espaço-temporal o início da guerra ao Bonga, senhor do prazo de Massangano e, por fim, o período da prisão, em 1889, de sua irmã Dona Luísa do prazo do Goengue, acusada de traição pelo governador geral de Moçambique, o Augusto de Castilho. Para estabelecer a discussão sobre o Bonga, Luísa e a guerra, utilizamos como fonte os relatórios de guerra, ofícios, cartas, notícias de jornais e ainda, os relatos produzidos por viajantes que participaram da expedição luso-francesa comandada pelo oficial militar português Joaquim Carlos Paiva de Andrada durante sua viagem ao vale do Zambeze. Esta expedição mineralógica percorreu os territórios dos prazos partindo de Quelimane indo ao caminho de Tete até o Zumbo, entre os anos de 1881 e 1882 e, passando alguns nos prazos de Massangano e Goengue. Acompanharam esta expedição 12 especialistas com o objetivo de fazer a prospecção do solo e encontrar depósito de minerais, especialmente, jazidas de carvão, ouro e prata. Por intermédio de concepções e métodos advindos de uma produção recente da História Social, da História das mulheres e do movimento feminista africano, abordamos as relações de poder manifestadas pela família Cruz, e demonstramos que vários de seus membros reivindicaram a soberania política dentro de seus prazos, outros se declararam antiportugueses opondo-se a qualquer tipo de ingerência lusitana. Diante disto, nos interessou observar as múltiplas formas de fazer política, hierarquias sociais, relações de parentesco e a atuação de Dona Luísa do Goengue. Além disso, ao refletirmos sobre o papel social exercido por esta mulher, discutimos os estereótipos e mitos construídos como representativos de sua personalidade, procuramos ir além das ambiguidades atribuídas a ela e, problematizar seu lugar social no quadro sociopolítico da Zambézia.

PALAVRAS-CHAVE: História da África. Moçambique. Relatos de Viagem. História das mulheres africanas. Donas da Zambézia.

ABSTRACT

NEPOMUCENO, Iamara de Almeida. **Massangano War: Luísa do Goengue and the Bonga - social interactions and female power in the Zambeze Valley (1867-1889).** 2019. 193f. Dissertation (Master's Degree) – Faculty of Philosophy, Arts and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

In the second half of the nineteenth century, the Cruz family, of Afro-Portuguese origin, with access to vast territories of land, named as lockings, was one of the major obstacles to the Portuguese colonial settlement in the (present) region of Mozambique. In this regard, for our historical analysis, we established as a spatiotemporal session the beginning of the war with Bonga, lord of the Massangano locking and, finally, the imprisonment in 1889 of his sister Dona Luísa of the Goengue locking, accused of treachery by the governor-general of Mozambique, Augusto de Castilho. In order to establish the discussion about Bonga, Luisa and the war, we have used as a source of information the reports of war, crafts, letters, news of newspapers and even, the reports produced by travelers who participated in the Portuguese-French expedition led by the Portuguese military officer Joaquim Carlos Paiva de Andrada during his trip to the Zambezi Valley. This mineralogical expedition toured the territories of the lockings from Quelimane on the way from Tete to the Zumbo, between the years 1881 and 1882 as well as through the Massangano and Goengue lockings. Accompanied this expedition 12 specialists so as to prospect the soil and find deposits of minerals, especially coal, gold and silver seams. Through conceptions and methods derived from a recent production of Social History, Women's History, and the African feminist movement, we approach the power relations manifested by the Cruz family, and demonstrate that several of its members have claimed political sovereignty within their lockings, others declared themselves anti-Portuguese opposed to any kind of Lusitanian interference. Given, we were interested in observing the multiple ways of doing politics, social hierarchies, kinship relations and the performance of Dona Luísa do Goengue. Moreover, by reflecting on the social role played by this woman, we discuss the stereotypes and myths constructed as representative of her personality, we seek to go beyond the ambiguities attributed to her and to problematize her social position in the socio-political framework of Zambezia.

KEYWORDS: African History. Mozambique. Travel Stories. History of African Women. Zambezi Maids.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	A expedição mineralógica Paiva D’Andrada na Zambézia.	79
Figura 2	Depósitos de carvão do Moatize	83
Figura 3	O Zambeze na Chemba	85
Figura 4	Vista de uma das casas da senhora Maria do Val dos Anjos – Irmã do 1º Mariano – A Chamoara perto da embocadura do Chire	87
Figura 5	Negras Fabricando uma tanga de pérola (em Tete); Moinho de farinha de Sorgho	89
Figura 6	Massangano e a aringa do Bonga (no Zambeze) De Sena a Tete pela Lupata	121
Figura 7	Vista interior da aringa do Motontora em Massangano	132
Figura 8	A serra Bacamperabzué e a aringa do rebelde Motontora em Massangano	137
Figura 9	Dona Zambeziana com sua típica e tradicional indumentária	152

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Prazos no vale do Zambeze.	19
---------------	----------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFF	African Feminist Forum
A.H.U.	Arquivo Histórico Ultramarino
S.N.I.	Secretariado Nacional de Informação
I.E.B.	Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo
I.I.C.T	Instituto de Investigação Científica Tropical

SUMÁRIO

NOTA PRÉVIA	19
INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1 - As fontes, seus contextos e implicações de sua produção e da historiografia colonial e pós-colonial.	43
1.1 - Historiografia sobre os prazos: os primeiros estudos sobre os prazos e, seus desdobramentos e suas lacunas sobre as mulheres no século XIX.	43
1.1.1 Historiografia sobre o Prazo de Massangano.	51
1.1.2 A abordagem sobre as mulheres na historiografia sobre os prazos.	54
1.2 - A presença portuguesa no vale do Zambeze: um breve panorama.	56
1.3 - Os relatos de viagem como fonte para a história dos prazos: Sob a lente do viajante, um olhar sobre os africanos.	78
1.3.1 Mulheres africanas, retratos sobre o corpo: as belezas, as indumentárias e os adornos.	88
CAPÍTULO 2 – A africanização da família Cruz: análise do impacto nas relações com os portugueses.	92
2.1 - A família Cruz e as várias versões sobre sua origem.	93
2.1.1 Os laços iniciais da família Cruz no Zambeze: primórdios da africanização.	100
2.1.2 - Ampliando os laços da africanização no Zambeze.	103
2.1.3 De laços de parentesco à fixação de raízes - consolidação da africanização da família Cruz.	108
2.1.4 O Bonga como elemento central para evidenciar a africanização da família Cruz e a consolidação do poder em Massangano e nas regiões circunvizinhas.	115
2.2 - Guerra de Massangano: conflitos que perpassaram gerações.	122
2.2.1 Bonga: quatro expedições portuguesas, muitas vitórias da família Cruz de Massangano.	123
2.2.2 Chatara: a conformação da luta antiportuguesa e a “guerra de pacificação”.	129

2.2.3 Motontora: “A hydra de cem cabeças da insurreição levantava-se de todos os lados mais audaz, mais forte e mais bem preparada do que d'antes”.	132
---	-----

CAPÍTULO 3 - Poder feminino no vale do Zambeze: Luísa do Goengue, papéis sociais, trajetória de vida e relações de poder.	140
--	------------

3.1 - Gênero e poder: um debate propício para pensar as relações no prazo.	140
--	-----

3.1.1 Reflexões sobre os feminismos africanos e seu potencial articulador para a construção na perspectiva histórica de novas subjetividades femininas.	143
---	-----

3.1.2 Proposta de abordagem pensando as categorias sociais de gênero e poder na História das mulheres.	147
--	-----

3.2 - As Donas da Zambézia, um papel social em questão.	152
---	-----

3.3 - Luísa do Goengue: uma Dona da Zambézia e sua trajetória de vida.	160
--	-----

3.4 - A participação de Dona Luísa na guerra de Massangano: uma análise necessária.	169
---	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
-----------------------------	------------

REFERÊNCIAS	182
--------------------	------------

GLOSSÁRIO	192
------------------	------------

NOTA PRÉVIA

Neste trabalho, apresentamos os trechos de citações de textos em língua estrangeira traduzidos para o português do Brasil, a fim de facilitar a leitura dos trechos extraídos de fontes escritas em francês, desta forma, não apresentamos os trechos originais, por se tratarem de obras acessíveis em arquivo digital. Para as fontes portuguesas adotamos outros critérios, mantivemos os nomes dos povos zambezianos em letra minúscula como, por exemplo, “shona, tonga, tauara”, etc.. Nos casos em que usamos citações diretas, mantivemos a grafia inscrita pelo autor ou autora. Fazemos a ressalva de que nem todos os nomes atribuídos aos povos africanos do vale do Zambeze carregam o sentido original adotado por tais povos. Muitos sofreram incorporação de significados pejorativos, permeados de eurocentrismos e essencialismos.

Com relação ao topônimo *Zambézia*, o empregamos para nos referir aos espaços geográficos e culturais que circunscrevem os territórios de contato afroportugueses, localizados nas províncias atuais em Moçambique: de Tete, Manica e Sofala, conforme pode ser observado no mapa 1; a área da *Zambézia* está posta em destaque por meio da área hachurada no mapa político de Moçambique atual. Já o topônimo vale do Zambeze, diz respeito aos espaços de contato dos povos localizados nas margens ao longo do rio Zambeze.

Sobre as palavras cujos significados não compõem o vocabulário da língua portuguesa brasileira, os destacamos na sequência do termo empregado no corpo do texto, bem como apresentamos um glossário a partir destes mesmos termos usados nesse trabalho, cremos que com isso auxiliamos ao leitor no processo de entendimento do conteúdo exposto.

também, como objetivo específico para análise histórica entender se houve a participação feminina neste contexto de guerra contra os portugueses.

No entanto, para compreensão mais clara sobre o desdobramento das relações sociais no processo de configuração da dominação territorial portuguesa na África e, sobretudo para observar as relações aí estabelecidas entre africanos, portugueses e descendentes afro-indo-europeus residentes nos territórios de contato, organizaremos a exposição das ideias de maneira a contemplar alguns antecedentes históricos.

Desta forma, localizaremos o tema central acima destacado num contexto mais amplo de projeção de ações e interesses das nações europeias. Assim, exporemos de maneira breve, a dinâmica subsumida aos interesses dos europeus sobre a África no século XIX e com isto as expedições de caráter científico e comercial de viajantes também europeus. Para só então redirecionar a discussão proposta no sentido descrever e analisar o regime de “colonização” portuguesa no vale do Zambeze, a formação de chefias locais afro-lusitanas, sobretudo, mas também afro-luso-indianas que se organizam politicamente nos territórios denominados pelos portugueses como prazos.

Cabe ressaltar, que não buscamos com isso explicar os acontecimentos nos territórios dos prazos "em função da intensificação da atividade dos europeus", desta forma incorreríamos no problema analítico alertado por Ajayi: o de considerar a "crescente integração da África ao sistema econômico mundial", "não somente como um elemento importante, mas antes como o principal acontecimento da história da África no século XIX" (AJAYI, 2010, p.02).

Sabemos que a história do contato entre europeus e africanos precisa ser esquadrihada de maneira que se valorize a experiência mútua (SAID, 2011, p. 87). Apesar da relação principal deste contato ter sido retratada em muitos estudos como uma dinâmica entre o dominador e o subordinado, sublinha-se a existência de outras perspectivas de estudos que ressaltam o diálogo, a reciprocidade e as trocas no processo de construção dessas relações. E, sobretudo a agência histórica por parte dos trabalhadores e escravizados africanos, os quais figuraram entre os discursos estrangeiros como subalternizados, como exemplo, aqueles que realizaram funções de carregadores, marinheiros, etc. nas expedições científicas, bem como as mulheres e homens que aparecem mencionados de forma genérica, muitas vezes sem serem nomeados ou observados em sua individualidade, mas compõem as sociedades e grupos destacados pelos viajantes em suas narrativas registradas nos livros aqui abordados. Neste sentido, sendo a “agency — ou intencionalidade e ação

estratégica bem-sucedida — dos oprimidos e sua sabedoria cosmopolita” (MATTORY, 1999, p.61).

Estes entrelaçamentos ocorreram ao longo de todos os períodos da presença de povos estrangeiros no continente, consequentemente, também incluímos tal entrelace com a presença dos europeus nos territórios africanos. Estas relações em diferentes lugares e momentos históricos do continente dependeram mais do consentimento dos líderes locais, do que do uso da força ou de uma presença imposta. Em outras palavras, a negociação se manifestava mais do que imposição ou submissão.

Em pesquisa recente, a historiadora Ivana Pansera (2015) nos mostra que existia interesse da parte dos africanos em estabelecer conexões de redes comerciais, assim o mutapa enviou embaixadores aos representantes portugueses para estabelecer tratados comerciais e os termos para fixá-los. Nesta atitude, registrada em fontes portuguesas do século XVI reside uma de muitas evidências de que há muito tempo ocorreu o protagonismo dos africanos no processo de abertura dos territórios e de suas redes comerciais ao comércio mundial.

Desta forma, a atenção aos processos endógenos africanos se faz indispensável, bem como a necessidade de considerar os seus interesses no que tange a configuração de relações políticas, econômicas e sociais com povos estrangeiros; e isto se aplica para a observação dos demais espaços e temporalidades a serem estudados.

Buscamos, em nossa análise, observar os arranjos políticos, sociais e econômicos das populações africanas, indo além das premissas etnocêntricas, entendendo-os em sua historicidade e diferentes complexidades. Conforme destaca Catarina Madeira Santos:

Os níveis de interferência entre sociedades africanas e sociedade colonial são extremamente espartilhados e múltiplos, desde logo porque a própria colonização, maioritariamente assente nas franjas litorais, embora com intromissões continentais através dos caminhos e das feiras que alimentavam o tráfico, só episodicamente se constituiu como força hegemónica e homogeneizadora, no plano territorial. A possibilidade da produção de re-arranjos, e formas de bricolagem ideológico-cultural, que não devem ser confundidos com mestiçagens e criouldades, afinal a possibilidade da ocorrência de múltiplas e mútuas apropriações foi condição para a construção da relação colonial (SANTOS, 2006, p.85).

Neste sentido, compreender as "histórias entrelaçadas" (SAID, 2011) destes continentes torna-se significativo para o entendimento sobre as relações de maior autonomia e resistência dos africanos, as quais puderam ser percebidas por causa de guerras ocorridas nos territórios de “contato” com estrangeiros, como a que analisamos nesta pesquisa: a do prazo de Massangano no vale do Zambeze.

Cabe assim contextualizar em perspectiva espaço-temporal, de maneira mais ampla, alguns aspectos das relações dos países europeus com a África e vice-versa, antes de pensarmos especificamente as relações entre portugueses e africanos em nossos estudos. Então, passaremos a situar alguns dos principais aspectos do período de transformações exógenas (na Europa) que influenciaram a África e posteriormente situaremos as relações destes processos históricos com Moçambique recortes espaço-temporais relacionados aos territórios dos prazos no XIX, objetos de nosso estudo.

Entre 1848 e 1875, as transformações econômicas e culturais ocorridas na Europa mudaram o modo de ser e estar do mundo europeu sobre o restante do mundo. Os avanços tecnológicos, atrelados às políticas econômicas voltadas para o fortalecimento do comércio mundial fomentou inúmeras explorações mundo afora. De acordo com Hobsbawm (2010) e Hernandez (2008) as questões do comércio mobilizaram a exploração do continente africano. Para estes autores o século XIX marcadamente se impôs como limiar da diferença entre antes, durante e depois no modo como o interesse destes países se desenvolveu.

Se pensarmos nas motivações dos europeus para a exploração do continente africano poderemos perceber, segundo as palavras de Leila Hernandez, que

(...) desde os fins do século XVIII - e de modo mais crescente no século XIX - o que deu impulso decisivo à exploração do continente africano foi a procura por grandes eixos de acesso ao interior, da maior importância para os interesses comerciais, sobretudo dos ingleses e franceses (HERNANDEZ, 2008, p. 55).

Assim, ao longo do século oitocentista tivemos a conformação de políticas econômicas europeias que enfatizaram as disputas pelos novos mercados, alguns deles já consolidados (sobretudo ao longo dos litorais africanos e principais rios conhecidos Zaire, Níger, Congo, Zambeze e Nilo etc.), e outros ainda por serem explorados, como por exemplo, grande parte de regiões do interior da África.

No entanto, conforme aponta Hobsbawm, entre 1848 e 1875 apenas alguns poucos países europeus "crescendo em volume e cifra" configuraram o seu desenvolvimento econômico em um processo de organização de supremacia política, econômica e militar de suas nações transformando-as para o status de potências econômicas: Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, EUA e Japão.

Neste sentido, abandonaram um capitalismo de políticas públicas e privadas do *laissez-faire*, direcionando-se para as crescentes intervenções do Estado nos assuntos econômicos. Houve também, nesse período, um encorajamento das massas europeias

fomentando uma identificação delas com o Estado e as nações imperiais a fim de difundir o sentimento de patriotismo em suas sociedades.

Dessa maneira, as nações associaram as estruturas do sistema político ao social de seus países, erigindo o Estado como o representante que centralizava as ações para qualquer uma de suas necessidades, sendo estas legitimadas e justificadas em nome da própria nação, ou seja, o próprio imperialismo passava a ser apoiado pela maioria dos europeus. Neste processo, ocorreu a massificação da ideia de superioridade de suas nações frente ao “mundo de peles escuras situado em lugares remotos e a sua dominação era automaticamente popular, beneficiando, assim, a política do imperialismo” (HOBSBAWM, 2010, pp. 118-119). As exposições e a consolidação de uma ciência, tecnologia e a anexação territorial figuraram como orgulho maior das nações europeias.

A amplitude de investimento em diferentes mídias que dessem visibilidade aos feitos gloriosos destas nações cumpria um ritual para consolidar um sentimento de valorização acerca delas. A partir disto, tais nações procuravam contrapor sua autoimagem como parâmetro a seguir, colocando-se contra as demais, nomeando os povos africanos como “não civilizados”, mostrando-os em grandes exposições ou por meio da circulação de notícias de jornais ou revistas: a imagem imperativa era aquela que apresentava a população negra associada à ideia de barbárie em contraposição à civilização das nações que eram as potências europeias político-econômicas. Assim sendo, a “sensação de superioridade que uniu os povos brancos ocidentais - ricos, classe média e pobres - não se deveu apenas ao fato de todos eles desfrutarem dos privilégios de governantes, sobretudo quando efetivamente estavam nas colônias” esteve fortemente difundida e incentivada como política de Estado pelo seu país de origem (HOBSBAWM, 2010, pp.119).

Assim, a partir de 1880, o acelerado processo de industrialização impactou a estrutura da Europa com a criação de novos parâmetros econômicos, sócio-políticos, culturais e científicos, atingindo paulatinamente outras áreas do mundo: a ideia de progresso, de civilização e ciência desenvolvidas durante a primeira e segunda Revolução Industrial europeia passou a servir à construção do novo imperialismo, impostas aos demais povos.

Isto ocorreu como produto "de uma era de concorrência entre economias industriais-capitalistas rivais fato novo intensificado pela pressão em favor da obtenção e da preservação de mercados no período de incerteza econômica" (HOBSBAWM, 2010, p.122). E a partir da difusão das ideias progressistas e racializantes, as relações dos europeus com o resto do mundo sofreram uma mudança oportuna. Os países

industrializados passaram a buscar novos mercados consumidores para seus produtos industrializados, além de procurar obter fontes de energia (carvão, borracha, petróleo, gás, etc.) e se mostrar obstinados em expandir/conquistar novos territórios (MAGALHÃES, 2016, p. 114).

Como consequência deste contexto as alterações da política imperialista impactaram profundamente a maneira como os alianças/contratos e relações políticas aconteciam na África, em suma, foi um período em que convenientes "tarifas alfandegárias e expansão tornam-se a reivindicação comum às classes dirigentes" europeias (HOBSBAWM, 2010, p.122).

Os interesses econômicos, militares e científicos expressos na corrida pela ocupação estavam diretamente ligados às alterações na forma de pensar as políticas coloniais, as quais se voltavam para ações no ultramar que pudessem abastecer o mercado de comércio mundial. No entanto, os europeus com suas políticas expansionistas, obstinados em adquirir cada vez mais "zonas de influência", protetorados e anexações esbarraram na determinação das populações locais e de diferentes chefes africanos em manter sua soberania e seus lares.

Essa movimentação em torno da ocupação do continente africano não é um fato histórico recente. Sabe-se que ocorre desde os primeiros contatos comerciais na chamada "África Austral" no século XV; apesar disto, o período de ruptura considerado como marco para início desse contexto de dominação efetiva ainda é a Conferência de Berlim (1885-86), embora seja visto como evento simbólico. Esse fato está permeado de debates por se referir ao momento em que se delineiam boa parte das "fronteiras artificiais", usando as palavras de Wolfgang Dopcke (1999), muitas delas ainda hoje delimitando os países africanos entre si.

Segundo Elikia M'Bokolo (2011), a Conferência de Berlim foi um evento em que Bismarck, atento ao andamento das disputas e litígios europeus sobre territórios africanos, propôs uma grande conferência com intuito de estabelecer as regras, os direitos e deveres aos países imperialistas participantes. Nesta reunião, colocaram em pauta suas divergências e convergências de interesses sobre o continente. Entretanto, o estudioso ressaltou que a partilha dos continentes, inclusive o da África, não se restringiu ao momento da distribuição dos territórios no ano de 1885 a 1886. Concluiu que este foi um processo demorado devido aos inúmeros movimentos de resistência por parte dos povos que sofreram tais ingerências e, sobretudo demandou ações de contenção específicas para cada um dos países imperialistas (M'BOKOLO, 2011, p. 360-361).

Assim, por um lado, a Conferência de Berlim configurou o registro formalizado dos interesses econômicos expostos com regras em seus artigos que abarcaram desde a liberdade de comércio no Congo até a necessidade de informar novas conquistas territoriais aos países signatários; isto implica no argumento de José Luís Cabaço (2009) para quem essa foi uma reunião que "oficializou os direitos à ocupação efetiva dos territórios africanos" (CABAÇO, 2009, p.34). Por outro lado, Henri Brunschwig aponta que a Conferência, se apresentou como uma parte da movimentação das disputas políticas e econômicas dos países imperialistas, inserida num contexto mais amplo de interesses, atrelado a tentativa de garantir a manutenção da paz entre as potências (BRUNSCHWIG, 2006, p, 80-87).

Neste sentido, este encontro cumpriu um papel simbólico para alguns países, como a Inglaterra que, por exemplo, não contou com a participação presencial do próprio governante e teve sua figura representada por seus enviados diplomáticos já colocados em Berlim, enquanto que para outros governantes como o próprio Rei Leopoldo II, a conferência assumiu caráter oportuno para a inserção efetiva de seu país na corrida por territórios e riquezas existentes no continente africano (M'BOKOLO, 2011, pp. 360-361).

Quando afirmamos o caráter simbólico da conferência, na esteira da proposição deste autor, não estamos com isso minimizando a “ação predatória e a violência que acompanharam a conquista territorial” (CABAÇO, 2009, p. 32).

Posto isto, é interessante observar que as nações envolvidas nesta corrida imperialista não o fizeram porque decidiram se lançarem às aventuras colonizadoras. A partir do interessante argumento de Godfrey N. Uzoigwe (2010) que redimensionou o contexto espaço-temporal da corrida imperialista percebemos que as conexões entre o aumento dos interesses europeus pela África e os processos econômicos internos ao continente que corroboraram para a partilha já vinham ocorrendo antes mesmo das disputas do período da conferência. Essa movimentação inicia-se por meio dos acordos bilaterais que passam a chamar atenção do Grã-Bretanha e Alemanha.

O autor propõe três fatores ocorridos entre 1876 e 1880 que movimentaram as ações da Alemanha e Reino Unido no sentido de optarem pelo controle direto de suas colônias:

O primeiro foi o novo interesse que o duque de Brabante, coroado rei dos belgas em 1865 (sob o nome de Leopoldo II), demonstrava pela África, o que se expressou na chamada Conferência Geográfica de Bruxelas, por ele convocada em 1876, a qual redundou na criação da Associação Internacional Africana e no recrutamento de Henry Morton Stanley, em 1879, para explorar os Congos em nome da Associação. Essas medidas culminaram na criação do Estado Livre do Congo, cujo reconhecimento por todas as nações europeias Leopoldo obteve

antes do término das deliberações da Conferência de Berlim sobre a África ocidental.

As atividades de Portugal, a partir de 1876, constituíram a segunda série de acontecimentos importantes. Melindrado por só ter sido convidado para a conferência de Bruxelas no último minuto, Portugal deu início a uma série de expedições que levaram a coroa portuguesa a anexar, em 1880, as propriedades rurais afro-portuguesas de Moçambique, até então quase independentes.

Assim, para os portugueses e para o rei Leopoldo, a Corrida começou em 1876. O terceiro e último acontecimento a rematar a partilha foi, sem dúvida alguma, o caráter expansionista da política francesa entre 1879 e 1880, manifestado pela participação da França junto com o Reino Unido no controle do Egito (1879), pelo envio de Savorgnan de Brazza ao Congo, pela ratificação de tratados com Makoko, chefe dos Bateke, bem como pelo restabelecimento da iniciativa colonial francesa tanto na Tunísia como em Madagáscar.

A ação de Portugal e França entre 1876 e 1880 indicava claramente que estavam comprometidos na exploração colonial e na instauração de um controle formal na África. Isto obrigou finalmente o Reino Unido e a Alemanha a abandonar sua preferência pelo controle informal em favor de um domínio efetivo, o que os levou a anexar territórios na África oriental, ocidental e meridional a partir do final de 1837. A Alemanha, por exemplo, anexou o Sudoeste Africano, o Togo, Camarões e a África Oriental Alemã, contribuindo com isso para acelerar o processo da partilha (UZOIGWE, 2010, p.32).

O caso de Portugal é mais específico, pois o país se manteve na corrida imperialista apesar de não ser mais uma potência econômica naquele momento. Este país figurava no século XIX como dono, embora autodenominado, da maior parte dos territórios denominados de Angola e de algumas feitorias em Moçambique. Os portugueses preocupavam-se naquele momento em manter os territórios já ocupados, além de tentar expandir o domínio em Moçambique. E tal preocupação ficou evidenciada com as disputas travadas após a Conferência de Berlim, com a consequente proposição de um mapa em que constasse evidente em cor rosa, a área de influência portuguesa no sertão africano.

Conforme nos apresentou Newitt (1997), este mapa ganhou materialidade com a proposição feita por Henrique Barros Gomes, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal à Câmara dos deputados de Lisboa, em 1885.

“Mapa Cor-de-Rosa, que mais não é do que um mapa ilustrativo que acompanha dois tratados que Portugal realiza em 1886 com a França (Maio) e com a Alemanha (Dezembro), na sequência da Conferência de Berlim e pelos quais define as suas pretensões à zona de influência no interior das suas possessões” (GUIMARÃES, 1984, pp. 145-146).

Assim, podemos perceber no trecho acima, serão dados os devidos encaminhamentos para pôr este Mapa consolidado. Ação que piorou as relações entre Portugal e Inglaterra (Cf. NEWITT, 1997, p.308 e as seguintes; MAGALHÃES, 2016, pp.117 – 118).

Ainda que diferentes autores destaquem que a presença portuguesa no vale do Zambeze (região onde se situa em parte do território de Moçambique atual), distou um longo período em que somente de forma nominal Portugal “controlou teoricamente um vasto império” (ISAACMAN, 1979, p.25). Nesta direção, podemos afirmar que havia feitorias portuguesas e os prazos eram composto com a presença dos descendentes afro-lusitanos que respondiam em certa medida as solicitações da coroa, mas não podemos caracterizar essas relações como controle efetivo sobre o território neste período. Essa fragilidade no controle sobre os domínios territoriais depois de quase quatro séculos da chegada dos primeiros portugueses é um consenso entre os historiadores, conforme propõe Valentim Alexandre (2004), em seus estudos:

No começo do segundo quartel do século XIX, as relações que estas possessões mantinham com a metrópole eram muito ténues. As colónias de África continuavam ligadas sobretudo ao Brasil pelo tráfico negreiro, que, embora ilegalizado, mantém números elevados até 1851. Quanto às do Oriente, uma vez findo o último surto de comércio a longa distância que nas décadas finais do século XVIII e começos do seguinte as relacionara com o Brasil e com Portugal, tendiam agora a inserir-se nas redes mercantis regionais do Índico (ALEXANDRE, 2004, p. 960).

Destaca-se também que nos territórios ocupados por afro-lusitanos no vale do Zambeze havia a presença das casas comerciais francesas, holandesas desde 1855 e elas eram predominantes. Pois o acordo bilateral estabelecido, em 1853, entre França e Portugal facilitou o acesso francês às redes comerciais de longa distância instalada na região litorânea de Quelimane ligadas ao interior do continente (ZONTA, 2012, pp. 328-330).

Nos territórios do Vale do Zambeze era do interesse das chefias locais a manutenção desta rede nos termos até ali estabelecidos. Os produtos trazidos pelos africanos considerado lucrativos para o estrangeiro como as oleaginosas (amendoim, gergelim, copra), a urzela, marfim, bem como o comércio de pessoas escravizadas, tudo isto era trocado por produtos vantajosos para as chefias locais e as populações africanas, por exemplo, “panos, estanho e contas de várias cores” (CAPELA, 1995, pp. 48-50), armas, pólvora, etc., sendo que a variedade da procura e da oferta estava sempre a depender da região a qual se estava propondo.

Internamente, os territórios africanos, sobretudo na região do vale do Zambeze, passaram por inúmeras alterações no início do século XIX que levaram as chefias locais africanas e afro-portuguesas a manter ou ampliar os tratados comerciais com os estrangeiros.

Citamos, como acontecimentos que contribuíram para as transformações das estruturas no Zambeze, a instabilidade climática proporcionada por oscilações de secas intensas ou efêmeras que levou à desestruturação do cultivo agrícola das sociedades sedentárias e conseqüentemente “destruiu a base econômica em que se assentava o poder dos afro-portugueses e dos chefes independentes” (NEWITT, 1997, p.235). Para combater a condição desumana proporcionada pela seca, as sociedades agiam da seguinte forma: “primeiro intensificavam a caça, a prospecção de ouro e comércio”, num segundo momento, com a persistência do clima seco, “abandonavam a regiões” nas quais residiam indo a outras “abastecidas por água, logo, mais férteis” (NEWITT, 1997, pp. 234-235).

Outro fator que desestruturou as sociedades no vale do Zambeze esteve relacionado às migrações angunes (os nguni). A grande seca do começo do século XIX veio acompanhada destes povos que habitavam ao sul do continente, eram agricultores que viviam de sua produção e do comércio de excedentes, dependiam das manadas de gado, cujas cabeças serviam como moeda de troca nas transações comerciais.

No começo do século XIX, os nguni tiveram suas vidas impactadas pelas “pressões ecológicas” (NEWITT, 1997, p.238). Após anos de seca suas estruturas sociais e políticas foram alteradas e, também em decorrência das crescentes disputas das chefias locais. Essas chefias eram compostas por linhagens diferentes que, conforme historiadora Gabriela Aparecida dos Santos, no final do século XVIII, haviam passado por um processo de reestruturação de suas linhagens e auto fortalecimento a partir da participação ativa destes grupos no comércio, isto paulatinamente a transformação das relações sociais, formando centros de poder, cada vez mais hierarquizados e militarizados (SANTOS, 2017, pp.45-50) e, neste contexto de intempéries transformaram-se e expandiram-se em inúmeras chefias de caráter expansionista e beligerante. Este movimento fez com que houvesse a necessidade de ampliação das fronteiras, pois diferentes linhagens se organizaram em prol da expansão de seus grupos (NEWITT, 1997, pp.238-242; SANTOS, 2017, pp.52-54). Esse choque político esteve na origem da formação de novos grupos nguni, que partiram para o norte de Moçambique (atual). Passaram a se movimentar em direção a Gorongosa, ultrapassando os vales dos rios Limpopo e Save rumo ao vale do Zambeze. Nesse percurso instalaram-se nas proximidades de Sena, posteriormente subiram até o vale do rio Rovuma. Nesse período, criaram pequenos reinos nguni e um maior cuja fronteira localizava-se entre o Limpopo e o Zambeze, o reino de Gaza (NEWITT, 1997, p.243).

Em sua passagem, os nguni desestruturaram muitos reinos, inclusive afetaram os territórios dos prazos e desestabilizaram a presença portuguesa nestas regiões. No Zambeze

citamos os povos maraves, o grupo dos nsenga que estavam situados na parte mais ocidental do reino, tendo sido absorvidos pela ocupação dos nguni de Zwangendaba. Outras frentes de ocupação foram guiadas por Maseko, Gwangwara.

Na década de 1860, Mpezeni, se estabelece no vale do Lwangwa, formando um estado nguni entre os nsenga. Esses povos impactaram fortemente as populações do vale do Zambeze, pois causaram instabilidade política e social devido às invasões, por onde passavam atacavam as populações, pilhando e destruindo casas, assim nos territórios dos prazos o efeito provocado foi o da emigração assim como de abandono dos chefes e de muita das velhas famílias afro-portuguesas. Em seus lugares, a ocupação de novos indivíduos poderosos, assim como suas famílias (NEWITT, 1997, pp.243-245).

As novas famílias afroportuguesas figurando como chefias locais ocuparam espaços de poder, dos quais não pretendiam abrir mão e, por isso, fomentaram constantes rivalidades entre elas e os oficiais lusitanos. Tais conflitos culminaram em diversas guerras dentro do vale do Zambeze, por exemplo, a guerra de Massangano.

No contexto da segunda metade do XIX, período de intensificação da comercialização europeia de mercadorias com o continente africano, de promoção de convenções entre nações para tratar sobre os territórios africanos, foi que Portugal criou na década de 1875 a Sociedade de Geografia de Lisboa. Com a formação de um grupo de cientistas que compuseram esta sociedade, a Coroa lançou as expedições científicas da segunda metade do século XIX para o contexto africano. Assim estabeleceram como iniciativa principal desta organização, intensificar a penetração ao interior do vale do Zambeze e de outros territórios africanos.

Neste sentido, ao longo da segunda metade do século XIX, as expedições europeias rumo ao interior do vale do Zambeze projetaram a mudança de interesses dessas nações de forma significativa em relação ao território africano, a ampliação do discurso racializante subjacente ao discurso do cientificismo europeu, além do regime de consolidação dos princípios de livre comércio e livre navegação nos territórios do continente africano, na bacia do Congo e Níger em decorrência da Conferência de Berlim (1884-1885), conforme nos referimos anteriormente.

Os interesses econômicos, militares e científicos expressos nesta corrida pela ocupação coincidiam com as alterações na forma de pensar as políticas coloniais imperialistas, as quais se voltavam para ações no ultramar que pudessem abastecer o mercado de comércio mundial. Os territórios africanos já na mira das principais potências europeias como Inglaterra, França, Alemanha, e entre outras nações como Portugal,

receberam a presença de inúmeros cientistas das sociedades geográficas europeias. Tinham como objetivos, por um lado, fornecer conhecimentos diversos sobre a população residente nessas localidades; por outro lado, gerar evidências da rentabilidade da exploração econômica a ser empreendida na região de interesse. E por fim, preparar o terreno para uma efetiva ocupação colonial.

Neste sentido, a expedição luso-francesa comandada pelo explorador e oficial militar português Joaquim Carlos Paiva de Andrada teve em si importância por expressar as configurações político-administrativas que precederam a instalação dos sistemas de concessionárias com investimento de caráter especulativo e estrangeiro. Financiadas pelo capital privado de Paiva de Andrada e de seus associados franceses, levaram a cabo essas expedições técnicas com finalidade de encontrar jazidas de carvão e de minérios por meio da prospecção do solo. Essas ações faziam parte da exigência imposta pelo governo português e francês como contrapartida a uma concessão de exploração privada feita desde 1878 a estes investidores quando fundaram a companhia *Société des Fondateurs de la Compagnie Générale du Zambeze*.

Parte da produção científica desta expedição nos serviu para refletir sobre os contextos internos do Zambeze e consequentemente de Massangano. Utilizamos as seguintes obras: *Voyage au Zambèse* de Paul Guyot; *A l'est et à l'ouest dans l'Océan Indien* de Charles Courret e *Exploration au Zambèse: situation géographique et aspect du pays, flore, faune, habitants* de Rodolphe Gaffard. Todas as obras foram produzidas como resultado da viagem ao vale do Zambeze, entre 1881 e 1882, aos chamados prazos da Coroa de Quelimane à Tete e ao Zumbo. Também nos serviu de base o *Relatório de uma viagem à terra do Changamira* e *Relatório de uma viagem às terras dos landins*, escrita entre os anos de 1884 até 1886, produzida por Paiva de Andrada, quando buscava explorar as regiões ligadas às terras “concedidas” para exploração pela coroa. Regiões que na realidade, estavam dominadas pelos senhores de prazos, os quais, de fato, não tinham a pretensão de abrir mão de suas posses e dos poderes neles associados.

Os viajantes que dela participaram produziram um discurso liberal que situava o sistema de prazo como o lugar do atraso e da barbárie e evidenciaram a movimentação feita pelos senhores donos de prazos que se rebelaram contra os portugueses, como relações permeadas pela ideia de traição. Seguiam os ideólogos liberais que buscavam demonstrar que progresso somente seria implantado se houvesse as alterações das relações consideradas por eles como feudalizantes ali praticadas.

Neste sentido, cabe ressaltar que os europeus associaram, em diferentes momentos, as relações políticas existentes no prazo com relações de suserania e vassalagem dos feudos medievais da Europa. Muitos historiadores, principalmente os do período colonial aplicaram os conceitos envolvendo a caracterização dos feudos às caracterizações das sociedades dos prazos (NEWITT, 1997).

A escolha das obras relacionadas à expedição de Paiva de Andrada como fonte documental se justifica pela possibilidade de verificar e confrontar as nuances dos pontos de vistas dos especialistas participantes da viagem, expressas em suas observações presentes nas obras, particularmente no que se refere às percepções do viajante sobre o processo da guerra de Massangano e dos conflitos e relações travadas entre africanos e portugueses nesse contexto. Também nos interessa perceber como estes especialistas (químicos, engenheiros, médicos mineradores, etc.) atuavam para viabilizar a instalação da indústria extrativista, quais matérias primas tinham para eles interesse, e, portanto, a lógica comercial que deveria se transformar com a chegada e interferência de suas ações. Interessam-nos, sobretudo, suas observações atentas sobre a população africana e sua forma de organização social, política e econômica dentro do vale do Zambeze.

De outra parte, a expedição deve ser vista no contexto mais amplo de outras iniciativas que tiveram como objetivo a expansão dos interesses portugueses nos territórios fronteiriços aos seus domínios, num movimento de ocupação do território da Zambézia a fim de garantir o afastamento da influência britânica no vale do Zambeze com a presença dos franceses sob o comando de Paiva de Andrada.

O primeiro relato publicado foi a obra de Rodolphe Gaffard, intitulada *Exploration au Zambèze: situation géographique et aspect du pays, flore, faune, habitants*. A mesma encontra-se disponibilizada no site da Biblioteca Virtual Francesa *Gallica*, datada de 1882, contendo 57 páginas, tendo sido publicada dois anos após a expedição. Sua narrativa é breve e genérica no tocante às descrições sobre a população, fauna, flora e ao contexto da missão da expedição. Sabe-se até o presente momento que Gaffard era médico e esteve presente nessa viagem justamente por sua profissão.

A outra narrativa é a obra de Charles Courret, intitulada *A l'este et a l'ouest dans l'Océan Indien: Sumatra, la côte du Poivre massacre de la missions Wallon à Atjeh, Zanzibar, Nossi Bé, Mozambique* disponibilizada no site da Biblioteca Virtual Francesa *Gallica*, datada de 1884, contendo 374 páginas e teve sua publicação após dois anos do acontecimento da expedição. De posse de poucas informações a respeito desse viajante

sabemos que Courret era um mercador, confessadamente encantado pelas viagens proporcionadas pela sua profissão.

Em 1880, quando enfrentava uma doença que lhe causara febres reiteradas, lançou-se para fazer parte da expedição que deixou Paris, em seis de março, rumo ao Zambeze e à costa leste da África, a convite de um amigo, senhor Ed. Fuchs, engenheiro de minas. Este viajante apresenta uma narrativa permeada por um olhar ricamente detalhado das relações econômicas, políticas e socioculturais entre africanos e portugueses.

Além disso, a fonte traz com grande detalhamento as experiências de Dona Luísa de Goengue e a relação que mantinha com seus parentes, expondo aspectos do casamento desta com Rodrigo Pais Machado como veremos a seguir, mostrando a relação com seus escravizados e muitos outros aspectos a serem analisados na dissertação.

O último relato é o do francês, Paul Guyot, cujo título da obra é *Voyage au Zambèze*, escrito em francês, teve duas versões, a primeira delas com 430 páginas (no arquivo digitalizado) e está disponibilizada no site *Internet Archive*.

A obra foi publicada em 1895, em Paris, pela editora *Librairie Africaine et Coloniale Joseph André e Cie*, importante veículo de difusão das obras produzidas sobre as colônias francesas e os lugares de seu interesse; a outra versão deste relato está em arquivo virtual, disponível na Biblioteca Nacional Francesa, coleção *Gallica*, com o título de *Le Zambeze* e sendo precedida de uma notícia escrita por Charles Simond, contendo 32 páginas; teve sua publicação em 1898, feita pela editora *Plon* e também produzida na cidade de Paris.

As diferenças entre as várias obras dizem respeito à quantidade de páginas, capítulos, as imagens dispostas entre os textos, à profundidade dos assuntos tratados e sua variação, mesmo apresentando temáticas similares. A última publicação, *Le Zambeze*, parece ter sido destinada ao público leitor mais amplo, pois contém informações pontuais no sentido de sanar a curiosidade sobre o vale do Zambeze e sua cultura local, por exemplo.

Na versão expandida de 1895, a mesma fonte retrata alguns aspectos do exercício de poder de Luísa do Goengue, caracteriza-a fisicamente, mostra detalhes de sua relação com os diferentes maridos e permite entrever facetas de suas relações comerciais com os portugueses, o trato com os seus subalternos e com membros de sua linhagem.

A obra também traduz os principais objetivos das potências europeias direcionando seus cientistas e exploradores para lugares específicos da África e com perspectivas de observação pré-determinadas por interesses econômicos e políticos. Podemos perceber isso por meio da narrativa de Paul Guyot, químico que descreve as principais cidades onde

estiveram no Zambeze, sendo elas as localizadas no distrito de Quelimane, Sena, Tete, e o Zumbo com riqueza de detalhes comerciais e com intencional verificação da presença de recursos minerais. Acompanhando-o estavam outros profissionais, como engenheiros civis e de minas, um médico, um mestre mineiro, mineradores e lavadores de ouro. Todos sob o comando de Joaquim Carlos Paiva de Andrada, capitão da artilharia e enviado diplomático anexado à legação portuguesa em Paris (GUYOT, 1898, p. 3).

Outras fontes importantes para nossas reflexões foram os livros escritos pelo major do exército português José Joaquim Ferreira que esteve ligado ao contexto da guerra de Massangano, em 1869, participando do corpo de exército misto enviado para destruir a aringa (fortificação construída para a defesa militar) do Bonga e seus guerreiros. Narrou sua participação num primeiro livro publicado no ano de 1870 em Lisboa, que recebeu o título de *A expedição na Zambézia em 1869*, relatando os acertos no decorrer das investidas portuguesas, sobretudo, destacou a derrota sofrida e os possíveis motivos disso nas batalhas travadas em 1869. Foi neste contexto que ocorreu a derrota mais impactante sofrida pelo exército lusitano, com a vitória das forças lideradas pela família Cruz de Massangano.

No entanto, nesta edição o autor mal mencionou ou caracterizou a personagem Luísa de Goengue, mas referiu-se ao seu prazo, o Goengue, por ter sido nele que se estabeleceram as tropas mistas enviadas por Portugal para atacar a aringa do Bonga. Este dado é relevante para nossa pesquisa, pois a partir desse relato podemos entender mais profundamente as posições ambíguas de Luísa, agindo ora a favor, ora contra seu irmão, uma vez que, segundo o autor, era em seus domínios que os exércitos portugueses guardavam os mantimentos e armas da expedição lusa derrotada.

Esta obra foi reeditada vinte anos depois sob o nome de *Recordações das expedições na Zambézia em 1869*, lançada em 1891, um ano após a guerra final contra o chefe de Massangano e sua população guerreira. É nesta segunda edição que Ferreira irá acusar Luísa de traição e culpá-la pelos reveses sofridos por seus compatriotas lusos. Tudo isto em constante diálogo com as ideias apresentadas e defendidas na obra publicada de Castilho. Não por coincidência segue em sua dedicatória uma homenagem ao capitão Augusto de Castilho, com destaque para uma carta deste enviada à Ferreira, na qual descreve inúmeras ideias e teorias sobre a necessidade de aniquilar os rebeldes e instaurar a civilização ao território da colônia, recentemente “pacificado” por Castilho. A retomada das memórias feitas por Ferreira após um período tão grande serviu para reforçar as dimensões das dificuldades enfrentadas pelos portugueses e enaltecer a vitória conquistada naquele momento, assim como constituir um imaginário pejorativo sobre Luísa e a família Cruz.

No mesmo ano de 1889, seu amigo, o ex-governador-geral, capitão da fragata Augusto de Castilho, lança o livro sob o nome de *Relatório da Guerra da Zambézia em 1888*. Como sugere o nome este relatório publicado em forma de livro, trata-se das memórias das últimas guerras travadas contra a família Cruz. Nestas memórias se apresentam inúmeros elementos de acusação da participação de Luísa do Goengue em apoio ao irmão, o Bonga e, a outros irmãos.

Outras informações foram retiradas de jornais contemporâneos ao processo histórico por nós estudado, sendo analisados com atenção aos conteúdos e aos interesses de quem os veiculava. Apesar da imprensa, denominada como moçambicana pela historiografia, não ter um fluxo de publicações intenso no começo do século XIX, ela apresentou papel relevante na influência política local, principalmente das elites prazeiras que transitavam entre o sertão e o litoral.

Como dessa dimensão jornalística existente em Moçambique na segunda metade do século XIX, citamos o exemplo do jornal *Gazeta do Sul*, cuja veiculação ocorreu em 1889, quando circulou semanalmente na cidade de Quelimane e região. Tendo como idealizador, o ex-alferes Alfredo Augusto de Aguiar, angolano que se fixou, no ano de 1885, em Moçambique, tendo iniciado ali sua “carreira jornalística”. Publicou jornais de curta duração por causa de sabotagem ou por não encontrar financiamento, em decorrência das ideias questionadoras sobre as ingerências portuguesas na estrutura social zambeziana existente até aquele período. As críticas contundentes foram dirigidas aos governadores das províncias e ao governador geral deram a tônica dessas publicações, principalmente, às ações de Augusto de Castilho e seu modo de conduzir as relações com os prazeiros e africanos.

Nos títulos que foram aventados pela historiografia (HOHLFELDT; GRABAUSKA, 2010, pp. 196-197), quanto à datação de suas publicações, encontramos certas discrepâncias, como é o caso da *Gazeta*. Na historiografia mencionam sua publicação no ano de 1891, mas, no jornal que encontramos disponibilizado on-line na Hemeroteca de Portugal, a data de circulação se refere ao ano de 1889. Por isto, apenas citaremos a relação de seus nomes sem organizá-los cronologicamente, por julgarmos que as informações sobre o período de suas publicações ainda que tenham sido mapeados, precisam ainda ser revistos, no entanto, não realizaremos tal feito neste trabalho. Assim, Alfredo de Aguiar publicou: um jornal chamado *O imparcial*; *O correio da Zambésia*, *Gazeta do Sul* e o *Clamor africano* (HOHLFELDT; GRABAUSKA, 2010, p.197). Na *Gazeta*, periódico que tivemos acesso, vimos diferentes notas sobre a maneira como Augusto de Castilho geriu as

relações políticas com prazeiros e Donas durante as guerras contra a família dos Cruz de Massangano. A relação de Aguiar com a família dos Cruz manifestou-se para além das questões políticas, como veremos no capítulo 2.

Por outro lado, em Portugal, o cenário de divulgação de notícias que nos interessa destacar aqui diz respeito à circulação das informações referentes a expedição mineralógica conduzida por Paiva de Andrada e veiculada em *O occidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro*, no ano de 1881 (CORDEIRO, 1881). A partir destes relatos pudemos estabelecer este recorte temporal, espacial e temático, não só para entender como se deu a participação Luísa do Goengue, mas também, se e, como isto influenciou o processo da guerra e seu desfecho.

Nossa hipótese inicial de que a guerra de Massangano estava ligada ao conflito entre os interesses portugueses e a soberania do Bonga, ganhou mais força com os indícios evidenciados por meio da leitura das fontes citadas, nas quais se expunham inúmeras situações em que Luísa aparece como protagonista no processo final da guerra entre os anos de 1887 e 1888. Entre os referidos vestígios sobre a atuação de Luísa anunciada pelos viajantes e administradores portugueses está a menção a comportamentos ora influenciando politicamente, ora articulando táticas de guerra favoráveis aos irmãos que substituíram o Bonga após sua morte, como o desvio das armas e de munições, além de outros auxílios econômicos de que foi acusada de oferecer aos mesmos. Com isto, nos diversos momentos da guerra parece ter promovido indiretamente o êxito nas diversas batalhas travadas entre seus irmãos, membros da família Cruz (também conhecida como os Bongas) contra os portugueses e seus oficiais representantes da Coroa. Assim, aprofundaremos esta discussão a fim de entender em que medida houve a participação de Luísa durante a guerra.

A coleta de informações sobre os prazos e a lógica política neste cenário, nos fornecem elementos de compreensão dos processos imbricados na transformação das relações entre os donos dos prazos e a coroa portuguesa. Neste sentido, o pressuposto da pesquisa é de que a leitura das fontes documentais citadas pode nos fornecer preciosas informações. A partir do confronto das narrativas realizadas pelos viajantes franceses com o olhar do oficial português poderemos entender as semelhanças e as diferenças entre seus discursos e os detalhes que configuram a narrativa específica envolvendo o chefe do prazo de Massangano, o Bonga e seus sucessores, a influência de poder de sua irmã, Luísa do Goengue, dona de prazo, e como cada uma dessas narrativas estiveram relacionadas à Guerra de Massangano contra os oficiais lusos, na conjuntura de mudanças de interesses dos portugueses sobre os prazos.

Quanto às discussões teórico-metodológicas, buscamos as possibilidades contidas nas narrativas de viagem e nas memórias de guerra como fontes históricas em diálogo com a História Social e com a História das Mulheres. Também pretendemos refletir sobre as discussões em torno das relações de poder e da africanização das instituições dos prazos assim como seu impacto nas relações entre portugueses e africanos. Ao selecionarmos os relatos de viagem produzidos por viajantes franceses chefiados pelo oficial português Paiva de Andrada, bem como a memória deste e alguns oficiais no contexto da guerra, tais como Castilho e Ferreira, como fontes para nossa análise, temos como pressuposto a indispensável necessidade de observar as especificidades abarcadas nos escritos dessa natureza. Bem como, a tentativa de compreender os objetos citados enquanto fontes documentais históricas capazes de revelar os arranjos políticos e as dinâmicas de poder das sociedades estudadas. Assim torna-se essencial a referência a autores que discutam e problematizem aspectos que vão desde as relações de poder nos prazos à questão de gênero no campo historiográfico.

Para isto, utilizamos referenciais teórico-metodológicos com intuito de analisar a trajetória da personagem histórica Luísa do Goengue, a partir de questões propostas pelas novas abordagens da História Social para a história das mulheres e de gênero.

Neste sentido, encontramos nas pesquisas da historiadora que ampliou as novas abordagens no Brasil, Maria Odila L. S. Dias, em seus textos intitulados “Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças” (1994) e em “O mito da dona ausente” (1995), perspectivas de análises que se mostraram imprescindíveis para a observação e o tratamento das fontes: a mitificação da figura feminina, a construção de padrões de comportamento relacionados à constituição de poder, o lugar do feminino, os papéis sociais das mulheres, bem como seus desdobramentos no domínio da informalidade, do cotidiano, dos contextos de sua produção, assim como as relações hierárquicas raciais.

Estas perspectivas se configuram, como pontos centrais para a operação historiográfica e a ação de dar historicidade aos conceitos universalizantes e generalistas, servindo conseqüentemente para desmistificar tais concepções. Estas dimensões de análise também fazem parte do universo que procuramos entender no contexto dos prazos, uma vez que Luísa foi presa, acusada de traição e isso impactou a sociedade zambeziana de tal forma que ocorreram manifestações para sua soltura imediata, com repercussão, inclusive por meio de jornais de circulação no litoral em Quelimane.

Somando-se as já referidas concepções historiográficas destacamos as abordagens teórico-metodológicas das obras das historiadoras Maria Cristina C. Wissenbach em especial seu texto *Teodora Dias da Cunha: construindo um lugar para si no mundo da escrita e da escravidão* (2012); além da tese de Juliana P. Magalhães intitulada *Trajetórias e resistências de mulheres sob o colonialismo português (Sul de Moçambique, XX)* (2016).

Nos textos destas historiadoras, a experiência social experimentada pelas mulheres, seja por imposição de sua condição de subalternidade enquanto pertencente ao grupo social de pessoas que foram escravizadas no primeiro caso, e /ou, pela resistência à opressão colonial, no segundo caso, nos confere um olhar em que a sensibilidade histórica humaniza as personagens históricas, e neste sentido, trazidas ao centro dos estudos. Tratamento que se impõe devido à invisibilidade histórica que assolou durante muito tempo, aqueles sujeitos históricos encontrados nas camadas menos abastadas da sociedade. Ou ainda, pela simples razão de pertencer ao gênero feminino dentro de determinadas sociedades.

Assim, as reconstruções históricas acerca da vida e do cotidiano ao qual estão imersas as mulheres, como sujeitos históricos e objetos de estudo feitos pelas autoras acima referidas e, por outras que iremos apresentar no decorrer do trabalho, ampliam e dão condição a uma dimensão mais aprofundada de entendimento dos contextos históricos nos quais se situam tais objetos de análise porque apresentam a reconstituição de agências de figuras sociais que viveram no período anterior ao da efetiva colonização europeia.

Tendo em vista os questionamentos brevemente apresentados nesta introdução, procuramos compreender as interações sociais, marcadas pelas relações de poder, entre africanos (família afro-indo-europeia) e africano-portugueses e seus descendentes como parte de uma cadeia de interações mais ampla que nos revela determinadas experiências e mudanças sociais estabelecidas nos prazos, elas próprias contrapostas à da ideia de subordinação ou submissão.

Acreditamos que o contexto de transformação relatado nas obras, objeto de nossos estudos, pode expressar as tensões que descortinam relações de dependência mútua entre a elite zambeziana e a administração portuguesa, revelando por causa disso as relações sociais, na prática, horizontais. Para seu entendimento demandam por isso a compreensão dos códigos culturais de ambas as partes, podendo colocar em xeque a ideia veiculada pela historiografia acerca da submissão política à coroa por parte de muitos dos senhores de prazo no século XIX.

Em diálogo com uma produção recente da História Social, pretendemos abordar as agências históricas africanas situando as relações de poder na sociedade africana do vale do

Zambeze, as formas de fazer política, as hierarquias sociais, as relações de parentesco e ainda marcadamente entender a atuação feminina de Dona Luísa, dona do prazo do Goengue no contexto da guerra de Massangano. E por fim, entender como se amoldavam as relações entre estas elites locais e os portugueses, numa perspectiva que busca ressaltar e localizar as formas de “hegemonia africana” (MARGARIDO, 1998).

O estudioso Alfredo Margarido discute a dimensão do poder nas relações entre africanos e europeus, questionando a ideia de submissão total dos africanos ao controle europeu. O autor analisou quatro aspectos das relações entre africanos e europeus que contradizem o pressuposto de um domínio absoluto destes últimos em relação aos primeiros. Segundo ele, estes aspectos remetem-se aos: 1) termos da circulação das mulheres; 2) à introdução das moedas metálicas europeias; 3) às formas de controle econômico e 4) ao receio europeu face ao risco do enselvajamento. Hegemonia, neste caso, diz respeito ao domínio ou ao controle nos parâmetros e valores das relações de poder, no âmbito cultural, social ou político (MARGARIDO, 1998, pp. 384-385).

Neste sentido, visando ampliar o quadro metodológico da análise incluímos os repertórios teórico-metodológicos de diferentes historiadores constituíram sobre os viajantes em África. Entre eles, citamos um importante artigo da historiadora Cristina Wissenbach, no qual adotou como pressuposto considerar a qualidade da obra feita pelo médico e viajante George Tams como fonte histórica, bem como buscar o “entendimento contextualizado da viagem, de seus participantes e das intenções que a presidiram” (2011, p.54), visando entender o processo que levou a existência da expedição deste viajante e o desenrolar de seu interesse nas localidades de destino.

Mencionamos ainda a tese de Alexander Gerbara (2010) na qual o historiador estabelece novos contornos para a análise do relato de viajantes, buscando a partir do conceito de *zona de contato* redirecionar as representações imperialistas, mostrando que a análise do discurso colonial se constituía não só pelos agentes imperiais, mas também pela participação da agência e resistência africana, com a ressalva explicitada pelo autor de que as relações de “troca” ali estabelecidas não excluem ou diminuem a violência implícita e explícita contida neste processo. Cabe ainda mencionar que o conceito utilizado pelo autor adveio da contribuição teórica do estudo de Mary Louise Pratt em *Os olhos do Império* (1999) cuja base conceitual se assenta no uso do conceito de *transculturação* cujo significado, grosso modo, se relaciona ao processo de adoção, parcial ou total de outra cultura por um indivíduo que se deslocou para determinada território que não o seu de origem. Esse termo foi bastante utilizado para pensar pessoas em trânsito no processo de

ocupações de outros territórios nas dinâmicas imperialistas. É um termo que se associa a uma maneira de ver e conceber *o outro*. Consideramos ainda, o conceito de *zona de contato*, cujo destaque se deve ao fato de correlacionar o desenvolvimento de culturas que interagem entre si e configuram novas fronteiras culturais, constituindo outras nada semelhantes com as anteriores por convergirem a aspectos dos universos culturais que as moldaram.

Nesta mesma direção, no âmbito metodológico sobre o tratamento dado às narrativas de viagens, mencionamos a dissertação de mestrado o trabalho da historiadora Márcia Pacito (2019), na qual desenvolveu uma análise acerca dos bens de prestígio e interesses comerciais dos africanos, por meio do relato da expedição de Henrique de Carvalho durante sua viagem à região da Lunda, nordeste da atual Angola, entre 1884 e 1888. Neste trabalho, buscou investigar os fenômenos de incorporação e ressignificação de objetos enquanto expressões de identidades, códigos sociais e hierarquias políticas no âmbito das sociedades centro-africanas em suas relações com os europeus. Além disso, compreendendo os objetos como fontes documentais que exibem arranjos e dinâmicas das sociedades estudadas, problematizou a questão da cultura material no campo historiográfico. Este trabalho torna-se significativo como referência para problematizar os processos de apropriação e ressignificação cultural das populações africanas, uma vez que trataremos de sociedades vivendo em *zonas de contato*, como destacado anteriormente.

Conforme propõe Mary Anne Junqueira (2011) buscaremos seguir alguns pressupostos para o tratamento documental dos relatos de viagem. Apresentamos de maneira concisa os passos dispostos no texto de Junqueira no sentido de apreendermos sua proposta metodológica para análise deste tipo de fonte: 1) Observar as informações dispostas na fonte documental atentando aos dados biográficos dos viajantes; 2) Direcionar nossos olhares com atenção à apreensão dos conteúdos que foram tomados como fator de interesse e atenção dos viajantes; 3) Contextualizar historicamente seus interesses e objetivos.

Nessa direção, a análise dos relatos de viagem pode ter contornos mais claros e aprofundados. Com estes procedimentos metodológicos percebemos nas fontes que usamos a existência de diferentes discursos num mesmo relato, àqueles relativos à ciência, outros relativos ao comércio, ao universo militar, às artes, temáticas estas diretamente relacionadas ao objetivo da viagem e ao universo cultural em que o viajante está imerso.

Notamos que os viajantes europeus e os oficiais portugueses, para garantir o sucesso das transformações almejadas, procuraram estudar os mecanismos de funcionamento das

estruturas hierárquicas nos prazos, além dos interesses políticos e econômicos que mobilizavam os senhores de prazos e a partir disso conseguir tornar efetiva a dominação e a exploração do território e das populações no vale do Zambeze no final do século XIX. Neste sentido, os oficiais lusitanos e os viajantes franceses mobilizaram narrativas hierarquizantes, com vieses pejorativos, notadamente sobre a família Cruz e seus membros, coadunados com suas perspectivas e interesses políticos e econômicos deste momento histórico.

De maneira geral, adotamos o percurso metodológico, proposto anteriormente. Ressaltamos que este tipo de metodologia tornou-se útil e passível de aplicação às demais fontes que utilizamos. Assim de forma direta este quadro metodológico mostrou-se adequado também à análise dos relatórios e das memórias da guerra, principalmente os da Guerra de Massangano, reconstituída em período posterior pelos oficiais portugueses, Augusto de Castilho e José Ferreira, e mesmo pelos viajantes da expedição franco-portuguesa Charles Courret e Paul Guyot. Com ressalva para o livro de Rodolphe Gaffard, o médico da expedição que concentrou sua narrativa na observação da natureza, retratando a fauna e a flora em detrimento das relações políticas e aspectos menos detalhados das dinâmicas socioculturais no Zambeze.

Com relação ao conjunto de fontes de viajantes, estamos convencidas de que a confrontação de olhares sobre o mesmo contexto histórico nos permite adensar a análise das fontes e consequentemente, o conteúdo que ela fornece para o entendimento do contexto histórico, pois os relatos de viagem foram constituídos na mesma expedição chefiada por Paiva de Andrada, percorrendo o mesmo território, e com os objetivos finais bem estabelecidos, a saber: explorar os recursos minerais e humanos daquela região do Zambeze. Claro que cada relato tem em si suas peculiaridades, mas por meio da observação das similitudes e diferenças contidas nos discursos e na comparação das narrativas e das representações contidas em cada uma delas, podemos dar um tratamento de maior complexidade a este *corpus* documental.

Desta forma organizamos os capítulos de modo que no capítulo 1 possamos introduzir o debate historiográfico sobre os prazos, situando alguns de seus principais expoentes, além disso, apresentar e problematizar as fontes produzidas pelos viajantes, bem como abordar as populações africanas retratadas por eles problematizando os aspectos eurocêntricos, mas ao mesmo tempo visibilizando estes povos. No capítulo 2, apresentaremos uma caracterização da família Cruz entremeada da discussão sobre a guerra, com aprofundamento deste ponto a partir da figura do Bonga, no ano de 1867 e os

desdobramentos da ascensão dos irmãos dele após sua morte, pretendemos entender e problematizar as motivações dessa guerra. E por fim, no capítulo 3, discutiremos a titularidade de Dona, seu papel político, bem como a participação de Luísa do Goengue na guerra.

CAPÍTULO 1 - As fontes, seus contextos e implicações de sua produção e da historiografia colonial e pós-colonial.

Neste capítulo, pretendemos discutir as condições históricas que permitiram a existência e a produção das fontes documentais utilizadas. Relacionamos a presença portuguesa e a constituição de aliança e guerra com a população local ao processo de transformações econômicas ocorridos na segunda metade do século XIX configurando as memórias de guerra entre as quais selecionamos para entendimento a de Castilho (1891) e Ferreira (1870, 1891), mas o diálogo sobre essas fontes terá lugar no segundo capítulo, aqui assentam os elementos do contexto socioeconômico e político que possibilitaram a existência delas. E ainda abordaremos a expedição organizada por Paiva de Andrada como parte do cenário que insere os viajantes franceses em território zambeziano, e por meio das observações dos dados destas fontes e leitura deles, obtivemos acesso a uma série de informações a serem apresentadas no primeiro capítulo e aprofundadas nos demais capítulos da dissertação.

1.1 - Historiografia sobre os prazos: os primeiros estudos sobre os prazos e, seus desdobramentos e suas lacunas sobre as mulheres no século XIX.

A estrutura dos prazos surgiu como mote para discussão, de maneira mais efetiva, quando estudiosos passaram a estudar mais a fundo sobre as origens desta forma de organização social, seu processo de transformação, estrutura social política e econômica, na última década de 1890 quando houve a formação de uma comissão exclusiva para pensar nos “problemas do prazo” e sua adequação às novas exigências do colonialismo. Esta comissão teve como relator Oliveira Martins, que ficara encarregado de propor as reformas solicitadas e, ao final de seus estudos escreveu um relatório “visando legitimar a extinção dos prazos” (OLIVEIRA, 1889 apud EUGENIA, 2013, p.26).

(...) as autoridades de Lisboa nomearam, de fato, uma comissão para que examinasse o problema dos *prazos* e desse parecer acerca do futuro do regime da terra e do abastecimento de mão-de-obra na Zambézia. Em 1890, as conclusões dessa comissão foram incorporadas uma nova lei global sobre os impostos, a posse da terra e a mão-de-obra: essa lei foi posta em vigor em 1892. As idéias que subjazem à nova legislação eram as do novo ministro da Marinha e Colónias, António Eanes, que pretendia fomentar a agricultura de plantação na Zambézia e pensava ter descoberto um modo de adaptar as antigas tradições dos prazos à nova era do capitalismo de plantação. Além de criar meios de fornecimento de mão-de-obra às novas empresas, essa legislação virava-se também para o problema da pacificação, da administração e da política comercial (NEWITT, 1997, p.612).

Através dos estudos solicitados pelo então ministro da Marinha e da colônia Antônio Eanes os debates se iniciaram com características mais voltadas para o início de uma historiografia colonial de Moçambique que segundo Eugénia Rodrigues, foi permeada pelo debate político e ideológico (RODRIGUES, 2013, p.26).

Nessa discussão a questão do direito histórico português restava em segundo plano, ainda que permanecesse extremamente importante. O cerne destes estudos se voltava para verificar qual conexão ou continuidade existia entre a essência jurídica do prazo e a concessão da propriedade feita pela coroa portuguesa através de mecanismo de relações vistas por eles como “vassalagem”, desta forma, assim que conseguissem entender de que maneira isto ocorreu pudessem arquitetar tal mecanismo com uma roupagem nova: o capitalismo agrícola.

A seleção desse conjunto de temáticas para serem estudadas não foi feita por coincidência, na medida em que expressava exatamente o rol de preocupações destes teóricos e dos administradores com a necessidade de mudar ou banir de vez a existência dos prazos: a essência jurídica do prazo e suas origens, mecanismos de transmissão da titularidade, mecanismos de cobrança de impostos, e a forma de organização social e política dessa estrutura.

Cada aspecto ressaltado anteriormente estava na agenda liberal de discussão dos estudiosos portugueses no final do século XIX, pois aqueles aspectos foram vistos pelos políticos lusitanos como pontos a serem superados por se associarem ao atraso econômico, desta forma, impedindo o progresso e o desenvolvimento da modernidade.

Assim, não se tratava de um simples debate político e ideológico, buscava-se entender como ocorreu a própria existência do prazo para garantir uma reestruturação no campo que, ao mesmo tempo, conservasse aspectos ligados à lógica social anterior como o pagamento de impostos e mão de obra “disponível”, e também permitisse a alteração necessária para implantar um sistema capitalista ligado ao trabalho forçado direcionado à agricultura, em suma, efetivar um sistema colonial extremamente eficaz e rentável (Cf. MARTINS, 1920, p.233).

Selecionamos algumas obras dos historiadores no período colonialistas do século XX mais conhecidos, cuja produção se refere aos prazos. Notamos a existência reiterada de um roteiro seguido por eles, a partir do qual destacam a presença lusitana em África num passado longínquo personificada por homens de grande “coragem” e “bravura”, “desbravadores” do litoral e do sertão. Por outro lado, os africanos, retratados como

bárbaros e categoria social homogênea que necessitava da civilização ofertada pelos portugueses. Seriam salvos de sua barbárie por meio do trabalho.

Ao nos depararmos com este tipo de construção narrativa percebemos que existia ligação entre isto e a busca por parte dos referidos intelectuais do período colonial em justificar ou reforçar o discurso/imaginário do direito histórico sobre o território africano.

Oliveira Martins, foi o principal expoente em defender os elementos mencionados anteriormente, pois estava associado ao governo e incumbido de propor resolução ao “problema” do prazo. Ao término de seu relatório, o autor constatou que os prazos eram instituições árabes que existiram antes da chegada dos portugueses: à época, os árabes tinham adquirido o monopólio comercial e detinham poder e influências sobre as chefias africanas locais, mas no processo de expansão dos comerciantes lusos, os árabes perderam sua influência e paulatinamente foram substituídos pelos portugueses.

Avaliando a posição de Oliveira Martins, Valentim Alexandre (1996, p. 199-200), afirma que após ter se filiado ao Partido Progressista, Martins passou a defender o fortalecimento da relação da nação com os territórios coloniais, mas em nenhum dos momentos em que oscilou entre a defesa e o ataque ao sistema colonial, deixou de insistir e defender a necessidade de reformas políticas e econômicas na colônia. Assim "concluía Oliveira Martins, 'explorar em proveito nosso o trabalho de uns milhões de braços, enriquecendo-nos à custa deles. De tal modo se fez o Brasil'" (MARTINS, 1953, p.216 apud ALEXANDRE, 1996, p.201). Ou seja, pensava-se em formas mais eficazes para submeter à população efetivamente aos domínios coloniais (MARTINS, 1953, p.216 apud ALEXANDRE, 1996, pp. 200-201).

Podemos dizer que a estrutura dos estudos sobre prazo que temos hoje, em grande parte, tem suas origens na efetivação do projeto e do pensamento colonial. Mas, a prerrogativa destas análises visando atender aos anseios do colonialismo foi se alterando. E tal mudança esteve relacionada à filiação historiográfica a qual os estudiosos estiveram atrelados no decorrer do século XX e XXI.

Além desse autor, seu contemporâneo Ernesto Vilhena publicou a obra “*Companhia do Nyassa: relatórios e memórias sobre os territórios*” na qual também mostra seus argumentos sobre os prazos. Este livro foi lançado pela Companhia do Nyassa com alguns dos principais relatos e memórias de quando Vilhena foi governador e, em seu conteúdo trata acerca dos territórios da concessão feita a esta companhia na África.

Vilhena, em direção oposta à conclusão de Oliveira Martins, afirma que esta instituição teve origem africana e argumentou que o movimento de "arabização" das regiões do prazo e em outros lugares da parte norte ocorreu apenas nos séculos XVIII e XIX, ou seja, quando a instituição já estava organizada a partir das relações entre os chefes locais africanos e os comerciantes e oficiais portugueses (VILHENA, 1905, p. 58). Desta forma, define o prazo como banto, ou mais especialmente como mocaranga, como teremos ocasião de ver detidamente (VILHENA, 1905, pp. 59-60).

Na segunda metade do século XX, outras perspectivas historiográficas assumiram a continuidade dos debates sobre os prazos, mas apresentaram alterações significativas. Na década de 1960, Alexandre Lobato defendia que o prazo moçambicano se caracterizava pelo "usufruto da propriedade em três vidas por sucessão na linha feminina", sendo essas práticas circunscritas às "jurisdições de Quelimane, Sofala, Sena e Tete", e foram resultantes da "combinação das sesmarias do Reino com as mercês nupciais por três vidas feitas na Índia" (LOBATO, 1962, p.105).

Alexandre Lobato licenciou-se em Coimbra em Ciências Histórico-Filosóficas com uma dissertação sobre a história do presídio de Lourenço Marques, estudo publicado em 1949 com prefácio de Marcello Caetano. Contudo, terá começado a apresentar trabalhos em 1938, ano da publicação do *Ensaio sobre a História demográfica de Lourenço Marques* no Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique. A partir deste momento dedicou-se de forma ímpar ao estudo da História de Moçambique, tendo sido redator no Secretariado Nacional de Informação - SNI, bibliotecário no Ministério do Ultramar, secretário executivo da Junta de Investigações do Ultramar (1955), inspetor do Ensino do Ultramar (1960), deputado por Moçambique (1961-1965), consultor da parte de Portugal no Tribunal Internacional de Haia na disputa sobre a defesa dos direitos portugueses face às reivindicações da União Indiana e diretor do Arquivo Histórico de Moçambique. Nas vésperas de 1970 tornou-se professor, função que continuou a desempenhar na Universidade Eduardo Mondlane no período pós-independência. Em 1979 ingressou na Faculdade de Letras de Lisboa como professor (Cf. MARIZ, 2016, p. 153).

Assim, destacamos que o contexto de escrita e o meio de circulação cultural de Lobato, nos quais os discursos vigentes eram propagadores da defesa de um colonialismo, como ação civilizadora, de caráter brando e amistoso, em prol da miscigenação. O livro *Colonização senhorial na Zambézia* tem um profundo caráter propagandístico, divulgando ações portuguesas e os benefícios advindos dessa conquista: a formação da cultura moçambicana.

Já na década de 1960, intelectuais ligados a universidades estadunidenses desenvolveram novas narrativas, atreladas à presença e à influência africanas nos tempos de movimentos de resistência negra no país, e também devido aos movimentos de independência na África, no mesmo período. Estes espaços abertos nas universidades proporcionaram uma revisão historiográfica pautada pela construção de outras narrativas do passado africano.

Diferentes historiadores destacaram o caráter eurocêntrico adotado até então na produção da História da África, e com isso a necessidade de correção de uma construção unilateral. Portanto, propuseram uma história que contemplasse a ótica africana na história de suas populações.

Entre outros e, no que diz respeito ao estudo dos prazos zambezianos, Allen Isaacman (1979) se afasta da interpretação pautada no aspecto legal da justiça normatizadora do prazo proposta por Lobato, e ainda critica a tese de que a distribuição das terras da coroa portuguesa pela via feminina, considerando-a deficitária, pois diz que Lobato atribui valor excessivo a relação entre a coroa, os *stateholder* (prazeiros) e os chefes africanos. Neste sentido, sua crítica se concentra na ideia de fragilidade das relações entre a coroa e os prazeiros, ou colonos, por conta da distância entre Portugal e sua "colônia" Moçambique e pelas dificuldades econômicas encontradas pela metrópole no decorrer deste contexto histórico. E afirma ainda que o prazo deve ser pensado em seu processo de transformações das dinâmicas internas e pelo impacto da instituição sobre a vida das populações fixadas ao longo do vale do Zambeze, ou seja, a partir da africanização dessa instituição.

René Pelissier (1994) estabeleceu abordagem bastante diferente com seu livro *História de Moçambique - formação e oposição (1854-1918)*. Com características fundamentadas em um viés mais político da história, escreveu seu texto abrangendo as revoltas e resistências em Moçambique face ao despontar do colonialismo e das dinâmicas internas de migração das populações africanas.

Pélissier apresentou a narrativa que constitui o livro, não como uma "história social de Moçambique", mas como um "relato e a análise de uma penetração europeia num conjunto de povos que, uma vez vazados à força no molde colonial, iriam transformar-se nos Moçambicanos" (PÉLISSIER, 1994, p. 28), ocupando-se ainda de observar o nacionalismo moçambicano e o processo de resistência ao colonialismo que o fez surgir.

Tal narrativa evidenciou a presença histórica das sociedades locais no processo de construção da história de Moçambique. A estrutura explicativa desse processo foi dividida

a partir de três eixos territoriais: na parte norte situou o “Domínio Suhaíli”, na central, o “Domínio Zambeziano”, e no sul “Domínio a sul do Save”. Mas essa história ainda se mostrou mais preocupada com os impactos da colonização e seus desdobramentos. Neste sentido, a colonização foi o centro a partir do qual sua narrativa se desenvolveu, sendo mostrada como uma conquista militar violenta, executada pelos portugueses no limiar do século XIX (PÉLISSIER, 1994, p. 29-32).

Este autor circunscreveu os prazos ao território que denominou como “Domínio Zambeziano”, local onde se concentravam, majoritariamente, as sociedades prazeiras (termo que utilizou para facilitar a indicação sobre qual população estava em falando). Segundo este autor, os prazos nasceram como uma organização sociopolítica a partir da colonização portuguesa, mas afirmou que, no século XIX, ocorreu sua desestruturação.

Segundo, Péliissier houve neste período o surgimento de “macro-prazos” transformados em “Estados Secundários” (organização política paralela à estrutura da coroa dentro dos prazos, formada por algumas famílias afrodescendentes donas destes territórios), tal qual propõe Isaacman (PÉLISSIER, 1994, p.74).

Neste sentido, indicou a complexidade que existe em classificar e entender esta sociedade. Assim, para organizar a narrativa em torno da dinâmica interna deste “Domínio”, propôs entender sua geopolítica como “uma pirâmide de três andares” cuja base estava permeada pelos “regulados e Estados africanos, (...) empobrecidos”, parcial ou totalmente independentes.

No “andar” intermediário estariam os prazos ou macro-prazos, conforme destacado anteriormente, conciliavam partes dos mundos africano e português, por ter tido sua origem na colonização lusa. Já no vértice estavam “algumas feitorias-fortaleza portuguesas e as suas cercanias”, “impotentes e ameaçadas”, mas continuamente tentando impor-se frente à sociedade zambeziana (PÉLISSIER, 1994, p.75). Apesar do argumento central do autor evidenciar as relações entre africanos, prazeiros e lusitanos como hierárquicas, percebemos que era essencial o estabelecimento de alianças e de dependência mútua para ocorrer a permanência da presença portuguesa.

O comércio e a política somente poderiam ser exercidos mediante algum ato de interesse e concessão, de ambas as partes. Neste sentido, a ideia de pensar a sociedade do prazo como uma pirâmide faria mais sentido se no topo dela estivessem as sociedades africanas e de seus descendentes “mestiços”, de quem os portugueses dependiam para o bom funcionamento da estrutura ali organizada, mesmo dentro das feitorias-fortalezas que sobreviveram até o XIX, chegaram ali por causa das alianças.

Em maior grau, a influência cultural e política portuguesa sobreviveram onde a maioria de sua gente foi se concentrando. Como foi o caso, por exemplo, de Tete e Sena, no interior e de Quelimane no litoral. Neste século, a sociedade zambeziana descendia majoritariamente, dos africanos e conforme afirmou Isaacman, no século XIX já haviam se africanizado. Logo, não havia possibilidade dos portugueses figurarem, neste período, no topo da pirâmide sociopolítica da sociedade zambeziana.

Malyn Newitt (1997) traduz de maneira expressiva o significado do prazo para as sociedades diretamente envolvidas em sua construção e consolidação. Neste sentido, supera a visão unilateral lusitana que considera a formação desta instituição como resultado de ações de indivíduos de origem portuguesa, desbravadores e destemidos que com sagacidade conseguiram se sobressair com astúcia frente aos governantes africanos.

O autor apresenta uma instituição complexa de origem genuinamente africana, que não se define em comparação com outras sociedades colonizadas pelos portugueses, ingleses, espanhóis, franceses, mas devidos às experiências vividas de suas populações, em decorrência das transformações sofridas ao longo do tempo, expressando singularidades próprias ao contexto de sua formação, com isto sendo capaz de agregar o convívio de pessoas vindas da própria África, da Ásia e da Europa ou de qualquer outro lugar.

Na década de 1990, José Capela expõe seus argumentos acerca dos prazos, contrapondo-se em reação direta às proposições e definições de Isaacman, procurando demonstrar que a instituição dos prazos somente pode ser definida sob a mesma ótica proposta por Lobato: a instituição foi essencialmente regulada pelas leis portuguesas sob a prerrogativa da transmissão da titularidade ter sido regularizada por meio da via feminina.

Segundo esta perspectiva, quando os portugueses conquistaram e subjugararam os chefes locais e suas terras, eles assim o fizeram procurando explícito reconhecimento da coroa portuguesa, (CAPELA, 1995, *passim*). Ponto de vista este oposto à análise de Isaacman, cuja afirmação expõe a procura destes portugueses por reconhecimento de titularidade da terra junto aos chefes locais, em primeiro momento, assim a busca pela legalização das terras junto à coroa, quando ocorria, se dava em segundo momento. Capela defendeu ainda que o objetivo central da instalação do prazo na Zambézia era servir como espaço de "povoamento" com a população portuguesa, depois goesa.

Para saber mais sobre o debate em torno da presença portuguesa, bem como sua efetiva colonização é necessário ver Isaacman, (Cf. ISAACMAN, 1979, pp. 25-54) e Capela, (Cf. CAPELA, 1995, pp. 19-41). O último discute a essência jurídica dos prazos a partir da ideia de que ele está relacionado "exclusivamente a legalidade", desta forma,

caracterizado como um sistema dominial por meio do qual Portugal exercia o poder de conceder terras aos seus súditos, ou quem viesse assim a sê-lo. Em contrapartida a isso, está à natureza do império ligada ao conceito de prazo estudado por Isaacman, definida por ele como nominal até o século XIX. Isto porque, ao discutir sobre a temática da efetividade da construção do império português na região no período entre 1550 a 1850, apresenta-a como uma construção ideológica organizada nos governos de Salazar e Marcelo Caetano no começo do século XX, período em que os portugueses difundem cada vez mais massivamente a ideia de que “o vale do Zambeze era parte integrante do seu império ultramarino há já vários séculos”. Seriam estas ideias criadas para dar legitimidade “à retórica do lusotropicalismo” que afirmava a capacidade dos portugueses em “criar um paraíso multirracial no Brasil e em África”.

No início do século XXI, os estudos sobre os prazos são retomados por Eugênia Rodrigues (2013). Diante do que foi anteriormente apresentado, a autora argumenta sobre a necessidade de maior aprofundamento no campo de estudos, pois a perspectiva global dada à história dos prazos obscureceu muitos aspectos, entre eles a visão simplista apresentada pela historiografia sobre as relações entre portugueses e africanos.

A autora busca pensar para além das questões ligadas à essência e às origens do prazo. Afirmar ser necessário refletir sobre os primórdios da chegada, principalmente o período entre o século XVII e XVIII, com a observação de que o século setecentista foi largamente explorado pelos historiadores mencionados anteriormente, mas acabaram deixando em aberto algumas questões importantes estabelecidas pela análise do período anterior (RODRIGUES, 2013, *passim*).

Rodrigues centra seus objetivos em entender o prazo a partir das relações entre portugueses e africanos, pensando nos modos de aquisição e de perdas de soberania sobre as sociedades africanas, e busca perceber de forma e em que contexto social as instabilidades políticas se dão. Define o prazo também pela construção legal da coroa portuguesa, principalmente a partir da aplicação das leis do Estado de Goa, à época, direcionador das políticas aplicadas na Zambézia no que se refere à posse e transmissão territorial. Segundo a autora:

Os prazos foram transpostos para o império português do Oriente, mormente para a Província do Norte, Ceilão e Moçambique, acomodando-se às necessidades imperiais de remuneração de uma elite ao serviço da coroa, de administração do território e de adaptação às instituições das sociedades dominadas. Em geral, combinavam a enfiteuse com a concessão de bens da coroa. Eram cedidos a vassallos (incluindo nativos) como retribuição de serviços, devendo os beneficiados pagar um foro e prestar mais serviços. O usufruto era entendido, principalmente, como o direito de cobrar tributos aos habitantes nativos. (...)

Ainda assim, desde cedo, foi reconhecido o direito de renovação. Estas concessões supunham a inalienabilidade, a indivisibilidade e a confirmação régia com o registo na chancelaria (nas sucessões, renovações e vendas, onde as havia), enquanto a sucessão, inicialmente varonil, se alargou às mulheres, para, em certas circunstâncias, imporem a exclusividade feminina. Dada a longevidade da instituição, as suas características não foram estáveis. (RODRIGUES, 2014).

Desta maneira, relativiza a generalização desses conflitos e por fim se propõe a entender como os prazos sobreviveram por tanto tempo e como funcionaram no contexto da sociedade africana, observando os mecanismos para estabelecimento das alianças entre senhores e chefes locais, quais estratégias para aquisição e transmissão do prazo. Assim como perceber a política da coroa em relação aos prazos. Salienta nesse contexto a participação das Donas, mulheres administradoras das terras dos prazos (RODRIGUES, 2013, p.30).

1.1.1 Historiografia sobre o Prazo de Massangano

Segundo Newitt, algumas obras foram veículos iniciais dos estudos sobre Massangano, entre elas a que foi produzida em língua inglesa e escrita por Mathers, considerado um guia para os interessados e que dizia respeito às guerras na região do prazo, e a luta dos portugueses em busca de controle do vale do Zambeze frente aos britânicos (MATHERS, 1891 apud NEWITT, 1967, p.133). A outra obra, de língua portuguesa, do General Teixeira Botelho segue as mesmas regras de análise política (BOTELHO, 1921 apud NEWITT, 1967, p.133).

Uma terceira obra produzida por Almeida de Eça, “História das guerras no Zambeze, Chicó e Massangano (1807 - 1888)”, trazia os temas anteriormente mencionados, mas explicava e situava Massangano como um território de soberania portuguesa, abrangendo a análise dos combates que cercavam a aringa (EÇA, 1953). Esta é uma obra de referência sobre Massangano, por apresentar detalhes sobre as campanhas de guerra, desde a época de Bereco, passando pelo Bonga até o Motontora.

Ele destacou a genealogia da família Cruz, empreendeu minucioso debate e descrição sobre eles apontando as “atrocidades” por eles cometidas. Em contrapartida, valorizou as ações dos administradores e militares, destacou as controvérsias do processo de guerra e mobilizou inúmeros e valiosos documentos históricos, disponibilizando-os ao final de cada um dos dois volumes que compõem a obra a fim de expor “a verdade” dos fatos.

Sobre Luísa, Eça dedicou muitas páginas, nas quais descreveu boa parte de sua vida, considerando a fase adulta de sua vida. Mostrando-a como uma mulher negra, com personalidade arrogante, enérgica e demais aspectos mitificados, ao mesmo tempo,

destacou os aspectos da hospitalidade desempenhada em seu luane (um tipo de residência), também por meio dos muitos serviços prestados à coroa. No entanto, reiterou muitos dos aspectos negativos apresentados pelo ex-governador-geral Augusto de Castilho. Esta obra caracteriza-se pela ênfase especialmente descritiva de todas as fases da guerra (EÇA, 1953).

Na década de 1940, citamos a obra do capitão Pereira Galante (passim, 1945), que se dedicou a reconstruir a história da guerra dos portugueses contra a família Cruz por meio da reprodução de trechos de relatórios e outros documentos oficiais que se concentram em resgatar a memória dos oficiais portugueses, construindo um discurso repleto de estereótipos acerca dos membros da família Cruz, em contraposição ao enaltecimento de figuras militares portuguesas.

Descreveu o contexto histórico permeado por conflitos associados às intrigas entre os senhores chamados de senhores feudais. Nesse sentido, o prazo foi visto como uma instituição europeia na África. Vale mencionar que aborda, em uma nota do livro, a figura de Luísa do Goengue, como a mulher de Belchior Nascimento, uma traidora, déspota e cruel.

Ainda sobre Massangano, entre as décadas de 1960 e 1970, mencionamos os trabalhos como o de Newitt (1967) e Isaacman (1972) produções inseridas no contexto das discussões historiográficas atreladas às tarefas de pensar outros métodos para os estudos subalternos, das sociedades e classes desfavorecidas e oralizadas e, especialmente, trabalhos voltados para os estudos de resistência frente à dominação colonial.

Mais especificamente, o prazo de Massangano foi tema de um dos estudos de Newitt. Em uma de suas abordagens, em *The aringa at Massangano* (NEWITT; GARLAKE, 1967), traçou um breve relato sobre a localização deste prazo na década de 1960, por meio da interdisciplinaridade, estabeleceu o diálogo entre História e Arqueologia, num trabalho conjunto feito com Garlake. Analisaram de um lado, os vestígios materiais ali encontrados e as possibilidades interpretativas, remetendo-os à produção chinesa no século XVII. De outro, apontaram para a necessidade de uma interpretação histórica que contemple a percepção dos "acontecimentos contemporâneos do Zambeze que poderiam ter influência no estudo das guerras contra os Cruz", e a necessidade de redimensionar esses eventos com o surgimento de um novo tipo de relação política social e econômica na Zambézia (NEWITT, 1967, passim).

Mais tarde, Isaacman abordou o mesmo prazo em duas obras: a primeira sobre o tema geral (ISAACMAN, 1972) e a segunda sobre os movimentos de resistência à dominação colonial (ISAACMAN, 1979). Nessa direção, Massangano emergiu como um

prazo resistente às ingerências portuguesas e correspondentes a um exemplo claro da africanização da instituição europeia em África.

Este autor serviu como parâmetro para análise semelhante, proposta por Newitt, o qual apresentou as tensões entre o líder de Massangano, o Bonga, e os portugueses, circunscritas num contexto mais amplo de disputas políticas do vale do Zambeze. Na ótica deste historiador, este prazo não poderia ser estudado fora de uma dinâmica de relações mantida com os outros prazos do vale.

Já para Capela, o prazo de Massangano está inserido num processo de reconhecimento legal estabelecido pela Coroa em forma de enfiteuse, que seria de maneira geral, o direito de uso e posse sobre a propriedade mediante pagamento de tributo à Coroa.

Segundo ele, os estudos sobre este prazo devem ser inseridos na lógica da expansão portuguesa; ainda que se apresentem particularidades nos conflitos entre a família Cruz e a Coroa, estes são vistos como querelas entre pessoas de alta ganância, e não como um movimento de resistência às ingerências portuguesas (CAPELA, 1995).

Como vimos até aqui, de forma resumida, o prazo de Massangano e o contexto de guerra a ele associado foi cercado de discussões historiográficas bastante díspares. Podemos mencionar entre os principais pontos de discussão historiográfica os seguintes questionamentos sobre os quais não existe consenso:

1. Quais os motivos que levaram a guerra contra os portugueses?
2. Qual a origem da família Cruz?
3. De quem era a soberania - pertencia à coroa ou aos africanos ou afro-portugueses?

Entendemos que a participação de Luísa do Goengue neste processo também é um elemento importante a ser destacado, pois o modo como esta figura histórica emergiu na historiografia também se demonstrou ambivalente e como tal apresentou-se como objeto de análise nesta pesquisa, justamente pela lacuna historiográfica sobre sua participação e sua real influência e atuação junto ao contexto da guerra contra Massangano.

Todos esses assuntos e questionamentos repercutiram desde as primeiras edições de estudos sobre este prazo, cujo recorte temporal envolveu desde a chegada de Nicolau Pascoal da Cruz na região no começo do século XIX, primeiro membro desta família, que acusado de traição, foi enforcado; até a última grande guerra feita por Motontora no comando de Massangano em 1888. O período abarca ainda a descrição do processo de disputas travadas entre Bereco e Nhaúde e a família Pereira Caetano (outra família afro-portuguesa, detentora de prazos), e além deste episódio, houve ainda o mote ligado às ações

de guerra de Antônio Vicente da Cruz, conhecido como Bonga, na continuidade dos conflitos, oscilando sempre entre fases de paz e de guerra. Após a morte do Bonga, a ascensão dos irmãos que prolongou durante mais um tempo a resistência aos portugueses, protagonizada ainda pelos filhos do Bonga já no período posterior a 1888.

1.1.2 A abordagem sobre as mulheres na historiografia sobre os prazos.

Como vimos acima, Alexandre Lobato escreveu uma história dos prazos sob um viés jurídico no qual a posse da terra era transmitida pelas mulheres por três gerações, conectando as relações entre prazeiros e a coroa portuguesa. Sem maiores preocupações com as relações mantidas dentro do prazo ou mesmo as mantidas entre os prazeiros e os reinos africanos e as chefias locais, Lobato inscreveu sua narrativa na história do vale Zambeze (LOBATO, 1962). Neste sentido, este autor abordou a presença das mulheres na região dos prazos para demonstrar a questão da ligação entre as chamadas “elites locais” e Portugal, neste caso, a atuação feminina figurava como elemento ilustrativo do processo de colonização. Não encontramos uma preocupação com o protagonismo feminino, até porque esta não era uma demanda nem o centro das discussões que preocupavam o autor ou com quem ele dialogava.

Nos estudos de Capela surge a preocupação com a História das mulheres, em recuperar as personalidades históricas que se destacaram por meio da reconstituição do pertencimento das famílias e daquilo que ele afirma ser a “elite colonial”. Pautou-se na ideia de que estas mulheres, chamadas de Donas por seus contemporâneos, estavam inseridas como súditas do rei e que, de maneira geral, participavam do processo de colonização tal qual ordenado pela Coroa, cumprindo as suas ordens, salvo algumas exceções (CAPELA, 1995, pp. 79- 101). As narrativas que construiu mostram que sua perspectiva sobre a atuação feminina é pautada na ideia de recuperar histórias de mulheres que atuaram de forma considerada anormal ou atípica na época em que elas viveram. Elas aparecem na História como mulheres que não eram pessoas comuns, mantinham ações exóticas e peculiares, se casavam com homens ilustres de Portugal, e por estes motivos, mereceriam ser estudadas.

Desta forma, este historiador resgatou os nomes portugueses e os apelidos locais atribuídos a estas mulheres e os prazos dos quais obtiveram a posse, além de alguns aspectos ligados à representação que as fontes deixadas por oficiais portugueses, militares ou administrativos registraram sobre elas (CAPELA, 1995, pp. 79- 101).

Ao tratar diretamente de Luísa de Goengue, informou que as fontes utilizadas para reconstituir sua história eram ambíguas, não permitindo assim um juízo acerca de seu comportamento. Apresentou em sua obra, uma sequência de relatos sobre os atributos de beleza física, representações de viajantes em torno de suas atitudes despóticas ou benevolentes com que muitas vezes despendeu para com os portugueses ou seus subordinados (CAPELA, 1995, pp. 90-93).

Estes aspectos destacados pelo referido autor, nos ajuda a perceber a importância da personagem, bem como os discursos contraditórios existentes em torno dela. Pois essa abordagem analítica nos incentivou a investigar o motivo de tais construções representativas se colocarem de forma tão enfática para o referido historiador. Assim buscamos ir além da aparente ambiguidade para aprofundar aspectos da atuação de Luísa que esclareça seus papéis, político e social, em seu cotidiano sem que isso seja erigido a categorias mitificadas ou lendárias.

Eugênia Rodrigues, historiadora portuguesa, em conformidade com os estudos sobre as mulheres proposto por Capela, evidencia em várias obras as senhoras, nhanhas (estas mulheres descritas pela historiografia como “amásias” dos mozungos), suas escravizadas e escravizados, as dinâmicas do cotidiano, as estratégias de poder e as influências na dinâmica política e comercial no Zambeze do século XVIII.

O recorte temporal desta historiadora, focado no estudo que inicia no XVI e termina no XVIII, não contempla o contexto temporal de nossa pesquisa, mas traz elementos importantes para a discussão do tema, entre eles a questão das representações portuguesas constituídas sobre estas mulheres. A autora também nos proporciona reflexões quanto ao tratamento dado às fontes e algumas possibilidades de análise existentes sobre as mulheres na Zambézia (RODRIGUES, 2000, *passim*).

Nesta pesquisa optamos por direcionar uma parte do estudo sobre a história das mulheres, no século XIX, pois existem evidentes lacunas, no que tange ao entendimento sobre os desdobramentos que este grupo social vivenciou, bem como, por causa das alterações de suas relações políticas com os portugueses, em virtude do empenho destes em efetivar o projeto colonial. Assim, trazer o protagonismo das mulheres africanas, e situar suas atuações políticas e papéis sociais e entendê-las a partir das relações de poder e dos interesses mantidos pelas sociedades africanas com os portugueses favorece, em certa medida, o preenchimento de pontos dessa lacuna.

Por meio da análise do envolvimento da personagem histórica Luísa do Goengue no processo da guerra de Massangano, buscou-se evidenciar o não dito sobre seu papel nas

ações de resistências de seu irmão, o Bonga e dos parentes que o substituíram no decorrer do período. No entanto, antes precisamos discutir a existência da linhagem dos Cruz, como resultante de entrelaçamentos culturais, mas, que reivindicou em muitos aspectos, suas origens africanas a despeito das titulações portuguesas e das alianças realizadas. E, a partir disso, analisar essa reivindicação atrelada às questões do interesse político-econômico, bem como os sinuosos caminhos que culminaram nas dinâmicas da guerra de Massangano contra os lusos, para somente após este percurso compreender a participação de Luísa neste contexto.

1.2 - A presença portuguesa no vale do Zambeze: um breve panorama.

Este breve panorama se faz necessário para entendermos aspectos das relações existentes entre africanos e portugueses revestidas de interesses em comum até se transformarem em processo de dominação da parte dos lusitanos no final do século XIX. Em diferentes ocasiões esses interesses culminaram na formação de alianças político-econômicas, em negociação de tratados comerciais e por causa disso, também em conflitos para o restabelecimento destas dinâmicas ou mesmo para sua fatídica extinção.

Diante deste contexto, pretendemos abordar diferentes ocasiões que demonstram o poder e a hegemonia das populações africanas frente ao processo de colonização portuguesa em dimensões sociais, políticas e econômicas. E vale dizer que houve oscilação deste quadro hegemônico e isso dependia mais das dinâmicas internas das sociedades africanas e das condições climáticas que existiam na região, do que do poderio português e de sua capacidade em impor-se diante dos povos que pretendeu subjugar. Não se trata de querer contrapor o eurocentrismo das narrativas historiográficas sobre a História da África com uma história simplista afrocentrada. Na verdade, o movimento da narrativa desenvolvida neste capítulo visa demonstrar de forma breve alguns limites da atuação dos portugueses dentro do território do vale do Zambeze, de forma que evidencie que as dinâmicas sociopolíticas das sociedades africanas se impuseram frente às forças de ação dos estrangeiros europeus e não ao contrário.

Construímos tal narrativa histórica com base na reflexão em torno o argumento do historiador Allen Isaacman (1979) para quem a presença portuguesa no vale do Zambeze (região que se situa o território de Moçambique atual) estruturou-se num longo período, desde o século XV até XIX, período em que de forma “**nominal**” Portugal “controlou teoricamente um vasto império” (ISAACMAN, 1979, p.25).

Essa ideia foi posteriormente retomada pelo estudioso Valentim Alexandre (2004). A partir deste argumento, e ainda com base nos trabalhos de Carlos Serra (2000) e Malyn Newitt (1997), desenvolvemos a defesa da ideia de que a dinâmica do território do prazo estava subsumida, cultural e politicamente, nos moldes da estrutura do reino do Monomotapa.

Ainda que pareça óbvio dizer indicamos alguns elementos centrais que colaboraram para tal hegemonia, além do interesse econômico do mutapa, e devido à diminuta quantidade de pessoas enviadas por Portugal, os casamentos e laços de parentesco criado, principalmente com os batonga, a escassez de pessoas de ascendência portuguesa foram fatores importantes para a consolidação desta conjuntura. Por outro lado, o poder de aglutinação do sistema político tonga e de considerável parcela dos africanos do Zambeze proporcionaram uma menor influência direta dos lusitanos, com isso, os africanos mantiveram durante grande parte do período a hegemonia nas relações políticas vigentes naquela sociedade.

Desta forma, iniciaremos nosso breve panorama, pensando Moçambique do século XV, no contexto mais amplo do Oceano Índico e passaremos aos demais períodos históricos, até meados do fim do XIX. Intentamos apresentar alguns pontos sobre os caminhos da presença portuguesa no vale do Zambeze. Ver em perspectiva este processo pode ajudar a identificar e entender as dificuldades do processo de colonização e, conseqüentemente, a fragilidade das relações de poder dos portugueses frente às populações africanas.

Durante muito tempo, o mito do Eldorado e as teorias sobre as minas do rei Salomão serviram como motivadores para as movimentações lusas na região e essas histórias foram difundidas pelo imaginário europeu durante séculos. Em busca destes metais preciosos, os portugueses colocaram-se em movimento rumo à interiorização, através de caminhos por terra e pela navegação do rio Zambeze (até então chamado de Cuama) em demanda do ouro e da prata (CABAÇO, 2009, pp. 48-54).

Segundo a historiadora Ivana Pansera de O. Muscalu, os portugueses tinham o conhecimento de que, desde a viagem de Pedro Álvares Cabral em 1500, mercadores muçulmanos da costa, os suaílis, comercializavam ouro na costa do Oceano Índico. No entanto, os lusitanos chegaram a Sofala no início do século XVI, com finalidade de “atender aos objetivos estratégicos da navegação para as Índias” e ali se fixaram a partir da construção da fortaleza de Sofala (MUSCALU, 2015, pp. 16-17). Neste sentido, vemos claramente, os interesses portugueses em estabelecer-se na região relacionados à busca por

metais preciosos. O desejo por evangelizar e “salvar muitas almas”, ou seja, levar a fé cristã aos outros povos também foi grande motivador para esta empreitada rumo ao Índico.

Neste mesmo período, no interior do continente, o reino do Monomotapa, com população formada pelos povos caranga - no processo de sua expansão política já havia submetido os povos tonga, shona, tauara (NEWITT, 1997, p.52) – o reino chegou a ocupar longos territórios entre as áreas de Moçambique e Zimbábue atual. Encontravam-se situados, grosso modo, ao norte e ao sul entre os vales do Zambeze e do Limpopo, sendo delimitado a ocidente pelo deserto do Kalahari e a oriente pelas terras baixas e o mar, Oceano Índico, já de norte a sul pelas cordilheiras de Manica e do Vumba (NEWITT, 1997, p.46; RODRIGUES, 2013, pp. 42-46; MUSCALU, 2015, p.16). Neste território a cultura shona, deste período, se desenvolveu entremeada pela disputa política dos reinos rivais de Butua e Monomotapa (MUSCALU, 2015, p.16).

Desde o século XV, o Matope Nyanhehwe e seu sucessor Mutota vinham expandindo o território, submeteram politicamente os tauara e os tonga e influenciaram o reino do Barué, a partir disto, conseguiram organizar uma nova rota em direção ao Oceano Índico utilizando o rio Zambeze como curso. Este caminho se desenvolveu, entre outros motivos, também em decorrência das necessidades impostas pelas novas relações comerciais estabelecidas com os mouros do sultanato de Angoche.

O soberano do Monomotapa movimentou-se em direção ao estabelecimento de aliança com os portugueses, a partir da diplomacia da corte do mutapa (sendo este o nome do título dado ao soberano do Monomotapa), assim, a iniciativa para os acordos comerciais partiu dos africanos. Neste sentido, Muscalu nos mostra que “fontes contemporâneas à construção da fortaleza registraram que a origem do ouro de Sofala era principalmente o reino do Monomotapa, cujo soberano tomou a iniciativa do contato com os estrangeiros na costa” (MUSCALU, 2015, p.16). Firmados os termos da permanência portuguesa, na cidade de Sofala e na cadeia comercial do Monomotapa, houve intenso escoamento de ouro para a feitoria portuguesa nos primeiros anos de sua estadia (MUSCALU, 2015, p.16). Os interesses do mutapa neste tratado se associavam com a necessidade de demonstração de poder em relação aos reinos vizinhos, neste caso exercido por meio do pioneirismo da ação comercial, compostos por outras aristocracias shona, bem como pelo seu provável interesse nos armamentos portugueses.

Tal fluxo comercial veio a ser abalado quando os mercadores muçulmanos deslocaram o comércio deste metal precioso para Angoche, causando uma série de instabilidades políticas entre os reinos vizinhos. Com isto, inaugurou-se novo momento das

relações entre portugueses e o mutapa. Fase em que se dá a expansão para o interior, rumo ao Zambeze. Neste sentido, Muscalu descreve que, por iniciativa particular de homens sem apoio da Coroa lusitana, aos quais denomina de “*sertanejos*”, ocorreu o avanço dos lusitanos para o interior, com estabelecimento destes ao longo do rio Zambeze (MUSCALU, 2015, p.16).

Na segunda metade do século XVI, depois da tentativa frustrada de cristianização do reino do Monomotapa, com a busca pela conversão do mutapa Negomo Mupunzagutu (c.1560-89) e de sua nobreza, as relações diplomáticas findaram-se e os portugueses passaram a propor um “plano de conquista dos povos do planalto” (MUSCALU, 2015, p.18).

O reflexo da guerra movida pelos portugueses repercutiu em derrota própria, pois ao deslocarem-se pelo interior onde foram encontrando diversas barreiras impostas pelos “povos da orla do império shona, pelos monga, pelos tavana (tauara) da região de Chicova e pelos habitantes de Quiteve e Manica, na vertente oriental (MUSCALU, 2015, p.166)”.

Não houve dano colateral feito pela passagem da expedição portuguesa, nenhum abalo político mais insidioso que causasse a oportunidade de conquista desejada pelos militares lusos. Mas a expedição chefiada tanto por Barreto como por Vasco Homem, deixou como resultado a instalação dos portugueses no interior ao longo do rio Zambeze.

E o comércio permaneceu por interesse do Monomotapa, com reapropriação da cultura lusa, da escrita e dos materiais e do idioma, algo já realizado anteriormente com os muçulmanos (MUSCALU, 2015, pp.166-171). Nesta direção, a historiadora Ivana P. Muscalu demonstrou que os interesses africanos nas relações com os portugueses se deram, sobretudo pela necessidade de obter armas de fogo, como uma possibilidade de salvaguardar a soberania e poderio de sua corte em relação aos demais reinos, e incluímos aqui a afirmação: não necessariamente de proteger o reino em relação aos lusitanos ou por causa de uma eventual ameaça que pudessem oferecer.

Apesar disso, como resultado da expedição militar que visava atacar o Monomotapa, a coroa portuguesa viu seus súditos se fixarem em terras ao longo do vale do Zambeze. O mutapa Negomo **concedeu** formalmente a instalação dos portugueses e das “capitanias de Sena e Tete, onde foram edificadas os primeiros fortes com paredes em argila e instalaram-se guarnições permanentes” (MUSCALU, 2015, p.167). Essa permissão marca o início das tentativas de efetivar colonização portuguesa no vale do Zambeze, mais ao interior.

O quadro de relações comerciais marcadas por disputas acirradas alterou o jogo das forças políticas e econômicas do reino do Monomotapa cujo enfraquecimento ocorreu ao mesmo tempo em que se colocava a instalação e expansão das relações comerciais com os portugueses.

Vale ressaltar, na esteira das reflexões e proposições teóricas de Muscalu que a presença portuguesa não se deveu exclusivamente ao heroísmo de exploradores individuais, mas a uma série de convergência de interesses entre as partes, africanos e portugueses.

Ou seja, a expansão Portuguesa pela região do Vale do Zambeze possui estreita relação com estabelecimento de alianças com reinos e chefias locais africanas bem como a oportunidade de comercializar produtos, e ainda à receptividade dos chefes africanos para o estabelecimento de relações comerciais de seus plenos interesses. O que explica as autorizações concedidas para fixação dos portugueses, bem como a concessão para realização do próprio comércio nas regiões sobre influência política do Monomotapa.

No século XVII, os portugueses ampliam seus contatos com outros povos na região do Vale Zambeze. A busca por ocupar as terras do Monomotapa, cuja reciprocidade de interesses garantiu aos lusitanos o estabelecimento de relações comerciais, levou-os cada vez mais rumo ao interior, percurso que se tornou meta dos lusitanos. Com isso, conseguiram certa estabilidade política e militar na primeira metade do século XVII. Assim, os portugueses firmaram acordos com o reino do Barué, nos anos de 1630. E ainda, ambos se aliaram comercialmente a fim de comerciar marfim, ferro, cabeças de gado e ouro de que dispunham em pequena quantidade.

No entanto, a influência política dos lusitanos se ampliou quando outros povos e reinos passaram a compor alianças importantes que os levariam a um quadro de estabilidade política e militar na primeira metade do século XVII. Principalmente após o acordo firmado em 1630 com o reino do Barué, e ainda o estabelecimento de aliança comercial entre eles, com consequente ampliação do fluxo da comercialização do marfim, ferro, cabeças de gado e algum ouro.

Neste contexto, os portugueses que haviam se estabelecido nas proximidades do rio Zambeze passaram a assumir funções que antes eram exercidas exclusivamente pelos chefes locais. Os lusitanos tendo outrora consolidado afinidades comerciais e políticas, principalmente com os tonga passaram a ter maior influência no comércio e na cobrança de impostos junto ao rei Monomotapa, mas não conseguiram substituir o controle dos aparatos estruturais socioeconômico deste reino (NEWITT, 1997, p. 97).

No que diz respeito às terras férteis do planalto os portugueses também não conseguiram a tão sonhada fixação e posse territorial, como concedido no vale do Zambeze pelo Monomotapa. Muitos dos territórios ocupados pelos portugueses no vale foram classificados como inférteis e tinham, em muitos casos, população residente bastante reduzida.

O próprio sistema político do reino do Monomotapa ajudou a assentar a sociedade portuguesa e que posteriormente viria a se tornar afro-portuguesa. Frente à estrutura política pautada em alianças e influências centralizada na pessoa e nas estruturas que se formam a partir de seu poder, as chefias aliadas também adquirem certo status social. Mas, tendo como prerrogativa a necessidade de manter seu poderio, evidenciando sua capacidade de liderança e de influência e uma parte disto se dava por meio das alianças matrimoniais.

Neste sentido, explicam-se como os lusitanos conseguiram angariar certo espaço, mesmo sem conseguir tomar o poder como gostariam que tivesse ocorrido. Não havia como usurpar o poder das sociedades caranga do planalto e de muitos outros povos submetidos ao reino do Monomotapa porque não havia um centro político como conhecido pelos portugueses a ser tomado (NEWITT, 1997, p. 98). Eles demoraram a compreender que o verdadeiro poder do rei estava na sua capacidade de estabelecer alianças e acordos comerciais, e inclusive, matrimoniais. Por isso, só em meados dos seiscentos passaram a desempenhar este tipo de ação junto aos tonga no vale do Zambeze.

Segundo Newitt, os portugueses conseguiram de certo modo adentrar a sociedade tonga, por meio de casamentos formais com a concessão e interesse das famílias, além de casamentos forçados por meio de raptos das mulheres das famílias reais. Com isto, conseguiram um precário poder político (NEWITT, 1997, p. 97).

O casamento foi convergido em oportunidade para o surgimento das sociedades afro-portuguesas. E com a posse de tal conhecimento, pouco a pouco, os portugueses passaram a usufruir deste privilégio, mas, somente quando houve interesse das sociedades com as quais consolidaram relações comerciais, ou quando os portugueses começaram a adotar efetivamente os valores culturais das populações locais.

Após este período de estabelecimento de alianças e conflitos, nos fins do século XVII, o número de portugueses nos territórios diminuiu por causa das doenças com a quais ainda não sabiam os processos de cura ou não tinham anticorpos para sobreviver a elas; e ainda questão de adaptação às condições climáticas e dificuldade movimentar-se pelos territórios do vale quando as secas e pragas apareciam.

Neste contexto, tanto os chefes locais e seus aliados, quanto os sertanejos, sendo estes portugueses já fixados nos territórios africanos, perceberam que tinham inimigos em comum. Neste sentido, a chegada de outros portugueses, sejam colonos, militares ou administradores oficiais representantes do rei, fez com que houvesse certa união dos lusitanos mais antigos e dos chefes africanos mais velhos. Isto ocorreu devido à necessidade de garantir os privilégios e influência política, ora conquistadas. União que se desdobrou em convergência de interesses.

Com o passar do tempo, os sertanejos, buscaram adentrar ao mundo africano para conseguir posições de poder e prestígio perante a população e a corte do mutapa, ao mesmo tempo, ansiavam por destroná-lo. Segundo Newitt, o resultado indubitável deste cenário foi o estabelecimento dos prazos da coroa.

Por outro lado, os portugueses estabelecidos na África Oriental aproveitam todas as oportunidades para conspirar contra a presença de novos colonos e de funcionários reais, tudo fazendo para monopolizar as riquezas da região. Capital de Moçambique e o seu monopólio comercial, o cunhado de concessionários dos *prazos* situados no Zambeze, os capitães das feiras, mesmo os Mercadores do mato que organizavam longas expedições em busca de cobre e marfim, todos se opunham a um aumento do poder real, que significava a criação de leis e impostos, e não se mostravam minimamente interessados em partilhar os lucros dos seus Empreendimentos africanos com colonos vindos de Fora. Neste ponto, sem dúvida que tinham muito em comum com os chefes locais e com os camponeses e guerreiros que se encontravam sob controlo português. Esta convergência de interesses acabou aos poucos por se transformar numa interdependência mútua entre os antigos colonos afro-portugueses e a população africana, o que levou os Portugueses a adoptar certas práticas económicas, sociais e religiosas genuinamente africanas, impossibilitando deste modo a implantação de novas formas de cultura importadas da Europa.

No vale do Zambeze, esta dependência mútua alcançou alguma estabilidade à medida que os *prazos* foram adquirindo a identidade e a durabilidade de chefias efetivas. Contudo, em finais do século, esta estabilidade estava longe de se verificar em todas as terras do Planalto a falta de uma autoridade centralizada fez com que o território karanga se disse dividido entre um número considerável de Senhores da Guerra que dominavam quase que ao seu bel prazer, numa competição permanente entre si, o que deixava os portugueses numa posição de grande vulnerabilidade e exposição. Esta fora, sem dúvida, a lição a retirar do município bem planeado levantamento de 1631, chefiado por Caprasine, mas a verdade é que os portugueses não aprendiam as lições. Assim, à medida que os carangas se iam dirigindo para o sul, o que fortaleceu os Butua, os portugueses viram-se sozinhos a controlar feiras em Minas instaladas em assentamentos isolados, zonas onde a população escasseava e os terrenos ficavam cada vez mais pobres. Na guerra que se haveria de travar com Butua, os portugueses foram irremediavelmente enfraquecidos, e não mais foram capazes de responder a um desafio como que tiveram na década de trinta (NEWITT, 1997, p. 98-99).

No processo de contato, como estamos mostrando até aqui, a africanização, ou seja, a adoção de rituais e do modo de vida desta e de outras sociedades instaladas no vale do Zambeze, também fez com que a permanência dos lusitanos e seus descendentes fossem

legitimados em diferentes aspectos, principalmente por interesse do mutapa na ampliação do comércio.

A sociedade caranga-shona, que compunha a corte do Monomotapa, a esta altura organizava-se em torno de dois eixos socioeconômico e político, isto também contribuiu para a entrada dos portugueses nesta sociedade. Inclusive, tal estrutura colaborou para o processo de africanização dos lusitanos.

De um lado, estava a sociedade autárquica, pautada pelas relações de parentesco e apadrinhamento, as quais mantinham unidas as comunidades rurais denominadas de *mushas* que integravam uma ou mais famílias dentro das comunidades que produziram valores de uso, formavam a base econômica, ao passo que contribuíram com o pagamento de impostos e outros produtos de ordem agrícola, moviam parte da economia.

Recebiam ainda reforços espirituais, caso não obtivessem êxito nas ações de plantio e a autossubsistência. As *mushas* eram uma extensão parental direta do mutapa ou de súditos (SERRA, 2000, pp. 35-37). E foi através deste, entre outros mecanismos e motivos referidos antes, que os portugueses-sertanejos adentraram a sociedade caranga-shona.

Por outro lado, havia a rede da família real que se organizava em torno do poder estatal consolidando-o à medida que o legitimam por meio da conquista de novos territórios. Em outros termos, ocupava o poder do estado pela legitimidade alcançada com a conquista de novo território. Como afirmou o estudioso Carlos Serra, essa elite dominante controlava a economia mercantil, a qual estava condensada no comércio de longa distância. Além disso, regiam a vida das comunidades rurais (*mushas*) e urbana (centros políticos) (SERRA, 2000, pp. 37-38).

Nesta sociedade, a personificação do Estado estava centrada na figura do mambo, cuja relação com o sagrado era requisito central da sua condição de realeza. Passavam por um ritual de entronização, dentro do qual, o casamento com a irmã era parte importante do elo. Havia neste contexto, o desligamento da linhagem para a abertura à representação de todos os membros súditos do mutapa.

A estrutura política estava distribuída numa cadeia hierárquica que dependia da capacidade de liderança e influência do rei, além da riqueza e força militar dos seus chefes súditos. Este foi um aspecto das relações de poder que não desapareceu ao longo do tempo. As relações entre as famílias de prazos que tiveram suas origens no final do século XVIII e viragem para o XIX, cuja sociabilidade e dinâmica de poder parecem ter substituído a relação dos fumos com as *mushas*, concentravam o poder na capacidade de mobilização e na autoridade daquele chefe, mas todos sob o comando do mambo.

Este aspecto se mostrou semelhante ao processo das famílias que foram se formando com as alianças matrimoniais, cuja consolidação perdurou entre os séculos XVII e XVIII, dando origem a famílias formadas por membros afro-indo-lusitanos. Elas já passaram a adentrar, naquele período, aos quadros sociopolíticos dos tonga e de outro povo dentro do vale do Zambeze. Citamos por exemplo, as permanências das relações de poder naqueles moldes, como o caso da família dos Cruz, objeto de análise neste trabalho. Esta linhagem é um exemplo de como essas políticas matrimoniais favoreceram a entrada portuguesa nas sociedades africanas, esses laços diminuíram as distâncias culturais, entretanto, não as eliminaram.

Cabia ainda ao mambo, como depositário da continuidade das relações com o mundo espiritual e da dinâmica político-administrativa garantir o bom andamento do cotidiano dos súditos. Isto era feito por meio dos chefes locais que compunham um tipo de rede política com a qual fazia chegar seu poderio às diferentes mushas de províncias mais longínquas. A estrutura política organizava-se em torno das figuras políticas centrais para a existência do poder do soberano, os fumos e swikiro.

Dentro da corte o soberano cercava-se de funcionários reais e de suas esposas cumprindo papéis essenciais. Entre os nove funcionários existentes, os mutumes são os mensageiros reais e os infices, configuraram a guarda pessoal do rei. Estes eram subalternos ao rei.

Já os fumos eram dependentes dos amambo, mas exerciam o comando das províncias, onde se encontravam distribuídas as mushas que eram conjuntos de comunidades que formavam do ponto de vista administrativo. Os fumos, “chefes da terra”, eram eleitos por sua riqueza, geriam as comunidades, redistribuindo entre elas as riquezas acumuladas. Sempre que a pobreza os abatia eram substituídos. No entanto, após sua deposição ascendiam ao grupo dos “grandes” por mérito. (SERRA, 2000, pp.39-40).

As mushas pagavam tributos ao Monomotapa: sete dias de trabalhos mensais (renda por meio do trabalho) e outro pago em gêneros alimentícios cuja paga tem atribuído em si um caráter simbólico. Desta forma, reforçava-se a noção de submissão/dominação que havia entre a população e o mambo. Estes tributos caracterizavam os aspetos do funcionamento da lógica política presente naquele reino: rendas doadas em forma de trabalho e tributos simbólicos. Mais tarde esses tributos serão arrecadados aos portugueses em forma de mussoco, sendo este um tipo de imposto pago com produtos ou trabalho feito pelos membros da família dentro dos prazos.

Para além das questões políticas, os amambo detinham a função de defender o território. Além do dever de garantir sua manutenção e paz interna dentro deles, tinha a função de intermediação entre o mundo espiritual, mantendo contatos com os “espíritos vivos” dos antepassados e os aldeões. Desta forma, eram também, proprietários do “saber” que abrangia a dimensão mágico-religiosa de contatar as entidades sobrenaturais, seja ela da natureza ou do mundo em geral.

Centravam-se na figura do mambo as funções moralizantes impostas aos membros das mushas. Ele assegurava a permanência da fertilidade da terra e como “depositário da ordem do mundo” era antídoto a desordem e ao caos terrestre. Em outras palavras, a figura do soberano era vista como sendo capaz de organizar o cotidiano das populações a ele subordinadas quer seja no plano terrestre ou espiritual. Salvaguardando-as dos males. Assim a morte do soberano significava a instalação do caos e, toda sorte de crimes e mazelas, algo que geralmente ocorria neste período.

A eleição ou transmissão hereditária do poder ao novo soberano era rapidamente realizada a fim de garantir a estabilidade política, social e espiritual. O prolongamento das disputas sucessórias, quando ocorria, causava muitos prejuízos às comunidades.

Com a ascensão de um novo mambo a ordem era restaurada, por meio de rituais sagrados que o acompanhavam. A conexão com o plano espiritual era praticada por meio dos médiuns. Denominados nas fontes portuguesas por Pondoro ou Mondoros (significando leões), estes médiuns eram, na verdade, os swikiros, especialistas mediúnicos que conectavam com os Muzimu reais, esses espíritos dos antepassados. Esses emissores das ordens dadas pelos espíritos reais dos antepassados cumpriam desta forma, um papel político conveniente e importante de suporte a classe dominante, ligada ao soberano (SERRA, 2000, pp. 44-45).

Este sustentáculo sacro-político garantia a legitimidade necessária para o exercício do poder e da manutenção das estruturas sociais na sociedade caranga-shona. Outra fonte de poder alicerçava-se por meio do comércio de longa distância, cuja mercadoria principal era o ouro.

A instalação da dinastia dos Changamire enfraqueceu a dinastia Torwa ligada à linhagem do Monomotapa, a qual reinava nos territórios Butua localizados no planalto, até a década de 1680. Com grande poder e em franca expansão territorial, os guerreiros desta dinastia fizeram incursões pelo planalto e nos territórios ocupados pelos portugueses no Zambeze. No entanto, eles foram vítimas de um chefe vizinho da dinastia dos Changamire

de origem Caranga que no processo de disputa dinástico toma o poder e se ergue sobre seu reinado (NEWITT, 1997, p.99).

Autodenominados como Rozvi, os Changamire juntamente com seus seguidores atacaram as fortalezas portuguesas nos territórios Caranga e Manica, situadas ao norte da Butua, no ano de 1693. Estes ataques também fizeram parte do quadro de disputas travadas em torno do título de Monomotapa, processo político que mobilizou diferentes dinastias, incluindo as forças portuguesas com influência junto a esta corte. Os lusitanos encaminharam um candidato ao trono do Monomotapa, mas a força de Nhacunimbiri, outro candidato ao trono, suplantou a de seus rivais graças a aliança que fez com os Changamire (NEWITT, 1997, p.100).

Como resultado desta disputa houve a consolidação da hegemonia dos Rozvi, a qual perdurou durante todo o século XVIII, por outro lado sua ascensão convergiu para o enfraquecimento político dos portugueses no território do planalto. Desta forma, a atuação e influência lusa ficaram restritas aos territórios do vale do Zambeze, devido às disputas políticas das sociedades africanas (NEWITT, 1997, p.100).

E foi neste terreno que organizaram um comércio de longa distância, onde foram cada vez mais legitimados pelas concessões e alianças estabelecidas com a aristocracia da corte do mutapa. Salientamos que Moçambique no século XVIII serviu de ponto de apoio para a rota das Índias, a partir do estabelecimento de bases portuárias em várias povoações como a ilha de Moçambique, Sofala, Quelimane. O que favoreceu a projeção do comércio de longa distância em grande escala, não somente para o oriente e a Ásia, também para a Europa.

A explicação apresentada por Carlos Serra pareceu-nos uma das mais claras para tratar sobre o processo de transformação das relações de poder com mushas, surgidas com a ascensão dos prazeiros. Para ele a estrutura das comunidades rurais, foi paulatinamente perdendo espaço na centralidade do trabalho cotidiano, a agricultura e o valor de uso dos produtos, ficaram em segundo plano, ganhando força o comércio, principalmente o de ouro.

O comércio de marfim, de ouro e de tecidos, todos passaram a ser absorvidos como valor de troca no lugar do valor de uso, do ponto de vista político, pela estrutura do império do Monomotapa e vários espaços da estrutura de poder passaram para a serem ocupados pelos mercadores portugueses e indianos que adquiriram terras concedidas ou doadas, em outros contextos, a base da conquista; com isso garantiram a manutenção da presença portuguesa e das famílias afro-indo-portuguesas, ao que acrescentamos a importância dos laços matrimoniais e adoção dos rituais sagrados, como mostramos anteriormente.

Essas relações comerciais também viabilizaram a existência dos territórios denominados, como prazos, estes espaços configuraram-se como base de escoamento comercial, divididas por pelo menos três fases comerciais, não rígidas. Na primeira fase, do século XVI ao XVII, houve predomínio do comércio do ouro e marfim; num segundo momento, entre a centúria de seiscentos e setecentos, expandiu-se a importância do comércio de escravizados e o tráfico de pessoas adquiriu preponderância, e por último, já na fase de transição da estrutura dos prazos para as Companhias Majestáticas, o comércio das oleaginosas obteve grande importância, na segunda metade do século XIX (SERRA, 2000, 58-59).

Percebemos que os prazos foram constituídos, a partir, de entrelaçamentos étnico-culturais que colaboraram para a formação do território multicultural. Neste sentido, situamos o seu surgimento, conforme preconizado por Serra, a partir da fusão de dois sistemas sociais, ligados sim à questão da produção econômica do comércio (SERRA, 2000, p.59), mas não exclusivamente.

Em nossa reflexão, consideramos, também, as dimensões e aspectos socioculturais, pois havia uma série de questões ligadas à necessidade de legitimidade para que os portugueses pudessem usufruir de algum status social no vale do Zambeze, o qual deveria ser minimamente equivalente ao das camadas sociais que exerciam o poder. Assim, entendemos que os fumos, as populações locais e a aristocracia, deveriam apresentar algum tipo de reconhecimento social e político em relação aos lusos para que estes adentrassem aos espaços de poder. Não desenvolveremos as discussões sobre estes aspectos neste texto, mas queremos deixar destacado qual nosso ponto de partida para pensar esta sociedade dos prazeiros.

Ainda, segundo Carlos Serra, a fusão sócio-política se deu a partir da sociedade Caranga-shona, conforme já referimos acima, que possuía dois níveis: no primeiro deles, localizou os camponeses das mushas, vivendo numa relativa autossuficiência e o da aristocracia dominante, formada pelos amambo e fumos; e outro nível era formado pelos próprios pelos prazeiros (de forma geral eram “mercadores, ex-soldados desertores, fugitivos que cumpriam penas de degredo) ocupando os quadros da elite dominante, e por exércitos de cativos guerreiros, os chamados *achicunda*” (SERRA, 2000, p.59). A própria figura do prazeiro e a força do exército de achicunda, eram em si dois novos itens que conferiram a sociedade do Zambeze algumas das transformações importantes ocorridas nos dois primeiros séculos da presença portuguesa.

No século XVII, a figura social das Donas também passaria a ganhar importância, adensando ainda mais o complexo quadro político dos prazos. Mesmo essas mulheres que possuíam terras e obtiveram a titulação de posse assinada pelos portugueses, entendida assim como doação de uso, também necessitavam do reconhecimento de suas linhagens africanas, tanto da parte dos administradores, de seus maridos e dos colonos e a população que vivia sob seu domínio. Elas perduraram dentro desta lógica de reconhecimento de poder, até meados do XIX, como um grupo social e político imponente, com exercício de poder, adquiridos mediante o comércio e legitimidade dos subalternos (escravizados) e aliados locais. Contudo, em fins do século XIX, perderam espaço político e econômico, à medida que ocorria o movimento de expansão das políticas de colonização efetivas portuguesa.

Fato é que a presença portuguesa colaborou para nova reestruturação da dinâmica comercial no vale do Zambeze, principalmente no final do século XVIII, mas, ela adveio também das necessidades dos comerciantes africanos; não podemos descolar a mobilização comercial dos interesses locais. A presença dos prazeiros e do comércio também gerou lucros para as forças políticas e econômicas do Monomotapa. Tal reestruturação permitiu que os prazeiros direcionassem para eles mesmos uma parte do pagamento do mussoco (renda em gêneros) pago pelos camponeses das mushas. Além disso, com a participação de milhares de cativos, posicionados em diferentes funções, os prazeiros mantiveram seu poder. Por exemplo, os achicunda como guerreiros passaram a garantir a segurança dos territórios ocupados, bem como, a garantir que a fluidez do escoamento das mercadorias ocorresse mesmo em tempos de desordem política e de guerras. Os mussambazes comerciantes negros especializados que como escravizados exerciam a função de comercializar os produtos de interesses dos afro-indo-portugueses, havia ainda a figura dos chuangas, escravizados que tinham uma função próxima a de inspetores, eles residiam avizinando-se dos amambo e fumos, vigiando-os para os prazeiros, inclusive sobre a garantia do pagamento dos impostos. Outros dois grupos também se organizaram em torno da função administrativa interna, os muanamambos e mucazambos; além disso, a função de mineração era feita amplamente por mulheres cativas organizadas em trabalhos coletivos denominados ensacas cujas chefias eram realizadas também por mulheres cativas, as niacodas (SERRA, 2000, p. 59).

Os aspectos religiosos também foram incorporados nas práticas sociais no processo de africanização dos senhores de terras, assim como ocorria no processo de morte de um mambo, o caos que decorria deste fato também era corriqueiro quando da morte dos

prazeiros, roubos, assassinatos, situação de caos geral passava a desestruturar a sociedade da qual o morto era chefe diante desta instabilidade social e política passou-se a utilizar a prática de chorar o morto, os choriros. Essa prática direcionava as tensões sociais para reorganizar o mundo dos espíritos e consequentemente o mundo dos vivos, restabelecendo a ordem frente ao caos. A sua prática demonstrava o quanto cada prazeiro estava imerso culturalmente na sociedade africana, da qual passou a fazer parte, e que a cada geração vivida, as práticas culturais africanas tornavam-se mais comum entre as famílias africanizadas, seja por meio do casamento ou simplesmente pelo interesse e adesão dos portugueses.

Os aspectos jurídicos também compuseram esse quadro de transformações, o muáve era comumente utilizado para realizar o julgamento de uma pessoa acusada por um delito. Dava-se uma bebida, cuja fórmula era composta por veneno, se a pessoa conseguisse manter-se viva ela não era culpada, mas se morresse estava comprovada sua culpa. Os cultos aos espíritos dos antepassados e invocação da chuva constituíam um repertório de relações religiosas e de poder, assim como os choriros e o muáve, pois isto fixava as hierarquias sobre quem pode ou não realizar a prática ritualística, bem como desviava a atenção das tensões sociais que desestabilizavam a sociedade em questão (SERRA, 2000, passim).

No vale do Zambeze, como vimos acima, o processo histórico de formação dos chamados prazos e o dos estados africanos circundantes a eles foi resultado das relações e interações sociais protagonizadas pelos africanos dessa região e os portugueses que ali chegaram, entre os séculos XV e XIX e foram paulatinamente se estabelecendo nas regiões do interior – Tete, Sena, Massangano, Manica – ou litorâneas – Quelimane, entre outros locais.

Depois deste período, a presença dos portugueses teve nova força com a intensificação do processo de interiorização militarizada pelo sertão, sobretudo, no fim do século XIX e a ampliação do reconhecimento da importância das colônias, principalmente Moçambique, bem como após o envio sistemático de expedições científicas e, ou comerciais, estimuladas com a criação da Sociedade de Geografia de Lisboa (SILVA, 2011, p. 73).

Entre as sociedades de geografia fundadas no período, podemos citar a de Paris (1821), Berlim (1828) e Londres (1830). Décadas mais tarde, em 1875, foi fundada a já referida Sociedade Geográfica de Lisboa, repleta de propostas liberais do novo projeto lusitano para a África.

As expedições científicas europeias estiveram atreladas ao caráter econômico, também à necessidade de buscar recursos minerais e outros tipos. O interesse pela ciência era compartilhado pela necessidade de “conhecer para dominar”, e com a corrida imperialista este lema se tornou intrínseco ao contexto dessa disputa pelos territórios. No século XIX, as viagens científicas adquiriram um caráter não apenas de observação, mas também de levantamento de dados visando obter conclusões para encaminhamentos diversos demandados por instituições acadêmicas, pelas nações e potências capitalistas industrializadas.

Como vimos, houve grande fragilidade em torno da posse e dos domínios territoriais lusos até o século XIX, e esta perspectiva pode ser vista sob um consenso entre alguns dos historiadores que escreveram sobre os prazos: Isaacman (1979), Capela (1995), Newitt (1997) e Rodrigues (2013). E isto fica mais claro quando nos remetemos à ideia de que Portugal se propôs a constituir um império na África e somente conseguiu efetivar sua intenção após a perda do Brasil, a partir de 1822, conforme propõe Valentim Alexandre, em seus estudos esclarecedores:

No começo do segundo quartel do século XIX, as relações que estas possessões mantinham com a metrópole eram muito ténues. As colónias de África continuavam ligadas, sobretudo ao Brasil pelo tráfico negreiro, que, embora ilegalizado, mantém números elevados até 1851. Quanto às do Oriente, uma vez findo o último surto de comércio a longa distância que nas décadas finais do século XVIII e começos do seguinte as relacionara com o Brasil e com Portugal, tendiam agora a inserir-se nas redes mercantis regionais do Índico (ALEXANDRE, 2004, p. 960).

Este crescente interesse de Portugal pela África se manifestou na forma de um projeto colonial liberal no século XIX levado a cabo incisivamente tanto por seus propositores em Portugal como pelos seus representantes em África. Este projeto era ambicionado e posto em prática pelos liberais portugueses que, vitoriosos na disputa travada no parlamento português, constituiu um dos aspectos que marcaram os conflitos na Zambézia. Assim, segundo Alexandre:

Vitoriosos em 1834, os liberais retomaram o plano imperial, sobretudo através de Sá da Bandeira, a mais importante personalidade da política colonial portuguesa de todo o século XIX. A ideia agora era mais ambiciosa: tratava-se de reformular todo o sistema, reformando a administração ultramarina, impondo novas pautas de sentido proteccionista e consolidando o domínio português nas várias possessões do continente africano pela ocupação efectiva de pontos estratégicos. A tudo isto se acrescentava um ponto essencial: a abolição do tráfico de escravos, ilegalizado por um decreto de 10 de Dezembro de 1836 (ALEXANDRE, 2004, p.962).

Desta forma, apresentaremos a caracterização geral dos prazos assim, já disposta no século XIX, entendendo-os a luz do entrelaçamento de culturas, cuja síntese de ideias já foi apresentada acima, no que tange a conformação de uma maneira de fazer política, economia e cultura específica na região com total hegemonia dos aparatos culturais africanos. A fragilidade dos domínios nos ajuda a reforçar a ideia de que houve condições favoráveis que garantiram tal hegemonia africana, cultural e política, entre as relações luso-africanas conforme proposto por Alfredo Margarido.

Segundo Isaacman, o pequeno número de colonizadores portugueses, ao lado da quase ausência de mulheres brancas na expansão, estimulou as alianças matrimoniais entre mulheres africanas e os portugueses, criando condições favoráveis para o processo de "mestiçagem".

E atrelado a este fator considerou que a distância com a metrópole, também influenciou a transformação das instituições europeias em instituições mais próximas das que compunham as sociedades zambezianas entre os séculos XV e XIX, num processo de adaptação aos sistemas políticos e sociais já existentes na região, ou de africanização como quer o mesmo autor.

A sociedade zambeziana era composta por mozungos - denominação dada inicialmente aos senhores brancos, mas substituída que paulatinamente para indicar homens mestiços donos de terras (Cf. CAPELA, 1995, p.103) ou simplesmente senhores, que desempenhando papel de administradores do poder político, da posse dos escravizados e das terras foram figuras que se tornaram ricas e poderosas, exerceram o poder político, principalmente no campo da justiça, com intensa autonomia em relação aos portugueses.

No século XIX, a concessão do título de capitão mor, que antes era feita apenas para portugueses, passou também a ser distribuída a chefes locais ou afrodescendentes ligados aos prazos. Como ocorreu com o Bonga, recebeu o título de capitão mor como um subterfúgio para manter as pazes, e até mesmo, um sinal de reconhecimento da coroa frente à importância política e militar que ele possuía. Pois a coroa portuguesa percebendo o alcance da atuação destas figuras históricas começou a propor títulos como moeda de troca das relações com esses chefes políticos. Assim, senhores de terra passaram a ser nomeados representantes da coroa portuguesa no século oitocentista como forma de tentar interferir mais profundamente nas relações políticas e econômicas no contexto do vale do Zambeze. Cabe ressaltar, que nem todos os senhores de terra eram homens brancos, a maioria dos senhores era composta por pessoas originárias das populações africanas, indianas ou tailandesas e por seus respectivos descendentes (NEWITT, 1997, p.635).

Estes mozungos, senhores dos territórios de prazos, também conhecidos como prazeiros, agiam de acordo com interesses próprios e em muitos aspectos passaram a adotar o estilo de vida local, mantinham relações de casamento ou geravam filhos fruto de um contato afro-indo-português. Além de suas famílias mestiças, estiveram igualmente associados às atividades comerciais e às ligações entre o litoral e o sertão, dedicados ao comércio do ouro, de escravos, marfim e tecidos.

Ressaltamos que Eugénia Rodrigues discorda quanto à aplicação da terminologia “prazeiros”, para descrever os senhores das terras nas "sociedades do século XVII e XVIII, onde os foreiros eram designados por este vocábulo ou por enfiteutas ou ainda, com um sentido por vezes mais amplo, por casados, moradores ou senhores" (RODRIGUES, 2013, p.34). No entanto, utilizamos essa definição exclusivamente para fazer associação direta com a posse do prazo, tal qual a utilização feita por Isaacman (1972) e Newitt (1997).

Pertencendo a este grupo social haviam pessoas escravizadas que ficavam a cargo de todos os tipos de trabalho e de atividades, entre eles, os achicunda, guerreiros armados que compunham o quadro de força de guerra dos prazeiros. A existência dentro dos prazos desses guerreiros, que se erigiram a um status diferenciado no quadro social, constituía a base imprescindível à manutenção do poder dos prazeiros (ISAACMAN, 1972, *passim*).

Outro grupo a ser destacado, o das mulheres chamadas de Donas, figuras sociais que emergiram e consolidaram seu poder, principalmente, entre os séculos XVII e XIX. Os títulos das terras lhes pertenciam aos olhos lusos, muitas administraram pessoalmente suas terras e seus escravizados, trabalhavam com o comércio de longa distância, faziam guerras assim como os mozungos. E havia ainda os colonos, populações africanas com estatuto de livres, residentes nos prazos (RODRIGUES, 2013, p.33). Além dessas, no século XIX, as populações livres, residentes nos prazos também passaram a ser constituída por pessoas de diferentes origens e procedências.

A Zambézia foi assim um espaço de contato político social e cultural em que as forças de controle portuguesas ficaram ausentes durante muito tempo, abrindo precedentes para o exercício de poderes que em teoria deveriam ser dos portugueses, mas não o foram. Nesse sentido, a sociedade zambeziana no século XIX esteve marcada por relações sociais e políticas de correlação e concorrência entre os poderes de africanos e os portugueses. Junto a isto a constituição de uma sociedade culturalmente independente em relação a Portugal, na qual os "súditos" da coroa pareciam atender mais às solicitações políticas dos chefes locais aliados da coroa e os seus representantes os mozungos (que se tornaram capitães-mores), por exemplo, do que às determinações vindas de Lisboa.

A sociedade dos prazos, na centúria oitocentista, havia consolidado suas ligações às redes comerciais do tráfico de escravos e ao comércio do marfim, tendo em vista o aumento considerável da demanda pelo marfim entre as décadas de 1840 e 1850. Foram estas famílias prazeiras e seus exércitos achicunda que se lançaram em intensas caçadas aos elefantes em áreas do interior. Elas também ocuparam os lugares políticos e econômicos dos prazos deixados em aberto desde 1820 em decorrência dos seguintes fatores importantes: a seca, condição climática que arrasou o modo de subsistência de inúmeros povos na região, e as guerras contra os nguni e outros povos que se deslocaram para a região do Zambeze (NEWITT, 1997, p.638).

É válido destacar que o tráfico ilegal de escravizados com envolvimento dos franceses continuou na região, apesar de Portugal ter assinado em 1836 sua abolição, diante da pressão britânica. Esta situação de dependência demonstrava que as disputas entre os diversos poderes imperialistas interferiam nos negócios e nos territórios de Moçambique, inclusive a Zambézia, ligados a Portugal.

De um lado, o tráfico clandestino de pessoas escravizadas favoreceu as famílias afro-indo-portuguesas que viveram deste comércio e usufruíram destes lucros exorbitantes, os quais eram revertidos na aquisição de armamentos e mais força de exército achicunda.

De outro, os britânicos com o pretexto de combater o tráfico ilegal de escravizados e de promover o livre comércio em Moçambique, enviavam frequentes expedições, entre elas uma realizada em 1858, através do rio Zambeze, tendo como figura central David Livingstone, vice-cônsul e comandante a bordo de um navio a vapor. Estas viagens favoreceram a circulação de missionários e das ideias abolicionistas na região, cuja dimensão do impacto permanece lacunar da perspectiva historiográfica em múltiplos aspectos.

O mercado do marfim impulsionava as redes comerciais por meio das casas de comércio estrangeiras, num cenário que marcava mais uma etapa da corrida imperialista, instaurada na de expansão comercial na região. O historiador Capela indica que a instalação das casas comerciais estrangeiras se inicia nos anos de 1855, sendo feita as primeiras entre um intermediário das companhias de navegação de Moçambique e uma casa da Marselha de origem francesa buscava em duas barcas o cauril, a urzela, gergelim e coco seco. Como o comércio prosperou, entre 1857 e 1874, outras casas europeias instalaram-se mantendo feitorias ao longo do rio Zambeze e do rio Chire (Capela, 1999, pp. 160-162).

Além dos produtos advindos da caça e de extração, franceses, ingleses e portugueses disputaram as matérias primas ligadas à produção agrícola. Nomeadamente,

em Moçambique houve extraordinária procura e incentivo à produção de oleaginosas, graças às condições climáticas favoráveis que se colocavam entre os anos de 1840 e de 1870. Sésamo, amendoim e coco, foram os produtos mais amplamente comercializados, na África oriental (NEWITT, 1997, p.600).

A partir de 1870, no interior e nos portos do Zambeze alguns armazéns comerciais de indianos são instalados e se transformam em minúsculas feiras, em que na troca de algodão e de tecidos os africanos reinventaram os modos de comercializar na região e alteraram de maneira exponencial os dados de exportação das mercadorias dos países envolvidos nesta comercialização. Este processo sofreu rápida expansão, principalmente com a anexação britânica do Transvaal em 1877, redirecionando a economia realizada ao sul de Moçambique para o mercado sul-africano.

Em decorrência disto, os negociantes mais uma vez ajustaram ações para obter maiores lucros, e além de comercializarem os produtos adquiridos com os africanos no interior e no litoral do Zambeze, passaram a produzi-los e organizá-los, investindo na agricultura como forma de obter aumento da lucratividade. Cabe mencionar que os investimentos em infraestrutura e transporte corriam paralelamente ao aumento da dinâmica comercial.

A conjuntura de investimentos comerciais, aliada à fertilidade do delta do Zambeze, serão os elementos centrais para as ações desejadas e fomentadas pelo então ministro da Marinha e Ultramar João Andrade Corvo, a partir da década de 1870. Esse novo cenário iniciado com o aumento do fluxo comercial será a chave para o início das modificações nas relações hegemônicas africanas, com impacto na economia e nas relações sócio-políticas. A passagem para relações de forças assimétricas tornaram-se cada vez mais ampliadas e consolidaram uma efetiva “zona de contato”, nos moldes discutidos por Pratt (1999).

As ideias liberais de Andrade Corvo preconizavam o desenvolvimento da economia colonial com medidas de melhoria de infraestrutura fluvial, com investimentos destinados ao porto de Quelimane e outros para tornar o canal do Zambeze navegável, além das transações para a construção de linha férrea ligando a região à África do Sul, e viabilizando a economia regional e a existência do comércio livre (CAPELA, 1999, p.162). Plano este reforçado pela Sociedade Geográfica de Lisboa cujo objetivo central se ligava à promoção e desenvolvimento de um projeto imperialista português para as colônias.

O governo passou a investir em planos econômicos para as colônias que pudessem assegurar a execução do projeto imperialista lusitano, envolvendo neste mesmo sentido, diferentes homens de negócios com suas empresas com capital para investimento, sem

necessidade de rápido retorno e que se mostrassem interessados na potencialidade deste mercado comercial africano.

O parlamento português, à época, estava discutindo a necessidade de intervenção na colônia de Moçambique, quando começaram os processos de migração dos nguni para as regiões de comércio sob a influência portuguesa. Esses processos haviam impactado no quadro comercial, por impedir o fluxo de mercadorias e por estabelecerem novas regras para os locais onde eles ainda aconteciam.

O capitão Joaquim Carlos Paiva de Andrada, adido diplomático na embaixada portuguesa em Paris, propôs ao então Ministro da Marinha e Ultramar uma empreitada na colônia de Moçambique, de caráter especulativo com investimento de capital estrangeiro que reverteria grandes lucros aos cofres portugueses, ao mesmo tempo, garantiria a exploração efetiva do território de forma mais eficiente e lucrativa. Esta proposta foi vista como oportunidade de retomada da participação lusitana na vida econômica na região do Zambeze.

Andrada conseguiu em dezembro de 1878 a concessão na Zambézia de um gigantesco território que media 38 léguas ao redor de Tete e da feira do Zumbo, com direito a usufruir comercialmente tudo que produzisse lucro: a exploração da madeira, dos minérios e das terras (NEWITT, 1997, p. 604).

Esta área “englobava praticamente toda a Zambézia, metade da actual Niassalândia” e imensas áreas “da actual Zâmbia e do atual Zimbabwe” (PÉLISSIER, 1994, p. 470). Andrada percorreu estas terras, registrando cada uma das experiências, fornecendo uma espécie de relatório que usou para informar sobre as possibilidades rentáveis que os investidores franceses teriam, contudo estes não aceitaram totalmente tais informações e enviaram uma comissão científica em 1881 para verificar as disponibilidades mineralógicas que dispunham com aquela empreitada (PÉLISSIER, 1994, p. 471).

Pélissier apresentou Paiva de Andrada como um viajante e explorador, não só porque na época poderia ter sua empreitada comparada a de Cecil Rhodes, bem como para enaltecer sua ação de buscar nas explorações mineralógicas um caminho para o enriquecimento e desenvolvimento de sua empresa e da nação a qual pertencia (PÉLISSIER, 1994, p. 470).

Apesar de não compartilharmos com tal perspectiva apresentada por Pélissier, compreendemos que esta ação de Andrada teve grande impacto para o fim da organização social dos prazos e do status que dele compartilhavam e usufruíam as famílias afro-indo-portuguesas.

Paiva de Andrada, fundou a *Société des Fondateurs de la Compagnie Générale du Zambèze* (Sociedade dos Fundadores da Companhia Geral do Zambeze), em 1878, neste momento foi auxiliado por investidores franceses por não ter conseguido apoio de capitalistas investidores compatriotas.

Ele também recebeu uma proposta dos associados franceses de realizar uma expedição visando reconhecer os territórios concedidos para exploração no Zambeze, para a qual direcionaram seus esforços a questão mineralógica, pois esta seria a mais segura das possibilidades e mais rentável.

Desta forma, organizou a expedição junto a uma comitiva científica de franceses associados e investidores da Companhia, mas não obteve êxito nessa empreitada, sendo abandonado pelos investidores franceses.

Essa expedição gerou uma série de documentos feitos pelos franceses que, a partir das ferramentas de análise que tinham acesso na época, deram um aval negativo a exploração daquela região, justamente porque seus aparatos científicos concluíram tal empreitada era inviável, consideraram também a grande dificuldade de comunicação existente na região.

De fato, o prazo acabaria por se demonstrar um grande empecilho aos planos de Andrada de explorar a região por meio das companhias. Havia grande fluxo de disputas políticas, as caravanas, os correios e rede de comunicação implantada pelos portugueses careciam de segurança, pois dependia exclusivamente da boa vontade dos chefes e das alianças feitas, já que o financiamento com destacamentos militares com proteção da coroa portuguesa que não era uma realidade.

Posteriormente, em 1884, conseguiu fundar a “Companhia de Ophir” com objetivo de explorar a concessão recebida que passou a abranger também a região de Manica e de Quiteve e as atividades de pesca para extração de pérolas no litoral, base deste negócio. Contudo, em poucos anos a nova companhia teve o mesmo destino malogrado da anterior.

Neste contexto, entre as décadas de 1880 e 1890, foi que se fundou a Companhia Nacional de Moçambique (1888) e com isso ocorreram constantes ataques a Companhia do Ópio já existente desde 1884. Abrimos parênteses para dizer que o Ministério português dos Negócios da Marinha e Ultramar concedeu em 1874, a Inácio José de Paiva Raposo 20 mil hectares de terreno, na Zambézia, para a cultura do ópio, dando-lhe simultaneamente o exclusivo por doze anos da exportação daquele produto pelas alfândegas de Moçambique com total isenção de direitos.

Ao conseguir apoio do capitão-mor Manuel António de Sousa, poderoso senhor dos prazos e caçador de elefante, Paiva Andrada vislumbrou a chance de fundar uma nova companhia, com apoio de outros investidores, como o historiador dos prazos Joaquim Pedro de Oliveira Martins, denominada a Companhia Nacional de Moçambique.

Diante desse contexto, nesta década de 1880, os parlamentares portugueses já estavam discutindo sobre a necessidade de abolir os prazos. A instabilidade e a insegurança, aos olhos europeus, predominavam nos territórios ambicionados por Andrada e intensificaram os movimentos militares contra os prazeiros no território.

A coroa portuguesa ampliou o quadro de guerras neste fim de século, inclusive as que envolviam a família Cruz de Massangano e do Goengue cujos pormenores trataremos no segundo capítulo. As reiteradas sublevações e as guerras contra os oficiais portugueses ocorreram entre outros motivos por conta do movimento de ocupação e trânsito dos europeus na região. Além disso, havia disputas políticas sendo travadas entre os chefes locais e mesmo entre os aliados portugueses.

Num movimento de expansão das fronteiras internas dos territórios sob seus comandos, os prazeiros incorporaram sociedades zambezianas adjacentes a fim de obter maior força e poder para enfrentar os portugueses que já estavam em franco ataque. Segundo Isaacman, o movimento de anexação de territórios por essas forças políticas aconteceu ao longo de todo o Vale do Zambeze.

Assim, na região do Zumbo, Matakenya (Mataquenha) incorporou o território e população dos “Tawara (tauara), Nsenga, Soli Ilia e Lenje” (ISAACMAN, 1972, p. 59), na região oriental do rio, na região de Sena-Tete, Massangano e Macanga, Massingire, Gorongosa e Carazimamba satisfizeram sua conquista expansionista através da ocupação das fronteiras dos territórios de seus vizinhos (ISAACMAN, 1972, p. 59).

Continuando em oposição aos movimentos africanos, o governo de Portugal intensificou as expedições militares. Augusto de Castilho foi alçado ao cargo de governador geral, e em 1885 encaminhou um relatório de cunho liberal no qual apontou o que definiu como atraso da instituição dos prazos e relacionou-os a manutenção de instituição por ele denominada como “feudal” como a causa principal de prejuízos ao domínio português na região.

Castilho esteve à frente da expedição militar que colocou fim a existência do prazo de Massangano, em 1888. Quis influir nos projetos do governo, mas não ganhando adeptos às suas ideias, pediu demissão em 1889.

A coroa elegeu como seu porta-voz e expressão as ideias do então Ministro da Marinha e Colônias Antônio Eanes para quem a agricultura poderia ser um bom investimento ao desenvolvimento da região, e para a qual pretendia adaptar uma maneira de acionar o uso de mão de obra livre. Eanes adaptou a instituição do prazo ao "capitalismo de plantação", instituiu uma nova legislação das relações de trabalho, implantando aquilo que anos mais tarde seria conhecido como "trabalho forçado" (NEWITT, 1998, p.611).

Os prazeiros mostraram-se contrários a esses processos de transformações e em desacordo com os interesses dos portugueses, diante deste contexto eclodem conflitos sociais no vale do Zambeze que se somaram a episódios conflituosos da conjuntura social e política do período.

Assim, ao voltarmos nossos olhares para os prazos de Massangano e Goengue, palcos das tentativas de negociação e da resistência da família dos Cruz, frente à crescente ingerência dos lusitanos e, a partir disso, percebemos que as relações estabelecidas entre europeus e as elites mestiças da região vinham se alterando.

Os membros da família Cruz estavam inseridos nas lógicas de interações sociais e políticas acima destacadas, contudo, as constantes querelas entre ela e as demais famílias poderosas da região, se agravaram culminando em reiteradas guerras contra os portugueses. Entre os anos de 1869 até 1888, foi este o cenário da constante guerra contra os prazeiros de Massangano, repetindo-se os conflitos por pelo menos três gerações dessa família.

1.3 - Os relatos de viagem como fonte para a história dos prazos: Sob a lente do viajante, um olhar sobre os africanos.

A partir dos relatos de viagem e da descrição feita pelos três participantes da expedição luso-francesa, conforme visto anteriormente, é possível entender alguns aspectos do cotidiano das relações entre portugueses e africanos, assim como a conformação das prerrogativas pertencentes ao universo cultural desses homens das ciências e do comércio, no final do século XIX.

O navio a vapor “Assyria” aporta em Quelimane ainda em tempo de descarregar todas as bagagens e materiais para uso da expedição, trasladados pelo navio da Companhia Britânica da Índia, em 13 de abril de 1881.

A recepção calorosa e cerimoniosa feita pelos três contadores franceses de uma casa comercial de Marselha, e pelo português da cidade de Quelimane denota a frequência com que recepcionava as passagens das embarcações dessas casas comerciais. Ressalta-se que

entre as casas comerciais europeias espalhadas pelo litoral oriental e ocidental da África, em Moçambique, pelo menos três delas eram francesas.

A equipe da expedição era formada por 12 especialistas da França para avaliar a riqueza mineral de uma parte da bacia do Zambeze e que tinham suas profissões voltadas para este objetivo científico da expedição (ver Figura 1). Os registros do conjunto das viagens compuseram várias publicações na França, divulgando sua visão sobre uma região apresentando-a como “não civilizada” afirmava-se que se mantinha atrelada ao prazo, uma instituição, segundo eles, ultrapassada.

Figura 1: A expedição mineralógica Paiva D'Andrade na Zambézia. (Segundo uma photographia enviada de Aden). (CORDEIRO, 1881, p.161).

Essas memórias, ou conjunto de relatos, ajudaram os empreendedores franceses e portugueses a obterem informações importantes para julgar a validade da continuidade do investimento empreendido no Zambeze, em função disso, no caso dos franceses, em 1883, a chegarem à conclusão sobre a descontinuidade do investimento e da participação na sociedade.

Esta viagem teve repercussão na Europa e o relato de sua jornada circulou em pelo menos um periódico de Portugal. Na edição de 21 de julho de 1881, “*O Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro*” houve divulgação desta viagem meses após a saída da expedição. Na coluna feita por Luciano Cordeiro, expuseram-se os rumos da

viagem, os desafios e os objetivos que tinham os membros da equipe (CORDEIRO, 1881, p.162).

A expedição estava composta pelo oficial português Joaquim Carlos Paiva de Andrada, capitão de artilharia e chefe da expedição, anexado à embaixada portuguesa em Paris e o marquês de Gourgues que eram representantes diretos da sociedade; cujos investimentos realizados foram de, respectivamente, 17.998,15 e de 12.333,31 francos (CORDEIRO, 1881, p.162).

Ambos atuaram como diretores gerais da expedição, justamente por já terem percorrido os territórios a serem explorados, desta forma conseguiriam depositar maior confiança de que haveria êxito na empreitada. A expectativa principal era encontrar jazidas de ouro e carboníferas (CORDEIRO, 1881, p.162).

A direção técnica ficou sob o comando de Henri Kuss, por experiências já adquiridas anteriormente, como engenheiro do corpo de minas, inclusive já havia comandado esse tipo de expedição em uma pesquisa que realizou sobre minérios de ouro no Uruguai, desta forma, garantiu sua vaga entre os membros da expedição.

Conforme descreveu Cordeiro, na revista, submetidos ao comando de Kuss estava Emilio Lapierre destacado e escolhido por ser, além de um “antigo e distinto aluno da escola de Saint-Etienne, que esteve oito annos ao serviço da Companhia hulheira e de fundição de Aveyron”, como engenheiro e foi “chefe de serviço da mina de Rulhe e sub-director da Companhia” (CORDEIRO, 1881, p.162).

E ainda, Emilie Durand “engenheiro d'artes e manufatura, repetidor e professor suplente de chimica e de physica da Eschola agricola de Grignon, que dirigiu durante sete annos pesquisas e exploração de ouro, de prata e de mercurio na California” (CORDEIRO, 1881, p.162) e foi também mencionado como engenheiro civil por Guyot (1891, p.3). Verificamos a existência de diferentes nomes atribuídos ao engenheiro em questão. No artigo da revista “O Occidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro” publicada sob a redação de Luciano Cordeiro, o nome deste membro da equipe aparece como Emilio Durand (CORDEIRO, 1881), uma versão que cremos ter sido aportuguesada do francês de Emilé. Já na publicação de Paul Guyot, químico e participante da expedição, o nome do engenheiro é mencionado como Edouard Durand (GUYOT, 1891, p.3). Cf. Péliissier traz a indicação do que nos informou ser o nome real e a obra do autor, Emile Durand, em nota de rodapé (PÉLISSIER, 1994, p. 471).

Compondo ainda a equipe de especialistas tivemos, Paul Guyot, químico, foi “alumno da escola industrial de Nancy” (CORDEIRO, 1881, p.162). O mestre mineiro João

Paulo Avaurieu ou Avorieu, cuja experiência realizou em Decazeville, além de Astrue e Cabal, mineiros que também trabalharam nesta região e nas minas de Mokta el-Hadid, demonstrando a ampla experiência que já haviam adquirido antes de embarcar na expedição para o Zambeze.

E Rodolphe Gaffard, “*interne* em farmácia e estudante de medicina nos hospitaes de Paris” foi o médico na expedição. Antônio Martinez e Miguel Vicente, ambos espanhóis e lavadores de ouro (GUYOT, 1891, p. 3, tradução nossa) estiveram em Granada lavando ouro, contudo, Miguel já havia participado de uma exploração de jazidas de ouro no Senegal.

Charles Courret era responsável pela contabilidade, já esteve na Sumatra em expedição científica, também era comerciante. E por fim, Cordeiro e Guyot mencionam Rigail de Lastour, “um agregado a expedição, espécie de quartel mestre” (CORDEIRO, 1881, p.163).

A vila de Tete foi o centro do quartel da expedição. Segundo consta no artigo de Cordeiro estabeleceu-se um corpo de conselheiros. Permaneceram como membro deste corpo de conselheiros os senhores Paiva, Kuss, Lapierre, Durand, Gourgue e Courret (CORDEIRO, 1881, p.163). Essa expedição também serviria para informar aos investidores sobre quais seriam os lucros advindos da empreitada na Zambézia. Mais que isso, essa expedição espelhava como a ciência estava a serviço da aquisição de recursos minerais, entre outros tipos de finalidades econômicas.

A presença de cientistas que investiam em pesquisas voltadas a aquisição de recursos econômicos foi algo que esteve totalmente associado às expedições e aos conhecimentos produzidos nesta viagem. Todos os membros investiram para que a expedição ocorresse e provavelmente esperavam captar lucros, quase que certos de serem exorbitantes. Contudo, todo investimento era um risco. Com percurso organizado para transitar por Quelimane, Sena, Tete e Zumbo, segundo Guyot as quatro “cidades portuguesas” (GUYOT, 1891, p. 3), os três especialistas que descreveram essas passagens tocaram em questões essencialmente caras para essa pesquisa.

Com os escritos sobre Quelimane e, a partir dali, dos outros pontos de paragem foi possível situar uma série de dinâmicas envolvendo o cotidiano das relações entre portugueses e africanos: Guyot descreve essa “cidade” com clara divisão étnica, são dois quarteirões em que se estabeleceram de um lado, os brancos e do outro os negros (GUYOT, 1891, p. 3). Tanto Guyot como Courret, descrevem seus percursos e como era realizada a expedição em seus aspectos corriqueiros: encontram-se descritos nas fontes uma série de

trabalhadores ou profissionais africanos envolvidos na expedição, mostrando que somente entre os africanos era possível encontrar quem tivesse conhecimento necessário para a execução desta tarefa: carregadores, "machilleiros", condutores de embarcações etc., foram mencionados e descritos na realização de suas atividades.

Nos relatos de Courret encontramos maior riqueza de detalhes na caracterização das populações africanas. Os expedicionários saíram de Quelimane no dia 20 de abril rumo à Mopeia, um trajeto realizado em nove dias por meio de deslocamentos fluvial e terrestre.

Estavam rumo ao Chire, mas a Mopéia serviu como entreposto para abastecimento e estadia tanto de passagem como entrada ao Zambeze. Nessa paragem suas embarcações foram recarregadas com mantimentos e ferramentas. Para seguir viagem por terra tiveram que dispor de "machilleiros", segundo Courret, eram imprescindíveis no deslocamento por terra.

Descreveu os "machilleiros" como pessoas que literalmente correm na planície de Mopeia, parando de vez em quando para descanso. Sob seus ombros encontrava-se a "machilla" um bastão que era apoiado nos ombros (ver Figura 2). Foi amplamente usada para carregar os membros desta expedição.

A "*machilla*" é feita de duas formas: a "*machilla*" de uma armação de madeira na qual um pedaço de couro ou tecido de vela é pendurado e conectado bambu por duas cadeias que o mantêm 40 centímetros do chão, depois a "*machilla*" da cidade um tipo de cadeira pendurada. Dependendo da largura e dificuldade das estradas, "*Machilleros*" colocam-se dois ou quatro para segurá-la; os times têm uma equipe dupla e tripla, de modo a permitir que homens cansados possam se revezar (COURRET, 1884, p. 191, tradução nossa).

Courret dispõe sobre esse tipo de transporte que, em seu julgamento inicial, causa-lhe pena com relação aos trabalhadores africanos, mas afirma complacente que rapidamente se esvaía a pena e resta a sensação de que é apenas um na equipe maior de homens comparados a cavalos "de puro-sangue".

Pobres pessoas! Seus torsos fluíram, emitindo um cheiro acre, penetrante, e o sulco que a espinha dorsal escavada, curvas a cada passo, com ondulações de cobra. Embora eu tenha pena desses seres que passaram para o estado de bestas de carga, seus gritos e suas canções roucas venha até mim intercalado pelos choques, e eu vejo, no ombro deixado livre, o calote deixado pela contínua fricção do bambu sob a qual o palanquim permanece suspenso. Um desejo louco de descer se apodera de você pela primeira vez; gostaria de livrar esses infelizes de uma tarefa cansativa e bárbara; mais tarde, a sensibilidade se atrofia e, com refinamentos de Pele-Vermelha, se acaba por escolher e acoplar o "*Machilleros*" como se faria por uma equipe de puro-sangue (COURRET, 1884, pp. 190-191, tradução nossa).

Courret define como bons “machilleros” os homens com o “peito longo, o ombros e pernas curtas, sendo pequeno cansa menos com os grandes passos. Um par de “machilleros” bons trotadores é o sonho de qualquer Zambeze” (COURRET, 1884, p.191, tradução nossa).

Gisements houillers du Moatize.

Figura 2: Depósitos de carvão do Moatize (COURRET, 1884, p. 309).

Todo o trajeto é acompanhado da extrema musicalidade, os “machilleros” cantam e dialogam com quem carregam, barganhando presentes numa demonstração de agência africana, tal qual destaca Mattory acerca do conceito, sendo a “agency — ou intencionalidade e ação estratégica bem-sucedida — dos oprimidos e sua sabedoria cosmopolita” (MATTORY, 1999, p.61) uma maneira de se contrapor a posição de subalternidade na qual o viajante julga colocar estes trabalhadores.

As músicas acompanham e regulam a marcha; são improvisações monótonas, louvores e adulações direcionadas a quem carregam quando eles entendem a língua do país.

- Pressione! Pressione! Ele é um bom chefe.

E aquele por trás da resposta:

- Um chefe que dá muito “poso” (comida).

O primeiro. “E às vezes da cachazo”.

O segundo. Devemos ter se ele estiver satisfeito conosco. E a música continua indefinidamente nesse tom e nesse espírito. Mas se o transportado não conhece o cafre.

Cuidado com ele! (COURRET, 1884, p.192, tradução nossa).

Conforme a expedição adentrava ao interior do Zambeze, mais contratempos e empecilhos passaram a enfrentar, como terem suas “machillas” barradas por um chefe africano que exigia deles o pedido de autorização para transpassar suas terras. Uma vez realizada a solicitação, seguiram caminho levados por seus “machilleiros”.

Os caminhos foram percorridos por via fluvial, dado lugar aos africanos com suas canoas como meio de transporte. Os marinheiros, aqueles que guiam as embarcações, envolvidos no transporte também são apresentados com descrição de suas ações e com riqueza de detalhes no método de trabalho realizado.

Courret caracteriza os tipos de embarcações, em seguida descreve a distribuição das atribuições de cada membro e como resolviam os obstáculos apresentados durante a navegação pelos rios. Eram barcos construídos a partir de troncos de árvores, formando dois tipos, os menores ou “armendias”, contendo entre quatro e cinco metros de comprimento por um metro de largura e os coches que eram embarcações maiores chegando a ter entre oito e dez metros por um ou um e meio metro de comprimento.

Essas embarcações eram comandadas por um timoneiro dispondo de uma pá enorme e longa, na parte dianteira se localiza o “mucadamu” (ver Figura 3) que é o indicador de onde o “malemu” deve passar no canal com a embarcação e o leme serve para remover os obstáculos que vão surgindo à frente. O “mucadamu” necessita de um bom balanceador, por conta quantidade de bagagens e caixas que se transportavam, as ondas podiam a qualquer momento fazer virar o barco (COURRET, 1884, pp.195-196).

Figura 3: O Zambeze na Chemba (COURRET, 1884, p. 109).

Além das descrições sobre os trabalhos dos africanos, os viajantes procuraram retratar as relações com os chefes locais que os recebiam; em geral, eram os prazeiros os responsáveis pela acolhida às expedições. Abrigavam as expedições ofertando casa e, muitas vezes, mantimentos e em outros contextos fornecendo escravizados, ou alguns trabalhadores livres para realizar a tarefa necessária.

Em uma das estadias podemos perceber como eram tratados os expedicionários, ao mesmo tempo, notamos a estrutura de determinados pontos de parada ligados à estrutura comercial portuguesa ao longo do rio.

Na região do Mazaro, a expedição é recebida pela sinhara Maria (mulheres descritas na historiografia como mestiças, com “cruzamento de sangue”), prima de Romão, um prazeiro que já lhes havia fornecido auxílio; ela era irmã de Mariano, e no julgamento do Courret, ele era famoso por suas atrocidades descritas anteriormente por Livingstone. Sendo muito amigável, a Dona disponibiliza uma de suas casas aos viajantes para pernoitar. Assim narrou o autor sobre a personalidade da sinhara Maria:

É uma negrita de tamanho, figura bastante difícil e com cabelos brancos. Muito reservado com o médico e comigo, ela tem liberdade com o Gourgues que a conheceu há muito tempo e goza de sua confiança; presentes (gin, licores e bugigangas) não a tornam mais tratável; parece que nós a intimidamos (COURRET, 1884, p.204-205, tradução nossa).

Como comerciante Courret manteve olhos atentos por onde passou e sobre a estrutura comercial construída pelos portugueses. Localizou nas proximidades de onde repousava um sistema de postagem direcionado aos barcos com mercadorias para paragem e a verificação das cartas, uma espécie de caixa postal dos comerciantes.

Os barcos carregados com mercadorias subindo o rio param para gravar sua passagem e verificar os certificados emitidos pela alfândega de Quelimane. Esta formalidade tem sua importância, para todas as mercadorias conduzidas além do Chiré, estão se beneficiando de uma redução nos direitos de importação; certos artigos são bastante isentos se for além desse ponto (COURRET, 1884, pp. 204-205, tradução nossa).

Esta estrutura foi organizada com essas características como forma de obter controle sobre quem iria além do ponto de paragem daquela região chamada de Chire. Ir “Além Chire” significava conseguir ultrapassar as barreiras impostas pela chefia local, e esta ação era recompensada com isenção de impostos, no fim de tudo, significava que a população que recebia os comerciantes tinha algum interesse e boas relações com o mercador em questão.

O comércio de longa distância dependia destas boas relações, dependia das afinidades pessoais para existir, observando a dinâmica nesta perspectiva, torna-se mais inteligível entendermos o porquê das oscilações frequentes que ocorriam no fluxo comercial. Primeiro o bom comerciante precisava garantir a manutenção do parentesco e destes laços e afinidades, para a partir disto, tecer o fio das relações comerciais.

Para os portugueses e demais estrangeiros, a perspectiva era de que o comércio de longa distância padecia por causa dos ataques envolvendo os senhores de prazos. De fato, havia senhores de prazos que não aceitavam que houvesse alteração nas práticas comerciais estabelecidas, como por exemplo, o pagamento ou doação de um presente ao chefe local, como sinônimo de respeito a sua autoridade. E quem não respeitava este gesto, ainda que parecesse simbólico, era atacado no percurso realizado.

Para alguns prazeiros a presença destes mercadores, viajantes ou expedicionários, significava a garantia de obtenção de lucro e de demonstração de sua influência e poder em âmbito internacional. Estes prazeiros recebiam das comitivas, valores em espécie ou em tecidos, gêneros alimentícios o pagamento pelos serviços prestados. Garantiam a proteção da caravana cedendo seus soldados, os achicunda.

No entanto, este tipo de auxílio, em nossa perspectiva pode ser enquadrado como uma atividade comercial, o que era bastante praticado pelas mulheres donas de terras. Esta foi uma realidade descrita sobre diferentes Donas, a exemplo da sinhara Maria, que da

posse de inúmeros escravizados achicunda, conseguiam por meio do uso da violência praticado por eles, uma forma de angariar riqueza e a manutenção da rede comercial da qual participavam.

Segundo Guyot, esta sinhara era tia do prazeiro de Massingire e habitava uma casa localizada a cerca 15 metros acima do rio. Para acesso a residência distava um aclave de 300 metros de comprimento, limitado por uma cobertura de pira. O viajante descreveu a parte externa da casa, comparando-a a um chalé da Suíça, mas feita aos moldes de uma casa de pau a pique, ou taipa de pilão, em nosso entendimento, coberta por uma camada branca de cal. Ao mesmo tempo em que, como químico e cumprindo sua missão, observava a presença dos minérios nos solos da região (ver Figura 4).

Este chalé feito com barro e tijolos, todo coberto com uma camada de calcário branco. Do terraço desta casa, a visão distingue ao longe o Zambeze desenrolado em suas numerosas dobras no meio de uma quantidade considerável de ilhas e de ilhotas cobertas de juncos. Estamos inclinados na Morumbala e já vemos no chão, fragmentos quartzo, granito, feldspato e lavas basálticas (GUYOT, 1895, pp.27-28, tradução nossa).

Figura 4: Vista de uma das casas da senhora Maria do Val dos Anjos – Irmã do 1º Mariano – A Chamoara perto da embocadura do Chire (GUYOT, 1895, p. 97, tradução nossa).

Os exemplos destacados mostram a potencialidade das fontes em questão. Neste sentido, pudemos perceber a atenção dos viajantes aos eventos ligados ao comércio, sistema

de transporte, e a observação das relações nos prazos. Ao mesmo tempo, situamos alguns exemplos que configuraram as principais características da expedição ligadas aos aspectos científicos, políticos dela.

1.3.1 Mulheres africanas, retratos sobre o corpo: as belezas, as indumentárias e os adornos.

Ao transitar por informações sobre as populações africanas, podemos incorrer sempre no grande risco de reforçar estereótipos explícitos ou até subliminares presentes nos relatos. No entanto, nos aventuramos nessa empreitada de destacar as mulheres africanas que o médico Gaffard registrou em seu livro, por entender que, no atual contexto em que ainda persistem invisibilizadas como sujeitos históricos, essas populações e seu passado precisam ganhar materialidade na memória das pessoas do presente.

Consideramos que ao apresentar descrições da materialidade do cotidiano abordando a maneira de se vestir e se relacionar com o corpo, etc., não tratamos apenas de trivialidades. Com esta exposição, estamos construindo ou resgatando, outras formas de pensar a existência humana. Assim, mostramos que, os critérios de beleza, de relações sociais, etc., não são os mesmos em todas as sociedades africanas.

Além disso, constatamos que, dentro do próprio território zambeziano esses critérios se mostraram diversos. Mas, não os abordaremos em sua totalidade, nem os aprofundaremos. Aqui trazemos algumas dimensões que julgamos como principais representações registradas pelos viajantes, os aspectos de como perceberam os corpos femininos e, quais elegeram para apresentar aos seus leitores.

Cabe ressaltar, que apesar de Gaffard trazer informações sobre os homens do vale do Zambeze, não o fez com tantos detalhes, como no caso das mulheres. Quer porque julgasse que os homens não apresentavam características corporais marcantes o bastante para merecerem sua atenção, ou porque não expressavam características destacadas quanto aos modos de vestir e os adornos usados.

Considerando o contexto da expansão das ciências, e a busca por criar registros etnográficos que se difundiam cada vez mais entre os viajantes do período, acreditamos que o foco sobre o “exótico” versus mulher idealizada recaia sobre as mulheres africanas, essas eram dignas de serem vistas sob a lente dos viajantes, principalmente, considerando a cultura machista com a qual operavam as sociedades europeias.

Gaffard traz algumas perspectivas interessantes para pensar a realidade do Zambeze sob o ponto de vista da população africana. Ele, por exemplo, nos apresentou alguns

aspectos como a aparência física, ou o fenótipo, de homens e mulheres, formas de alimentação, indumentárias, o uso de adornos, etc., chamando atenção para o que definiu como “característica e costumes das populações residentes” dos territórios do vale do Zambeze, referindo-se a população originária do continente, a qual denominou de “nativos do Zambeze”, utilizando as terminologias racializadas correntes à época (GAFFARD, 1882, p. 28).

Relatando sobre as mulheres africanas, Gaffard nos informa que elas costumavam usar tecidos que cobriam o corpo do joelho até a altura dos seios, assim as vestimentas consistiam em uma peça de tecido de algodão ou um lenço com cores e tonalidades variadas em que as envolvia (ver Figura 5).

Figura 5: Negras Fabricando uma tanga de pérola (em Tete); Moinho de farinha de Sorgho (GUYOT, 1895, p. 104, tradução nossa).

Apontou a existência de expressivas diferenças entre as mulheres do interior e as da faixa litorânea. Neste sentido, ressaltou que nas regiões próximas a Tete, as mulheres eram mais “encorpadas e musculosas”, indicando uma oposição aos tipos físicos das mulheres que estava acostumado a ver no litoral de Quelimane e região da costa do Índico (GAFFARD, 1882, p.28).

Os homens também foram apresentados no relato, neste caso, à mesma maneira que as mulheres, com clara discrepância nos fenótipos do interior e do litoral. Na costa, nas proximidades de Quelimane, os homens são apontados como seres menores e mais fracos, já no interior, mais robustos e altos (GAFFARD, 1882, p.28). Há impressão de que Gaffard quer distinguir ou destacar que a população africana do interior por ser menos miscigenada, teria corpos mais preparados para o trabalho.

De forma geral, as mulheres não apresentam tatuagens corporais, mas, foi relatada a presença de escarificações corporais femininas. Na fase da juventude, os pais marcavam as meninas com ferro quente, com símbolos que representavam o formato de cruz, com isto, ao desenvolverem seu corpo as marcas iniciais ganham contornos diferentes. Essas técnicas de modificação corporal parecem ter sido elemento de distinção e de beleza feminina (GAFFARD, 1882, p.29).

Além disso, elas aplicavam outra técnica de modificação corporal: a limagem dos dentes incisivos superiores até deixá-los pontiagudos. Esta era uma prática realizada por algumas mulheres cuja finalidade estética era a de trazer maior beleza ao seu rosto. Entre essas, algumas adotavam ainda o uso de diferentes ornamentos, como um anel labial, para adensar ainda mais seus encantos. Muitos outros tipos de adornos compunham seus trajes fazendo parte deles: contas de vidro, anéis, brincos. Há indícios no relato de Gaffard, de que a distinção social entre as mulheres pertencentes a elite da população africana em alguns lugares, fosse feita com base no uso de anéis de latão que cobriam as pernas da altura do tornozelo ao joelho (GAFFARD, 1882, p.29).

Ressaltamos aqui que o registro descrito pelo médico Gaffard acerca dessas mulheres teve inúmeras pinceladas depreciativas, nas quais todas as descrições das características de beleza dessas mulheres foram expostas com termos como “ornamento horrível”, indicou que “seus rostos parecem repulsivos”, entre outros adjetivos negativos. Deixando claro que seu ideal de beleza, não tolerava aquelas formas de expressão estética do corpo, demonstrando isso ao classificá-las negativamente como vimos acima (GAFFARD, 1882, p.29).

As mulheres que eram mães mantinham seus filhos presos ao seu corpo por um tecido que os envolvia fixando-os na região mais alta do corpo. Mesmo com a criança ali em suas costas, as mães cuidavam da terra, pilavam os grãos, carregavam coisas na cabeça ou nos braços, brincavam e divertiam-se. Segundo o médico viajante, elas se envolviam em “brincadeiras coreográficas em uma festa de ‘*katecké*’”, o que parece ser algum tipo de festa da região no período (GAFFARD, 1882, p.29).

Guyot, outro viajante que passou pelas mesmas regiões na mesma expedição, trouxe algumas especificidades, relatando onde essas mulheres se vestiam dessa forma, ressaltando o uso de anéis labiais.

Neste sentido, o autor relatou que em Quelimane, no Chire ou no Magombe, região esta próxima à Sena, as mulheres usavam o *pélélé*, um anel usado como adorno colocado no lábio superior da boca. Acrescentou que algumas delas usavam “um pedaço de madeira cortada” no lugar desse anel; outras, que usavam os anéis de metal, revezavam ou escolhiam entre, “cobre ou ferro, para além desses materiais usavam fragmentos de osso, marfim e pequenas conchas de diferentes formas e tamanhos que servem como adorno” (GUYOT, 1891, p.61, tradução nossa).

CAPÍTULO 2 – A africanização da família Cruz: análise do impacto nas relações com os portugueses.

Neste capítulo, pretendemos traçar perspectiva da africanização da família Cruz, bem como refletir como essa africanização esteve vinculada aos processos de acesso a terra, denominada pelos portugueses como prazos ou terras da coroa. Pensar em termos de africanização da família Cruz pressupõe discutir os aspectos da hegemonia cultural africana, nos moldes propostos por Margarido, valorizando a cultura africana, bem como buscando expor seus interesses nas relações tratadas com os portugueses, no caso da família Cruz, foram expressos principalmente nas práticas políticas, já que essas foram marcadamente registradas nas fontes portuguesas.

Margarido preocupou-se em demonstrar que os africanos dispuseram de certo quadro hegemônico perante os projetos e práticas dos europeus (MARGARIDO, 1998, p. 383). Neste sentido, ao expor a adoção pelas famílias afrodescendentes, ou miscigenadas, aos princípios culturais e aos aportes simbólicos que estruturam o funcionamento da sociedade em questão, mostramos a opção da família Cruz em tornar-se africanizada. Desta forma, os casamentos eram parâmetros estruturantes daquela sociedade zambeziana, foram feitos a partir de alianças matrimoniais com diversas outras famílias. Como estrangeiros muitos portugueses não tiveram outra opção, senão a de adotar, para sobreviverem em terras zambezianas. Para os seus descendentes, tornou-se uma prática dentro das tradições preexistentes.

A prática universal de criar alianças matrimoniais com os membros mais velhos da família real indígena constituiu outra tentativa dos chefes dos estados secundários para alterar o seu estatuto de estrangeiro e legitimar a sua posição de elite. Essa prática não só forneceu aos estrangeiros uma nova e prestigiosa rede de parentesco, como lhes criou também elos permanentes de ligação de natureza biológica, simbolizados no nascimento de sua descendência (ISAACMAN, 1979, p. 68).

Por fim, a família Cruz torna-se relevante para pensar as relações entre africanos e portugueses, bem como as experiências vividas pelos seus membros neste processo. Principalmente, as disputas pelos territórios e o status representado com o seu domínio. Desta maneira, foi preciso dar relevo a sua árvore genealógica, buscando ver quais eram os membros da família Cruz, para compreender os laços parentais e políticos que convergiram para fortalecer os auxílios durante a guerra.

2.1 - A família Cruz e as várias versões sobre sua origem.

A chegada dos membros dessa família foi exemplo de uma das formas do processo de povoamento das terras dos prazos. Em grande parte, essas famílias eram mestiças e foram compostas por povos de diferentes origens, formando uma sociedade culturalmente multiétnica. Com o passar do tempo, foram não só adotando os rituais e costumes cotidianos da população africana, como também, as práticas específicas político-religiosas dessas populações.

No vale do Zambeze estes povos agruparam-se, basicamente, a partir das populações africanas sob o controle dos estados e dos grupos étnicos dos Shona-Caranga na região central (reinos do Monomotapa, Manica, Chingamire, Rózuís, Barué, teve, sanga, danda e aos povos tauara. E segundo António Rita-Ferreira, compunham essas populações os sena, os tonga do baixo Zambeze, os achicunda, nhunguè [nyungwe], e outros localizados entre Tete e Zumbo, como os dema, dande, pimbes, gova ou gouas, chuabo e mahindos, etc., além daqueles povos vindos de Portugal junto aos seus descendentes nascidos no vale e do chamado Estado da Índia (territórios ainda sob domínio português no século XIX, principalmente Goa). Como também dos descendentes das relações entre os portugueses e/ou goeses, mulheres e homens dentre tantos outros que poderíamos citar que ocupavam as regiões de contato no vale do Zambeze, todas essas populações foram apresentadas na perspectiva da etnologia colonial portuguesa. (RITA-FERREIRA, 1982, pp. 233-261). Ressaltamos que muitos termos estão revestidos de preconceitos e foram reapropriados pelos portugueses ou modificados em seu sentido, incorporando os racismos e toda espécie de estereótipos e homogeneização praticados durante todo o processo de contato na Zambézia e, intensificado na efetivação do controle português no território Moçambicano. Mas, ainda assim, utilizamos esses termos com as devidas ressalvas e sabendo que isto ainda requer franco debate, no sentido de se viabilizarem estudos direcionados ao uso ideológico da língua durante o processo de colonização.

Entre algumas das famílias resultantes do contato afro-portuguesas, muito destacadas pelas fontes no contexto anterior ao século XIX, citam-se aquelas formadas a partir de suas matriarcas, mulheres geralmente afro-portuguesas que obtiveram a posse da terra. Mencionamos a mulher que foi relatada em fontes e por historiadores como a fundadora da família dos Cruz, Dona Luísa da Costa e, ainda suas filhas Dona Eugénia Maria da Cruz, Dona Inácia Benedita da Cruz, Dona Micaela Rosa da Costa e Cruz (CASTILHO, 1891; CAPELA, 1995, pp. 79-101).

Todas elas assentadas nos territórios da Zambézia constituíram numerosos povoados formados a partir de rearranjos político-sociais realizados sob a égide dos casamentos. Estas famílias afro-portuguesas organizaram-se na região desde o século XVI, por sua vez, essas relações não só estruturaram a sociedade dos prazos (conforme foi dito), neste caso, com esta prática, as mulheres e suas famílias mantiveram seus status ou passaram a ocupar posições de destaque frente a sociedade local e regional, legitimados pelos povos zambezianos e cancelados pelos títulos portugueses.

Os detentores de prazos do Zambeze podem ter devido seus títulos à Coroa portuguesa, mas seu poder descansou em seus seguidores africanos. Cada prazo tinha uma organização elaborada, sendo dividido em distritos chamados muzindas, e ostentando uma hierarquia de funcionários dos fumos e mucasambos no topo, para os bandazios, bichos e inhacodas na base, entre os escravos domésticos. Em última análise, o titular de um prazo dependia da clientela. A margem sul do Zambeze inferior estava em um estado muito perturbado no século XVIII, e no início do século XIX as incursões dos Ngoni e Landim tornaram a situação ainda mais confusa. Havia grandes oportunidades, portanto, para um poderoso proprietário de prazo para atrair ao seu redor um grupo de homens despossuídos e fugitivos que serviriam com quem pudesse prover seu futuro e garantir-lhes segurança e uma posição em alguma forma de sociedade. O poder da família da Cruz era deste tipo (NEWITT; GARLAKE, 1967, p. 135, tradução nossa).

Ainda não dispomos de uma análise aprofundada sobre as relações entre essas famílias, de forma que exponha o seu cotidiano para além dos conflitos, disputas e guerras que conduziram entre si e contra os portugueses. Sabemos que entre os séculos XVII e XVIII, “foram inúmeros os casos de rebelião, violência e desordem pura e simples que eclodiram no seio desta comunidade” (NEWITT, 1997, p.275), no entanto, este quadro de relações belicosas, esteve entremeado por um cotidiano que precisa ser explorado.

Como esta pesquisa não está centrada neste recorte nem tema, trataremos aqui apenas dos aspectos que intentam reavivar a vida da família Cruz, dentro das possibilidades que nos permitem as fontes e a bibliografia utilizadas. Buscamos expor informações que viabilizem entender de onde vieram, como fizeram para obter poder e, sobretudo, como ascenderam politicamente, controlando e influenciando milhares de pessoas no Zambeze chegando a promover guerras e interferindo e alterando drasticamente a dinâmica da região.

Neste sentido, trataremos de dialogar diretamente com o conceito de africanização, cuja ideia central tratada por Isaacman conceituou o movimento sofrido pela instituição dos prazos como um todo. Em suma, a africanização aqui parte da ideia de que não só a estrutura sócio-política que os portugueses tentaram implantar na Zambézia sofreu alterações, também os próprios agentes dessa estrutura sofreram mudanças drásticas em suas práticas culturais e filosóficas, constituindo assim um estilo de vida zambeziano em

nada semelhante com a que os lusitanos estavam acostumados. Alianças, compadrios, tributos, trocas de presentes, conflitos entre famílias, disputas pelo poder compunham o cenário em que se inseriu a família Cruz o qual abordaremos nas próximas linhas.

Os membros família Cruz, ligaram-se:

(...) aos principais dirigentes por casamentos políticos, adoptaram os rituais de investidura e os símbolos do poder, consultavam os espíritos dos reais defuntos que se exprimiam pelo respectivo mpondoro, distribuíam a parentes a superintendência de distritos, etc. Os direitos e deveres dos chefes tradicionais foram respeitados, bem como as normas do direito consuetudinário (RITA-FERREIRA, 1982, p.255).

Em diferentes textos, alguns oficiais portugueses que participaram das expedições africanas realizadas no século XIX, de caráter comercial ou militar, tentaram localizar e descrever a origem da família Cruz, a fim de indicar a procedência do membro estrangeiro mais antigo da família. A maior parte das análises dos autores tinha intenção de destacar a continuidade “do espírito rebelde”. Em suas teorias, esse espírito iniciado por gerações anteriores teria reverberado na ação e manutenção das “rebeldias” do Bonga (Antônio Vicente da Cruz), considerado pelos administradores portugueses como um dos maiores “rebeldes” na Zambézia. Muitos deles obtiveram informações sobre os pais do Bonga, tomando-os como exemplo do “problema colonial”. Esta família foi encarada no sentido patológico, como uma doença a ser diagnosticada e para tal a anamnese fazia-se imprescindível. Foi desta forma que autores portugueses, principalmente os contemporâneos do processo da guerra e do período colonial, os descreveram.

Em contrapartida a isto, enxergamos como fator importante apresentar uma espécie de retrospectiva genealógica histórico-cultural, ainda que breve, mas com intuito de entender o que acreditamos ter sido o processo de transformação - a africanização da família Cruz; e, sobretudo, como isto se relaciona com a hegemonia africana a qual nos remeteu Alfredo Margarido. Mas, sempre buscando integrar estes processos e entendê-los como parte do interesse da família, sem com isto patologizar as práticas políticas e socioeconômicas que realizavam.

Foram poucos os autores que conseguiram registrar quem foi o primeiro membro desta família a chegar ao Zambeze. No entanto, vários autores apresentaram diferentes trajetórias de vida sobre seus membros, tais narrativas destoavam entre si no tocante às informações registradas.

Uma das primeiras versões que encontramos foi feita por Antônio Porfírio de Miranda (1869), cirurgião que esteve na campanha contra o Bonga, em 1869. Seu texto, “*Notícia acerca do Bonga da Zambézia*” foi apresentado em anexo à obra do major José

Joaquim Ferreira (1870); este oficial fez parte do corpo expedicionário enviado pela coroa portuguesa contra o Bonga durante a guerra de 1869. A narrativa do texto da “Notícia” foi produzida a partir da coleta da tradição oral e das memórias sobre a família, tal como era contado pelos contemporâneos na cidade de Quelimane. O cirurgião se propôs a escrever, buscando contrapor essas narrativas locais às notícias publicadas pelos jornais em Lisboa, acerca desta família e dos desdobramentos da guerra. Adianta-se que suas observações estão impregnadas por avaliações pessoais, muitas delas de natureza preconceituosa.

Segundo ele:

Só quem viveu em Tété, pôde ter conhecimento de quem seja o Bonga, e ninguém melhor o conhecia aqui do que eu.
Entendi pois ser um dever fazer bem conhecida a origem d’aquela fera, para sobre ele se firmar um juízo seguro, a não mais se aventarem notícias falsas, e algumas até demasiadamente lisonjeiras, sobre um ente miserável que nunca mereceu, nem pôde merecer consideração às pessoas honradas! (MIRANDA, 1869, p.5, grifos nossos).

No seu relato afirmou que a família Cruz veio de Macau, lá pelos anos de “mil setecentos e tantos”, direto para Tete onde se instalou. Três membros foram indicados como pertencentes ao que chamou de “família china”, devido à atribuição de sua origem: José Agostinho da Cruz, Agostinho José da Cruz e D. Eugenia Maria da Cruz (MIRANDA, 1869, p. 5).

Segundo ele, Dona Eugenia teria se casado com Leandro José de Aragão, filho do capitão-mor da vila de Alemquer, em Portugal. Os irmãos Cruz, depois de estabelecidos na região, teriam se envolvido em uma revolta contra o governador de Rios de Sena, António Norberto Barbosa de Vilas Boas Truão, Governador do Distrito de Tete. Como resultado dessa rebelião, José Agostinho receberia a pena capital, sendo enforcado em Moçambique por volta de 1806. Agostinho José da Cruz teria sido degredado sem possibilidade de retorno para Inhambane (MIRANDA, 1869, p. 5).

Outro importante contemporâneo dos Cruz, Delfim José de Oliveira, escreveu “*A província de Moçambique e o Bonga*”, no qual afirmou que eles eram de origem chinesa, e que Nicolau, então Capitão pertencia à guarnição de Tete, tendo este traído a tropa em que estava, teria sido morto em decorrência desta ação. No entanto, o autor estava se referindo erroneamente ao filho de Nicolau, Antônio José da Cruz, e não ao próprio Nicolau, este sim oriundo de fora da Zambézia (OLIVEIRA, 1870, p.9).

A história pregressa da família teve outra versão. O oficial português, Augusto de Castilho, quase 20 anos depois, em 1888, escreveu um relatório sobre as expedições lançadas no mesmo período contra os filhos e descendentes do Bonga ou António Vicente

da Cruz, que já portavam e se apresentavam apenas por seus nomes africanos, Chatara e Motontora. O oficial afirmou ter feito uma série de pesquisas sobre a origem dessa família, utilizando-se de diferentes tipos de arquivos para compreender “a trajetória de gerações rebeldes” a ela pertencentes. Conforme trecho a seguir é possível perceber a grande dificuldade que ele encontrou para a realização da investigação sobre este assunto, tendo em vista a desorganização a que estava sujeito os documentos que envolviam a população das regiões tratadas.

Não obstante ser quasi contemporânea a historia da familia Cruz, é já hoje difficilimo dar d'ella uma noticia minuciosa e exacta. A deficiência e desorganisação dos archivos dos diversos governos subahernos da Zambezia, o mau costume que durante muito tempo existiu de se não dar publicidade a factos de manifesta importância, e também as acanhadas proporções do Boletim official da provinda, cuja publicação só começou em fins de 1854, impedem hoje de se poderem obter certos subsidios, que seriam de aho valor (CASTILHO, 1891, p.27).

Segundo Castilho, era de família oriunda da Índia, ou de Macau, informação a qual também não soube precisar. Indicou que Bereco foi um nome dado pela população local ao capitão Cruz, ao qual denomina Joaquim Vicente da Cruz. Acerca dos demais membros relatou todo tipo de atitudes atribuídas por ele como “selvagem e atroz”. Desconsiderou a hipótese de que Nicolau seria o mais antigo membro estrangeiro dos Cruz a chegar à África, porque naquela época as informações às quais teve acesso fiavam-se na tradição da memória que seus contemporâneos preservaram, as quais diziam respeito a Joaquim Vicente da Cruz, como o mais velho a chegar à Zambézia.

O mais antigo Cruz de quem a tradição conserva memória é Joaquim Vicente da Cruz, conhecido também por capitão Cruz e cognominado Bereco. Este homem, que devia viver nos primeiros annos do actual século, era de caracter turbulento, traçoeiro e bellicoso, manifestando já pouca sujeição ao governo portuguez (CASTILHO, 1891, p.29).

Capitão Pereira Galante (1945) também trouxe suas proposições sobre as origens desta família. Escrevendo no século XX, claramente influenciado pelos resquícios do rancor patriótico da derrota sofrida por longo período pelos portugueses na guerra contra os Cruz, construiu uma narrativa que privilegiava os atos heróicos dos “Mártires de Massangano”, a propósito este foi o título dado ao livro. Nas palavras de Galante,

Ao falarmos em massangano a alma dilacera-se e os olhos humidecem-se, pois foi até de Moçambique que mais regada foi pelo generoso sangue português, que mais pejada está de ossadas de heróis, desfeitas na poeira dos tempos e no condenável esquecimento dos homens (GALANTE, 1945, p.25).

Este historiador colonial descreve como Bereco (Antônio José da Cruz), pai do Bonga, aliou-se ao Changamira, “traíndo” Vilas Boas Truão que era chefe na expedição

feita para bater aquele chefe africano. As alianças com chefes africanos eram algo recorrente na história do Zambeze, inclusive em diversas situações, os portugueses firmaram tratados e alianças com chefes locais para conseguir derrotar inimigos, aqueles que porventura impedissem o fluxo comercial, que cobrassem taxas abusivas na passagem pelo seu território, ou atacasse os espaços ocupados pelos portugueses e a população ali residente.

(...) o Bereco, progenitor da odiosa família que no século passado tanto nos deu o que pensar, maquinara, por qualquer torpe motivo, perder o governador e a voluntariosa tropa do seu comando.
 ;Se bem o pensou, melhor o executou!
 Para satisfação do plano ignóbil engendrado em silêncio pela sua alma traiçoeira, com subtilezas do maior cinismo, conduziu a expedição por caminhos ínvios, embaraçados, por extensos matagais de espinheiros, onde a custo se rompia, em penosa marcha, cheia de incidentes perigosos em extremo fatigante, certamente para quando chegasse ao contato com o inimigo, ir já extenuada e sem o alento preciso para os ardores do combate (GALANTE, 1945, p. 43).

No caso, o autor não estava preocupado em buscar as raízes longínquas da família Cruz, queria mesmo era localizar onde começaram suas raízes “rebeldes”, aquelas que a seu ver tornaram possível a maior das desgraças sofridas por Portugal no além-mar. Para isto, o autor remeteu-se a figura do avô do Bonga, como o progenitor da família Cruz. No entanto, conforme mostrado anteriormente o mais antigo membro a chegar a terras zambebianas foi mesmo, seu “bisavô” Nicolau.

Segundo Galante, Bereco era um exímio conhecedor do território e da língua do povo por onde a expedição percorreu, portanto, sabiam quais eram trajetos mais seguros a seguir, uma vez que era da região desde que nascera. Apresentou isso como prova que considerava cabal da traição de Bereco a Truão (GALANTE, 1945, p. 45). E, ainda ressaltou que o casamento dele com a filha de Chingamira foi o outro fator determinante na condenação sofrida por Bereco culpado de cometer traição. Este Chingamira pertencia a família real do Monomotapa, mas o título de mesmo nome havia sido estabelecido como uma dinastia no século XVI quando havia expandido seu domínio e ocupava a região das terras da Chicoa, mais próximas do Zumbo (GALANTE, 1945, p. 46).

As demais notas de apresentações acerca desta família seguem igualmente rancorosas, desqualificadoras e inferiorizadoras. Joaquim José da Cruz, também conhecido como Nhaúde, filho de Bereco foi apresentado como quem personificava uma doença infecto contagiosa, nas palavras de Galante seria um ser “infectante da velha Zambézia” (GALANTE, 1945, p. 46). Claro, que essas palavras preconceituosas exprimem o olhar de

superioridade lançado pelo lusitano, bem como seu desgosto em retratar a história dos portugueses na África em um contexto de perda, não nos esqueçamos disto.

O Nhaúde foi descrito como “desobediente”, “ladrão” que por causa de rixas e contendas com outra família de senhor de prazo causou grande instabilidade ao interior da Zambézia.

Ressalta-se que esta forma de tratar as questões políticas como algo menor, ou no patamar da pessoalidade, das paixões e das vontades irracionais quando se referindo aos povos zambezianos afrodescendentes era uma prática recorrente nas narrativas das obras produzidas no início do século XX.

Outro autor que esmiuçou os aspectos da chegada do mais antigo membro da família Cruz, para além de discutir sobre sua trajetória, foi Filipe Gastão de Moura Coutinho de Almeida Eça (1953). Após um levantamento detalhado em diferentes arquivos de Moçambique e Portugal, o autor estabeleceu uma sequência genealógica da família (EÇA, 1953, pp. 57-76). As quais serão detalhadas logo abaixo, pois a utilizaremos como guia para descrever os membros da família ligados ao Bonga e a Luísa da Cruz.

Mencionamos ainda o historiador Capela, que igualmente tratou de discutir sobre a possível origem do que ele denominou “o elenco das Cruz” (CAPELA, 1995, pp. 88), para referir-se a enorme quantidade de Donas que possuem prazos. Segundo o autor, ao se referir a Dona, mãe do Bonga “(...) primeira de todas terá sido Dona Luísa da Costa, enfiteuta (pessoa que recebe a posse da terra) de vários prazos, que antes de 1767 casou com Nicolau Pascoal da Cruz, o progenitor da dinastia daqueles que ficaram conhecidos como Bongas” (CAPELA, 1995, pp. 88-89). Mas, cabe ressaltar que Capela, citou como fonte a maior parte dos autores anteriormente mencionados, uma vez que escrevia ao final do século XX.

Todas estas trajetórias feitas por meio de registros escritos dos viajantes ou ofícios etc., em narrativas da historiografia colonial e as retomadas genealógicas destes textos, mostram como esta família foi importante para tencionar a presença portuguesa e compor movimentos de resistência, o que nos possibilita escrever uma contranarrativa ao processo de colonização outrora anunciado como eficaz e eficiente.

Sabemos que durante muito tempo este ponto de vista predominou nos discursos coloniais. No entanto, a família Cruz conseguiu impor-se e condicionar o andamento dos processos históricos de Massangano e nas circunvizinhas entre Sena e Tete de tal forma que marcaram a história do lugar. Em um estudo de campo feito por Newitt e Garlake, na década de 60, o nome de Nhaúde ainda ecoava na memória dos jovens, do Bonga um pouco

menos, mas as marcas de Massangano ainda estavam presentes, sejam pelos vestígios históricos presentes em suas ruínas, ou pelas recordações da memória das populações entrevistadas por esses estudiosos. Ou pela invocação dos barqueiros ao nome de Nhaúde como espírito sagrado que guardava a serra da Lupata (NEWITT; GARLAKE, 1967, p. 136).

Consideramos que as retomadas feitas pela historiografia colonial sobre essas histórias de Massangano são mostra de sua relevância. Há necessidade de releituras à luz de novos aportes teóricos que permitam descortinar os processos ideológicos envolvidos na construção dessas narrativas, bem como apresentar outros pontos de vistas, sobretudo, descolonizados sobre este período e povos. Entendemos que o processo de descolonização dos saberes não acontecerá com rápida ou simples alteração de perspectiva, mas fazemos um grande esforço para reler as informações disponíveis e procuramos observá-las cada vez mais à luz de perspectivas africanas, contemplando seus interesses, experiências, culturas etc..

Assim, por meio da reconstituição de alguns laços da família Cruz e sua descendência africana na configuração sócio-política e econômica para a sociedade da época, propomos um mecanismo; um primeiro passo percebido como viável para contribuir com a descolonização dos conhecimentos sobre as populações do Zambeze. Com base nas evidências apresentadas por Eça e na historiografia e fontes que trataram, direta ou indiretamente desta família, estabelecemos as seguintes narrativas sobre eles.

2.1.1 Os laços iniciais da família Cruz no Zambeze: primórdios da africanização.

Nicolau Pascoal, nos anos de 1743, solteiro, era natural do Sião (atual Tailândia), compunha a Companhia de Cipaio da Índia como Sargento do Número quando tinha 25 anos. Havia servido como soldado no Estado da Índia por pelo menos oito anos e depois como cabo-de-esquadra de artilharia. Segundo o próprio Pascoal em carta endereçada a um governador, ele alcançou o posto de sargento quando foi enviado para Tete, período em que também passou a usar o sobrenome do pai João da Cruz, portanto, Nicolau Pascoal da Cruz (CRUZ, 1809).

Vindo do então chamado Estado da Índia, Nicolau foi enviado a Tete junto com outros 60 soldados (que eram chamados de *sipais* ou *cipaio*), a pedido do então governador de Moçambique Baltasar Manuel Pereira do Lago enviada a Lisboa em 12 de agosto de 1766. O governo de Goa enviou o contingente solicitado em 1767, a fim de escoltar o comboio de mercadores que seguia de Tete para o Zumbo quando o governo da

região estava sob o controle de Inácio de Melo e Alvim. Esse foi essencialmente o motivo que trouxe Nicolau Pascoal à Tete (EÇA, 1952, p.48).

Como sugere Eça, o casamento com uma Dona zambeziana apresentou-se para qualquer um dos militares enviados para a África como um meio de obter anistia de penas, liberdade frente a prestação do serviço militar, abolição do estado servil, ou qualquer outro tipo de benesses oferecida pelo coroa, ofertadas pelo rei ou chefe local, tendo em vista a importância da aliança política feita ao casarem-se com as filhas do chefe no vale do Zambeze. Além do que, em geral, elas possuíam muitas terras e riquezas na Zambézia (EÇA, 1952, p.51). Ou seja, todo homem que se dirigia, ou era enviado para o Zambeze, tinha esta possibilidade em perspectiva e talvez visse o casamento como algo valioso e meta a seguir.

Nicolau casou-se com Dona Luísa da Costa antes de 1777, à época ela pertencia a segunda geração Dona do prazo de Nhabzigo próximo de Tete, e ainda Dona do prazo Chicoa em primeira geração. Uma vez no Zambeze Nicolau ocupou cargos e obteve títulos da coroa inclusive do imperador do Monomotapa.

Ele foi feitor da Real Fazenda, vereador da Câmara de Tete, juiz ordinário, capitão-mor do presídio do Zimboé do Imperador Monomotapa, capitão-mor das Ordenanças da vila de Tete (...) governador interino da capitania de Rios de Sena nos longos interregnos resultantes do falecimento dos titulares do cargo!!! (EÇA, 1952, pp.51-52)

Depois de alguns anos no Zambeze a imersão de Nicolau nos diferentes espaços sociopolíticos da região se ampliou, não só onde havia a força da presença portuguesa como em Tete, mas para além dos domínios do reino do Monomotapa, desta forma os caminhos políticos por ele percorridos revelaram como a dinâmica de ocupar cargos entre as duas forças eram caminhos certos para a ascensão social, necessária para a sobrevivência e permanência na região. E, por meio do casamento de suas filhas fez crescer o acesso a terras.

Neste sentido, vimos, na carta escrita em 1809, o anúncio que de suas 4 filhas, duas estavam casadas com reinóis. Em uma carta direcionada ao governador dos Rios de Sena, nome dado para os territórios situados entre Tete e Sena influenciados pelo domínio luso, dizia que as outras duas estavam solteiras, e todos os filhos estavam solteiros à época (CRUZ, 1809). Claro que não considerou aqui o casamento de Bereco com Cassere, como veremos mais à frente, talvez por ter sido um casamento feito segundo costumes locais.

Dona Luísa da Costa era “mestiça”, sendo natural da Zambézia, podemos inferir isso, justamente por ter posse dos prazos em 1ª e 2ª geração, além dos prazos possuía

muitos escravizados. Com grande chance de ser filha de alguma das irmãs do Monomotapa. Esta hipótese foi aventada porque um de seus filhos, João Vicente da Cruz, apareceu mencionado em diferentes documentos como sendo sobrinho do Monomotapa. Neste caso, sobrinho em 2º grau do imperador (EÇA, 1952, p. 54).

Refletimos sobre o significado do casamento com os portugueses, percebemos que isso também se configurava numa garantia, as Donas zambezinhas, sobre a posse da terra, o acesso aos bens de comércio e prestígio que circulavam pelo litoral e sertão, bem como eram sinônimos de status social elevado. Ao que parece, para os membros da família era dado o direito de usufruir dos tributos arrecadados. Assim casar-se com uma mulher africana, não era mau negócio e vice-versa.

Esta Dona faleceu em Tete em 1808, deixando sete filhos vivos. Eles eram: António José da Cruz; Dona Eugénia Maria da Cruz; João Vicente da Cruz; Dona Inácia Benedita da Cruz; Dona Micaela Rosa da Costa e Cruz; Dona Maria Bárbara da Cruz; Agostinho José da Cruz. Todos os filhos e filhas aqui citados estavam em posições sociais de destaque, com cargos ligados a coroa, e as mulheres casadas com portugueses reinóis, militares, administradores em Moçambique, etc. Além disso, Dona Luísa da Costa tinha terras, e a posse de prazos, alguns deles concedidos, outros conquistados ou invadidos, com isso ela demonstrava o poder e riqueza que possuía e usufruiu naquela época.

Um ano depois de sua morte, os filhos Antônio José da Cruz e Agostinho José da Cruz passam por um processo judicial. Neste contexto, Nicolau redigiu uma carta endereçada ao governador dos Rios de Senna em 1809. Ela está inserida nos documentos anexados ao final do livro de Eça (1953) como prova dos argumentos que construiu na “História das guerras no Zambeze e Chicó”. Na carta, Nicolau indicava que era natural de São, tinha 66 anos de idade, computando quarenta e um anos que havia chegado à África. Havia se casado com Luísa da Costa, com quem tivera sete filhos e relatou todos os nomes e ocupações. Ele mesmo, em 1809 era capitão mor da vila de Senna.

O Ditto Prazo Paga de Foro e Dizimo sincomaticas, e hũa tanga Dá milho ao Seurio que os moradores do Prazo pagam de pensão anoal a oito alqueires cada colono Tem seis colonos Produz algum trigo quando há boa Invernada, e concerve Humidade por ser terra cheia de montes Serras e pedregulhos (CRUZ, 1809).

Sobre a vida econômica de sua família, como mostrado acima, trazia notícias que vivia da produção dos colonos, pessoas livres que moravam nos territórios dos prazos. Os moradores sustentavam a família de Nicolau com a paga anual do que ele declarou ser um tipo de “pensão”. Isto nos mostra que, no início do século XIX, esta família ainda vivia do

sustento de impostos dos moradores da terra e do comércio. O prazo de Nhabzigo, no começo do século XIX, estava sob a posse de sua filha Dona Micaella Roza, já na terceira geração, por causa do falecimento da mãe, Dona Luísa da Costa.

No começo do XIX, tinham 40 escravizados, entre homens e mulheres, isto desconsiderando os que estavam abrigados, nas terras da Tambara que ainda não eram da família. Ali, Nicolau afirmou ter mais de 300 escravizados fugidos, os quais foram abrigados pelos chefes locais, bem como pelo próprio senhorio dono do prazo de Tambara. Disse Nicolau:

Possuo quarenta Escravos entre Cafres e Negras existentes, todos captivos, e tenho mais de 300 Fugidos nas Terras dos Regulos do Continente, e muito principalmente na terra Prazo da Coroa do Distrito da Villa de Sena nominado a Tambara cujo Senhorio dando couto a numeroza Escravatura da mayor parte dos moradores desta Villa como hé constante, se tem feito covil das mesmas Escravaturas (CRUZ, 1809).

Diante destas informações, aventamos a possibilidade desta terra ser um Quilombo, para onde se dirigiam os escravizados fugidos da região de Sena e Tete. Com grande concentração de fugidos, devido ao número de pessoas escravizadas na época já superar o de moradores, conforme mencionado por Nicolau.

2.1.2 - Ampliando os laços da africanização no Zambeze.

António José da Cruz nasceu em 1777, filho mais velho da Luísa da Costa e Nicolau P. da Cruz. Viveu nas cercanias de Tete, ali manteve boas relações com a população e senhores da região, teve uma vida sertaneja bem colocada entre os demais. Entrou para a tropa paga de carreira, quando fora alistado por seu pai, juntamente com todos os outros irmãos. Tornou-se o capitão da Companhia de Infantaria da Guarnição de Tete.

Segundo Galante, o Bereco, o codinome de António José, esteve no cargo do comando das munições na expedição de 1807 contra o chamado “régulo” Chimatanga, para reaver as fazendas que havia mandado um experiente soldado comutar nos sertões diretamente com os africanos interessados nos tecidos. O governador geral Truão havia solicitado a José Félix Rocha, soldado da Companhia de Infantaria da Guarnição de Tete para realizar esta expedição comercial. No entanto, apesar de sua experiência e adaptação com o território e a língua dos africanos na região, não voltou no tempo combinado com o governador (GALANTE, 1945, p. 39).

As intenções de Truão registradas por diferentes testemunhos atribuíram às suas ações motivos particulares. Todos eles vistos como mesquinhos, não justificando a ação de ir “bater” o “régulo” e por fim, ainda ter malogrado com a luta armada. Como vemos no

trecho abaixo do ofício enviado pelos governadores interinos ao general e governador de Moçambique, havia uma má impressão acerca da imagem Truão, por parte de seus contemporâneos.

Por causa da demora de seu enviado para retornar, o Truão deu ordens para averiguação e constatou que Rocha havia sido abrigado junto com as fazendas nas terras de Chimatanga, na Marávia. Diante disto, o governador, por ter perdido seus bens com auxílio deste chefe local africano, resolveu fazer uma campanha para recuperar os bens e punir tais culpados. A expedição, uma vez organizada, contou com cerca de 160 homens das tropas regulares, mais tropas dispersas do Zumbo e de Manica, chegando a 170 pessoas para enfrentar a coluna de operações. Junto a eles foram agregados os escravizados para adensar a coluna (EÇA, 1953, pp. 99-100).

Uma vez organizada, a tropa seguiu de Tete para Chicó, tendo como guia o capitão Antônio José da Cruz, o Bereco, designado para auxiliar do governador dos rios de Sena, Antônio Norberto Barbosa de Vilas-Boas Truão (GALANTE, 1945, p. 39). Este episódio marcou o cenário da expedição em que Bereco foi acusado de traição e uma série de desdobramentos de conflitos armados e guerras entre os militares e administradores portugueses e grande parte dos membros da família Cruz. Isto porque a morte de Truão passou a pesar como uma façanha traiçoeira de Bereco.

Segundo consta nos documentos da devassa apresentada por Eça nas páginas finais de seu livro (1953), alguns elementos mostram que de fato a conduta do capitão não foi para favorecer a tropa a qual conduzia. Quando Truão morreu assumiram seu cargo governadores interinos nos Rios de Sena e eles encaminharam ofício ao governador de Moçambique informando essa morte. Esses governadores se encarregaram de colocar dúvida quanto aos reais motivos que levaram ao chamado de “desastre de Chicó”. No trecho a seguir, reproduzimos parte do ofício enviado pelos governadores interinos dos Rios de Sena (“Joze Luiz de Menezes” e “Nicoláo Pascoal da Cruz”) ao governador de Moçambique, o senhor Francisco de Paula de Albuquerque do Amaral Cardozo. Vemos demonstrados os fatos que desencadearam a morte de Truão, e mais o estabelecimento de limites de ações que deveriam ser feitas pelos portugueses e constatação do poder das forças do mutapa diante das tropas lusitanas.

A vinte do passado deo principio o Governador destes Rios Antonio Norberto de Barboza de Vilasboas Truão a sua mal pretendida digressão de hir a Chicova, para castigar os Regulos daquelle sitio, sem motivo algum, que o de estar refugiado nas suas terras o soldado Jozé Feliz Rocha, que com licença sua **tinha hido para elas fazer conservar-se na amizade do Imperador**, que lhe seria útil no Cazo de necessidade, e **porque passava pelas terras da sua dominação**, o

fez tanto pelo contrario, que logo o escandalizou primeiro dia de sua marcha, e neste systema se conservou, queimando quatro Povaçoens até chegar a Chicova, aonde se demorou cinco dias pela falta que experimentou de Embarcaçoens para passar á outra banda, e neste intervalo o Imperador o atacou no dia oito deste com grandes forças, segundo dizem os que escaparão da morte, com tanta infelicidade nossa, que destroçando o nosso Exército, não só fez nelle grande mortandade, mas também matou ao mesmo Governador. (MENEZES; CRUZ, 1807, grifos nossos).

No entanto, os principais episódios envolvendo a culpabilidade de traição de Bereco são questionados por Eça (EÇA, 1953, pp.108-109). Primeiro, (1) a escolha de caminhos tortuosos que causara grande cansaço em cada pessoa da tropa; depois, conforme consta no Ofício dos Governadores interinos de Rios de Sena comunicando ao governador geral de Moçambique sobre o desastre ocorrido com a tropa e a morte de Truão, (2) quando ainda em marcha, seguindo pelos territórios do Monomotapa a tropa passou por povoações que tinham túmulos imperiais, chamadas de mansanzas, (ao que Nicolau da Cruz, pai do Bereco teria traduzido, durante a devassa como “monumentos onde se enterram os imperadores do Monomotapa”) (EÇA, 1953, pp.108).

Diante destas povoações, o governador Truão mandou atear fogo e destruir esses monumentos, sendo instruído por Bereco para que não houvesse deserções das tropas e, esta seria uma demonstração de força que poderia manter a tropa agregada. Mas, esta atitude serviu para levantar a ira do Mutapa e de seus súditos.

Outro ponto que mostrava a traição do Cruz, (3) foi o fato de o próprio Truão ter ofendido ao capitão Cruz, chamando-o “mulato” em referência a sua origem mestiça e ali alertando-o de que se ele estivesse armando uma traição, não ficaria impune, por isto, ressaltou que deveria pensar bem no que estava prestes a fazer. E ainda, (4) o episódio de maior evidência ocorreu na sequência do dia 08 de novembro de 1807, quando houve o ataque de homens armados, que atuavam a serviço do Mutapa, a que chamaram Munhais. Segundo Eça, o correto era chamar pelo plural uanhai, população dos udimas situados na Chedima. A tropa estava prestes a atravessar o rio Zambeze, neste ínterim, venceram.

No regresso tropa para o acampamento, Bereco ficou para trás. Truão sentido sua falta mandou averiguar. Obteve a notícia por meio do irmão de Bereco e também furriel, Agostinho José da Cruz de que seu irmão estava atrasado por tentar deter um ataque dos uanhai. O Governador então enviou o capitão de Milícias de Tete, Inácio Gomes dos Santos para auxiliar no combate. Mas quando chegou ao local indicado, (5) Santos afirmou ter visto o capitão Cruz dialogando com um uanhai, com armas postas na terra em sinal de paz

e amizade. Tal diálogo, na verdade, aconteceu com o “príncipe Otoyora (ou Utiora), membro muito influente da família imperial” (EÇA, 1953, pp.108-109).

Santos, retornou ao acampamento para comunicar essa cena que tinha visto e aconselhou, em vão, Truão a retirar a tropa. No entanto, recuar naquele momento significaria, aos olhos da população do Monomotapa que estavam fugindo com medo, e isto daria ao rei a vantagem e legitimidade de que precisava para aumentar seu prestígio. Horas depois Bereco retornou ao acampamento, debateu durante longo tempo com o governador quanto a questão da retirada propondo outros caminhos. Mas, (6) os uanhai retornaram para atacar o acampamento, e em frente a ele anunciaram a possibilidade da tropa retirar-se sem sofrer danos. Diante do grande contingente de guerreiros do Mutapa e da proposta para que abandonasse o campo de batalha, houve deserção e rendição da parte da tropa de Tete e dos demais grupos de tropas e forças pró-lusitanos que ali estavam.

Eça questionou se são fidedignas as informações apresentadas na devassa pelos testemunhos dos participantes diretos no processo de guerra, inclusive embaixadores enviados pelo mutapa foram ouvidos nessa devassa para tratar sobre quais os motivos que levaram o rei a mandar matar os prisioneiros de guerra. O autor pontuou que houve uma orquestração de testemunhos forçados a fim de culpabilizar e condenar apenas o Capitão Cruz e seu irmão pela vitória imposta pelos *uanhai* do Monomotapa a expedição portuguesa. Fazendo com que o condenado fosse enforcado e o irmão desterrado sendo que os seis aspectos destacados anteriormente foram organizados de forma a se tornarem pontos definitivos para a condenação, mas em sua perspectiva são pontos de narrativas falhas e contraditórias.

Concordamos que os argumentos postos ajudam a elucidar as dinâmicas de interesses dos grupos, e as fontes disponibilizadas no próprio livro do autor, nos abrem outras possibilidades de questionamentos e considerações. De fato, Bereco já estava casado com uma irmã do mutapa Choofombo (EÇA apud ANDRADA, 1953, p.178) chamada Cassere, este foi parte do elemento decisivo para que sofresse a acusação de trair uma das expedições da fez parte, quando foram bater o Monomotapa. Segundo narrativa dos oficiais presentes na época, Bereco teria avisado aos guerreiros do mutapa que as munições disponíveis para a tropa liderada por portugueses estavam a certa altura insuficientes ou foram trocadas por alimentos. E assim, contribuindo para o massacre de muitos portugueses.

Além disso, a aliança com a família do mutapa e o fato de ter sido ele e o irmão sobreviventes encaminhados a salvo pelas tropas causou estranheza entre os que receberam

essa notícia. No entanto, como vimos eram parte da família do mutapa e sabiam o idioma, e a articulação política acontecia sim nestes processos de guerra.

Eça questionou sobre quais seriam os interesses do Cruz em ter feito esta guerra, considerando apenas o cargo de governador como motivo do interesse e apontando que ele não poderia ter feito isso simplesmente pelo cargo, porque na linha de sucessão já havia outro que substituiria Truão. E assim ocorreu.

Mas se olharmos na perspectiva dos africanos, o que eles ganhariam, o que o Bereco e sua família ganhariam? Nada menos que armas, os víveres e a possibilidade de invadir alguma vila, justificadamente. Considerar o contexto deste ponto de vista faz todo o sentido porque os espólios de guerra eram importantes para manutenção do acesso a armas e outros materiais que os europeus não vendiam ou o faziam com altíssimas taxas. E tanto o príncipe, quanto o Cruz e o próprio rei do Monomotapa sabiam disso e aparentemente não tinham nada a perder com o êxito de tal feita.

Sendo assim, como destacou o enviado do mutapa falando em seu nome aos portugueses durante a devassa, onde informou que o capitão Cruz ofereceu o espólio de guerra que seria adquirido com a morte de Truão, foram essas as palavras do membro da embaixada do mutapa:

(...) portanto ele Inperador não tinha culpa alguma na morte do senhor (...) Truão, mas sim o Capitão Antonio Joze da Cruz que o instara para cometer acção tão barbara, **prometendo-lhe tão grande intereçe como he o do Espolio do dito senhor Truão**” (ATAIDE, 1808, grifos nossos).

Vemos aqui que de fato, o acordo interessava sim ao rei, e isto aconteceu dentro do quadro de provocações de Truão quando mandou queimar os templos sagrados. Desta maneira, fica exposta a trajetória de Bereco, sintetizada nas palavras do capitão Pereira Galante, que expressava o entendimento dos portugueses quanto ao estilo de vida adotado em suas ações, vistas e classificadas como “rebeldes”, quando na verdade estava apenas adotando o estilo de vida local, no qual o jogo de forças era peça fundamental para sobrevivência e aquisição de riquezas. Abaixo destacamos o registro de como os portugueses viram os desdobramentos das ações:

(...) primeira traição que nos regista a história das nossas guerras com a sanguinária família Cruz, de quem Bereco foi progenitor é a síntese do processo sumário que serviu de epílogo à vida escabrosa deste miserável bandalho (GALANTE, 1945, p.47).

Como resultado de suas ações foi julgado e enforcado conforme destacado acima. As atitudes de Bereco são claramente apontadas como a origem da “rebeldia” já prenunciadas ao longo de pelo menos duas gerações antes do Bonga. Este é um fator

importante para o entendimento das relações estabelecidas entre Portugal e Bonga, uma vez que podemos já observar que a família Cruz ampliava seu relacionamento com a camada que concentravam mais poder no Zambeze, estabelecendo alianças com o rei do Monomotapa e suas diferentes linhagens e já apresentando, neste momento, alteração de comportamento frente ao relacionamento com os portugueses.

Assim não se trata de rastrear as “raízes da rebeldia”, mas sim, de perceber que havia fragilidade nas relações entre africanos e portugueses e, que a família miscigenada, congregando interesses dos dois mundos poderia optar por um deles e, o fez em diferentes ocasiões. No entanto, muitas vezes primaram por usufruir dos privilégios dos dois espaços socioculturais.

As ações levaram a morte prematura, e é importante frisar que deixou herdeiros do relacionamento que teve Agostinho José da Cruz com Cassere, parente do Monomotapa. Seu filho foi Joaquim José da Cruz. Como sua mãe era uma filha do chefe local, por conta do auxílio dado a este descendente do Monomotapa, Agostinho da Cruz teria conquistado o direito ao casamento e todos os demais benefícios de pertencer a uma família real poderosa e influente na região. E deixou como herança este quadro de influência política para o filho.

2.1.3 De laços de parentesco à fixação de raízes - consolidação da africanização da família Cruz.

Após a morte de Bereco, sucedeu em seu lugar o primogênito Joaquim José da Cruz, conhecido como Nhaúde. Joaquim José da Cruz manteve fortes ligações com a tia, Dona Eugenia Maria da Cruz. Ela concedeu o emprego de mercador para o sobrinho, enviando-o para o sertão com fazendas (tecidos) conduzidas pelos escravizados para ali serem negociadas e vendidas. Quando Dona Eugenia não mais participava da comercialização e organização das caravanas, Joaquim principiou “ele mesmo a feitorizar os prazos de sua dita tia, passando a viver na terra denominada a Bamba, e ficando desde então conhecido como Joaquim da Bamba” (MIRANDA, 1869, p. 5).

Casou-se com Filipa, uma sinhara mestiça de Tete, por ser polígamo, casou-se também com muitas outras mulheres. Com isso teve grande quantidade de filhas e filhos, como demonstrados por Castilho. Com 17 filhos e filhas mencionados por Castilho, podemos dizer que o Nhaúde teria conseguido garantir uma linhagem bastante influente na região da Zambézia alargando a extensão das terras sob o controle da família (CASTILHO, 1981, p. 39).

Observamos aqui a questão dos casamentos não monogâmicos como elemento estruturante das práticas africanas na região, e destacamos a hegemonia cultural africana, um conceito abordado por Margarido, com o qual pretendemos para dar relevo à adoção das práticas culturais de relacionamentos matrimoniais múltiplos e não monogâmicos praticados pelos membros masculinos da família Cruz. Desta forma, eles não vivenciaram os preceitos pregados pelos portugueses em sua cultura judaico-cristã.

Os filhos de Nhaúde foram todos mencionados, mas as filhas foram apenas aquelas que se envolveram no contexto da guerra de Massangano. Segue a relação dos nomes cristãos e alguns com os nomes africanos, bem como breve exposição da situação em se encontravam na década de 1880: 1 - o primogênito António Vicente da Cruz, o Bonga ou Chimuála, filho de Filipa. Morreu de doença; 2 - Vitorino Vicente da Cruz, Nhamzinga/Inhamisinga, ou ainda Chiutar, sucedeu ao Muchenga quando este foi destituído do poder na butaca em 1880, morreu em 1885; 3 - Luis Vicente da Cruz, identificado também por Eça como Luiz Ramos da Cruz (EÇA, 1953, p. 63), o Muchenga ou Moririma, sucedeu ao Bonga na butaca, foi destituído por Nhamzinga, morreu em combate, decapitado com seu filho em 1888; 4 - António Vicente da Cruz 2º ou Chatara ou Chatala (EÇA, 1953, p. 63), sucedeu ao Nhamzinga, morreu em Cabo Verde, por ter sido desterrado depois que seu irmão João Sant'Ana da Cruz que o amarrou e entregou- o em Tete, no ano de 1887; 5 - João Pereira da Cruz, conhecido como Chimolamba, ou Chincopête, fugiu quando ferido na guerra de 1888 em Massangano, não se teve notícias do paradeiro; 6 - João Sant'Ana da Cruz, ou Mutontola, também Motontora, sucedeu ao Chatara, fugiu de Massangano em 1888, as véspera do ataque dos portugueses a aringa, mas fez nova tentativa de ataque ao exército luso; 7 - José Vicente da Cruz, ou Fuquiza, foi aprisionado em 1887, enviado para Moçambique; 8 - Inácio Sant'Ana da Cruz, chamado por Gande. Era leproso, fugiu de Massangano em 1887; 9 - Nicolau Vicente da Cruz, Messôna, morreu antes de 1887; 10 - Antonio da Cruz ou Pombera, não teve destaque na vida pública e política; 11 - José da Cruz ou Cafulância morreu antes de 1887; 12 - Agostinho da Cruz ou Canganibeu morreu antes de 1887; 13 - Manuel da Cruz morreu antes de 1887; 14 - Francisco da Cruz morreu antes de 1887; 15 - Nicolau Vicente Sant'Ana da Cruz, conhecido como Chiuta, em 188 foi preso (CASTILHO, 1891, p.39; EÇA, 1953, p.64).

E as filhas mencionadas foram apenas 16 - D. Maria da Cruz ou D. Maria do Marango era viúva de Agostinho Manuel (ou Manuel Caetano) Gomes, com quem teve dois filhos. Segundo Castilho, seu filho estudou na Índia e foi sargento, e a sua época negociava e vivia em Tete, respondendo diretamente aos interesses do governo de Lisboa e da

administração e Caetano, sobre quem recaíram algumas desconfianças, tendo o Governador Castilho mandando-o prender junto com Dona Maria em Moçambique. 17 - Outra filha mencionada foi a que chamou de 2ª Dona Luísa Michaela da Cruz, à época era viúva dos dois europeus Belchior do Nascimento e António Machado, e casada com um terceiro António Lopes (CASTILHO, 1891); (EÇA, 1953, p.65).

Nhaúde foi um afro-português que se lançou em guerra contra os Nguni com a finalidade de dar auxílio ao chefe local. Obteve com isso o reconhecimento e status de senhor das terras de Massangano e do Tipué pelo Monomotapa, por meio do casamento e adoção de rituais de investidura e isto marcou a entrada dele no território. Sobretudo, realizava a consulta aos espíritos médios antes de qualquer ação, e a consequente proteção física e espiritual, demonstrando assim seu pertencimento à linhagem do Monomotapa.

Neste território, Nhaúde ergueu uma fortificação ou uma aringa bem estruturada, cercou-a defendendo-a por meio de seus achicunda, assim organizou grande agrupamento de guerreiros-escravizados.

Viabilizou maior controle sobre o ir e vir dos transeuntes, comerciantes e viajantes na região do Zambeze. Desta forma, todos os carregadores de mercadorias que passavam em suas terras sem autorização tinham seus pertences tomados, por causa disso e de outros eventos, a coroa portuguesa enviou pelo menos duas expedições contra este prazeiro. Na verdade, caso as pessoas que ali passassem, mas, não pagassem saguates tinham seus bens capturados. Estes saguates eram uma espécie de tributo em respeito à autoridade e pagamento de imposto pela passagem na região sob o comando de um chefe africano.

O nome Nhaúde, segundo Eça, teve sua grafia referida erroneamente como Inhaúde, uma vez que na língua da região não se pronunciava vocábulo iniciados com o prefixo *inha*, mas como *nha*. Assim, de acordo com os idiomas da região tanto na língua de Sena, o chi-sena, quanto no chi-nhúngoè na língua de Tete, seria impossível a atribuição do nome com o prefixo *inha*. Desta forma, optamos por utilizar a grafia sugerida pelo filólogo e missionário Padre Albano Emílio Alves, de quem Eça consultou os estudos sobre o idioma de chi-sena da região de Tete cuja indicação traz na nota de rodapé do livro (EÇA, 1953, p. 30). Mencionamos ainda que o significado do nome Nhaúde estava associado ao termo “*o terror*” (ISAACMAN, 1972, p. 138), ou “*chefe valente de guerra*” (GALANTE, 1945, p. 51), marcando a fase em que se organizou para fazer guerra às famílias prazeiras rivais e mesmo à administração portuguesa.

Sobre as posses de Nhaúde, destacamos o prazo de Massangano, o qual estava localizado na região do vale do Zambeze na confluência dos rios Zambeze e Luenha,

situada a aproximadamente 40 km abaixo de Tete na margem direita do rio. Sua fundação esteve associada à presença do membro da família Cruz em 1844. Na mesma época obteve usufruto dos territórios do prazo do Tipué, o qual estava localizado entre o prazo de Massangano e o desfiladeiro da Lupata, expandindo dessa maneira seu território para além da Serra Chimulamba, nas proximidades do rio Muira. A aringa foi construída entre os anos de 1849 e 1853 (NEWITT; GARLAKE, 1967, p. 137) a cinco quilômetros da confluência do Luenha com o Zambeze, demonstrando a intencionalidade e racionalidade na disposição desta fortificação.

No entanto, a emissão de ofício luso indicando a conveniência de arrendar a terra para o Nhaúde só foi emitida em 27 de junho de 1849 Governador Geral de Moçambique ao Governador de Quelimane e Rios do Sena, M.X. Morais de Resende. Desta forma, no referido ofício o governador deixa explícito o motivo pelo qual estava fazendo tal arrendamento, ou formalizando a presença do Nhaúde no território. Nas palavras do governador havia “conveniência” dos arrendamentos destes prazos. Entre os fatores importantes e relevantes a serem considerados para a presença do Cruz ocorreu porque ele era na perspectiva do oficial “morador estabelecido”, respeitado pela população local.

Dizia ainda, que Nhaúde possuía meios para se defender desta população, se fosse necessário defender-se, assim, era preferível a outro solicitante por causa disso, não onerando os erários do estado, supôs o oficial que o Cruz pagaria em dia os impostos resultantes do rendimento do usufruto do território, seria, segundo o governador, um pagamento certo e pontual, de todo seguro para os cofres públicos (VALE, 1849, pp. 433 - 434).

Deste modo, podemos inferir que primeiro o Cruz ocupou o local, somente depois fez-se o reconhecimento pela coroa sobre tal ocupação. Então faz sentido que a aliança por meio do casamento com a filha de linhagem do reino do Monomotapa tenha se dado primeiro e com isso tenha ocorrido a tal legitimidade frente a população que já havia conquistado que menciona o representante da coroa.

Ou seja, nas entrelinhas ficam explícitas as dificuldades que a administração portuguesa tinha com a organização e gestão dos territórios que tinha influência. Era visível que dependiam dos senhores de prazos para permanecer com suas pequenas instalações e feitorias na região do Zambeze e mesmo ocupar novos espaços. É importante ressaltar que o estabelecimento de contratos ou laços chamados pelos portugueses como enfitêuticos, não garantia a fidelidade nem a manutenção do pagamento dos tributos, impostos ou quaisquer outros pagamentos.

Feito o parênteses, retomamos a narrativa indicando que Nhaúde começou a expansão do território por meio de guerras e alianças matrimoniais, casando seus filhos não só com os de outros chefes africanos locais, mas também com filhos de famílias portuguesas. Neste sentido, há indícios de que o estabelecimento de alguns prazos (principalmente os da família Cruz) em decorrência da ação de indivíduos com características de liderança e de guerreiro, reconhecidamente legitimados pela população africana, não necessariamente realizava a transferência para as mulheres das três gerações da família, tal como nos moldes adotados pela Coroa portuguesa. Por transferência das heranças, referimo-nos aos chamados contratos enfiteúticos com prazo de três vidas das mulheres que legalmente obtinham a posse da terra, os prazos da coroa. Para confirmar tal hipótese, teríamos de ter acesso aos documentos de doação em nome da esposa de Nhaúde e das esposas de seus filhos e de suas filhas. Entretanto, ainda não dispomos deste conjunto documental, sequer sabemos se existem.

Em nota de seu livro “Mártires de Massangano”, Pereira Galante informa o reconhecimento dado pelos portugueses ao Nhaúde por seus serviços prestados em auxílio contra os landins (população que estava em processo expansão política e territorial à época também conhecidos como nguni), demonstrando uma aliança estabelecida a fim de garantir mais terras e pontos de comércio.

A construção da aringa de Massangano foi autorizada por Tito Augusto de Araújo Sicard, capitão-mor ou comandante militar de Tete, a pretexto de bater os landins que invadiram o Prazo administrado por Inhaúde, mas o seu verdadeiro fim consistia no desejo daquela autoridade em ter em Massangano um agente que permutasse as suas fazendas de negócio, fornecendo-lhe armas e pólvora por conta do governo (GALANTE, 1945, p.52).

Desta forma, teria constituído seu poderio mediante a posse de armas de fogo e outras facilidades que, em primeiro momento, diziam respeito aos interesses econômicos do comandante militar de Tete chamado de Tito Sicard, mas que depois foi estendido aos de Nhaúde. A partir de então, este último se lançou em constante oposição contra as tentativas portuguesas de ampliar sua soberania na região, dando sequência às relações pautadas em conflito e negociação desempenhadas por seu pai, o Bereco. Nhaúde era visto, igualmente, como figura “sinistra e abominável” (GALANTE, 1945, p.52).

Além disso, as desavenças com a família Pereira de Makanga trouxeram um contexto ampliado de tensão política entre as famílias. Em 1849, o neto de Dona Eugenia Maria da Cruz e filho de Dona Paula Gertrudes de Aragão com o coronel Francisco João Costa Xavier, Leandro José da Costa Xavier à época tinha 20 anos de idade e regressara de

Paris para Moçambique, acabou entrando num desafio com José Luciano Botelho pelo insulto sofrido. Ao fim do duelo Leandro foi morto pelas costas. No momento do desespero, o pai, Francisco partiu atrás do assassino de seu filho. José Luciano escondeu-se na casa do juiz ordinário da vila de Tete, que tentando salvaguardá-lo, acabou ferido pelo pai cuja faca empunhada feriu levemente o juiz. Foram presos, o pai e o assassino, ambos levados a Moçambique para julgamento. Francisco, julgado pelo corpo de militares foi solto enquanto que José Luciano condenado à dois anos de prisão (MIRANDA, 1869, pp. 5-6).

Segundo Miranda, este episódio marcou os antecedentes que levaram as primeiras posições de revolta de Joaquim contra os representantes da coroa portuguesa anos mais tarde. Joaquim teve seu sobrinho assassinado e seu executor sofreu uma pena muito leve diante da dor causada pela morte realizada. Neste sentido, Miranda declarou que ouviu do próprio Joaquim a confissão em algum momento em que foi visitá-lo: “me disse Inhaúde, que tinha uma nodoa de sangue a lavar, referindo-se ao assassino de Leandro” (MIRANDA, 1869, p. 7). Assim, a questão da morte de um membro da família sem a devida punição, foi um primeiro fator determinante para a quebra da aliança com os portugueses. Considerando que a punição de crimes era algo visto como essencial para manutenção da ordem e da posição social do chefe.

O outro episódio que sucedeu a este também concorreu para o desfecho de deflagração das primeiras expedições contra Massangano. Em 1852, Nhaúde cortou alianças com os portugueses, abandonando a produção agrícola, recolhendo seus escravizados, reunindo-os para a guerra. Iniciou uma série de ataques às caravanas, isto afetou o comércio e consequentemente os negócios portugueses.

Esse contexto estava relacionado a um período de guerra entre algumas famílias com a posse dos prazos que à época se organizavam para expandir áreas de influência sobre o comércio, território e para aquisição de pessoas escravizadas, principalmente, a família dos Pereira de Makanga, Vaz dos Anjos e os Cruz. Cujas disputas, por zonas de influência e territórios, causaram instabilidades em muitos momentos da época.

Abertura das guerras no Zambeze começou, segundo o autor, no ano de 1840 com os ataques feitos por um membro da família dos Pereira ao chefe do Bive e sua população. Este ataque seguiu sob a liderança de Choutuma, nome africano dado ao prazeiro. A recompensa veio com a expansão do poderio desta família, mas logo recuou por meio dos esforços feitos contra eles em três expedições portuguesas, entre 1841 e 1849.

Os conflitos continuam, mas, os Pereira sob o comando de Chissaca, filho de Choutuma, seguiram atacando a família Cruz, primeiro em 1849 invadiram o prazo de Dona Eugenia Maria da Cruz. Eles acusaram os Cruz pela morte de Choutuma. No ano seguinte, Nhaúde manda parar embarcações de Dona Balbina, também da família Pereira, por causa de prévias discussões, desavenças que causaram oposições das populações situadas no alto Zambeze, contrapondo os apoiadores dos Pereira e os dos Cruz.

De junho de 1853 até outubro, o cerco dos Pereira, agora aliados aos Barué, outro povo que disputava a influência política na região, marcharam juntos sobre Massangano, fato que resultou na vitória dos Cruz. Com um exitoso ataque noturno surpresa, Nhaúde e seus achicunda, depois de cinco meses cercados, massacraram aquela família e seus seguidores, estando estes já bastante debilitados por causa da fome, e doenças que os abateram neste processo. Mas fizeram isso sem apoio de Tete e das forças lusitanas.

Neste contexto Tete, tornou-se o foco dos ataques de Massangano, em virtude da necessidade de reabastecimento da aringa. A paz veio a estabelecer-se apenas no fim de dezembro. Em 1852, António Cruz Coimbra, membro da família Vaz dos Anjos, organizou uma expedição contra o Nhaúde, justamente buscando frear sua expansão e influência sobre a região mais ao sul de Tete. Com o pretexto de fazer justiça sobre o “roubo” de marfim no valor de quatro contos, do qual acusou o Nhaúde tê-los atacado durante a viagem realizada de Tete rumo à Quelimane. Coimbra organizou uma das primeiras tentativas, em nome da Coroa, de ataque a aringa.

No entanto, malograda sua expedição, a coroa substituiu o comando das tropas pelo do Major do exército Tito Araújo Sicard. Ele avançou com suas forças sobre o Bandar, mas as intempéries, e a resistência firmada pelos achicunda da família Cruz, fizeram-no retirar suas tropas (NEWITT, 1997, p.286). Mesmo com todas essas guerras entre as famílias, Massangano firmou-se como um prazo importante para a região. Localizado entre Sena e Tete, assim podia cobrar todo tipo de imposto, saguate ou valores que julgassem necessários, e o fizeram.

Em 1853, Delfim de Oliveira esteve no Sungo, nas proximidades de Massangano, quando avistou Nhaúde pela última vez. “Aparentava ter cinquenta anos, baixo, magro e escuro; trajava roupa de gala composta por calça e jaqueta de riscado de algodão azul e branco, camisa de algodão cru, chapéu de mulala” (uma raiz da planta *Euclea natalensis*) e chinelos (OLIVEIRA, 1879, p.8).

Em 1855, Nhaúde morreu e houve certo apaziguamento das tensões dos portugueses e das outras famílias sobre Massangano durante doze anos. No entanto, a retomada das

guerras também conduziu ao raciocínio de que a herança deixada pelo Nhaúde seria a pior de todas: o próprio filho, o Bonga. Com a morte de Nhaúde, ascendeu ao seu lugar o filho, também retratado como a escória da sociedade zambeziana justamente por infligir importantes derrotas às expedições militares lusitanas.

O movimento de expansão das famílias inseridas em sistemas linhageiros africanos, principalmente dos Cruz, era motivo de preocupação e rivalidade entre elas. De certa forma, a família Cruz foi paulatinamente ganhando adeptos e constituído poder político, porque conseguiu vencer essas guerras. Assim, podemos dizer que o desenvolvimento dos laços com as linhagens africanas ficava mais forte e caminhavam pari passo à formação de uma estrutura político-militar africana.

2.1.4 O Bonga como elemento central para evidenciar a africanização da família Cruz e a consolidação do poder em Massangano e nas regiões circunvizinhas.

A continuidade da soberania e o status do prazo foram passados ao filho mais velho, Antônio Vicente da Cruz, também denominado de Bonga. Assim, a sucessão ao Nhaúde na butaca, a herança do lugar político, passou ao filho primogênito, ou muana ua utombo. Butaca significa herança ou sucessão. Segundo Eça, o termo é uma "corruptela" da palavra em idioma local em Sena era pronunciada como "unthaka", já em Tete "ut'aka. (EÇA, 1954, p. 17).

O Bonga nasceu em Tete, filho de Dona Filipa, como sugere Castilho (1891) e Delfim de Oliveira (1879). Sua mãe era “uma creola de Tete bastante escura” (MIRANDA, 1869, p. 6), possuía um status de Dona, mas por ser uma mulher “mestiça” de pele escura foi classificada como uma das sinharas da Zambézia. Mas pelo que Eça nos informa ela possuía inúmeras prerrogativas da linhagem de uma Dona, assim inferimos que ela possuía terras, escravizados, tinha influência política (EÇA, 1954, p.18).

A partir das fontes, definimos o Bonga como um homem negro, “mestiço”, afro português, tinha entre 30 a 35 anos. Idade aproximada, uma vez que os seus contemporâneos Delfim de Oliveira e Porfírio de Miranda que escreveram sobre ele, não atribuíram idades convergentes. A trajetória de vida do Bonga foi marcada pela educação através das culturas locais. Miranda nos informa que o desenvolvimento dele e dos irmãos aconteceu dentro da aringa de Massangano. As vestes eram usadas quando crianças ao modo local, uma tanga (MIRANDA, 1869, p. 14).

Segundo Eça, o Bonga teve diferentes nomes atribuídos a ele, inferimos que isso tenha ocorrido em virtude das passagens de fases da vida de um indivíduo, como parte da cultura local daquela região da Zambézia de indicar um nome significativo para cada fase de sua vida, como indicativo de cumprimento de cada estágio. Este ato era chamado de *ku-longadzina*, que significava “dizer o nome”. As populações da região nomeavam o recém-nascido, geralmente, davam-lhe um nome escolhido pelo avô ou pai. Havia uma festividade que marcava este ato a que os povos da região de Sena chamavam *magoneko*.

Por causa desse ritual Antônio Vicente da Cruz teve quatro nomes locais atribuídos. A escolha do nome principal, Bonga, parece ter partido dele, cujo significado era de “gato-bravo”. Outros nomes fizeram parte de sua trajetória. Assim, a partir de quando o pai morreu foi chamado de *Chimuara*, ou *Chi-muala*, um nome indicativo de respeito e condizente com o novo lugar político ocupado, significando “homem rijo como um penedo, firme inquebrantável”. Assim, segundo Eça, “os familiares, adeptos, partidários e serventário” (EÇA, 1954, pp. 28) passaram a chamá-lo por este nome. Logo após uma das campanhas malogradas dos portugueses, o Bonga passou a ser chamado de *Chicutirene* significando: “objeto que por mais que se lhe faça fica sempre no seu primitivo estado” (EÇA, 1954, pp. 28-29). Outro nome foi o de *Chidagunguza*, cujo significado não ficou expresso nas páginas do livro por desconhecimento das fontes utilizadas por Eça. Este autor indicou a existência deste último nome a partir das informações indicadas por Dr. Joaquim de Almeida da Cunha (EÇA, 1954, p. 29).

Essa questão das atribuições dos nomes mostra mais um aspecto em que a adoção da cultura local implicou a evidente africanização da família Cruz. Esta, já não era uma ação dentro dos padrões cristãos esperados para uma família apontada pela historiografia como representante dos interesses da coroa portuguesa.

Na década de 1860 o Bonga tinha como posses os territórios dos prazos de Massangano, do Tipuê e Mahembe. Suas riquezas eram conquistadas por meio dos tributos pagos pelos viajantes das caravanas comerciais do Zambeze que se dirigiam do litoral a Tete. E pela arrecadação do *mussoco*, tributo arrecadado junto aos moradores de seus territórios, ou sobre a região sob a proteção e influência política. Nos primórdios das relações que estabeleceu com os portugueses buscou cumprir seu papel de prazeiro. No século XIX, tais relações eram feitas por meio do reconhecimento do rei como autoridade em certas regiões e das linhagens reais locais também (ISAACMAN, 1972, pp. 139-145; PÉLISSIER, 1994, pp. 412-416).

Ora, era duplamente vantajoso que o prazeiro transitasse pelos dois universos, principalmente para o Bonga, que passara a usufruir do status político e hierárquico de destaque nestas duas dimensões. Isso implicava que, dentro do prazo, as regras e funcionamento eram organizados aos moldes estabelecidos pelo próprio prazeiro, e isso era recorrente naquele período. Em geral, seguiam os rituais africanos locais utilizando, por exemplo, o milando como forma de fazer justiça.

Para o Bonga, suas ações demonstraram que estava prestando seus serviços com presteza e em acordo com a coroa, já que durante doze primeiros anos no comando de Massangano empregou diplomacia política em seu território, reprimindo rebeliões contra os lusos e apoiando nas demais guerras feitas pelo governo. Em contrapartida, desejava apenas que o “Governo não interferisse na administração interna dos seus prazos e terras avassaladas” (EÇA, 1954, p.57). No entanto, quando os lusos passaram a interferir nestes processos políticos internos, as relações entre Massangano e Portugal, ficaram estremecidas.

Desde que assumira o poder em 1855, a atuação política do Bonga seguiu caminhos ambivalentes aos olhos portugueses, por um lado, conduzia-se pelos ditames propostos pela aliança com os portugueses, por outro lado, construía sua soberania impondo-se diante da população que comandava por meio de uma justiça imperativa e exemplar, bem como fazendo guerra de expansão (EÇA, 1954, pp. 62; ISAACMAN, 1972, pp. 139-145; PÉLISSIER, 1994, pp. 412). Mas, inferimos que esta atitude era uma regra nas ações políticas locais: uma vez que a garantia da manutenção do status político, passava por comprovar a capacidade de gerenciar tais ambivalências, expondo poder e influência em diferentes meios, no comércio, na justiça, na política demonstrava a seus seguidores sua capacidade política e em última instância que os espíritos dos antepassados estavam do seu lado guiando-o na consolidação do poder e autoridade. Ou seja, quando assumiu a butaca o Bonga já se via como alguém independente da coroa, considerava-se um aliado.

Em relação aos portugueses, manteve durante doze anos bom relacionamento com os moradores e negociantes da vila de Tete. Também arrecadou de forma favorável aos comerciantes e viajantes a chipata (no plural, bzipata), um tributo parecido com a ideia de alfândega, exigido às pessoas e aos mercadores que trafegavam em águas do Zambeze situadas em frente ao território de Massangano. Ressalta-se a diferença do saguate, que era um reconhecimento à autoridade do chefe na região, esse também era exigido, mas principalmente ofertado para personalidades de linhagem real africana, ainda que miscigenados com europeus, ou asiáticos. Mesmo que estes bzipata estivessem em

desacordo com os valores e taxas praticado comumente, ou seja, se os achicunda do Bonga exigissem um tributo maior que o costumeiro; faziam-no de forma escamoteada, garantindo a manutenção das alianças e um caráter de fidelidade do prazeiro em questão (EÇA, 1954, pp. 62-63).

Em demonstração de gratidão a esta fidelidade, o governador geral Major Tavares de Almeida consagrou o Bonga como sargento-mor de Massangano e Tipuè, em portaria nº 6, de 8 de janeiro de 1862. Tal concessão foi um subterfúgio dos lusitanos na tentativa de manter cada vez mais aliado o membro da família Cruz. E ainda, uma vez obtendo o “régio beneplácito” solicitou o reconhecimento de seu cargo junto a “Sua Majestade El-Rei de Portugal e Daquém e Dalém-mar em África”, desta forma, o recém-nomeado sargento-mor, por meio de um intermediário letrado, solicitou a confirmação de seu posto junto ao rei de Portugal, o senhor Dom Luiz. A qual, o Governador Geral fez chegar a petição ao Ministro e secretário de estado dos negócios da marinha e do ultramar, o senhor José da Silva Mendes Leal. A solicitação do Bonga seguiu conforme transcrito abaixo:

Senhor! - António Vicente da Cruz, tendo sido nomeado Sargento-Mor dos prazos Maçangano e Típué, por ofício do Governo de Tete dia 26 de agosto de 1861, sobre o nº 220 e aprovado por portaria do Governo Geral nº 16 de 28 de Janeiro do corrente ano, - P.º a Vossa Majestade a graça de lhe mandar dar a confirmação do dito posto - Tete 14 de Junho de 1862 - Antonio Vicente da Cruz - Sargen. to m. □ de M. e Típué. - E. R. M. (EÇA, 1954, p. 67).

Tal solicitação demonstrava que o Bonga em seu papel ambivalente usufruía toda pompa e circunstância de que podia ter acesso. Conhecendo os trâmites para efetivar seu lugar de prazeiro e com títulos que desse a ele o grau mais elevado, fez uso dos códigos culturais portugueses, alcançando a nomeação de sargento-mor formalizando a aliança com a administração e a coroa lusa. Mas, internamente e nos arredores da vizinhança as ações do filho primogênito de Nhaúde conduziram-no por um caminho diverso do pretendido pela coroa e seus representantes do além-mar.

Desta forma, no que se refere às relações com as populações locais, essas estratégias políticas fortaleceram a autoridade do senhor de Massangano e projetou-o com seus esforços para além das terras arrendadas por meio de alianças com os portugueses. Houve uma grande expansão de seu poder por meio da extensão de alianças e das conquistas subsumidas aos povos africanos além das fronteiras dos prazos, fenômeno cuja caracterização atribuída pelos estudiosos portugueses foi definida como “vassalagem”. Apesar disto, entendemos que se tratava de alianças nos termos africanos, sem estreita comparação com os tratados da Idade Média.

No entanto, entendemos que esta estratégia política fazia jus a maneira como já se estruturavam as relações da família real do reino do Monomotapa com as chamadas *mushas* ou comunidades rurais da qual tratamos no capítulo 1. Além disso, o Bonga agregou numerosos *achicunda* dentro da aringa de Massangano. Espaço este que se consolidou com a presença de pessoas escravizadas fugidas aos seus senhores.

A justiça praticada pelo Bonga era sumária como nos informa Galante, a exposição de fraqueza ou infidelidade era elemento cabal para execução de um indivíduo, com corte de sua cabeça e exposição desta em praça pública espetada na ponta de uma madeira (GALANTE, 1945, p.67). Entretanto, isto não afugentava sua população, havia sim, cada vez mais escravizados fugidos de outros lugares chegando, inclusive enviados por aliados do prazeiro. Isaacman, narra que o Bonga chegou a comandar um exército de pelo menos 14 mil *achicunda* nas guerras contra os portugueses (ISAACMAN, 1979, p.65). Isto mostra o potencial agregador de sua influência política, e este número é relevante para pensar a capacidade de mobilização militar que este senhor de prazo possuía.

O Bonga vivia nas terras situadas entre os afluentes dos rios Luenha e Zambeze, local bastante conhecido pelos comerciantes do sertão que reclamavam da ocorrência de assaltos, roubos, etc. praticado, segundo eles, por seus caçadores e pelos guerreiros *achicunda*. A sua influência política chegava muito longe, ultrapassando as fronteiras do Zumbo, pois teria obtido o reconhecimento político como descendente da família real do Monomotapa. Sobre isso, comenta o capitão Pereira Galante:

E como o Bonga se jactanciasse, dizendo-se descendente desses imperadores por parte de uma sua avó (provavelmente a filha de Chingamira, aquela *nhanha* com quem êste premiara a traição de seu avô, o Bereco), quis igualmente dominar e ser grande nas terras que Chingamira pilhara e vencera pelo terror (GALANTE, 1945, p.65).

A aringa de Massangano era o outro grande trunfo de poder. Ao que as fontes e a historiografia indicam ela foi arquitetada pelo seu pai, Nhaúde. Mostrou-se uma construção com localização estrategicamente importante e voltada para o confronto militar. Podendo ter sido construída em qualquer outro espaço, foi pontualmente edificada nas margens do Zambeze e Luenha. Massangano chegou a concentrar cerca de 20 aringas ou fortificações, quando já entrava em declínio (ISAACMAN, 1972, 141).

Segundo Isaacman, essa aringa, na época do Bonga contava com uma paliçada central e, alinhadas junto a ela localizavam-se “uma bateria de canhões que protegiam tanto as áreas imediatas, incluindo a capital, como os rios adjacentes” (ISAACMAN, 1979, p. 63). Este autor também expõe que este tipo de fortificação pode ter derivado da

combinação de aldeias vedadas shona e tonga, “e dos musitu, ou locais fortificados da selva, desenvolvidos pela primeira vez no século XVII”, do uso inicial feitas a partir de troncos de árvores, passaram a construí-la com “trabalhos de pedra reforçado”. Ali “abrigavam centenas de homens e suas famílias, armazéns de munição e alimentos, e em alguns casos, terrenos suficientes para criação de gado” (ISAACMAN, 1979, p.62).

Dentro da aringa havia um espaço para tomada de decisão e discussão política: a Machessa, um espaço de reuniões. Local onde o Bonga tratava das questões importantes de negócio e política com os seus chefes mais influentes e poderosos, os chamados grandes. Era ainda neste espaço, onde em geral, participavam apenas os grandes de Massangano das festas regadas a pombe, uma bebida tradicional da região. Nesta sala de reuniões, prazer e política convertiam-se em laços de poder e influência entre aliados. A administração dos prazos era feita conforme hierarquia das mushas associada, ao mesmo tempo, com elementos da administração portuguesa feita no vale do Zambeze.

No vértice, o senhor, instalado na *aringa* de Massangano, (...), centralizava o imposto (o *mussoco*) cobrado pelos escravos-cobradores (*chuangas*) postados nas povoações juntos dos régulos tongas, os *mambos*. Os seus intendentes eram, igualmente, governadores, encarregados de vigiar os régulos locais e transmitir-lhes as ordens do senhor. O seu poder assentava nas guarnições onde os destacamentos de *chicundas* estavam ao seu dispor. Não era um verdadeiro exército de ocupação, mas não hesitava em eliminar ou prender os recalcitrantes (PÉLISSIER, 1994, pp. 412-413).

Nos arredores da aringa dispunham-se os elementos de proteção geográfica. A serra Bacapupembzué ou a Enganadora, com proximidade de 300 metros ajudava a cobrir a retaguarda da fortificação, assim sua localização foi oportunamente posicionada entre essa serra e o rio Zambeze. Do lado do rio, além de seus dois metros de largura e da extensa área coberta pela água e grande quantidade de bancos de areia, em frente à aringa, havia uma espécie de praia formada a partir dos bancos de areia das margens do rio que era encoberto nas épocas das cheias, mas no período das cheias tomavam o aspecto parecido com o de uma praia. Abaixo (ver Figura 6), segue a representação apresentada no livro de Paul Guyot sobre a aringa de Massangano, embora tenha exagerado na proporção da altura da serra.

Figura 6: Massangano e a aringa do Bonga (no Zambeze) – De Sena a Tete pela Lupata (GUYOT, 1895, p. 48, tradução nossa).

A despeito das legislações portuguesas cujas linhas inscreviam as regras de sucessão por via feminina neste período, Massangano foi regida por cinco chefes. Estes foram legitimados, pela capacidade de influência, como Nhaúde, pelo reconhecimento da herança, como o Bonga, ou pela sucessão e deposição como os demais. Todos agiram, sem exceção buscando imporem-se como soberanos.

Com esse rol de chefes, formou-se uma dinastia dos Cruz em Massangano a qual encabeçaram Nhaúde e seus cinco filhos: Bonga, Muchenga, Nhamizinga, Chatara, Motontora. Tal regra de sucessão patrilinear remetia ao parentesco e linhagem tonga desta família. Nesta regra, a sucessão é feita pelo “irmão ou filho mais velho do defunto”, depois do Bonga, a ascensão ao trono foi marcada por disputas com armas empunhadas por não ter ocupado esse lugar (PÉLISSIER, 1994, p.414).

Assim aringa ocupava papel importante no processo de defesa, bem como os achicunda, que compunham o quadro de guerreiros de Massangano. A artilharia dentro da aringa chegou a 10.000 espingardas na década de 1870. Os vinte tipos de artilharia demonstravam a capacidade de militar de defesa, ao mesmo tempo, intimidavam aqueles

que pensassem em enfrentar esses guerreiros, isto porque para dispor de munições dependiam de comprá-las dos portugueses, ou dos espólios de guerra e roubos, assaltos.

Além do papel defensivo, os africanos de Massangano empregavam outros usos para a artilharia, atribuindo valores mágico-religiosos a ela. Os guerreiros faziam o batuque de guerra invocando os espíritos dos antepassados, o Bonga consultava os médiuns para saber sobre o andamento da guerra e alterá-lo pedindo conselhos e força aos espíritos. E por fim, para a obtenção das energias das forças inimigas, conseguidas por meio da decapitação e exposição das cabeças de pessoas mortas prisioneiras ou feridos (ISAACMAN, 1979, pp.66-67; PÉLISSIER, 1994, p.414).

Na década de 1860 a família Cruz, cada vez mais, passou a representar ameaça a presença portuguesa no Zambeze, quer seja pela expansão dos domínios que alcançava os dois lados do rio Zambeze, com influência e aliança política ampliada até o Zumbo, quer pela localização, próxima à Tete, e entre este prazo e Sena. E até mesmo pela potencialidade de intervenção no fluxo comercial entre o litoral de Quelimane e o interior para além Tete em direção ao Zumbo. Esse quadro contribuiu para a morosidade da expansão portuguesa no interior, principalmente entre nas décadas de 1870 e 1880.

2.2 - Guerra de Massangano: conflitos que perpassaram gerações.

As campanhas militares portuguesa neste período foram praticamente anuladas pelos achicunda do Bonga, entre os anos de 1867-1869 ocorreram quatro expedições enviadas contra Massangano, cujas forças causaram grandes danos às tropas portuguesas. Sendo que aquela onde sofreram maiores avarias morais e de homens foi na expedição militar de 1869. Após estes episódios seguiram-se de pequenas tentativas de ataques às forças de Massangano, até que em 1875 conseguiram firmar a paz com o Bonga. Os sucessores do Bonga realizaram claramente uma política antiportugueses entre 1879-1887. A partir de 1879, o sucesso a butaca com curto período como chefe, Luiz Vicente da Cruz, ou Muchenga (e até Moririma) chegou a vender ao governador de Tete, os crânios dos oficiais mortos em Massangano (Miguel Augusto de Gouveia e Portugal e Vasconcelos), mas não fez o mesmo sobre devolver as outras centenas de crânios pendurados na paliçada, os quais haviam adquirido caráter mágico, desde que o Bonga mandara colocá-los ali. O sucessor de Vitorino da Cruz ou Nhamessinga, sem grandes intempéries conseguiu refazer as forças de Massangano juntamente com Chatara. Nhamessinga morreu em 1885, acredita-se que foi envenenado (PÉLISSIER, 1994, p. 495). António Vicente, ou Chatara, assume a chefia do prazo, tendo realizado uma política vista pelos portugueses como

agressiva, governara justamente quando os portugueses mais insistiram e, se organizaram para viabilizar os investimentos das grandes concessionárias e grandes capitalistas das casas comerciais que haviam se instalado na região. Paiva de Andrada e Manuel António de Sousa confrontaram a aringa de Massangano sob a chefia de Chatara, tendo este percebido o numeroso quadro de soldados, saiu dali abandonando a aringa. Motontora capturou e entregou Chatara aos portugueses, conseguiu rever a terras concedidas pela coroa e, junto aos clãs dos Cruz, organizou uma sublevação, combatida por Augusto de Castilho em 1888.

2.2.1 Bonga: quatro expedições portuguesas, muitas vitórias da família Cruz de Massangano.

O culto aos antepassados, a invocação dos espíritos shona, alianças rendosas e as relações de parentesco, são descrições definidoras das práticas culturais que caracterizam o membro da quarta geração da família Cruz, o Bonga. Essas qualidades também o fizeram liderar e vencer a guerra mais violenta do século XIX, no julgamento dos portugueses como nos indicam Castilho e Eça (Cf. CASTILHO, 1891; EÇA, 1953).

Entre os anos de 1867-1869, o Bonga esteve em guerra contra os portugueses. O historiador Pélissier indica que a motivação do confronto esteve associada à compra de uma casa. Segundo consta, o governador Miguel Augusto de Gouveia reajustou o preço de uma casa, a ser paga pelo Bonga com marfins. Este, resoluto da injustiça sofrida, não pagou os valores a mais cobrados, mesmo após a intervenção da justiça intercedendo em favor do governador de Tete reiterando que Bonga deveria pagar os valores solicitados. Gouveia recebeu autorização para atacar Massangano, para isto levou cerca de 1400 soldados regulares e irregulares disponíveis. Em julho de 1867, o destacamento principal luso atacou a aringa, mas foram surpreendidos na retaguarda dentro dela, por terem acreditado que estava esvaziada; quando na verdade uma parte dos 400 achicunda do Bonga chegava pelo outro lado, como se fossem membros das tropas enviadas por Belchior, cuja chegada, os militares portugueses e suas tropas aguardavam. Houve uma verdadeira confusão decorrente desse ataque surpresa, boa parte do destacamento fugiu, outra morreu; o destacamento que guardava as embarcações abandonou-as, deixaram o governador ser prisioneiro. Gouveia foi torturado, mutilado e morto. Assim iniciava-se a primeira das quatro campanhas lusitanas contra o Bonga, com derrota e decapitação de um governador português.

Os destacamentos fugitivos aquartelaram-se em Tete, aguardando a revanche do Bonga, mas não houve. Com isso, os administradores solicitaram as pazes com o chefe de

Massangano, e pediram à Dona Luísa, irmã dele, que intermediasse a situação. Feito isso, permaneceram alguns meses de paz.

Em novembro de 1867, a fim de vingar a morte de Gouveia, o novo governador geral Correia de Lacerda, nomeou o tenente-coronel Oliveira Queiros para atacar novamente Massangano. As forças auxiliares dos prazos de Sena vieram com apoio de Manuel António de Sousa e de seus achicunda e, mais guerreiros de outros senhores de prazos. A tentativa de recuperar Massangano em pleno período de chuvas mostrou-se um verdadeiro desastre. Os mais de 1400 achicunda, e 800 homens regulares e irregulares comandados por Queiros enfrentaram as tropas de Massangano - 300 regulares e 1893 irregulares, mas as tropas sob o comando lusitano pereceram sem comida, munições e por doenças, como a malária. Desceram o rio fugindo da situação. Queiros foi demitido.

Em maio de 1868, a terceira expedição foi composta mais uma vez por homens de Manuel, e tropas regulares e irregulares organizadas e comandadas por lusitanos que somados formaram cerca de 2500 homens, partiram sobre a aringa do Bonga, cercando-a completamente. Abriram fogo sobre as paliçadas de Massangano e, sitiados as tropas achicunda (como chamavam aos homens do Bonga) sofriam de sede, assim o chefe de Massangano mandou hastear a bandeira portuguesa, solicitando negociação de paz. Mas, em quatro de agosto, não compareceu para estabelecer o acordo de negociação. Com isso, o tenente-coronel Portugal e Vasconcelos, no dia 4 de agosto de 1868, deu ordem para atirarem em uma povoação do Bonga, onde havia majoritariamente mulheres (PÉLISSIER, 1994, p.429). No dia 05, reagruparam as tropas e partiram novamente contra Massangano. Uma parte dos achicunda tiveram êxito na surtida, ataque surpresa, e os demais saíram da aringa e partiram para a luta corpo a corpo, “com espingardas, machadas, facas e arcos ou azagaia em punho” (PÉLISSIER, 1994, p.431). Os portugueses perderam aproximadamente 74% do seu efetivo de guerra. Desde o século XVI, não se assistia a tamanho esmagamento das tropas europeias, a última refere-se à derrota sofrida dos ingleses pelos guerreiros zulu em 1879, ou Vau de Pembe em 1904 com a perda de grande quantidade de perdas europeias.

Na quarta expedição, organizada por Tavares de Almeida, os números das tropas portuguesas aumentaram e muito. De Portugal e Goa vieram muitas recrutas, um verdadeiro exército de conquista foi organizado. Demoraram em média 78 dias para ir de Quelimane até o prazo do Goengue, neste percurso já sofreram impactos bastante importantes sobre as tropas munições e mantimentos. Tiveram problemas com o transporte dessas munições e mantimentos. Os comandantes dos batalhões da Índia encaminharam

ofícios aos portugueses indicando o estado da arte da guerra, conforme vemos na sequência: “(...) recebi participações do Comandante do Batalhão da Índia, queixando-se da constante e injustificável fuga dos marinheiros, abandonando as embarcações depois de receberem paga até Tete” (FERREIRA, 1870, p.15). Mandou capturar os marinheiros e castigá-los e, para quem não devolveu a fazenda paga, mandou prendê-los. Neste sentido, o transporte por meio das embarcações também se transformou em um problema, pois acabaram perdendo-as, sendo este um grande prejuízo já que não havia barcos em abundância para a realização do trajeto.

Quando os oficiais lusitanos e suas tropas chegaram ao Goengue, instalaram a expedição tendo este prazo como base das operações percebe-se que “grande parte do arroz (...), ficou avariada com as agoas do Zambeze, por desleixo dos marinheiros” das “60 panjas de arroz , tirando só 9 aproveitáveis” (FERREIRA, 1870, p.26). Ainda indicou que um

(...) incendio havido na aringa devorou a enfermaria e a botica do batalhão da Índia, e por esta ocasião ‘ardeo uma grande palhota ou casa, em que o Belchior tinha muito mantimento e que estava situada dentro d’uma pequena aringa, onde se viam algumas palhotas, que também arderam, e perto de 40 palhotas pequenas (FERREIRA, 1870, p.26).

Este contexto, em que houve grande perda dos alimentos no prazo do Goengue foi usado posteriormente como evidência para compor os argumentos a fim de que Dona Luísa fosse acusada de traição. Isto porque nesta guerra houve perda bastante significativa de gêneros alimentícios e, isto foi um dos pontos decisivos para o malogro português. No entanto, vale dizer que ela atuou, enviando muitos achicunda contra Bonga, seu irmão e, neste contexto, conseguiu ainda salvar cerca de 50 soldados, quando mandou alguns de seus principais homens atuarem no último ataque a aringa, com desfecho tenebroso para os portugueses. Além disto, evidencia-se que as constantes fugas das tropas africanas foram mencionadas nos relatórios da guerra de 1869, dando mostra de grande desorganização da parte dos portugueses, inclusive outra parte das tropas enviadas de achicunda de Dona Luísa, fugiram ao primeiro sinal de tiros.

Ao contrário do Bonga, que organizou dentro e fora da aringa destacamentos bem posicionados para o enfrentamento desta batalha. Mandou retirar os colmos dos telhados que eram de palha e, assim evitou o incêndio intentado com os quatro morteiros de 165 utilizados pelas tropas lusas. Em novembro deste ano corrente, os achicunda por sua vez armaram uma cilada aos homens de Tete que haviam sido abandonados pelos soldados africanos sob o comando luso e por suas tropas auxiliares, dos quais dezessete foram

mortos, inclusive, matou governador de Tete António Cardoso dos Santos, o terceiro já morto nas expedições contra Massangano. Tendo em vista as dificuldades enfrentadas por vários dias seguidos, os oficiais reuniram-se no conselho de guerra e, votaram por se retirarem para Tete.

Morreram um total de sessenta militares (dentre eles quatro oficiais e o governador). Já Massangano, apesar das mortes, conquistaram mais espólios de guerras: dois morteiros de 165, uma peça de artilharia montanha, mais de um terço de seu armamento, e, dezenas de milhares de cartuchos. Os prejuízos humanos foram enormes para os dois lados, mas os dados oficiais foram contabilizados apenas da parte relacionada a Portugal. No total dessa terceira expedição foram mortos aproximadamente (± 650 - 750 soldados).

Ressalta-se que as fugas dos africanos, também sugerem estratégia de sobrevivência, tendo em vista que se os combatentes percebiam que o líder era fraco, os guerreiros tendiam a abandoná-lo, mesmo que fossem enviados de outros chefes, além disso, as questões mágico-religiosas também interferiam, havia a crença de que estavam protegidos ou não contra balas, este foi um dos motivos de muitas batalhas vitoriosas do Bonga. Isaacman mencionou que em Massangano era solicitado o apoio dos espíritos médio tonga chamados (*masvikiro*) os quais desempenhavam papel importante nas questões políticas deste estado (ISAACMAN, 1979, p. 67).

Os mais importantes médios Tonga, Chimuara e Caterusa, eram consultados antes de serem tomadas quaisquer decisões que pudessem afectar a saúde e o bem-estar do estado, forneciam a sanção divina a cada sucessivo governante e distribuíam feitiços secretos que se acreditava darem proteção contra as balas dos europeus (ISAACMAN, 1979, p. 67).

Desta forma, os comandantes da frente de batalha do Bonga conseguiam garantir a legitimidade do comando e a crença da invencibilidade. Como este senhor de prazo havia vencido todas as batalhas até aquele ano, podemos inferir que os africanos enviados por outros prazeiros contra Massangano descreditavam que os portugueses pudessem vencer a batalha, logo abandonar o campo de batalha seria uma ação muito lógica e de autopreservação.

Durante o contexto de retirada das tropas, sob o comando da coroa portuguesa, seguiram-se algumas tentativas de fixar acordos de paz e um episódio de ataque do governo português ao Bonga. Desde 1869, as tropas lusitanas estavam reduzidas e permaneceram estacionadas no vale do Zambeze, onde aguardavam o envio de dois vapores encomendados pela coroa à Inglaterra, além disso, esperavam a chegada de cerca de 4.000 auxiliares os quais deveriam ser enviados pelo morador João Loforte, cuja responsabilidade

tomou para si, visando reunir o maior contingente possível no vale e enviá-los para o reagrupamento das tropas no combate a Massangano. Esta situação de espera perdurou de 1869 até 1872, e, neste ano por causa de uma grande seca inviabilizou-se o envio até Tete dos dois navios que estacionaram naquele ano em Quelimane. No entanto, as tentativas de ataque aos Cruz não cessaram, o novo governador capitão Carlos Pedro Barahona ordenou o ataque ao Marangue entre Tete e Luenha. Nesta ação fizeram prisioneiras mulheres e crianças daquele prazo, além de destruírem todos os gêneros alimentícios que seriam destinados ao Bonga. Neste intercurso, os achicunda montaram uma cilada que custou a vida de 50 dos seus guerreiros, mas levaram consigo sete mortos e dezoito desaparecidos, totalizando 25 de 64 homens do destacamento português. O Bonga enviou contra Tete um comando de 400 guerreiros em 02 de agosto de 1872, como forma de empreender represália pelo ataque sofrido no Marangue. Repeliu facilmente as forças portuguesas. Barahona e Costa ainda fez tentativas de ataques aos chefes tonga sob jurisdição de Massangano, mas Bonga evitou entrar em confrontos maiores mantendo apenas as proteções necessárias.

Depois destes episódios, o Bonga mandou um embaixador seu à Tete, a fim de solicitar a paz e estabelecer suas condições. Durante os tratados de paz feito em 1875, com o governador Barahona e Costa, Bonga informou que o tratado de paz teve tais condições, porque gostaria de “ser amigo do Governo, não recebendo ordens dele, o que passado algum tempo substituiu pela 2ª condição”, o Bonga queria continuar com relações no mesmo status que antes da guerra, disse que gostaria que a aringa voltasse a ser ponto de paragem para os mercadores e viajantes que passavam pela região, tudo como era feito antes da guerra (VIEIRA, 1869). Este aspecto resume aquilo que mencionamos até aqui: o Bonga com certeza não estava se colocando contra Portugal, mas não aceitava que a coroa realizasse ingerências em seu território.

Ao contrário do que alegaram alguns historiadores, Bonga não se via como súdito da coroa assim como os demais súditos. Ele não manteve a aliança com os portugueses por aceitar que estava com ela subjugando-se aos comandos do rei e, por isso pedia paz e aceitava os títulos. Neste sentido, aceitar as condecorações e titularidades, convergia-se mais para o entendimento de que o rei português reconhecia a importância do Bonga, e sua amizade, do que vê-lo como um súdito submisso. A partir dos termos empregados na proposta de paz, podemos entender a razão pela qual, em muitas das oportunidades, o Bonga não efetivou um exército de conquista. Conseguimos ter uma ideia do que o motivou a não se tornar um novo Imperador no Zambeze, como a guerra de 1869 poderia ter proporcionado. Depois deste tratado de paz assinado em 19 de junho de 1875, pelo

governador Barahona e Costa e homologado pelo Ministro da Marinha e do Ultramar, João de Andrade Corvo, aquele governador veio falecer meses depois, em agosto de 1875. Durante quatro anos ninguém mais foi atacar a aringa do Bonga.

Em 8 de setembro de 1879, o Bonga morreu, e seguiram-se os procedimentos para seu enterro. Seu filho mais velho ordenou que o enterro fosse feito no cemitério, dentro da aringa de Massangano, ao contrário do que “queriam alguns dos grandes (chefes de guerra)”. Alguns destes chefes desejavam enterrá-lo em Tete, inferimos isto por meio do ofício enviado pelo governador interino Mateus da Conceição ao governador geral (CONCEIÇÃO, 1879a). Neste ofício, Conceição mostrava-se temeroso quanto aos próximos desdobramentos da sucessão a butaca pelo irmão do falecido, por isto mandou o ofício ao governador a fim de que disponibilizasse as tropas de Quelimane, por causa da insuficiência das forças que dispunha em Tete. Entretanto, os receios foram dissipados quando João Santana da Cruz compareceu a vila junto com um dos grandes (chefe de guerra por nome Calença) e seus criados, na secretaria do governo. João confirmou a morte do Bonga e informou que Luís Vicente da Cruz (Moririma, ou Muchenga), por meio do pedido dos grandes de Massangano, havia entrado na butaca (CONCEIÇÃO, 1879b). Reiterou os laços de amizade com Portugal, “e que querendo continuar as boas relações com o Governo sendo auxiliado pelo mesmo, desde já fazia ciente que toda a gente de Massangano estava em sossego, e a passagem do rio livre” (CONCEIÇÃO, 1879b). Alegou que não tinha ido antes falar com os membros do governo por conta de afazeres em Massangano e porque ouvira boatos indicando a negação da coroa lusitana em auxiliar os membros de Massangano, bem como por que estavam organizando exército para se protegerem da família Cruz. Desfeitos os rumores e, diante da ratificação de Anacleto Nunes, um cidadão de Tete, o governador interino mandou reunir todos os moradores e resolveram fazer as honras fúnebres ao Bonga (CONCEIÇÃO, 1879b). Ou seja, diante do contato feito por Muchenga, o governador resolveu lançar honrarias ao Bonga, para selar a harmonia que ali foi proposta pelo seu irmão. O comunicado enviado ao governador geral dava os seguintes encaminhamentos:

(...) a fim de fazerem as honras fúnebres ao finado Sargento-mor António Vicente da Cruz, bem assim o pároco desta vila, para o benzimento da cova, segundo os atos religiosos, tudo em harmonia com o irmão do referido Sargento-mor do que espero ter bom êxito (...) bem assim ofereceram uma ponta de marfim de peso de uma arroba e quatro libras, cuja importância mandei receitar à Fazenda (CONCEIÇÃO, 1879b).

Diante do exposto inferimos que o gesto de enviar os membros e aparatos religiosos cumpriu mais um ritual político, pois ao realizarem este ato, mostravam para as povoações

das duas partes que estava selada de fato a paz e a aliança. Tendo em vista a oferta do saguate (presente) ao governo, os moradores declararam ao governador Conceição que achavam por bem enviar outro saguate a Muchenga como era de praxe nestes casos de exposição de apreciação política. Desta forma, o presente foi retribuído e, “devia ser superior à importância do referido marfim”, desta forma o governador mandou enviar “também um presente de louça, e missanga, para luto da gente que lhe pertence” (CONCEIÇÃO, 1879b). Além disto, Conceição nomeou Muchenga sargento-mor, tal qual este havia solicitado. Observamos que este estado harmonioso parece ter se arrastado até o ano de 1880, quando Muchenga cedeu o trono a Nhamizinga. Durante o período que Nhamizinga esteve no poder pouco se soube de informações sobre guerras. Sabe-se que havia sido desterrado pelo Bonga por ter matado a mãe e uma madrasta. Nhamizinga morreu em 1886, tendo Chatara como seu substituto na butaca.

2.2.2 Chatara: a conformação da luta antiportuguesa e a “guerra de pacificação”.

Até este momento os portugueses estavam tentando manter os últimos laços que restavam, contudo, a década de 1880, abriria novas relações entre os portugueses e africanos. Progressivamente, a partir de 1875, os europeus vinham adentrando ao vale do Zambeze com suas casas comerciais e outros mecanismos, bem como vinham catalogando e registrando informações sobre a região (como foi o caso da expedição realizada por Paiva de Andrada em conjunto com franceses). Estes elementos faziam forçosamente a Inglaterra aproximar-se dos territórios no vale do Zambeze; fator que poderia pôr em xeque a ideia de pertencimento aos lusos daqueles territórios zambezianos e demais. Com efeito, como nos mostra o historiador Pélissier, as relações bilaterais afro-lusitanas, estavam se esvaindo frente à internacionalização do comércio na região e isso, paulatinamente destruiu os poderes do prazeiros e seus lugares sociais foram substituídos por diferentes mecanismos colonizadores (PELISSIER, 1994, pp.448-449).

Outra medida importante, tomada em 1880 refere-se a aplicação do decreto de 1854 que abolia os prazos, o governador interino Augusto César Rodrigues Sarmiento (janeiro de 1880-agosto de 1881), queria impor à administração direta dos territórios sob comando dos prazeiros. Ao aplicar este decreto, em teoria, passariam automaticamente as terras para as mãos da coroa portuguesa, bem como os impostos cobrados seriam pagos diretamente a ela. Seriam desestruturadas a escravatura e as alianças com os chefes africanos. A grande questão impeditiva foi justamente a de fazer chegar esta lei ao interior, onde os prazeiros em sua generalidade estavam cortando laços de exclusividade com a coroa portuguesa.

Como nos mostra Pélissier, o quadro político em 1881 era completamente desfavorável para os portugueses. Neste período os prazeiros de todas as regiões do interior do vale do Zambeze:

(...) continuavam a ditar leis nas suas terras (...) *Dona Luísa*, a irmã ou meia-irmã de Bonga, recusava-se, no seu *prazo* de Guengue, à obedecer às autoridades; Massangano adoptava uma política expansionista edificando novas *aringas* para o interior e impondo portagens no Zambeze (PÉLISSIER, 1994, p. 462).

Foi em meio a essas instabilidades que Chatara assumiu a butaca, e ele mesmo provocou grande parte desses conflitos. Provavelmente tendo em vista que os termos das relações dos portugueses estavam mudando e estes queriam cobrar não só o fim da escravatura, como também o pagamento do imposto direto à coroa, conforme vimos. Estes fatores podem ter sido suficientes para que a família Cruz se indispusesse com a coroa portuguesa. Neste sentido, entendemos que as questões políticas e de interesses econômicos levaram Chatara a mudar o teor do trato com os portugueses. Ao assumir o trono, Chatara buscou demonstrar que não manteria relações amigáveis com Portugal, nem seria submisso. Ordenou aos seus guerreiros a interceptação da navegação nos rios, principalmente quando percebia qualquer mercadoria ou alguma outra coisa de seu interesse. Passou assim a interferir no comércio e no transporte no curso do rio Zambeze. Chatara ameaçou diversas vezes a vila de Tete, bem como não deixava o comerciante passar, caso seu chefe não recebesse o saguate, assim todo o comércio de Tete ficou subordinado à autorização de passagem, mediante pagamento, como se fosse um direito aduaneiro. Os povoados vizinhos a Tete eram frequentemente invadidos para que forçosamente desfizessem as alianças com os portugueses, para isto, eram feitas razias (invasões no território inimigo), e todo tipo de violências que pudesse realizar (GALANTE, 1945, pp.163-164). Isto para que os portugueses perdessem influência no interior.

Chatara tinha convicção de sua independência e projetou sua expansão a tal ponto que enviou uma embaixada para falar com o governador para indicar a necessidade de um cônsul de Massangano para tratar de negócios com os portugueses. Indicou, para esse cargo, o Alfredo Augusto de Aguiar ou Alfredo de Aguiar como era mais conhecido. Este ex-alferes que viveu em Massangano, foi “casado com Mariana da Cruz! Filha de Antônio Vicente da cruz, o Bonga” (EÇA, 1953, pp.69-70). Segundo Eça, Mariana foi aprisionada e enviada para Moçambique, na ilha (EÇA, 1953). Desta maneira, o ex-alferes possuía inúmeros motivos para tomar partido na causa de seu parente e, assim o fez.

As campanhas de guerra se iniciaram em decorrência destes episódios, e, especialmente por causa do auxílio prestado por Chatara ao chefe Mtoko numa campanha armada contra este, pelo Manuel António de Sousa, o Major Ferreira Simões e o major Joaquim Paiva de Andrada. Diante desta intervenção Mtoko, conseguiu repelir aquela campanha portuguesa. Mas o governador geral Castilho não aceitou tais acontecimentos e resolveu formar um comando de guerra, porque as ações de Chatara prejudicava o andamento das campanhas em prol do projeto de consolidar o controle dos territórios zambezianos, conforme indicamos anteriormente.

Chatara tinha mandado construir sanzoros ou chitatas (que são fortificações ou aringas feitas de troncos de construção rápida) nos arredores de Massangano. Como estratégia empregada pelos portugueses sob o comando de Castilho construíram linhas de aringas contrapondo as de Chatara, bem como utilizaram apenas tropas auxiliares, ou seja, os achicunda e cipaio. E progressivamente foram atacando cada uma delas até chegar à principal. Para isto, dividiram-se em quatro forças: as forças de Inácio atacaram os sanzoros erguidos nas proximidades de Tete; Inácio de Jesus Xavier capitão-mor da Chicoa atacou a aringas da família Cruz entre Mazoe e Zambeze; Jaime Ferreira com 2.000 cipaio atacaram a Muíra e, por último, a quarta frente, com 4.000 cipaio sob comando de Manuel António de Sousa, junto à uma força composta de pessoas brancas vindas de Manica comandada pelo alferes Augusto de Melo Sárria e composta por 13 praças com 3 bocas de fogo, avançaram sobre a aringa de Pindirire, o chefe de guerra de Chatara. E, então partiram para a aringa central de Massangano. Mas até o fim da operação estavam alarmando que esta era uma guerra contra Mtoko, com isso ganhavam tempo enquanto se organizavam para atacar o irmão do Bonga. Reagruparam-se em 31 de agosto de 1887 e atacaram a aringa de Camba, outro aliado de Chatara. No dia 06 de setembro, partiram em marcha rumo à Massangano. No entanto, quase 13 dias depois, quando chegaram lá, Chatara já havia se evadido da aringa principal.

Essa união de forças entre senhores de prazo e oficiais portugueses, foi o essencial para o êxito da campanha lusitana, diferentemente das demais, a atuação em quatro frentes e, principalmente o volume de armas de destruição em massa empregadas nesta guerra por militares portugueses. Não foi só uma campanha bem sucedida do ponto de vista organizacional, mas com certeza bem mais financiada do ponto de vista dos recursos armamentícios utilizados. Mais uma vez, não nos esqueçamos da motivação última dessa guerra, garantir a efetivação do controle português no Zambeze. Findada a campanha, tanto o capitão Paiva de Andrada quanto Manuel António de Sousa e demais membros da

campanha militar julgaram terem abalado Massangano, pois atearam fogo e derrubaram as estruturas da aringa. Dois dias depois os antigos capitães do Bonga apresentaram-se aos comandantes daquela guerra submissos e pedindo para serem perdoados.

Chatara acabou sendo entregue às forças portuguesas, com uma mão decepada, pelo próprio irmão Motontora. O historiador Galante atribuiu este ato a uma traição, mas podemos ler de outro ângulo este episódio (GALANTE, 1945, p. 189). Podemos inferir que o irmão vendo o fracasso do enfrentamento depôs Chatara, por entender que não era digno da posição de chefe da butaca, daí tê-lo entregado aos lusos, assim poderia ascender ao trono e prosseguir na luta pela independência do território. A derrota de Massangano significava a submissão aos portugueses e, a consequente perda dos territórios, um mal que atingiria a família inteira.

Motontora subiu a butaca e as batalhas continuaram. Na historiografia colonial, afirma-se que os portugueses sentiram a esperança renovada de que teriam a paz sem ter de fazer a guerra mais uma vez contra Massangano. Pode até ser que houvesse esperança, mas também existiu articulação e organização para estarem prontos ao contra-ataque.

2.2.3 Motontora: *“A hydra de cem cabeças da insurreição levantava-se de todos os lados mais audaz, mais forte e mais bem preparada do que d’antes”.*

Figura 7: Vista interior da aringa do Motontora em Massangano (CASTILHO, 1891).

O quadro das ações de Motontora foi narrado por Castilho (1891) e, juntamente com os relatórios de guerra e ofícios que compõem a documentação de seu livro foi possível,

fazer uma breve descrição em diálogo com a historiografia referente. Castilho indicou que Motontora se reinstalou em Massangano, reconstruiu rapidamente uma aringa (ver figura 7), logo abaixo daquela que havia sido queimada e onde as ossadas de seu pai, o Nhaúde, continuavam.

A aringa tem cerca de 1.300 metros de comprimento ao longo do rio, n'uma direcção proximamente noroeste, e 150 a 180 metros de largura pouco mais ou menos. O seu perímetro é formado de paus a prumo unidos, dos quaes alguns pegados e frondosos, unidos por outros transversaes, ligados com cordas grosseiras de cascas fibrosas de certas arvores.

Do lado do rio e em certos sitios onde menos os inimigos receiavam ser atacados, a paliçada é menos unida. Na face sueste, e no extremo da que olha para a serra, é, ella mais reforçada com outras linhas de defeza interiores, e com uma ou outra torre ou miradouro de paus, que servia de vigia e de baluarte. Proximamente ao centro do comprimento da aringa, em uma elevaçãosinha de uns 3 metros acima do resto do terreno, erguiase a casa do Bonga, que era uma boa construcção de pedra e barro coberta de palha, e logo a jusante d'ella outro edificio do mesmo género, que serviu aos enterramentos dos membros da familia Cruz (CASTILHO, 1891, pp. 17 - 18).

Motontora organizou o levante desde setembro de 1887, data em que perderam a posse da aringa central de Massangano. Conseguiu com um “mouro” de nome desconhecido as “fazendas, armas, pólvora, uma caixa de música, etc., em troca de marfim, e o restante das dívidas devia ser pago por Motontora em cera e amendoim, producto do mussoco dos prazos arrendados por elle” foi o que declarou Sebastião, um irmão desgarrado de Motontora que vivia sob a proteção do Padre Hiller no Sungo (HILLER, 1888, p.86). O principal chefe de guerra de Motontora, o Pindirire, “agitou os campos passeando o *rabo de guerra*, isto é: uma cauda de leão molhada no sangue de um homem desventrado” (PÉLISSIER, 1994, p.497). Segundo esses informantes do Padre Hiller:

No principio de maio, como me disseram outros pretos do Sungo, começaram os rebeldes a fazer as mesinhas, dansas e batucadas como preparos de guerra; e como nos prazos de Massangano não estavam seguros e livres de toda a suspeita, juntaram-se os principaes d'elles, homens e mulheres, na ilha chamada Nhabzuro, na entrada da Lupata, onde fizeram uma dansa solemne com acompanhamento de batuque chamado arungo, em honra da alma de Joaquim da Cruz Inhaude, antecessor e pae do Bonga. Pretendiam com esta cerimonia evocar a alma do pae d'elles para que os ajudasse n'esta nova guerra contra o governo; facto que lhes deu muito animo e ousadia, chegando até a dizer que a dita alma se lhes tinha mostrado! (HILLER, 1888, pp. 86-87).

Com isso convenceu inúmeras pessoas que pagavam o mussoco a contragosto para que eles se juntassem ao levante e retomassem a capital de Massangano. Depois disto, Motontora procedeu da seguinte forma a fim de realizar a retomada da aringa de Massangano: na margem esquerda, alguns dias antes de 23 de maio, enviou uma forte expedição sob o comando de Catemaringe sobrinho de Pindirire para surpreender o aliado dos portugueses chamado Guba, em Mazumba; e em paralelo, enviou outra, para

surpreender Camba em Inhamapovoé era comandada pelo próprio Muchenga. Guba foi pego de surpresa, morreu junto com oito de seus. No entanto, Camba conseguiu safar-se, mas, antes evadir-se decepou a cabeça do Muchenga e de um filho dele (CASTILHO, 1891, p. 58). Na sequência dos acontecimentos, os aliados de Muchenga atacaram um importante carregamento de cheio de tecidos, com isto, instalou-se o pânico, a navegação e o comércio ficaram inviabilizados, depois disso cessaram seu fluxo na altura da Lupata, região próxima de Massangano. Conforme descrição no relatório do governador de Manica, destacamos a seguinte passagem:

O negociante de Tete Pereira de Carvalho, que subia o Zambeze com uma importante factura, estava na ilha de Moçambique e a muito custo pôde retroceder, deixando comtudo nas mãos do inimigo duas almadias com fazendas, que foram roubadas. Desde este dia ficaram fechadas as comunicações com Tete, pelo rio (FERREIRA, 1888, p. 129).

Em junho de 1888, o governador de Tete Oliveira Gomes, mandou reforços ao Marangue, também enviou um destacamento para fazer a represália, junto com Inácio de Jesus Xavier reuniram 1500 homens, os quais foram ao Luenha construir chitatas e atacaram a aringa de Pindirire. Em 05 de junho, este chefe de guerra tinha morrido, seu sobrinho sobreviveu, mas nesta guerra perderam 70 pessoas e tiveram 88 mulheres e crianças aprisionadas pelos oficiais portugueses (CASTILHO, 1891, p. 94).

Castilho se direcionou a Zambézia para comandar as expedições de perto, assim que soube dos acontecimentos relacionados ao ressurgimento das hostilidades de Motontora e reocupação das aringas de Massangano e Mazumba. Entre agosto e novembro de 1888, organizou o comando das operações a partir de Castilho, sua aringa instalada na antiga aringa de Gande, de onde mandou montar uma sede militar na aringa “«D. Maria Pia» (no lugar conhecido por Goengue Velho, onde esteve a antiga aringa do Belchior do Nascimento, primeiro marido de D. Luísa Michaela da Cruz)” (CASTILHO, 1891, p.22), e estabeleceu comunicações para serem realizadas por meios fluviais ou mistas, neste último caso quando o volume do rio baixava, formando os bancos de areia (CASTILHO, 1891, p.21-22).

Castilho arquitetou uma estratégia de guerra baseada no controle das informações e de pessoas, para isso mandou construir inúmeras chitatas nos arredores de Massangano, interligou com sua gente os canais de comunicação de correios e de transporte perfazendo caminhos fluviais ou por terra. Tentou impossibilitar as comunicações com Massangano, para com isto posicionou essas fortificações em lugares que pudessem servir de caminho até a aringa de Motontora.

Eram inúmeras as sublevações causadas pelas povoações ligadas à família Cruz, inclusive, as populações sob a jurisdição de Luísa do Goengue. Desconfiado, Castilho dizia: nesta “ocasião acrescia mais a suspeita attitude da gente do Goengue, onde deviam ser recrutados os carregadores e correios, e o acharem-se os prazos Sungo, Matadze, e mesmo Mahembe, onde se originou a conspiração para esta guerra, infestados de gente rebelde” (CASTILHO, 1891, p.23). Outro fator de destaque, para além dos múltiplos focos de guerra orquestrado na Zambézia, foi o emprego de armas de precisão e longo alcance. Bem como, a grande disponibilidade de alimentos, uma vez que contava com mantimentos tomados das aringas derrotadas, além daqueles que conseguiram com financiamento da coroa. Tiveram disponível pelo governo mais de 15.000 panjas (unidade de medida para calcular alimentos, cada panja regula em média 26 litros). Ressalta-se que os prazeiros aliados dos militares, durante esse processo de guerra ganhavam muito dinheiro por cobrarem altos preços sobre os alimentos disponibilizados, os quais eram posteriormente ressarcidos (CASTILHO, 1891, p.53), desta forma, a guerra tornava-se uma ação rentável aos prazeiros aliados, caso não se perdesse muitas vidas cedidas.

As peças de armamento *Hotchkiss* estavam em uso desde 1884 e, em posse do governo de Manica. Por serem portáteis e alcançar maiores distâncias com enorme precisão foram bastante utilizadas deste então nas campanhas de guerra de Rupire em 1886, em Massangano em 1887 e 1888 (CASTILHO, 1891, p. 52). Este uso configura novidade no nível de força empregada pelos militares portugueses, e cumpria a exposição da capacidade de controle por meio da violência. Com certeza, as “campanhas de pacificação” também figuraram como um espetáculo português para mostrar as demais nações europeias que medidas estavam sendo tomadas nas suas colônias.

Das armas Snider, Enfield e Kropatchek, prometidas por Paiva de Andrada, chegaram, com efeito, as armas em Sena foram enviadas para a aringa Castilho a pedido do governador Geral Augusto de Castilho, cerca de trezentas das primeiras, trezentas da segunda e oito das últimas (CASTILHO, 1891, p.50).

A artilheria que entrou n'esta guerra foi: uma peça de bronze raiada (systema francez) de campanha, de 0^m,08, de carregar pela boca, pertencente ao districto de Tete, e duas peças raiadas (Hotchkiss, pertencentes ao districto de Manica. A peça de bronze de Tete, que veio com mais onze de Portugal no transporte *Africa* em 1887, é uma excellente arma pelo seu alcance e precisão, e pelas dimensões e effectos dos projecteis que lança, mas e muito pesada e de difficil transporte. O material que veio de Portugal para todas ellas era em diminuta quantidade, de modo que a quota parte que coube a esta, que esteve em Nhancoma desde 14 de setembro até final, era relativamente pequena, visto como uma parte havia já sido consumida no ataque da aringa do Pindirire em Mazumba em principio de junho. Suppri comtudo, em parte, esta falta mandando vir de Sena e Quelimane mais

material, principalmente granadas e as respectivas espoletas, pertencentes a peças iguaes que existem em Massingire e Boror (CASTILHO, 1891, p.51).

Apesar de todo este aparato armamentista, foi a entrada de Manuel António de Sousa na guerra que teve efeito decisivo. Logo após voltar da viagem com Paiva de Andrada a Portugal, Manuel reuniu 3.000 de seus homens de guerra. A esta altura, entre setembro e novembro de 1888, tendo apenas a Makanga como prazo aliado, Motontora e seus aliados se preparavam para resistir até às últimas consequências. Em Massangano, todos permaneciam sitiados, com fome e sede, sendo parcialmente saciadas, pelo envio de mantimentos e água, por Dona Luísa da Cruz. O abastecimento era enviado via prazo do Sungo.

Na outra margem, no *prazo* do Guengue, Dona Luísa servia-se de todos os meios dilatórios para não invadir o prazo do Songo (ou Sungo), do qual ainda chegavam alguns socorros a Massangano. A (meia) irmã do Bonga, que não tinha a mesma animosidade contra seu irmão Motontora, mostrou-se na velhice, uma Cruz. Os sitiados Conseguiram êxitos algumas incursões à retaguarda dos Portugueses - o que não animava nada os auxiliares da região a ficar eternamente em frente de Massangano deixando as suas famílias indefesas (PÉLISSIER, 1994, p. 501).

Um pouco mais de seis meses depois do início da retomada das campanhas de guerra, as deserções e doenças multiplicaram-se entre as tropas sob o comando português. Do outro lado, em Massangano, a fome, o cansaço e a sede eram cada vez mais presentes, mas algumas deserções também ocorreram.

O cerco feito à capital de Motontora foi prolongado e isto causou impactos negativos aos soldados dos dois lados. Mas, após os ataques feitos pelos aliados de Motontora, aos achicunda da Makanga, o quadro geral da guerra teve seu momento decisivo. As inúmeras mortes provocadas pelos achicunda às povoações aliadas dos portugueses repercutiram de maneira contundente, alarmante e angustiante para o governador geral Augusto de Castilho. Péliissier interpretou esse contexto da chacina como um momento profundamente impactante ao governador, pondo-o receoso por talvez reviver o assassinio realizado em 1868 pelo Bonga das tropas portuguesas, quando mataram muitos oficiais portugueses inclusive o próprio governador (PÉLISSIER, 1994, p. 501).

Figura 8 - A serra Bacamperabzué e a aringa do rebelde Motontora em Massangano (CASTILHO, 1891).

A reação de Castilho foi sumária, mandou o juiz de Tete, António de Sá Malheiro, e mais 300 homens para patrulharem e exterminarem todos os homens que tentassem romper o cerco no intuito de abastecer Massangano com comida e água. Com isso, a partir de 26 de outubro, muitos homens foram assassinados, foram presas muitas mulheres, assim muitos dos resistentes em Massangano esvaíram-se.

Uma cena descrita por Jaime Ferreira, governador de Manica, mostra-nos como a população favorável ao Motontora estava disposta a fazer tudo para lutar contra os portugueses; além disto, expõe alguns aspectos da participação de mulheres com coragem suficiente para romper os cercos feitos pelos portugueses e, desta forma, auxiliarem a luta por soberania, servindo como espiãs ou como transportadoras dos mantimentos que deveriam seguir para Massangano.

As patrulhas continuavam em tenaz vigilância, e entre as mulheres, que já havia prisioneiras, houve uma que pelo seu procedimento deu prova da corajosa indiferença com que esta gente encara a morte. Esta mulher tinha um filho de peito, e dois de seis a oito annos. Interrogada, recusou-se a dar qualquer informação, e só respondia que não havíamos de apanhar ninguém vivo. Em vista de tal recusa, foi entregue á guarda do sipai que a tinha aprisionado. Demorou-se algum tempo no acampamento; e, a pretexto de ir buscar agua, dirigiu-se acompanhada dos filhos para o rio, onde atirou os mais velhos, deitando-se em seguida ella com o mais pequeno ás costas ! D'estes desgraçados, só foi possível salvar a filha mais velha, de quem cu tomei conta (FERREIRA, 1888, p.137).

O ataque final deu-se após reabastecimento de armas, munições e soldados, no final de novembro de 1888. “Em 27 de novembro fez-se a chitata do Tope depois de cinco horas de vivo fogo e tomou-se finalmente com denodo a serra Bacampembzué” (GOMES, 1888, p. 124) (ver Figura 8). Bombardearam a norte, avançaram com tropas armadas. Ao sul,

construíram, destruíram e reconstruíram várias chitatas a fim de aproximarem-se da aringa central. Alguns dias depois, ocorreu uma forte chuva com trovoadas e profunda escuridão.

Isso deu lugar a que, durante a noite de 28 pudessem os chefes Motontora e Chimolamba ou Chincupete, evadir-se com parte das forças e alguns membros de suas famílias deixando só dentro da aringa mortos, feridos, esfomeados e algumas crianças e mulheres no mesmo estado, ou alguns outros que, pela precipitação não puderam fugir (GOMES, 1888, p. 124).

Um cenário desolador foi o que relatou o governador Oliveira Gomes. Ele afirmou que não só dentro da aringa de Massangano, como nos arredores e, na serra Bacampembzué até onde se podia enxergar “encontraram-se para mais de trezentos cadáveres insepultos de recente data, além dos muitos que, mais antigos e mal enterrados, se notavam no extenso areal. Massangano deve ter perdido mais de duas mil pessoas” (GOMES, 1888, p. 125).

Depois disso, uma parte das forças foi bater as forças residuais no Sungo, fizeram todos os esforços em perseguição dos que escaparam, inclusive de Motontora e alguns de seus aliados. Foram destinados cerca de oitocentos homens. Mas, os fugitivos conseguiram se refugiarem nos sertões de Nyanja-Matope, com isto as tropas foram bater a já fragilizada aringa de Nhamapacaça em Sena. A esta altura Castilho já se encontrava em Tete (FERREIRA, 1888, p. 140). Assim, com a fuga de Motontora, a prisão de seu irmão Chiuta, acusado de traição por mandar atacar outras aringas “leais” aos portugueses, a busca pela soberania de Massangano tem seu fim. Mas, a importância de seus territórios salta aos olhos, rapidamente os oficiais portugueses ocuparam-se com nomeações, provisórias em alguns casos, dessas terras por oficiais portugueses. Estes oficiais recebiam o título das terras, formalmente. E, também procedera a ocupação da serra Bacamperabzué, com a construção da fortificação Princesa Amélia.

O fato é que vários membros da família Cruz permaneceram vivos e continuaram participantes de pequenas sublevações antiportugueses, reaparecendo em revoltas contra os lusitanos em diferentes contextos. Segundo Isaacman (1979), em 1893 atacaram portugueses no “Guengue” ou Goengue, em 1894 atacaram postos de portugueses no interior (ISAACMAN, 1979, 178). Também Pélissier citou essas datas, mas inclui 1891, 1897, 1892 e afirmou que talvez em 1917 (PÉLISSIER, 1994, p. 503); entendemos que tenham participado provavelmente com alianças junto aos senhores de outros prazos e outros chefes africanos.

As inúmeras atuações dos membros da família Cruz, corresponderam a fala de Castilho: **“A hydra de cem cabeças da insurreição levantava-se de todos os lados mais audaz, mais forte e mais bem preparada do que d'antes”** (CASTILHO, 1891, p.60,

grifos nossos). Sempre se reerguendo, ainda que não potente em armas ou quantidade de soldados, os membros da família Cruz de Massangano agiram mobilizados pelo desejo e a certeza de que a autoridade, legitimidade e a soberania exercida fossem reais e lhes pertencesse, ainda que os portugueses não acreditassem ou aceitassem.

CAPÍTULO 3 - Poder feminino no vale do Zambeze: Luíza do Goengue, papéis sociais, trajetória de vida e relações de poder.

Neste capítulo pretendemos discutir o conceito de gênero à luz das perspectivas das estudiosas Dr.^a Joan Scott (1995) e Dr.^a Maria Odila Dias (1994) para pensar as experiências vividas pelas Donas de prazo. Bem como, estabeleceremos diálogo sobre o uso do gênero permeado pelo debate das feministas acadêmicas africanas, com intuito de refletir sobre as contribuições dadas por estas mulheres a este conceito quando aplicado às mulheres africanas. E ainda, discutiremos o papel social e a titularidade de Dona Luísa do Goengue observando como ela foi descrita nas fontes, qual função desempenhou socialmente e, qual poder político exerceu. Refletiremos ainda sobre como se constituíram as relações de poder entre as sociedades que as Donas faziam parte, por meio do casamento com os portugueses. E diante do quadro teórico e das fontes disponíveis pretendemos reconstituir e refletir sobre a trajetória de Luísa do Goengue, assim como em relação a sua participação na Guerra de Massangano. E por fim, questionaremos os mitos atribuídos à dona Luísa que a consolidaram como pessoa enérgica, tirânica e implacável.

3.1 - Gênero e poder: um debate propício para pensar as relações no prazo.

Como parte importante para análise das discussões sobre os prazos, as questões sobre gênero revelaram-se imprescindíveis para esta pesquisa, assim como este conceito associado à noção de poder. Principalmente quando resolvemos entender a participação de Luísa do Goengue nas guerras de Massangano na segunda metade do século XIX.

Diante do que apresentamos no capítulo 2, a pergunta que colocamos inicialmente orbitou sobre pensar se de fato ela teria a capacidade de influenciar a guerra de Massangano cujo desfecho culminasse com a perda da guerra pelos portugueses. Como uma mulher, Dona no Zambeze, poderia agir a esse nível político, interferindo e prejudicando uma campanha militar portuguesa?

Identificamos aqui a dificuldade de vislumbrar essa possibilidade de exercício de poder feminino, e isso já significa em si, um aspecto sintomático de uma profunda colonização dos conhecimentos herdados das produções historiográficas que reverberam os discursos imperialistas, os quais produziram histórias em que as mulheres não apareciam e, tomando-os como verdades absolutas deixaram de ver outras possibilidades que não à da dominação europeia e masculina sobre as populações africanas nas diferentes dimensões da vida.

Quando nos questionamos inicialmente sobre estes processos ainda não tínhamos acesso aos debates proporcionados pelas feministas, menos ainda sobre as críticas feitas por muitas feministas africanas aos modos de fazer história das mulheres e das mulheres africanas relacionadas às categorias de mulher e de gênero.

No entanto, com o acesso aos debates feministas acadêmicas, as vias epistemológicas sobre a história das mulheres e do gênero ganharam espaço em nossa pesquisa para pensar a sociedade dos prazos.

A partir dos estudos do texto da historiadora brasileira Maria Odila L. S. Dias *“Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista”* (1995), enveredamos por novos conflitos epistemológicos, conduzindo-os para reflexões despidas de universalismos e conceitos fixos e categorias abstratas.

Problematizamos o contexto da guerra de Massangano, por exemplo, considerando a narrativa oficial sobre a participação do Bonga e de seus sucessores ao posto de comando do prazo, assim como discutimos a luta contra os portugueses em expressiva disputa de poder no vale do Zambeze, mas passamos a vislumbrar a necessidade de documentar a experiência vivida de Luísa, como forma de abrir outros caminhos de reflexões sobre as relações de poder observadas nesse contexto de guerra e no cotidiano do prazo.

Hoje a produção acadêmica feminista dentro das Ciências Humanas está convergindo para o que a historiadora Dias destacou, pensando no âmbito da História, sobre o papel fundamental das histórias documentadas sob outras perspectivas. Tem-se proposto e realizado a construção de histórias que visibilizem “diferentes experiências de vida em diferentes conjunturas do passado” (DIAS, 1994, p. 374).

Os trabalhos acadêmicos atuais que tratam sobre papéis sociais femininos, associando as trajetórias de vida de mulheres africanas nas diferentes camadas sociais, inserida num quadro mais amplo de questões políticas, econômicas e sociais, se multiplicam.

Neste campo, sublinhamos os trabalhos como os do pesquisador Philip Havik que estudou as Donas das Guiné, mulheres comerciantes que desempenharam função econômica ativa entre os séculos XVI e XIX. Havik observou cuidadosamente as mudanças dos papéis sociais dessas mulheres, sem descuidar das especificidades do contexto africano, como por exemplo, as relações de parentesco. Destaca-se nas pesquisas de Havik sua atenção para as transformações históricas tanto dos papéis atribuídos a cada gênero como as relações estabelecidas entre eles. Assim, numa perspectiva de longa duração, o historiador

enfoca a historicidade aos papéis sociais desempenhados pelas mulheres naquela região (HAVIK, 1997).

Outros trabalhos sobre mulheres comerciantes concentram suas reflexões sobre as experiências vividas, a partir de trajetórias femininas, citamos, portanto, a historiadora brasileira Mariana Pinho Candido que conduziu uma importante pesquisa sobre a Dona Aguida Gonçalves mercadora na Benguela do fim do século XVIII. Neste trabalho, a historiadora reconstrói aspectos da vida dessa Dona e mostra como uma mulher negra, comerciante, possuidora de escravizados, mesmo invisibilizada viveu em Angola oitocentista (CANDIDO, 2012).

A historiadora Eugenia Rodrigues realizou uma série de estudos a partir dos estudos de gênero (RODRIGUES, 2010, 2017), com intuito de compreender o papel da mulher nos processos de transformações sociais. Por meio do trabalho *Chiponda, a “senhora que tudo pisa com os pés”*. *Estratégias de poder das donas dos prazos do Zambeze no século XVIII*, Rodrigues mostrou como as Donas que viveram entre no século XVIII e mais especificamente como Chiponda construiu papel equivalente ao dos homens nos territórios dos prazos em Moçambique (RODRIGUES, 2000).

Outro importante trabalho foi o realizado por Juliana de Paiva Magalhães, cuja tese intitulada *Trajetórias e resistências de mulheres sob o colonialismo português (Sul de Moçambique, XX)* trata sobre mulheres africanas e, direcionando-se para aquelas que foram subalternizadas nos processos coloniais de Moçambique no século XX, a partir de processos judiciais e das queixas de mulheres “indígenas” africanas retratou o cotidiano de opressão colonial e patriarcal, vivenciado por essas mulheres (MAGALHÃES, 2016).

O fato de que essas narrativas caminharam no mesmo sentido proposto por Dias é um aspecto interessante a ser notado, pois elas não permaneceram restritas a evidenciar aqueles conhecimentos que expõem as relações de dominação masculina, mas, produziram registros de muitas outras formas de relações sociais e de poder, documentadas por meio de uma cuidadosa catalogação dos papéis informais, das improvisações, das resistências das mulheres, inclusive das mulheres pertencentes às camadas das elites já que suas experiências concretas de vida estão impregnadas de uma “ideologia normativa e institucionalizante” (DIAS, 1994, 381).

De acordo com Dias, com o conhecimento empreendido desse modo e, sobretudo, quando estas memórias forem incorporadas pelas culturas contemporâneas, consequentemente, “poder-se-á prever o escrutínio do vir a ser de mulheres diferentes daquelas que foram ideologicamente determinadas pela cultura” (DIAS, 1994, pp. 374-

375). Essa ponte entre o presente e o futuro está com toda a certeza sendo construída por conhecimentos históricos que privilegiam a presença de diferentes sujeitos históricos e de suas subjetividades plurais. Em nosso entender, os movimentos feministas espalhados no mundo estão possibilitando este devir, com a visibilidade dada à existência destas subjetividades plurais (DIAS, 1994).

Neste sentido, mencionamos as contribuições ao conhecimento histórico proporcionado pelas reflexões das feministas africanas e das feministas acadêmicas africanas quando visibilizaram as problemáticas ligadas aos contextos específicos da concretude da vida das mulheres africanas como sujeitos históricos e sociais. Inseriram esse debate em âmbito mundial, assim como, distinguiram-no do debate proposto pelas mulheres brancas ocidentais, e das mulheres negras na diáspora.

Optamos por não desenvolver uma retrospectiva acerca dos movimentos feministas denominados “ondas feministas” ocorridos no ocidente que culminaram nas reflexões sobre gênero e poder, por entendermos que este trabalho de síntese e de crítica já foi sistematizado por diferentes autoras de forma excelente (SOIHET, 1997, 2013; MATOS, 2013; FRANCO, 2015). Citamos a tese de Juliana de Paiva Magalhães, também como excelente referência para entender esses movimentos, na qual ela apresenta não só as fases dos processos feministas ocidentais, acrescida da exposição de perspectivas sobre o contexto africano, sobretudo em Moçambique acerca das repercussões e proposições feministas para a reflexão na História tendo como foco os estudos de gênero e suas relações de poder (MAGALHÃES, 2016, pp. 32-65).

Por outro lado, nos atentaremos para alguns aspectos de como as contribuições dos feminismos africanos marcaram evidente contribuição aos movimentos sociais feministas pelo mundo e que, cada vez mais está contribuindo para reconstrução de uma História permeada de representatividade de suas existências e que coloca em xeque a universalidade epistemológica ocidental.

3.1.1 Reflexões sobre os feminismos africanos e seu potencial articulador para a construção na perspectiva histórica de novas subjetividades femininas.

Segundo Bibian Perez Ruiz, até a década de 1970, os debates feministas afroamericanos eram feitos por personalidades que se destacavam na luta pela causa da emancipação das mulheres negras movimentos feministas africanos estavam, sobretudo, inicialmente, em franco diálogo com as ideias das feministas negras estadunidenses na década de 70. “*Entre éstas encontramos a la que fuera esclava y abolicionista Sojourner*

Truth (1797-1883), a Du Bois (1868-1963), y a la escritora y antropóloga Zora Neale Hurston (1891-1960).” (RUIZ, [2010?], pp. 8-9).

Já nos anos 80, a centralidade do debate sobre a igualdade da mulher, foi pauta de uma conferência das Nações Unidas. Esta reunião ocorreu em 1985, em Nairobi, com a participação de um grupo de ativistas, escritoras e críticas africanas iniciaram o Movimento de Mulheres Africanas, cujos temas principais perpassaram pelos modelos euro-americanos, postos, como exemplo, para a luta feminista africana (RUIZ, [2010?], pp. 8-9).

Assim como nos Estados Unidos, no continente africano, o movimento de mulheres se iniciou muito antes dos grandes movimentos feministas africanos, assistiu-se à mobilização de mulheres intelectuais empenhando-se em confrontar as injustiças sociais e, lutarem pelos direitos das mulheres.

Muitas de suas lutas e histórias foram reunidas e disponibilizadas on-line pelo “African Feminist Forum (AFF)”, um projeto disposto no site em 2016, está dividido em muitas secções. O Grupo de Trabalho do AFF é constituído por um grupo diversificado de ativistas feministas africanas, acadêmicas, pesquisadoras e profissionais de todo o continente. Esse GT destinou um espaço para apresentar as mulheres feministas ancestrais, a seção foi chamada de “African Feminist Ancestors”. Neste site podemos ver as histórias de mulheres como Charlotte Maxeke, Olufunmilayo Ransome-Kuti e Bibi Titi Mohamed, citando apenas três das muitas ancestrais mencionadas, segue nas próximas linhas um pouco de suas experiências vividas (AFF, 2016).

Em 1918, Charlotte Makgomo Maxeke, fundou a Liga das Mulheres Bantu na África do Sul, depois de ter sido a primeiro membro feminino a participava do Congresso Nacional de Nativos da África do Sul (SANNC) em 1912. Charlotte Maxeke que viveu entre os anos de 1874 até 1939, foi intelectual, aliás, considerada a primeira mulher negra a se formar na África do Sul, foi também musicista e ativista, lutou pelas causas das mulheres e pelos direitos humanos (AFF, 2016).

Outra mulher a ser mencionada foi Olufunmilayo Ransome-Kuti, que nasceu em 1900 em Abeokuta, na Nigéria, filha de pai refugiado de Serra Leoa, foi costureira e agricultora, recebeu uma educação ocidental, e foi estudar na Inglaterra de 1919 a 1923. Entre outras ações, liderou mulheres em movimentos contra o aumento de preços, organizou clube feminino que passou a se chamar União das Mulheres de Abeokuta (AWU) em 1946 (AFF, 2016).

Na Tanzânia, Bibi Titi Mohamed, viveu entre os anos de 1926 até 2000. Foi uma das principais líderes do movimento nacionalista Tanganyika. Ela liderou a Umoja wa

Wanawake wa Tanzânia (UWT), a ala feminina da União Nacional Africana Tanganyika (TANU) em 1955, também liderou o movimento político com mobilização de mulheres e homens; anos mais tarde tornou-se a ministra das mulheres e dos assuntos sociais em seu país (GEISER, 1996, passim; AFF, 2016).

Em outro contexto, já em franco diálogo com os movimentos feministas afroamericanos, as feministas africanas advogaram contra cânones propostos pelas feministas brancas e feministas negras diaspóricas, pois suas propostas e análises sociais não as representavam integralmente, a partir disto, multiplicaram-se concepções que dialogaram com as representatividades de forma a se configurarem mais adequadas aos contextos sociais, econômicos e políticos aos quais as africanas estavam submetidas.

Segundo a estudiosa Ruiz, a primeira forma de definição do feminismo negro emergiu na introdução da publicação de Filomina Steady, *“The Black Woman Cross-Culturally (1981)”*, propondo as seguintes características: “autonomia e cooperação feminina: ênfase na natureza acima a cultura; centralidade das crianças, assim como multiplicidade de maternidades; e o uso do ridículo na visão de mundo das mulheres africanas” (STEADY, 1981 apud RUIZ, [2010?], p.13, tradução nossa). Desta forma, os feminismos africanos inserem as mulheres africanas como sujeitos históricos e sociais dentro do debate mundial, projetavam a importância de olharem para as questões endógenas ao continente. Steady propôs desafiar os modelos eurocêntricos, para isso sugeriu que se organizem abordagens considerando:

uma perspectiva histórica, uma perspectiva holística, multidimensionalidade, múltiplos prazos, múltiplos níveis de análise, múltiplas identidades e realidades, contextos relacionais e dinâmicos, métodos comparativos, história oral, história de vida e assim por diante (STEADY, 2005, p.5, tradução nossa).

Neste sentido, tomam para si a tarefa de realizar proposições de perspectivas epistemológicas que contemplem suas existências e contextos próprios e problemáticos. O termo mulherismo é utilizado por Chikwenye Okonjo Ogunyemi para descrever a experiência das mulheres africanas. Contudo, sua concepção de mulherismo africana se distingue do mulherismo apresentado por Alice Walker, enquanto esta estudiosa buscava discutir e superar as questões correspondentes às desigualdades e opressões de gênero, raça e classe, bem como as questões envolvendo as opressões contra as lésbicas, incluía as mulheres africanas e toda a carga repressiva que sofriam, quer pelo colonialismo ou sociedade. Defende o protagonismo feminino na luta pelas transformações das relações gênero.

Enquanto isso, Ogunyemi empregou o termo *African Womanism* criando uma teoria afrocêntrica, estabeleceu críticas ao *Womanism* de Walker. Sua crítica reafirmava o protagonismo das mulheres africanas, por causa do argumento das especificidades do contexto delas. Abarcou ao debate os problemas das mulheres africanas: pobreza, problemas com a família do marido, pressão das mulheres mais velhas sobre as jovens e a “poligamia” (RUIZ, [2010?], pp.13-17).

Em 1987, Cleonora Hudson-Weems propôs a denominação opcional ao feminismo africano, *Africana Womanism*: o marco cultural concreto por considerar de onde procede a pessoa configurando um afrofeminismo africano (se é homem/mulher, membros da comunidade ou não), através do reconhecimento da autodefinição, da familiaridade com o assunto, irmandade verdadeira com outras mulheres (sisterhoods) participação da luta masculina etc. (RUIZ, [2010?]).

O STIWANISM (Social Transformation Including Women in Africa), cunhado por Morola Ogudimpe Leslie, compreendeu a transformação social com a participação das mulheres africanas. Apresentou como principais características: entender que as mulheres não tem rivalidade com os homens, não reclamar seu papel biológico, ver a maternidade como um poder feminino, enfatizar alguns temas (por exemplo, os sexuais), ressaltar a independência econômica e a luta de classe e de etnia que ocorre na África (RUIZ, [2010?]).

Já o *Mothernism*, proposto por Catherine Obiamuju Acholunu em 1991, buscou o redescobrimento da essência da mãe como matriz de toda a existência, afirmou que o rechaço a maternidade desintegrou a família no ocidente e que deve-se garantir que isso não ocorra na África. Assim a mulher deve se sentir humanista, protetora da mãe natureza, proporcionando colaboração, tolerância mútua, etc.. Além disso, essa proposta idealiza a humanidade e mulher rural.

O Negofeminismo, cunhado por Obiama Nnaemeka em 1995, centrou-se na promoção da negociação entre as diferentes lutas das suas ancestrais, propondo que o compromisso com a reflexão sobre as especificidades culturais e políticas africanas deva fazer parte dos processos de construção do conhecimento e do cotidiano, assim não encampou a luta para apontar as contradições do feminismo branco e ocidental, ao contrário, se opôs a distanciar as feministas ocidentais e, não negras; valorizou também a maternidade, quis promover a participação masculina no debate sobre as questões do machismo. A colaboração e solidariedade compõem as atitudes dessas mulheres.

A luta contra a homogeneização das mulheres africanas demarcou os trabalhos destas acadêmicas feministas, elas buscam desconstruir estereótipos, ligados a noção do corpo e da identidade africana construída durante o colonialismo. Também denunciaram a falta de espaço dentro das Instituições de poder e muitas de suas colocações reivindicavam, à luz da perspectiva histórica, mostrar como elas fizeram política para além das instituições tradicionais em espaços mais ligados a aldeia, etc.; e, sob a perspectiva econômica, mostrar a contribuição das mulheres para o sustento do lar, em alguns casos a negação dessa possibilidade, etc. Assim como, denunciaram a desestruturação causada pelo sistema colonial no modo de organização familiar e nas estruturas de poder político e econômico que trouxeram o caos e a pobreza para seu cotidiano. Por isso, observar os diferentes aspectos das realidades concretas das mulheres africanas torna-se a melhor ferramenta histórica para recompor os aspectos políticos e sociais que tangem suas vidas.

3.1.2 Proposta de abordagem pensando as categorias sociais de gênero e poder na História das mulheres.

Tendo em vista as diferentes perspectivas africanas, suas abordagens múltiplas de caráter crítico e desafiadores dos paradigmas eurocêtricos, pensar o gênero envolvia, naquele momento, rever as pesquisas colonizadas, fazer um escrutínio de conceitos e de metodologias. Essas mulheres, segundo Filomina Chioma Steady, estavam focadas em “adotarem uma abordagem crítica à pesquisa e desafiar os paradigmas eurocêtricos de uma perspectiva feminista e pós-colonial” (STEADY, 2005, p.3). Desta forma, nos anos 1970, realizaram ações com intuito de promover a “descolonização da pesquisa”, para isto, adotaram uma “agenda crítica de pesquisa de gênero”. Nas décadas finais do século XX, como vimos anteriormente, as mulheres feministas acadêmicas africanas já desafiavam “noções essencialistas de feminilidade e a insistência em reconhecer e questionar a diferença” (STEADY, 2005, p.3, tradução nossa).

Crucial para essa tarefa é a necessidade de compreender a situação social das mulheres por raça, etnia, classe, status e acesso ao privilégio. Aqueles na extremidade inferior da escala enfrentam impotência, exclusão, desespero e vulnerabilidades. Tais construções de desigualdade social confere poder para alguns a custas dos outros (STEADY, 2005, p.3, tradução nossa).

E a observação dessa noção de poder construída sob as estruturas assimétricas na sociedade é a principal ação para desconstruir os essencialismos e a universalização ligada às subjetividades. Esta proposta não destoa da perspectiva das relações de gênero proposta

por Joan Scott, que também situa no fim do século XX, as convergências sobre o debate do conceito de gênero como categoria de análise social e política.

Desta forma, veremos que o termo gênero vai assumir importante papel, pois pensado como ferramenta analítica, adquiriu franca polissemia conceitual, uma vez que a ideia de gênero sofreu constantes críticas e consequentes adequações para dialogar com os contextos sociais e políticos aos quais ele foi sendo utilizado.

Para Scott, “o termo ‘gênero’ faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens” (SCOTT, 1995, p. 85).

Além disso, Scott tece perspectiva que se aproxima a proposta por Steady para tratar das relações entre os conceitos de poder e gênero. Com uma metodologia pautada no “significado que as atividades sociais adquirem através da interação social”, Scott propõe caminhos para a análise do gênero (SCOTT, 1995, p. 86).

O método de Scott tem as mesmas bases críticas de Steady assim como a de outra estudiosa chamada Oyèrónké Oyěwùmí. As similitudes dos pontos de partidas são evidentes em torno da certeza de que as mulheres sofrem múltiplas formas de opressão. Assim as relações assimétricas entre o masculino e feminino que aportam o gênero não são vistas como exclusivas, elas abarcam outras relações de poder “baseadas na raça, classe, etnia, idade, nacionalidade e assim por diante” (STEADY, 2005; SCOTT, 1994).

Scott tenciona as relações de poder contidas no gênero e afirma que existe espaço para um

“(...)conceito de agência humana concebida como a tentativa (pelo menos parcialmente racional) para construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade estabelecida dentro de certos limites e dotada de uma linguagem - uma linguagem conceitual que estabeleça fronteiras e contenha, ao mesmo tempo, a possibilidade da negação, da resistência, da reinterpretação e permita o jogo da invenção metafórica e da imaginação”(SCOTT, 1994, p. 86).

Destacamos essa passagem no intuito de demonstrar a abrangência proposta pela estudiosa para o conceito de gênero, neste sentido, dentro da História, o gênero pode ser uma ferramenta de amplo espectro para avaliar as relações humanas em sociedade, não apenas as relações de dominação homem/mulher. A teorização aqui exposta não limita ou circunscreve o gênero à “dualidade dicotômica” e “binária” como destaca Oyèrónké Oyěwùmí (2004, p.8). Desta maneira, destacaremos a proposta metodológica de Scott, para expor nossa perspectiva.

A definição de Scott sobre o conceito de gênero divide-o em duas partes e, depois em outras subdivisões interrelacionadas, de modo que o leitor possa perceber quais são as suas relações analíticas, cujos meandros tentaremos adotar para esse trabalho. “O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1994, p. 86).

Sobre a primeira proposição para observar as relações de gênero, ela subdivide em quatro elementos interrelacionados na sua reflexão e afirma que eles operam de maneira indissociada:

1. Atenção aos símbolos culturalmente disponíveis, esses “símbolos culturais que evocam representações simbólicas”. Interessa ao historiador (a) entender quais representações simbólicas são evocadas, como e em quais contextos? (SCOTT, 1994, p. 86).
2. Conceitos normativos, geralmente expressos em doutrinas (religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e opõe de forma binária fixa o significado de masculino e feminino) que revelam interpretações dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Interessa ao historiador(a) entender quando em quais circunstâncias se mantém essas posições dominantes das afirmações normativas, de modo que estas pareçam a única forma possível. (SCOTT, 1994, p. 86).
3. Há a necessidade de “fazer explodir essa noção de fixidez” das relações sociais, em “descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência in temporal na representação binária do gênero. Esse tipo de análise deve incluir uma concepção de política bem como uma referência às instituições e à organização social”. Impõe-se como tarefa ampliar as abordagens para além das relações de parentesco, pois ele é “construído igualmente na economia e na organização política” (SCOTT, 1994, p. 86).
4. “Gênero é a identidade subjetiva”. O historiador deve “pensar a identidade sob uma perspectiva histórica”. Precisam “examinar as formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas” (SCOTT, 1994, p. 86).

Caberá ao historiador, conforme indica Scott, observar a assincronia das relações sociais e de poder que as sociedades estudadas reúnem. Neste sentido, ela propõe que o gênero seja entendido como “relações sociais baseadas nas diferenças”, o gênero é o terreno onde o poder ganha significado (SCOTT, 1994, p. 86).

Neste sentido, o poder deve ser pensado conforme discutido por Michel Foucault, como “constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em

‘campos de força’ sociais” (SCOTT, 1994, p. 86). De acordo com Scott, temos de considerar que o conceito gênero está implicado nas relações de poder, justamente porque na concretude da vida social e culturalmente simbólica há a legitimação das forças iguais ou desiguais, aí o gênero constrói poder e é construído por ele.

Com o objetivo de perceber maneiras de abordar as questões ligadas às mulheres africanas e, diante dos debates conceituais relacionando gênero e poder, vislumbramos um caminho em que houvesse a possibilidade de tecer aproximações das propostas de análise de Scott, Dias e Oyěwùmí de forma que estivessem interligadas. Desta forma, seguimos os debates realizados na tese de doutorado da historiadora Juliana de Paiva Magalhães (2016), com isso discutimos formas para reafirmar o uso do gênero como uma categoria de análise histórica para as mulheres africanas, no entanto, nos centramos na trajetória política e social de uma Dona da Zambézia no século XIX, papel social exercido por Luísa, portanto, não focalizamos mulheres em situação de subalternidade, mas pertencentes à classe dominante.

A estudiosa Oyèrónké Oyěwùmí expôs que muitas categorias sociais africanas não são contempladas pelas relações binárias homem/mulher, masculino/feminino, consequentemente pelo gênero e categoria de “mulher” nos moldes ocidentalizados e com pretensa universalidade, principalmente quando se trata de discutir as Áfricas antes da colonização. A pesquisadora apresentou no artigo *Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas*, que as relações sociais africanas são pautadas, por exemplo, por meio da hierarquia por idade como um fator que organiza as sociedades Yoruba na Nigéria, assim a “Antiguidade é a classificação das pessoas com base em suas idades cronológicas” a principal forma de organização que se impõe (OYEWÙMÍ, 2004, p. 6).

Apesar destes importantes aspectos críticos que dificultam usar o gênero como uma categoria de análise para pensar as sociedades africanas antes da colonização, nós acreditamos que podemos utilizar esta categoria nas zonas de fronteira culturais como é o caso dos territórios dos prazos. Salientando que a existência de entrelaçamentos culturais e, em suas relações políticas, econômicas e sociais, não exclui a necessidade de averiguar como estes processos ocorreram. A evidente hegemonia cultural africana nas relações do prazo até o século XIX, não retira os processos de bricolagens culturais. Assim, no contexto das sociedades zambezianas, as categorias sociais existentes também se constituíram sob os contextos culturais normativos e ideologicamente dominantes com base nas noções de gênero e relações de poder.

No quadro mais amplo das transformações históricas, as demais sociedades africanas, mesmo não colonizadas efetivamente, também mantiveram relações sociais e políticas organizadas hierarquicamente e mantinham íntima relação com doutrinas normativas e foram constituídas de ideologias dominantes, podendo com alterações dessas relações, transformar-se em outras categorias completamente distintas das iniciais, mas regidas por relações de poder que se movia de maneiras não unidirecionais.

Neste sentido, quando nos debruçamos sobre os estudos das sociedades africanas, devemos considerar as particularidades e especificidades do contexto histórico com o qual se trabalha. Conforme nos demonstra Dias não devemos,

aceitar totalidades universais ou balizas fixas, temos que historicizar os próprios conceitos com que se tem de trabalhar, tais como, reprodução, família, público e particular, sociabilidades, a fim de transcender definições estáticas e valores culturais herdados como inerente a uma natureza feminina (DIAS, 1994, p. 381).

Sugerimos nos concentrar na questão destacada pela estudiosa Dias e, manter e exercer um pensamento histórico crítico, a fim de que o gênero seja redefinido e reestruturado em conjunção, com uma visão de igualdade política e social, que não incluía somente os aspectos biológicos e sociais da categoria masculino/feminino, mas também abarque outras categorias, como por exemplo, a classe e a raça.

Os desafios impostos em nossa pesquisa, de observar o pertencimento de Luísa dentro da camada social dominante, remeteu-se a reunião de fragmentos que apresentassem seu papel social, relações de parentesco, seus poderes distintos frente à questão do casamento, das relações com seus escravizados e subalternizados, dos demais portugueses e, relações econômicas com viajantes com quem ela comercializava e os próprios comerciantes locais. Outro desafio importante repousou na tentativa de compreensão de seu status social através de um aparato ideológico, pois, ao mesmo tempo, serviu como um espaço de manutenção das forças hegemônicas africanas e portuguesas, concomitantemente.

Frente ao novo contexto social que se instalava no vale do Zambeze, emergiram forças sociais que tencionaram as relações de poder, por meio das constantes guerras. Nesta conjuntura, o poder colonial buscava se efetivar a custo do desmonte da estrutura social presente nas relações com as sociedades africanas, sobretudo, as populações que viviam dentro dos prazos.

Trataremos de entender alguns aspectos das relações sociais presentes na história zambeziana, a partir do título recebido por Luísa problematizar o papel de Dona, sem a

pretensão de esgotar o assunto. A finalidade repousa justamente em tentar perceber como um conceito amplamente utilizado no universo português e nas colônias lusitanas foi inserido no contexto africano. Com isso, pretendemos entender de que maneira esse título passa a figurar na sociedade zambeziana e, a ser reconhecido, incorporado e ressignificado nessa sociedade.

3.2 - As Donas da Zambézia, um papel social em questão.

As Donas da Zambézia compõem uma categoria social importante para o funcionamento da sociedade zambeziana no XIX. Essas mulheres, herdeiras de uma estrutura social na qual figuravam como partícipes da elite local carregaram em suas histórias de vida a ambivalência do exercício de poder. Se por um lado, seus poderes eram permeados pelas origens africanas como filhas de chefes e membros da corte real do Monomotapa. Por outro, carregavam também os valores portugueses e até indo-portugueses. Esses últimos, que permitiram fixar a presença portuguesa e a sua perpetuação nos espaços de poder e economia no vale do Zambeze.

Figura 9: Dona Zambeziana com sua típica e tradicional indumentária (EÇA, 1953).

Conforme descrição de Eça as Donas na Zambézia usavam

Trajes de seda, sempre descalças, cobertas de jóias de manufatura indígena - brincos, colares, broches, cinto, pulseiras, anéis e manilhas, em ouro ou em prata consoante suas possibilidades - assim se apresentavam as famosas donas da província de Moçambique ainda no primeiro quartel do presente século (Reprodução de um antigo bilhete-postal ilustrado) (EÇA, 1953).

Essa representação imagética de uma Dona zambeziana está presente na obra de Eça com o objetivo de demonstrar características, físicas e culturais de uma senhora com tal status social. Cabe ressaltar que não se trata de Dona Luísa do Goengue. Para além de servir de recurso icônico representativo dessas mulheres, essa imagem chama atenção por diferentes motivos. Em primeiro lugar, pela postura corporal encenada: situada ao lado de uma cadeira vazia, em pé, que deveria ser ocupada por um homem (forma costumeira de registrar os homens do poder nas fotos desse período), com isso, expõe-se a vaga de comando. Ela, exclusiva, abraça a cadeira, ou seja, demonstra-se que o espaço não está ocupado, em oposição a sua postura altiva. Em segundo lugar, por seus pés aparentes, cuja conexão com a terra nos remete a manutenção da cultura local, na qual o uso do sapato não era um quesito essencial. Em terceiro lugar, as vestimentas com características muito próximas as do sári, roupa muito usada pelas mulheres indianas, provavelmente influência, das lojas de tecidos instaladas há muito na Zambézia.

Se, por um lado, conseguimos apreender a aparência genérica de uma Dona, não podemos dizer o mesmo sobre sua subjetividade ou trajetória de vida. Essa senhora, não foi nomeada, não sabemos quem ela foi ou de qual região ela possuía, quem ela governava ou qual sua linhagem e, tantas outras questões que poderíamos tecer sobre sua vida. Tais questionamentos, com certeza, não foram feitos quando o autor do livro resolveu evidenciá-la. Ainda assim, a materialidade assumida com tal exposição, nos parece bastante útil, tendo em vista a invisibilidade da memória social, presente em nossos dias, sobre essas mulheres. Assim assumimos o risco de usar essa mesma imagem, mesmo apresentando-a de forma crítica.

Para avançarmos no diálogo sobre as Donas, buscamos refletir sobre o significado que o título de Dona assumiu no século XIX, na sociedade zambeziana. Claro que não encerramos nestas linhas as possibilidades analíticas em torno desta questão. Antes, buscamos explorar este aspecto que entendemos como essencial para a reconstrução dos papéis sociais exercidos por essas mulheres.

Dona é um pronome de tratamento feminino, cujo antônimo Dom é a palavra usada para referir-se ao pronome no masculino. O pronome de tratamento Dom deriva do vocábulo latino *Dominas* ou *Dominus*, que significa senhor. Usado inicialmente pela Igreja

Católica europeia, como sinal de distintivo da posição hierárquica ocupada pelo principal membro religioso dentro de sua estrutura organizativa, assim era atribuído aos papas e, posteriormente, passou nomear bispos, monges, padres e frades. Quando Portugal se tornou um reino, foi usado como título honorífico para se referir aos monarcas, transmitindo-o para filhos legítimos, como um sinal de diferenciação da pertença ao sangue real dos filhos ilegítimos por eles chamados de bastardos. À época de Marquês de Pombal foi atribuído também às “mulheres dos comerciantes matriculados na Praça de Lisboa” cujo intuito era nobilitar e exaltar o comércio que praticavam (AMARAL, 2012).

Assim este título honorífico marcava a distinção social entre as pessoas religiosas e nobres e sua pertença às classes sociais, em diferentes contextos históricos da Europa. Neste sentido, tais distinções chegaram ao começo do século XX em Portugal sendo popularizadas e aplicadas para diferenciar muitos tipos sociais. Destacavam principalmente aqueles que possuíssem algum bem e, que o caracterizassem socialmente seja pelo “uso de chapéu, ou até meia”, como nos informa ironicamente Eça, para fazer menção à distribuição aleatória do título em questão (EÇA, 1953, p. 73). O fato é que este título foi sendo difundido nos lugares onde a presença portuguesa mostrou-se duradoura, sendo usada principalmente, no Brasil, em Luanda, em Moçambique, entre outros espaços.

Eça destacou que foram concedidos títulos honoríficos em Moçambique com “intuito de se criar uma nobreza privativa na colônia, premiando e nobilitando, assim, os pioneiros da conquista e ocupação” (EÇA, 1953, p. 73).

No século XVIII foi o período em que se emitiu uma carta régia estendendo a titularidade a todas “as filhas de Portugueses, brancas ou mestiças, nascidas nas vilas de Quelimane, Sena, Tete, Sofala e talvez no Zumbo”(EÇA, 1953, p. 73). Como foram passados de mãe para filha e, na região, os casamentos entre homens portugueses e as mulheres africanas era uma realidade, desta maneira, esta honraria transmutou-se, de Donas dos Rios de Sena (nome inicial dado pelos portugueses ao vale do Zambeze) às Donas da Zambézia.

Essa transição marca a ascensão de mulheres mestiças e mesmo africanas ao título, justamente no momento em que “as autoridades coloniais esforçaram-se por promover o povoamento da colônia através da concessão de terras às mulheres na esperança de que elas aliciassem novos moradores para os Rios de Sena” (RODRIGUES, 2013, p. 773).

O fato de mulheres africanas “retintas” carregarem o pronome Dona e ocuparem postos de destaque político, econômico e social foi visto à época pelos europeus, e mesmo pelo autor Eça, como um profundo disparate.

As mulheres também embrulhadas em panos, carregadas, é verdade, de ouro, mas quase sempre reduzido a jóias ao uso do país, não sabendo uma palavra de português, e cercados sempre de grande cortejo de negras, faziam a mais triste figura, eram verdadeiros autómatos presença dum estranho. Os prejuízos e costumes cafreais, ainda os mais bárbaros e vergonhosos, eram principalmente pelas mulheres, observados à risca e que dava lugar a cometerem-se não raras vezes crimes, que não só passavam impunes, mas até deles se fazia gala. (Boletim Oficial de Moçambique, nº 48, 28-XI-1862) (GOUVEIA apud EÇA, 1953, p.73).

Como podemos observar no trecho acima, havia desconforto e certa indignação por parte dos administradores portugueses utilizados na narrativa sobre o uso do título atribuído às Donas na Zambézia. Tanto o administrador quanto o próprio escritor que usa o texto de Gouveia como fonte, demonstraram desgosto pelo fato do uso do título Dona ser atribuído a mulheres mestiças, mas, sobretudo quando se referiam a mulheres de tons de pele mais escuros, negras. Eça, por exemplo, em tom irônico questiona tal atribuição e aplicação do título do pronome de tratamento dado a senhoras negras “retintas” antes de 1862.

Este autor questionou: “Para que atribuir, pois, a este ínfimo mulherio - e nalguns casos a preta retintas sem vislumbres de civilização! - o título honorífico de *dona*?” (EÇA, 1953, p.73). Ao que respondeu comparando seu uso em Moçambique com o de Portugal e criticando a generalização de sua aplicação a quaisquer mulheres, não sendo elas, em sua perspectiva, necessariamente “educadas”, “nobres” ou civilizadas, e subentendemos que brancas também. Para isto consideramos a sua fala incisiva com relação à cor da pele das mulheres que recebiam a denominação. Desta forma, na sequência criticou: “na Metrópole é atributo inerente ao uso de chapéu, ou até mesmo de meias, e nas colônias é função da cor da pele - com exceção da cor preta, mas nem sempre (...)” (EÇA, 1953, p.73).

Isto demonstra claramente um reflexo do estereótipo e racismo presente nas ideias desses autores, viajantes, administradores ou militares europeus do século XIX. Os motivos para estes comentários encontram origem no racismo sobre o qual se assentava a relação social entre portugueses e africano na Zambézia, bem como na noção de civilização que atribuíram os lusitanos a si mesmos, tomando como parâmetro para tal, seu modo de vida e relações que estabeleceram na Europa para se contrapuser a África.

Abusivamente a regalia tornou-se extensiva a toda a colónia e passou também a ser privilégio das filhas dos canarins e macaístas cristãos; a honraria passou de mães a filhas e, enfim, a todas as descendentes dessas *Donas* sem que possuíssem os requisitos legais, e por fim, tal como sucedeu com as irmãs e filhas do Bonga, até pretas bem pretas exigiam o tratamento de *Dona*!!! (EÇA, 1953, 74).

Inicialmente, o referido título era concedido como prêmio a homens vistos como nobres por terem feito, antes do XVIII, a “conquista e ocupação” dos territórios na Zambézia, e conseqüentemente para suas mulheres, o que configuraria elevar a ideia de pioneirismo e claramente valorizar as ações destes.

De fato, ser uma Dona da Zambézia no século XIX significava em geral ser mulher mestiça, da mistura de etnias de origens africanas, europeias e asiática, de pele negra, possuidora de prazos, muitas vezes, com territórios vastíssimos, mulher de negócios diversos, “senhora de povos e das riquezas naturais” (EÇA, 1953, 74). Geralmente as Donas eram mulheres, filhas de membros da realeza ou de chefes, membros da corte do Monomotapa. Estes chefes africanos estabeleciam conexões políticas por meio do casamento de suas filhas com portugueses, em decorrência disto, o outro aspecto que proporcionou a difusão massiva do título.

A lista de mulheres tidas como Donas na Zambézia é extensa no século XIX, Eça indica os membros da família Cruz: Matriarca 1- Dona Luísa da Costa, filhas: 2 - Dona Eugénia Maria da Cruz, 3 - Dona Inácia Benedita da Cruz, 4 - Dona Micaela Rosa da Costa e Cruz, 5 - Dona Maria Bárbara da Cruz. Netas: 6 - Dona Maria da Cruz (Dona Maria do Marango), 7 - Dona Luísa Micaela da Cruz, 7 - Luísa Madalena de Aragão (provável neta), 8 - Dona Paula Gertudes de Aragão, bisnetas: 9 - Dona Mariana da Cruz, 10 - Dona Eugénia da Cruz. Todas elas, mencionadas pelo levantamento genealógico feito Eça (EÇA, 1953, p.57- 76) . Só no XIX são 10 mulheres proprietárias de terras da família Cruz. Todas casadas com portugueses, ou indianos e macaístas bem colocados. Sem contar as que não destacamos aqui.

Nos prazos sob a jurisdição efetiva de Portugal, tais como Quelimane, Sena, Tete, as mulheres Donas foram adquirindo cada vez mais protagonismo, justamente por terem o acesso à terra garantido pela legislação, provavelmente estendida dos Estados da Índia para as “terras da coroa”, os prazos.

Os historiadores indicam esse período na viragem do século XVII para o XVIII como o momento em que a administração colonial passou a privilegiar as mulheres na atribuição e sucessão dos prazos dos Rios de Sena. A dotação de órfãs com terras ou cargos para os homens que se tornassem seus maridos estava instituída na Índia desde finais do século XVI. Esta era uma forma encontrada pelo Estado para recompensar os serviços prestados à Coroa pelos familiares dessas mulheres e atrair homens do reino para casarem com elas. Além disso, uma carta régia de 14 de Fevereiro de 1626 ordenava que os foreiros das Províncias do Norte do Estado da Índia nomeassem os prazos em filhas coagidas a casarem com reinóis (RODRIGUES, 2011).

Essa legislação, não teve efeito prático de atração das mulheres europeias, mas com os casamentos realizados com membros das classes dominantes e das demais populações africanas, no vale do Zambeze, as mulheres mestiças situavam-se amplamente em maior número. Cabe, por outro lado, investigar até que ponto esse percurso normativo teve tal

desdobramento por via legislativa como posto acima por Rodrigues, ou se estiveram subjacentes às questões das formas de organização social linhageira africana.

Há diversos e importantes estudos históricos já realizados ou em andamento que trazem em suas pesquisas, mulheres destacadas socialmente com o título de Dona (DIAS, 1995; HAVIK, 1997; RODRIGUES, 2000, 2010, 2017; CANDIDO, 2012). Estes muitos estudos exploraram as experiências vividas por mulheres que ocuparam lugares entre as classes dominantes, ou que constituíram suas relações com outras mulheres pertencentes às classes menos abastadas ou escravizadas no processo de contato com os portugueses, e ainda aquelas cujas ações romperam com as estratificações sociais alterando a ordem social e tencionando as relações hierárquicas estabelecidas entre elas e os administradores portugueses e, mesmo seus maridos.

Rodrigues apontou que as Donas setecentistas, acessaram as terras por meio das “concessões”, mas que esse acesso não estava relacionado a cor ou raça das mulheres detentoras desse território. “Na verdade, a representação das donas presente em diversos autores valoriza, sobretudo a sua inclusão numa classe social e numa cultura a despeito da sua pertença a uma raça” (RODRIGUES, 2011).

Mas, apesar de não termos a pretensão de fazê-lo nesta pesquisa, cremos que cabe investigar mais profundamente a ocorrência da racialização desta categoria social para a viragem do século XIX.

Visando estabelecer uma proposição reflexiva a fim de perceber outras maneiras com as quais o título de Dona foi empregado, bem como apropriado nas *zonas de contato* (PRATT, 1999) com os portugueses, utilizaremos o contexto dos contatos da colonização no Brasil, lugar em que o título foi usado como mecanismo para distinguir socialmente as mulheres dentro da sociedade colonial brasileira.

Esse contexto estava ligado ao processo de colonização e por isso nos permite uma reflexão bastante útil, ainda que incipiente. Para isto, consideramos o uso do título de Dona aplicado às mulheres retratadas na pesquisa da historiadora Maria Odila L.S. Dias (1995). Ela discutiu acerca do Brasil colonial, no século XIX, período, em que o termo Dona era comumente aplicado às mulheres brancas em contraposição às mulheres negras estabelecendo, entre elas, diferenciação social.

A historiadora Dias denotou que as mulheres também tiveram um papel importante no processo de colonização, no caso, nos referimos ao papel das mulheres brancas das classes dominantes. Elas exerceram papel de “liderança social: eram fundadoras de capelas, curadoras, mulheres de negócio, administradoras de fazendas e líderes políticos locais”,

além de chefes de família em que exerciam a “liderança dos clãs e das alianças do mandonismo local” (DIAS, 1995, p. 104).

Esta historiadora mostrou também como o título de Dona foi erigido à categoria de mito, sendo difundido pelos viajantes europeus em seus relatos sobre São Paulo e Minas no XIX, e instrumentalizado pelos portugueses como uma ideologia de dominação. A leitura de que o “mito da Dona ausente” foi usado como projeto social de colonização dos portugueses, por meio do “Romantismo entranhado em metáforas de ligações provisórias, a Dona ausente estaria subjacente aos valores sociais de dominação na sociedade colonial” (DIAS, 1995, p. 91).

Dias denuncia que esse mito foi usado como uma forma de “fixar padrões inatingíveis ou impossíveis de serem seguidos por mulheres de outras classes sociais”. Com o passar do tempo foi ganhando historicidade e, à medida que ia sendo difundido pelos cronistas adquiriu expressivas e variadas formas de violência, cujas tonalidades racistas impactaram a sociedade conforme a “intensidade do contexto de processo de mestiçagem” em que ocorreu (DIAS, 1995, p. 91).

Aqui o papel social de liderança das mulheres brancas adveio do contexto social ao qual elas estavam inseridas na colônia portuguesa. Este papel assumia feições normatizadoras no cotidiano, organizava convenções e condutas que deveriam supor intrínsecas ou naturais de seu caráter. Assim, advertia-se que essas mulheres, com título de Donas, não deveriam amalgamar-se com as populações indígenas ou mesmo relaciona-se com homens não brancos. Entre outras condutas impostas como necessárias, deveriam ser “matriarcas, hospitaleiras e generosas, dedicadas aos seus” (DIAS, 1995, p.105).

Em resumo, percebe-se aqui um mecanismo de distinção social, claramente pertencente ao universo europeu, que adentrou aos territórios da colonização, seja na América ou na África, e ganhou contornos outros, não previstos pelos introdutores do mecanismo.

Podemos dizer que, tanto no Brasil como em Moçambique, houve aspectos não alterados deste processo de titulação honorífica, como a manutenção do seu uso como elemento de distinção social. Mas, a cor da população que usufruiu desse título diferiu nos dois territórios. Desta forma, em Moçambique onde as mulheres africanas mestiças com tom de pele escura receberam tal honraria, tencionou-se o seu propósito inicial, uma vez que esse marcador social inicialmente objetivava a transmissão de um ar de educação e civilidade que os portugueses e europeus julgavam ser próprio das mulheres brancas.

Havia sempre um quê de incivilidade, desajuste pesando sobre essas mulheres africanas tituladas, cujas personalidades foram descritas pelos viajantes envoltas em adjetivos depreciativos. Isto por motivos diversos seja pelo uso tido como inadequado das vestimentas, por não falar português fluente, por não usarem sapatos, por ter o tom da pele escuro, por verem nelas personalidades cruéis, orgulhosas ou arrogantes etc. Neste sentido, percebemos que implícito a este processo havia um parâmetro do que seria uma Dona. E esse modelo, definitivamente não pertencia às Donas da Zambézia. Elas eram descritas como insubmissas cruéis e incivilizadas, ainda que algumas apresentassem condutas julgadas próximas do ideal luso ou europeu, no fim, não preenchiam todos os requisitos para tal.

Contudo, sobre a observação dos processos históricos concernentes aos contextos em que o termo foi introduzido, o título sofreu apropriações e alterações inclusive em seu significado social. Na Zambézia, ser Dona não era a mesma coisa que sê-lo no Rio de Janeiro, na Bahia ou em Minas Gerais, por exemplo.

Na esteira da reflexão proporcionada pela historiadora Dias sobre a pendência de análise na historiografia brasileira na reconstrução dos papéis exercidos pelas mulheres Donas (DIAS, 1995, p. 105); observamos que para o contexto de Moçambique, há uma tarefa pendente na reconstrução histórica sobre as trajetórias de vida das mulheres Donas zambezianas no século de XIX, e seus papéis sociais. Inclusive, nestas análises devendo considerar os

(...) estudos de suas conjunturas regionais, tendo simultaneamente presentes os valores ideológicos que as identificassem com o projeto mesmo de colonização dos portugueses, mais a sensibilidade para captar as peculiaridades próprias de sua atuação quotidiana e improvisadora (DIAS, 1995, pp. 105-106).

Neste sentido, para o território do vale do Zambeze no XIX, se faz importante considerar os contextos em que essas mulheres das classes dominantes locais, mobilizaram ações de resistência à proliferação destes valores ou simplesmente optaram por quais desses seriam ou não preponderantes.

Diante do exposto, evidenciamos que a cessão desses títulos, constituiu em Moçambique, assim como ocorreu no Brasil, um subterfúgio para a introdução de ideologias opressivas que promoviam ideais colonizadores, com isso em última instância, intensificavam o projeto colonial. Ainda que dependessem de toda a estrutura política e econômica africanas, os portugueses embrenharam-se nas sociedades africanas e de forma oportunista criaram os canais de acesso para usufruírem delas economicamente. Uma vez que, por meio desse mecanismo os portugueses no século XIX introduziram-se no cerne das

sociedades zambezianas, com alianças e casamentos e perpetuaram-se dentro das redes de comércio de longa distância, anteriormente existentes.

Por fim, nos dedicaremos a montar parte do quebra-cabeça da trajetória de vida da Dona Luísa, para além de contextualizar sobre sua existência, em decorrência da memória histórica mitificada que chegou aos nossos dias, no século XXI. Também pretendemos lançar luz ao papel social exercido por Dona Luísa, permeado de processos ambivalentes decorrentes dos contatos com os portugueses. Tais desdobramentos, em nosso entender, se inserem no projeto de Castilho de estruturação da efetiva colonização de Moçambique, no fim do século XIX.

3.3 - Luísa do Goengue: uma Dona da Zambézia e sua trajetória de vida.

Mas quem é essa mulher? Fisicamente, ela é alta, bonita, bem formada, negra, com olhos vívidos e brilhantes, mãos finas, pele gordinha e macia. Elegantemente vestida com uma tanga colorida, coberta com jóias de ouro trabalhadas no país, ela reina e domina sua terra. É apenas ao se curvar que seus negros se aproximam dela; a um sinal, eles rastejam a seus pés. Esta mulher compôs sua corte com um enxame de jovens, a quem ela cuida, escolhe ou abusa como quiser. Não são elas escravas? (GUYOT, 1895, p. 87, tradução nossa).

Uma mulher adulta e de pele negra, de descendência africana pertencente à família de linhagem real do Monomotapa e também de origem indo-portuguesa (CAPELA, 1995). Luísa Micaela Rita da Cruz foi o nome de batismo recebido por nossa personagem histórica, cuja alcunha seus contemporâneos portugueses e viajantes converteram em apelido: Luísa do Goengue.

Esse nome adquiriu marca da fusão cultural propiciada a partir da presença indo-portuguesa fruto de herança paterna. Sua origem é multiétnica e multicultural, refletindo assim o próprio território geográfico e sociocultural da Zambézia desta época.

A historiografia sobre o Zambeze desconhece ou talvez, simplesmente invisibilizou fontes que retratem a fase inicial da vida de Luísa. Sabe-se, conforme vimos anteriormente, que ela era bisneta de Nicolau Pascoal da Cruz o primeiro membro da parte estrangeira da família Cruz a se fixar na Zambézia. Também era Neta de Cassere, membro da realeza do Monomotapa cujo casamento com Antônio José da Cruz, o Bereco, gerou como descendente o Joaquim José da Cruz, Inhaúde ou Nhaúde pai de Luísa.

Em sua infância, residiu em Massangano, onde fora criada junto com o Bonga e todos os irmãos e irmãs filhos de Nhaúde. Quando adulta, residiu durante boa parte de sua vida no prazo do Goengue com seu segundo marido, mudando-se para o Ancuaze, no ano

de 1881, quando surge o terceiro marido, e por fim, passa a residir em Quelimane, quando se casou com o quarto esposo.

Luísa era tratada pelos seus escravizados, ou agregados e subalternos com reverências, como um membro da família real. Ela demarcava sempre seu lugar entre a elite local fazendo uso de seu poder, dirigia-se aos seus subordinados de maneira breve e imperativa.

Quando um cafre se dirigiu a Dona Luísa, ele se curvou profundamente até que ela lhe permitisse tomar a palavra; uma vez concedida a autorização, o discurso começou e, durante toda a conversa, o negro bateu palmas e esfregou os pés no chão. Se fosse seu marido, um leve roçar de pés e um bater de mãos bastariam para ele falar (COURRET, 1884, p. 223, tradução nossa).

Nessa cena, um escravizado se aproxima durante certo contexto de sociabilidade entre Dona Luísa, seu marido Machado e os viajantes da expedição de Paiva de Andrada e, no momento em que conversavam quis pedir a palavra, para isso dirigiu-se à Luísa; este momento expressa como essa mistura de respeito e temor, compunham as relações entre os membros subalternos e esta Dona. Ao mesmo tempo, o referido episódio reitera o espaço de legitimidade frente às camadas de escravizados, nos mostra também o papel ocupado pelo terceiro esposo de Luísa, Machado. Tendo em vista os relatos de que os achicunda e toda a corte a seguiam devotamente, podemos inferir que o mesmo se passasse com os demais maridos.

Nestes episódios retratados pelo viajante Courret são apresentadas suas percepções sobre as diferenças de tratamento dos escravizados para com Luísa e seu marido. O autor reafirma o status de realeza de Luísa em contraposição ao papel de príncipe consorte de Machado. Assim Courret descreve a cena de outro episódio no qual fica clara o espaço social do marido e reforça a posição de comando de Luísa: “Seus súditos invadiram o pátio e olharam para ela atordoados e encantados. Machado queria mandá-los embora, mas ninguém o ouviu; ele possuía apenas a autoridade do príncipe-consorte, isto é, muito pouca coisa entre os cafres” (COURRET, 1884, p. 223, tradução nossa).

Luísa usava de justiça sumária para quem desobedecesse a seus comandos. Mantinha para isso no fundo do seu quintal uma lagoa cheia de crocodilos, na verdade tratava-se do “rio Nhabsegombonde, muito povoado por jacarés” (SILVA, 1927, p.104 apud EÇA, 1954, p.145). Essas atitudes, em nosso entender, marcavam o tamanho de seu poder frente à população sob seus comandos.

A influência e poder de Luísa não provinham apenas das riquezas e bens materiais dos quais dispunha, menos ainda do fato de ser filha de Nhaúde cuja posição social herdou,

tampouco advinha dos casamentos que porventura obteve ao longo de sua vida. Seu poder emanava da sua influência sobre as populações africanas que estavam sob sua jurisdição nos prazos e mesmo em territórios vizinhos. O poder de Luísa residia na legitimidade empregada pelos seus subalternos. Ela era estimada, temida e respeitada naturalmente como senhora deles (EÇA, 1954, p. 139). Este aspecto lhe proporcionava o fortalecimento de sua posição de destaque no quadro político e social da Zambézia.

A sua justiça era summaria: havia por detraz da sua aringa do Goengue uma pequena lagoa infestada de enormes crocodilos, e onde ella mandava lançar, amarradas de pés e mãos, as suas victimas accusadas de roubo, adultério, feiticaria, etc!(CASTILHO, 1891, p. 40).

Observa-se que suas atitudes, definidas pelo administrador português Castilho, como cruéis, poderiam dizer respeito à prática da justiça local. Ao menor descumprimento dos códigos sociais e morais impostos, os locais poderiam ter o destino decretado para a morte. Mas, cabe aqui destacar que a justiça que cabia e era realizada ali, não diz respeito ao universo da justiça portuguesa. Não diminuimos com isto o peso da violência existente na pena de morte. Mas contextualizamos essa prática no mundo dos prazos, no sentido de buscar entendê-la como recurso de justiça vigente, como uma forma de punição usual entre muitos dos prazeiros deste período.

Destacamos que as “vítimas” eram acusadas de roubo, adultério e feitiçaria, uma mostra de que a ação não era feita de modo aleatório, como exercício de crueldade. Além disso, as populações, em geral, quando percebiam que o líder não possuía capacidade de governo e justiça, fugiam em grandes quantidades. Isto não foi relatado em nenhum dos documentos ou textos analisados. Neste sentido, essa ausência de informações pode ser indício de que os reiterados arremessos de pessoas aos crocodilos se tratassem mesmo do resultado de julgamento de pessoas, ao invés de ato covarde e cruel.

Ainda sobre o modelo de gestão da justiça, Luísa, como chefe local era quem o exercia. Em um episódio de roubo de mulher a uma povoação sob sua jurisdição, um dos grandes de Luísa, chamado Cangarra queixou-se a um comandante militar sobre o rapto, mas quando este manamambo fora indicado para resolver o milando, ou seja, ouvir as partes e verificar e sentenciar a culpa e a pena, negou-se a fazê-lo, declarando que a resolução de milandos era de exclusiva decisão de sua patroa Dona Luísa ou de um encarregado dela residente em Sena (RIBEIRO, 1888).

Não raro, Luísa mantinha o hábito de receber bem as pessoas, mesmo esse sendo um costume na região, todos os comerciantes representantes da coroa ou viajantes que a mencionaram em seus relatos, trouxeram essa perspectiva sobre o trato comercial e de

hospedagem com ela. Disso tirava vantagens, consolidava privilégios e obtinha muitas comodidades, especialmente no que dizia respeito às suas transações comerciais, quer seja no contexto do tráfico nos sertões, na garantia de manutenção de seus bens: como os prazos, escravizados, feitorias, minas, além de mercadorias. Assim, com sua hospitalidade mantinha convenientemente sua capacidade de influenciar as autoridades locais, seja no comércio, nos aspectos administrativos, etc..

D. Luisa da Cruz Lopes, foi uma senhora prestante; o governo deve lhe muitos serviços.

Morando ella nas margens do Zambese, era ella a protector do quantos forasteiros, negociantes, viageiros, buscavam o Zambese.

Era na sua casa que o viajente, pobre ou rico, depois de muitos dias do afanosa viagem, encontrava para descansar e era tratado confortavelmente por ella; e sahia cheio de sincera gratidão (GAZETA, 1889, ano 1, nº5, p. 3).

Dona Luísa, mencionada aqui já com o nome de casada com António Lopes, possuía riquezas, boa parte advinda das inúmeras terras arrendadas desde M'Dembe. Além de ser Dona de prazo, tinha muitos escravos, os quais eram alugados para os comerciantes em caravana, bem como aos viajantes que quisessem ir até as proximidades do Zumbo, cujo local estava situado mais ao interior do vale do Zambeze. Outro aspecto de sua riqueza, dizia respeito aos produtos que disponibilizava nessas caravanas comerciais ou científicas. Ofertava muitos escravizados que trabalhavam como machilleiros, faziam o carregamento não só das bagagens, como conduziam nos ombros os próprios viajantes.

Após o fechamento do rio Zambeze pelo Bonga, seu irmão, na década de 1870 a hospitalidade passou a ser lucrativa, recebia comerciantes, civis e militares, inclusive com oferta de escolta armada constituída por seus escravizados e destinada para quem fosse dirigir-se a Tete ou ao Zumbo atravessando a margem esquerda do Zambeze.

Ainda que os casamentos não tenham se revelado essenciais à consolidação do exercício de poder de Luísa, eles cumpriram um importante papel quanto à abrangência de sua influência entre os membros da administração portuguesa, como consequência, ela firmou muitas alianças matrimoniais com membros da administração ou militares portugueses.

Sobre seu primeiro marido, “não encontramos referências documentais”. Constatam suas relações matrimoniais a partir do casório com Belchior. No entanto, há relatos de que Luísa teve um filho de um homem negro da região, e em decorrência do desgosto pelo adultério cometido, o irmão, Bonga mandou afogar a criança no Zambeze. Depois da morte do filho Luísa saiu de Massangano e foi se estabelecer no Goengue. Ali reuniu grande quantidade de achicunda e ergueu uma aringa (um tipo de fortificação).

O Bonga, diante desta resolução, enviou tropas sobre o Goengue, porém a população fugiu antes do massacre acontecer. Após certo espaço de tempo, a população local voltou e Luísa angariou alianças de inúmeros partidários, chefes de populações vizinhas e seus achicunda. Segundo observação do tenente-coronel Sousa e Silva “(...) Luísa tomou a direção de todos os negócios e arranjou uma fortuna superior à do Bonga, arrendando muitos prazos (...)” (SILVA, 1927, p.104 apud EÇA, 1954, p.145). Desta forma, Luísa concentrara riqueza superior a do irmão, podendo fazer frente a suas interferências. Daí também temos a evidência do desentendimento que houve entre eles e, como consequência deu-se o posicionamento de Luísa favorável à Portugal durante a guerra contra o Bonga no final da década de 1860 e início de 70, mas não esqueçamos que o comércio era feito por meio de suas terras para quem quisesse transpor as fronteiras de Massangano para chegar até Tete e dali até o Zumbo, mais ao interior.

Vindo de Lisboa como degredado em 1850, para Moçambique, Belchior do Nascimento juntou-se às forças que lutaram contra Nhaúde em 1852, tendo prestado bom serviço ascendeu ao posto de primeiro-sargento. Como era analfabeto, degredado, a administração portuguesa não lhe deu recompensas pelos serviços prestados, nem mesmo fez questão de mantê-lo nos quadros de pagamento do pré (pagos com cem réis diários), um tipo de pagamento feito aos soldados durante a prestação dos serviços. Com isso foi residir no Sungo, onde se juntou com Luísa que passou a sustentá-lo.

Observa-se durante os processos de guerra no final da década de 1860, Belchior, se colocou contrário ao irmão de sua esposa, ao mesmo tempo, os viajantes Courret (1884) e Guyot (1895), nos informam que havia grande interesse de Belchior na derrota do cunhado pelos portugueses, e que certo disso o soldado confirmou apoio a Portugal, ainda que nutrisse um profundo ódio por sua pátria por ter sido degredado e não ter recebido recursos financeiros, vivendo a expensas de Luísa. Segundo Courret e Guyot, houve um episódio de traição durante a guerra contra o Bonga, no qual, Belchior ajudou soldados a fugir, dando-lhes em troca disso saguates (presentes) para que fugissem, em seguida enviou ordem expressa para matá-los (COURRET, 1884, p.221). Mas, esta ação não foi considerada como traição, tanto que após isto, obteve reconhecimento dos préstimos realizados à coroa.

Em vida, entretanto, Belchior recebeu condecorações, em 1868, depois foi nomeado como capitão-mor de Goengue e do Mahembe em 1871 em atenção aos valiosos serviços prestados à coroa. Cabe ressaltar que este título, servia mais para inflar seu ego e garantir sua lealdade à coroa. Uma vez que, era Luísa quem de fato disponibilizava os achicunda para lutar na guerra. Como vimos acima, tanto a população livre quanto os escravizados

seguiram as ordens dela, assim fazia mais sentido que as condecorações e homenagens fossem rendidas a ela, exceto pelo fato de que ele era um homem português. Mas essas distribuições de título cumpriam seu papel político e motivavam os homens da coroa a manterem-se firmes com seus patriotismos na colonização.

Castilho (1891) nos informa que em 1872, conheceu Belchior já completamente cego. Ele “morreu na cidade de Moçambique em 2 ou 3 de Julho de 1874 para onde se dirigiu quando sua esposa fora presa (EÇA, 1954, p. 132).

Neste ano de 1874, Castilho havia mandado prender Luísa, por afirmar que ela havia matado mais de 80 pessoas no rio que corria atrás de seu luane. Abriu sindicância sobre o fato dela e seu Grande, homem de confiança chamado Rapozo, matarem pessoas atirando-as aos jacarés com pés e mãos amarrados, afirmou o militar e administrador lusitano. Após a sindicância, Castilho levou-os presos transportados no vapor de Tete até Quelimane. Rapozo foi entregue ao governador de Quelimane (CASTILHO, 1891, 40). Luísa foi rapidamente posta em liberdade graças à mobilização de seus colonos com a intervenção feita em seu favor. Em uma publicação no jornal semanal noticiou-se que seus colonos, à época, haviam prendido Arthur Coimbra até que Luísa fosse solta e os moradores de Quelimane se pronunciavam contra a prisão (GAZETA, 1889, ano 1, nº6, p. 2).

Luísa tem seu segundo casamento descrito nas fontes como unilateralmente interessante ou vantajoso para o ex-soldado Rodrigo Pais Machado, posto como sedutor infalível que visava lucrar à custa da recém-viúva. Machado era um representante militar português com patente designada, logo fazia parte de um reduzido escalão militar português no Zambeze.

Durante a lua-de-mel, Dona Luísa, que se posicionara seriamente contra o irmão, viu os territórios limítrofes se tornar cenário de contínuos combates. Temendo o ataque, eles esbanjaram guardas em volta de suas casas e aumentaram o número de seus "rifles" pelo governo. Mas Bonga logo assinou a paz e Machado conseguiu empreender a exploração das propriedades de sua esposa (COURRET, 1884, pp. 221-222, tradução nossa).

Essa narrativa em torno dos primeiros contatos e casamento entre Luísa e Machado apresenta-o como oportunista. Pois, ele sabendo da recente morte de Belchior, e da viúves de Luísa, movimentou-se rapidamente no sentido de, conforme nos relata Courret "seduzir a viúva". Houve rápida negociação para selar os laços matrimoniais que teve seu ritual realizado tal qual um casamento tradicional africano. Salientamos, no entanto, que o casamento aqui mencionado foi na verdade o estabelecimento de uma aliança que provavelmente teve interesses mútuos mobilizados para ter sido concretizado.

Para Machado, claramente interessava os bens, a riqueza, fazer progredir o território; para Luísa, a manutenção do status e da conexão com os portugueses, com finalidade político-econômica. Neste sentido, Machado, procurou organizar uma reestruturação do espaço do Goengue, comandando escravizados, retirou a mata que se adensava nos arredores do prazo, organizou um sistema de plantio. Ergueu instalações no Ancuaze, mudando seu luane para 20 quilômetros distantes do “Goengue Velho” buscando

(...) defender-se contra ataques desses vizinhos perigosos e tomar precauções contra as incursões de algumas bandas de saqueadores, quem não hesitaria em vir e roubar o firma se eles não soubessem que seriam mal recebidos (GUYOT, 1895, p. 84, tradução nossa).

Segundo Courret, Machado manteve-se no Goengue nos primeiros meses de trabalho, ali empregou dedicação e trabalho intensos, com isto aparentava sentir-se feliz. Porém, segundo o viajante, quando a rotina o trouxe para a monotonia do convívio com Luísa, Machado propôs manter-se distante por certo período, assim iria morar em Quelimane. Mas, no registro da história colonial feito por Eça, o fator principal mencionado para a ação de Machado residiu no fato de que estava recebendo cartas ríspidas do governador de Tete, Pinheiro Baião, cujas linhas incriminavam sua esposa, e com isto temia que fosse “forçado a trair a pátria”, por isso “resolveu desquitar-se de Dona Luísa” (EÇA, 1954, p. 136).

De qualquer forma, Dona Luísa recusou tal situação de desquite. A saída de seu marido para outro espaço seria sinal de separação, e isso significaria expô-la ao constrangimento. Mal perdera o segundo marido, desquitar-se do terceiro seria algo muito sério. Diante deste cenário Courret atribui a recusa de Luísa em desquitar-se de Machado, à pressão sofrida pelo seu irmão Bonga que não a havia perdoado por suas atitudes e pelos matrimônios realizados, aparentemente sem seu consentimento. No entanto, Machado insiste e tenta fugir. A descrição dessa fuga registrada por Courret é bastante marcada pela maneira como a sua esposa lidou com o assunto. Segue abaixo o trecho descrevendo o contexto:

Em várias ocasiões, Machado voltou à carga, sem sucesso, e cansado, ele tentou fugir: espiões de Dona Luísa o pegaram no caminho e levaram-no para a mulher de quem ele tinha tentado se desviar. Uma cena bastante violenta seguiu-se ao retorno do fugitivo, e Dona Luísa insinuou discretamente que, se tal tentativa se repetisse, um chumaço, um pequeno chumaço simples de algum veneno, impediria que ele começasse de novo. Machado guardou isso para si: a irmã de Bonga não era mulher para repetir a mesma coisa duas vezes (COURRET, 1884, p.221, tradução nossa).

Depois deste acontecimento, Courret narrou o processo de tristeza vivenciado pelo ex-soldado por conviver com as pressões do irmão de Luísa, na constante expectativa de

invasão e batalhas e, sua busca, já fadada ao fracasso, por convencer a esposa a morar na Europa. O viajante disse que Machado experienciou sentar-se à mesa todos os dias pensando na porção de veneno que poderia ingerir, onde também fazia “reflexões singulares sobre os perigos aos quais se expõe aliando-se a princesas de sangue real” (COURRET, 1884, p.222, tradução nossa).

Guyot reafirmou o processo de vitimização de Machado, no contexto da extremada vigilância a que permaneceu submetido, já que tentou fugir e poderia voltar a fazê-lo. Inclusive, Guyot indicou que constava nas pretensões de Machado partir com a expedição.

(...) ela cercou seu favorito com vigilância ativa, e todos os dias seus negros lhe contavam os fatos e gestos de seu prisioneiro. Machado queria fugir; no último momento os barcos falharam e seus dias foram contados.

Ainda nos lembramos deste homem bonito, com uma cabeça enérgica, que foi sonhadora e preocupada com suas casas. Ele sentiu seu fim se aproximando; ele sentiu que estava afundando e tentando alcançar todos os ramos da salvação que estava vislumbrando. Por um momento ele esperou juntar-se à nossa missão e assim desaparecer de Goengue; mas a vigilância da qual ele era o objeto impediu que essa nova combinação tivesse sucesso. Poucos dias antes de nos receber, ao deixar um membro de nossa missão que nos precedeu, ele lhe deu a entender que em breve haveria notícias para o loane. De fato, algumas horas depois da nossa partida, uma nova cena aconteceu entre os dois cônjuges. O que estava acontecendo? Só hoje Dona Luísa sabe disso. Machado sentou-se para comer e, alguns instantes depois, vomitou e morreu rapidamente. Ele foi enterrado em seu próprio quarto; sua casa foi fechada e transformada em uma capela fúnebre. Uma cruz foi plantada no alto do telhado e uma bandeira negra, baixa a meio mastro, indica que a morte passou, que cortou o chefe de Prazo e que sua sucessão está aberta (GUYOT, 1895, p. 91, tradução nossa).

O relacionamento e a morte de Machado, retratados aqui de maneira dramática, foram expressos pelos viajantes de forma a vitimizá-lo. Segundo Eça, no ano de 1881 em 05 de junho, foi registrada a morte de Machado, por meio de ofício (nº 46, de 30-VI-1881), nele consta que o “amásio” de Dona Luísa morreu. O autor diz ainda que sua morte decorreu de congestão ou indigestão (EÇA, 1954, p. 136). Não por envenenamento, mas outros contemporâneos indicaram que foi por envenenamento.

O terceiro marido de Luísa do Goengue foi António Lopes, com quem passou a residir em Quelimane, a partir de 1885. Lopes era um ex-soldado da expedição de 1869, segundo nos mostra Castilho, ainda estava vivo no ano de 1890, nesta época era “proprietário e negociante em Quelimane, arrematante da cobrança do mussoco no prazo do Goengue, e capitão-mor de Quelimane; é homem de pouca ilustração, mas de bom porte e considerado” (CASTILHO, 1891, p.40). Participou das campanhas finais, contra a família Cruz, entre 1887 e 1888, disponibilizando tropas e mantimentos aos portugueses.

Em linhas gerais, os aspectos da vida pessoal de Luiza nos instigaram a entender um pouco do perfil de sua personalidade que os viajantes europeus e administradores

destacaram. Por meio da discussão acima fica evidente que eles mostraram muitas facetas de Luísa, e que num primeiro momento pareciam divergentes e contraditórias.

Mas, não menos instigante foi a percepção de que esses mesmos aspectos apontados como ambíguos por José Capela contendo “contradições flagrantes” (CAPELA, 1995, p. 92), foram exatamente os elementos necessários para que ela fosse uma Dona na Zambézia, conquistando os espaços sociais e mantendo seus status e poder ao longo de praticamente toda a segunda metade do século XIX.

Ela ascendeu ao status de Dona e o manteve até o momento em que faleceu na prisão de Quelimane, conforme notícia do jornal local “Gazeta do Sul de Quelimane” no mês de maio de 1889. Na seção destinada ao “Obituário”, consta no primeiro volume do jornal semanal os nomes das pessoas que faleceram no mês de abril e em maio daquele ano.

Obtuário

Mau tem sido o estado sanitário.

No mez d’abril morreram os seguintes individuos, que foram sepultados no cemiterio municipal.

Uma creança branca, de oito mezes de idade, natural d’esta villa; Clara Joaquina dos Santo e João d’Oliveira, europeu; **Dona Luisa Michaela da Cruz Lopes**, Ermelinda de Jesus Conceição S. Peteresburgo; Dona Anna, europeia; Leonora Monteiro; major Gonçalo Duarte.

Os dois últimos faleceram no corrente mês.

Os pretos não são sepultados no cemitério, nem participam os obitos a autoridade, por isso ignoramos o número de mortos que certamente houveram (GAZETA, 1889, ano 1, nº1, p.1, grifos nossos).

A desestruturação do status social de Dona Luísa enquanto Dona da Zambézia ocorreu em consequência das mudanças de conjuntura e estruturas sociais, bem como, em decorrência da instalação das companhias de exploração e depois das companhias majestáticas, além do expressivo aumento das intervenções e interesses de Portugal no território do Zambeze.

Dona Luísa do Goengue morreu na prisão de Quelimane em 21 de abril de 1889, tendo sido lembrada e homenageada pela redação do jornal *Gazeta do Sul*, como uma mulher célebre e que foi vitimada pelos sórdidos interesses de Augusto de Castilho, como denunciava o jornal ao noticiar a morte dessa Dona.

D. Luiza Michaela da Cruz Lopes, senhora africana, casada com o sr. Antonio Lopes, europeu, deixou este mundo ao correr do dia 21 de abril ultimo.

Ha 2 meses apenas. A inda está quente a sua memoria.

Presa aleivossamente pelo sr. Castilho, ordenou que esta senhora fosse lançada nas cadeias da comarca de Quelimane! Sem culpa formada, e ali, aquella senhora jazeu mais 70 dias.

Uma prisão horrorisa um homem, espirito mas forte; e a recusa era mulher.

Desde então começou a sofrer moralmente, até que uma doença a prostou de cama, de onde só levantou para o cemitério.

Estava concluída a obra de Castilho. Estava a sua vontade feita. (...) (GAZETA, 1889, ano 1, nº5, p. 3).

Desta forma, entendemos que um estudo da vida de Luísa nos permite perceber os lugares sociais com que ela e sua família se depararam no XIX. Permite-nos perceber algumas das características sociais que organizavam a sociedade, pois a posição por ela ocupada constituiu parte importante das engrenagens sociais, e peça essencial de funcionamento da sociedade zambeziana, no século XIX.

Essas narrativas foram registradas por governantes e oficiais militares portugueses, ao longo da segunda metade do século XIX, estas fontes remetem-se a diferentes contextos de guerra travados entre os portugueses contra os parentes de Luísa ou ainda se referem aos relatos das expedições dos viajantes que percorreram o vale do Zambeze em busca de matérias-primas, metais preciosos e rios navegáveis que favorecessem a circulação de mercadorias entre o interior e o litoral, sobretudo em Quelimane; já em representações feitas através das fontes, Luísa do Goengue teve sua vida registrada com os mais variados pontos de vista, em geral, associado a imagens mitificadas (com forte demonização do espaço sociopolítico por ela ocupado).

Neste sentido, buscamos esmiuçar parte desse cotidiano social e político contido em diferentes episódios que as fontes nos permitem analisar sobre as relações pessoais de Luísa e algumas relações sociopolíticas. Esse esforço foi realizado para entender qual o espaço sociopolítico por ela ocupado, uma vez que como mulher negra, membro da realeza do Monomotapa, esposa de homens brancos portugueses e aliados aos lusitanos adquiriu um *status quo* diferenciado na sociedade a qual pertencia.

No entanto, resta-nos ainda entender como ela entrou para os registros históricos como traidora, cruel, sanguinária. Além desta questão central, outras indagações podem ser feitas, como: Qual o interesse estava por detrás dessas representações edificadas sobre a personagem Luísa? E quem as produziu?

3.4 - A participação de Dona Luísa na guerra de Massangano: uma análise necessária.

Como vimos, o prazo do Goengue estava localizado nas proximidades de Massangano, na região da Lupata. Este local serviu originalmente como base fortificada para os ataques dos portugueses contra o Bonga e seu prazo, Massangano, esses episódios ocorreram entre as décadas de 1867 e 1888. O prazo do Goengue localizava-se na margem direita do Zambeze, “inacessível às cheias do rio”, foi apontado, por um dos principais oficiais como “local estratégico” para ataque à aringa, isto é, na ofensiva à fortificação do Bonga, e como um excelente “ponto para depósito” de alimento e armas. (FERREIRA,

1870, pp. 5-6). Neste sentido, este prazo recebeu importantes provisões de víveres dos militares portugueses.

Durante esses episódios da guerra, foram relatados comportamentos sobre Dona Luísa que deixaram os oficiais portugueses em dúvida quanto a sua obediência e lealdade à coroa, conforme havia manifestado inúmeras vezes. Uma vez que ela já havia se posicionado em favor dos portugueses em 1867, quando os conflitos se iniciaram.

À época da expedição portuguesa contra o Bonga, em 1869, Dona Luísa estava casada com o sargento Belchior. Neste contexto, Ferreira relatou que a expedição, fez inúmeras tentativas de ataques a aringa de Massangano, mas todas malograram por causa do toque de retirada anunciado no exato momento em que as tropas portuguesas começavam a avançar. As desistências ocorreram devido ao longo percurso feito pelos soldados até as proximidades de Massangano e, com isso após realizarem uma investida não aguentavam fazer nova investida devido à fome e ao cansaço já presentes.

Diante destes fatos, o conselho de guerra foi reunido, no dia 24 de novembro de 1869. Nesta conversa o senhor tenente Serpa Pinto, comandante dos cipaio auxiliares, informou que os 150 soldados enviados por Belchior não haviam lutado nessa batalha por desertarem. Ao tentar reuni-los Serpa Pinto alegou que sobraram cerca de cinco homens com quem poderia contar. Este quadro estaria assim inviabilizando o ataque a aringa de Massangano.

Além disso, somava-se à deserção, à extenuação dos demais soldados ainda vivos, devido a enorme falta de mantimentos que pudessem suprir a permanência da expedição militar. Os soldados já estavam com fome e os provimentos acabando (FERREIRA, 1870, pp. 39-41).

Por causa da fome e do diminuto número de soldados, o conselho de guerra votou por retirarem-se para Quelimane. No entanto, a expedição saiu da ilha e se dirigiu para a aringa no Goengue, ali se deparou com seu abandono, pois Belchior fugira. Os soldados encontraram as provisões enviadas de Tete, as quais estavam esperando.

Neste episódio, destacamos o que serviu à Ferreira como evidência que comprovava o auxílio de Luísa ao irmão Bonga: o detalhe sobre os soldados disponibilizados por Belchior desertaram foi o ponto inicial da trama envolvendo e acusação à Dona Luísa por traição à coroa portuguesa.

Em seu texto relançado com título *Recordações da Expedição da Zambézia em 1869*, Ferreira recontou vinte anos depois sobre os processos da mobilização contra Massangano e inseriu dados novos que culpabilizavam Luísa. Enquanto amenizava uma

possível participação de Belchior defendeu abertamente que ele fugira por já saber que os soldados que enviara haviam desertado e temia que lhe pedissem explicações; por isto, colocara-se em abrigo das consequências, pois seus soldados armados podiam vir em seu encalço. Assim, expondo sua interpretação sobre o momento inseriu a seguinte nota no texto:

Ninguém desconfiava d'esse pobre velho e cego, que tinha os melhores desejos, como tive ocasião de observar, de ser útil á expedição. Outro tanto não acontecia com sua mulher D. Luiza Michaela da Cruz, irmã do Bonga e astuta como elle. Belchior do Nascimento tinha apenas autoridade apparente. Ordenava, mas o cumprimento das suas ordens dependia da vontade de sua mulher, a quem os negros obedeciam cegamente, temendo os impetos do seu caracter violento, destemido, vingativo. Muitas vezes alterava as disposições de seu marido, comprometendo-o. Era isto que se dizia depois do desastre de Massangano, porque só então é que os expedicionarios souberam d'essas e outras verdades (FERREIRA, 1870, p. 89).

Ou seja, quando fez a primeira edição *A Expedição da Zambézia em 1869* em 1870, nela não havia mencionado nada sobre Luísa em nenhum dos reveses sofridos pelas tropas. O que nos leva a pergunta: o que mudou vinte anos depois para que se fizesse uma alteração de narrativa tão abrupta? De onde veio essa “novidade” da traição?

Foi sob a vigilância traiçoeira de D. Luiza que a expedição da Zambézia esteve no Goengue, por muito tempo, expondo a sua fraqueza, resultante da falta de víveres, as dificuldades com que luctava, emfim tudo quanto se devia occultar cuidadosamente e de que o Bonga tinha conhecimento por intervenção de sua irmã!...(FERREIRA, 1870, p. 90).

A partir da análise do conjunto documental selecionado para tratar sobre a guerra de Massangano, averiguamos quais eram as fontes que emitiam discursos desqualificadores sobre Dona Luísa, e então constatamos que esses discursos foram sendo emitidos de maneiras distintas desde a primeira guerra entre a sua família e os portugueses. Se num primeiro momento, na década de 1860, militares e viajantes retratavam esta senhora Dona de prazo como amigável e acolhedora. Duas décadas depois, suas ações e imagens foram sendo associadas ao despotismo e crueldade, daí as contradições das narrativas se tornaram evidenciadas por José Capela.

Diante das fontes que dispomos conseguimos perceber que a semente desta narrativa desqualificadora foi plantada por Castilho com a primeira prisão de Luísa, feita em 1874. Abrimos parênteses para destacar que em janeiro deste, o militar da marinha estando em Moçambique, havia passado a comandar o vapor Tete, mas, por motivo de doença entregou este comando do navio no mês de maio, do mesmo ano e, regressou a Lisboa. Em setembro, voltou para o vale do Zambeze e foi nomeado governador do Distrito de Inhambane.

Entrementes, em decorrência da mobilização desses diferentes discursos representativos proferidos por Castilho, configuraram-se mitos sobre Luísa. Dentre eles destacamos os dois principais: Luísa era espiã, agindo ora em favor dos portugueses (a fim de adquirir informações, suprimentos ou qualquer outro material), ora em favor do Bonga. O contexto que configurou esse mito estava ligado às suspeitas de fornecimento de armas e munições e víveres ao Bonga, quando o Prazo do Goengue estava sediando a base de operações lusitanas contra o Massangano, em 1869 e, Luísa já sabia das informações sobre os recursos materiais e no outro episódio de guerra em 1887-1888, quando o próprio Castilho comandava as operações e no Goengue se obteve testemunhas sobre as ações em favor dos irmãos Chiuta e Fikusa, assim agindo contra o governo. Portanto, conseguiria auxiliar ao irmão e, isto justificaria a derrota dos portugueses frente ao Bonga e seus achicunda (guerreiros). O outro mito que pesaria sobre ela sendo representativo de sua crueldade foi o suposto assassinato de seus maridos, todos eles portugueses. Neste sentido, os emissores desses feitos, transformaram as atitudes dela em algo épico e lendário.

Quanto à questão relacionada aos maridos, de fato ela teve quatro maridos, mas somente um faleceu com evidências de morte por envenenamento, como vimos com Machado. Acreditamos que evidenciar os muitos relacionamentos dela, assim como descrever que eles morreram por causa da crueldade de Luísa tenha sido uma estratégia difamatória proporcionada por Castilho, cujo intuito remetia a combater as notícias e acusações veiculadas no jornal semanal *Gazeta do Sul* de Quelimane. Este jornal dedicou-se a escrever várias edições denunciando e acusando o então governador-geral Augusto de Castilho. No ano de 1889, com duras críticas feitas à Castilho o redator dos textos expunha o quanto acreditava que ele estava sendo desonesto ao lançar Luísa na cadeia, sem julgamento adequado, não podendo ela sequer procurar a justiça para se defender.

Castilho, Governador Geral da região dos prazos a época, permaneceu no cargo de 1885 até 1889, período no qual também reforçou a imagem dela como alguém exclusivamente capaz de atrocidades, como ser não dotado de sentimentos humanos, uma fera que atacava e matava sem o menor constrangimento, uma verdadeira traidora. Neste sentido, escreveu em seu *Relatório da Guerra da Zambézia em 1888*:

Dando de barato que D. Luiza professasse antipathia por seu irmão Bonga, é certo que mantinha a mais íntima intelligencia com o Chiuta, talvez por serem filhos da mesma mãe, e como este tinha relações secretas com o Motontora, serviu ella muito conscientemente a causa dos rebeldes, abastecendo-os, por intermédio do Chiuta no prazo Mahembe, de pólvora, churnbo, armas e mesmo mantimentos, como tudo veio a ser evidenciado no decurso das operações, e como se verá n'outra parte d'este relatório e em alguns dos seus documentos annexos.

Por todos estes motivos, mandei também, pela segunda vez, prender esta celebre D. Luiza Michaela da Cruz, que ha mais de dois annos residia permanentemente em Quelimane, e que hoje deve estar já em Moçambique com sua irmã D. Maria, com seus irmãos Fukiza e Chiuta e com cinco- sobrinhos, todos encarcerados na fortaleza de S. Sebastião á espera de ordens do governo (CASTILHO, 1891, p.40).

Ao longo da guerra de 1888, Dona Luísa foi presa pela segunda vez sob as ordens de Castilho, acusada de envolvimento com as “rebeldias” dos irmãos Chiuta e Fikuza sucessores do Bonga, cuja morte se deu em 1877.

Por meio de um relatório disposto no livro de Castilho em forma de anexo, o governador geral de Moçambique, nos revela as evidências usadas para realizar a prisão de Luísa. A partir do relato do negociante Francisco Antonio Dulio Ribeiro, o qual exercia o comando da expedição para o ataque ao Sungo, foi possível obter as evidências de que a Luísa realizava orientações aos seus grandes, seus chefes locais, os manamambos Cangarra, Thomás e Vozantina. Nessas orientações ela os conduzia a causar morosidade no deslocamento das tropas promovendo fugas aleatórias dos cipaio e dificultar o andamento do ataque.

No cenário dos acontecimentos, o negociante Ribeiro encontrou uma das senhoras presas nas “caçadas” feitas pelos seus achicunda. Interpelada, a mulher revelou os supostos planos e ações feitas pelas gentes de Luísa e todos que estavam sob seu comando na guerra.

O negociante afirmou que dependia dos achicunda para organizar a expedição, assim, disse que se fiou nas tropas auxiliares disponibilizadas pelos grandes de Dona Luísa, o Cangarra, Thomas e Vozantina, que juntos aglomeraram 408 homens, fora os demais grandes e cipaio enviados de Tete. No entanto, quando precisava efetivamente agrupar as tropas, já municiados e com os alimentos disponíveis, Ribeiro conseguiu reunir apenas 241 homens daqueles mencionados anteriormente. O negociante disse: “a causa do Sungo mais uma vez perdida ante a infâmia da gente de D. Luiza do Goengue” (RIBEIRO, 1891, p. 167).

Remeteu à Luísa as ações de desviar mantimentos da aringa de Milanja, nas proximidades da serra da Lupata para Massangano e o prazo do Sungo, onde estavam aquartelados os irmãos dela. Neste episódio, Ribeiro indicou que tendo recebido uma prisioneira de nome Mariana, esposa de um grande chamado Gande, extraiu a informação de que tanto em Massangano quanto no Sungo havia escassez de comida e, toda a alimentação que ali chegava provinha das gentes de Milanja e outras terras de Luísa. Assim como mantinham os suprimentos de pólvora. Desta forma, estavam postos os elementos que comprometiam a confiança em Luísa e em seus manamambos.

No dia 21 pelas sete horas p. m. trouxeram-me uma mulher e uma criança. Perguntada aquella pela posição e numero das forças do inimigo que defendia as serras, declarou-me em presença dos grandes, que este tinha dividido a sua gente em duas columnas. A primeira occupava as vertentes que dominam o Mocomazi, e a segunda se achava na serra que domina a margem septentrional do Doaty, e vinha expressamente com quiçapos vazios para levar mantimentos de Milanja; disse mais que nem no Sungo nem em Massangano havia mantimento, e que o único que se recebia ha tempo, era da gente de Milanja e outras terras de D. Luiza (RIBEIRO, 1888).

E por fim, o negociante disse que ela deu ordens para que não vendessem nenhum alimento ao governo ou a ele. A proibição de vender panjas (unidade de medidas usada para medir alimentos, cada panja regula em média 26 litros) ou qualquer outro mantimento, segundo Ribeiro, foi feita formalmente ao Cangarra, pois os alimentos do carregamento seguiriam para Sena e dali para Quelimane. Além disto, Ribeiro apontou outro ângulo, alegou que apesar de dizer que os mantimentos seriam vendidos em outra cidade, na prática Cangarra vendeu-os tão logo percebeu que o negociante não estava mais nas redondezas. E isso reforçou a opinião de Ribeiro sobre a participação de Luísa.

Porém no dia 10 o Cangarra, que vinha em uma lancha minha, como soubesse que s. ex.^a o conselheiro tinha descido rio abaixo e eu subido sem o encontrar, desembarcou ao pé do commando, e um dos primeiros actos seus, foi de contratar com o tenente Cordon, chefe da expedição aos sertões de Africa a venda de cem panjas de mantimento a 1\$000 réis, como me affirmou próprio Cordon n'outro dia na aringa Castilho. O que se prova com isso ? É que as ordens de D. Luiza limitavam-se a prohibir a venda ao governo, ou a mim, que fazia aquisição para as nossas forças em operações, e não a Cordon ou a qualquer outra pessoa que não se destinasse para esse fim (RIBEIRO, 1888).

Até aqui podemos dividir em dois momentos os relatos de acusações feitas. No primeiro, temos Ferreira resgatando o contexto da guerra de 1869, no segundo temos Castilho narrando os processos da guerra contra Massangano em 1888, utilizando o relatório de um negociante para certificar suas certezas.

Podemos observar que as evidências apontadas por Ferreira para atribuir a Luísa as interferências no processo da guerra de 1869, mostram-se frágeis. Em primeiro lugar, porque não podemos desprezar o fato de que o Bonga havia matado seu único filho, e ainda que, para realizar esse tipo de atuação deveria haver um ou mais motivos importantes para que ela viesse a arriscar sua posição social. Mas ainda assim, não descartamos completamente essa ação. O que para os portugueses significava traição poderia ser exercício de influência e poder para ela.

Ainda que os laços de parentesco sejam elementos essenciais nas relações africanas, Luísa não era irmã de mesmo pai do Bonga, além disso, a partir das fontes disponíveis não podemos inferir com propriedade se houve ou não a “traição” dela a coroa nesta época.

Por outro lado, ressaltamos o julgamento da parte de Ferreira sobre a conduta de Luísa a partir dos indicativos de Castilho feitos 20 anos depois. Ferreira projetou no passado uma perspectiva sobre a pretensa “traição” dessa Dona pautada nas informações contidas no livro Relatório da guerra da Zambézia em 1888 escrito pelo então governador geral Augusto de Castilho.

Observamos a presença de vestígios mais plausíveis vindas das informações apresentadas pela testemunha de Castilho, o negociante Francisco Ribeiro, principalmente, no que diz respeito à possibilidade dela ter influenciado, orientado ou conduzido os processos da guerra em favor dos irmãos, que assumiram o poder depois do Bonga ter morrido.

Como fatores potenciais da ação de “traição” de Dona Luísa para com os lusitanos, apontamos que não só figuravam em cena os interesses referentes à sua família, por causa das ligações de parentesco, mas também como fator imperativo para esta atitude, o risco de perder a posição social e os negócios estruturados no interior do Zambeze.

Em nosso entender, a questão política e econômica também encorporaram os argumentos que convencem da participação de Luísa na guerra de Massangano no ano de 1888. Pois, garantir a força do novo líder de Massangano e de seus aliados como sujeitos independentes de Portugal seria um caminho viável para a manutenção das estruturas sociais, políticas e econômicas de sua família na região, já em franca desestruturação.

Destaca-se ainda, que os irmãos Chiuta, Montontora e os demais que os sucederam na butaca (sucessão ao trono), não haviam dificultado a vida de Luísa no que tange às questões pessoais, nem mesmo comerciais. Nunca atacaram os territórios sob a jurisdição ou influência de Luísa, ainda que pilhassem, roubassem os bens, as mulheres e queimassem as povoações de todos os prazos submetidos ao governo, localizados nas regiões próximas a Massangano e os que não se submetiam a eles.

Como nos mostra o negociante Ribeiro, alertando ao governador geral Castilho sobre as ligações vistas como clandestina entre os membros da família Cruz, desde a era do Bonga e depois com os sucessores dele na butaca Massangano alargou seus domínios, ocupando os limites na margem direita do Zambeze situados ao sul da Chiramba, e ao norte por Chigundire; localizados à margem esquerda do Zambeze ocuparam o Mahembe, Chingoza e Capanga. Contudo, os prazos do Goengue mantinham-se intocados. De fato, não é mencionado nenhum contexto em que Dona Luísa precisasse recorrer à ajuda do governo ou de outros prazeiros da região para combater os achicunda da família Cruz.

Além disto, não desprezemos o importante contexto de alteração do projeto colonial levado à cabo a partir da década de 1880. Com isto, cabe lembrar as reiteradas visitas de estrangeiros interessados em novos negócios com a coroa, os quais não passariam pelas mãos dos senhores e Donas de terras locais, ou arrendatários. Esse novo modo de fazer política econômica no interior do vale do Zambeze certamente era uma novidade daquele contexto. Assim, ameaçava-se substancialmente a estruturação dos prazos e o poder dos prazeiros no comércio local, uma vez que pressupunha a não existência de intermediários locais, pois a coroa portuguesa visava agora estabelecer parcerias de portugueses entre si e junto a outros europeus com seus empreendimentos financeiros.

Nesta direção, recordamos que Paiva de Andrada estruturava desde os fins da década de 1870 tentativas reiteradas de fundar companhias de exploração. Por meio das viagens de exploração e prospecção do solo vislumbrou organizar sua companhia nos territórios concedidos pelo governo luso. Entretanto, somente após muitos malogros foi fundada, no ano de 1888, a Companhia Nacional de Moçambique, isto com o auxílio do prazeiro e capitão-mor Manuel António de Sousa, cujas posses situavam-se na Gorongosa. Inclusive, Paiva de Andrada comandou a guerra feita em 1887 contra Massangano tendo na época Nhamessinga como sucessor de Muchenga no posto de chefe.

Igualmente, diz respeito à postura do próprio governador geral Augusto de Castilho, cujas atitudes e declarações correspondiam à mudança de pensamento da coroa sobre a rentabilidade e desimportância dos prazos. Desde 1885 o então governador geral Augusto de Castilho havia aceitado o plano do capitão-mor Manuel António de Sousa para varrer os prazeiros resistentes do mapa da Zambézia. Esse plano previa o alinhamento de 5.000 homens, munidos com espingardas, mais de 2.000 guerreiros para construir fortificações. A metrópole a par dessa proposta firmou acordo e assim fizeram.

Os lusitanos haviam forçosamente percebido a necessidade de demonstrar a ocupação efetiva dos territórios zambezianos com presença de portugueses, e a guerra se tornou o caminho mais curto para desestruturar e eliminar a elite local dos prazeiros não adeptas às mudanças encaminhadas pela coroa portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise de alguns dos principais estudos realizados sobre os prazos, quais foram se configurando no vale do Zambeze ao longo de quase trezentos anos, percebemos que essa instituição pode ser mais bem entendida se observada, no século XIX, como produto das relações estabelecidas entre africanos e portugueses, construídas a partir de entrelaçamentos culturais e políticos, cujas dinâmicas aconteceram pautadas na reciprocidade de interesses e dependências entre estes povos. Enquanto instituição, o prazo consolidou-se por meio da fusão de mecanismos socioculturais, administrativos e políticos tradicionais africanos e dos portugueses. Mas, com o passar do tempo foram se formando bolsões de poder em que a predominância da influência portuguesa era maior, como foi o caso de alguns prazos no litoral e no interior, especialmente os prazos de Tete e Sena e, nas demais regiões houve predomínio das famílias afroportuguesas e inclusive africanas. Em essência, as práticas políticas e socioculturais adotadas na maioria dos prazos estavam pautadas nas culturas locais africanas, inclusive o próprio sistema de comércio e como era conduzido nos processos de trocas comerciais, assim como os sistemas de medidas estabelecidos para a troca dos produtos por tecidos, entre outros elementos. Todos são mostras da existência, até meados das duas últimas décadas século XIX, de uma hegemonia africana nas relações com os portugueses.

Neste sentido, a observação das narrativas sobre a história dos prazos possibilitou perceber também a permanência de resquícios de discursos colonialistas, que num passado recente, insistiam em propagar uma ideia de “natural propensão africana” para a submissão, bastando o emprego enérgico da força para que se prostrassem ante o “dominador português”. Esta ideia ainda reverbera em algumas narrativas sobre estes territórios de contato, por isto são entendidos como “prazos da coroa”; cuja explicação para sua existência deriva, no entender de alguns historiadores coloniais e colonizados, da aplicação de normas jurídicas e regulamentações portuguesas as populações do território africano. O mais interessante é que aplicaram essa ideia mesmo onde os portugueses sequer tinham controle efetivo, cultural ou político como foi o caso da Zambézia. Assim, a dominação portuguesa foi fixada na historiografia colonial como algo de aplicação naturalmente plausível para pensar a dinâmica com as populações africanas, invisibilizando quaisquer outras formas de relações sociais, políticas e culturais.

Por outro lado, contrapondo-se a esta perspectiva houve a emergência de estudos voltados para entender estes territórios de contato, observando os diversos atores sociais africanos, inclusive portugueses, de forma matizada, configurando um grave esboroamento

destas narrativas coloniais e colonialistas, e mesmo de escritos posteriores ao período colonial com suas escritas ainda colonizadas. Contudo, percebemos que a discussão sobre esses territórios e populações, especialmente, em suas dimensões políticas, sociais e culturais ainda necessitam de releituras, pois continuam permeadas de perspectivas eurocêntricas e colonialistas; não queremos dizer com isto que basta a virada afrocêntrica para responder à complexidade que significa historicizar as dinâmicas internas e externas que fizeram a existência das instituições dos prazos. Mas, temos um longo caminho de estudos que precisam matizar as análises colonizadas e valorizem os conhecimentos endógenos africanos e suas relações para com outros povos e não apenas ao contrário. Desta forma, ponderando em que contextos de fato se sobrepunham ou se entrelaçam, socialmente falando, as relações dos africanos com europeus.

Com isso, percebemos que somente em escala reduzida poderíamos atingir nosso objetivo central de problematizar a participação de Luísa na guerra de Massangano. Nesta direção, estudar a guerra de Massangano, focando na análise deste processo e no envolvimento de diferentes atores sociais foi muito importante, pois centramos nossos olhares para os mais atuantes membros da família Cruz; desta maneira, conseguimos ver mais de perto as dinâmicas de transformação da Zambézia em *zonas de contato*, seus ritmos, tempos e especificidades. Conforme buscamos demonstrar, os membros da família Cruz, manifestaram entendimentos e posturas diferentes nas relações que mantiveram com a coroa lusitana. Nas entrelinhas das fontes consultadas apreendemos algumas percepções de membros das famílias sobre as relações com os portugueses: por exemplo, Nicolau e Bereco, os primeiros membros chefes do prazo de Massangano manifestavam relações mais próximas da lealdade desejada pelos portugueses, no entanto, à medida que esta família se consolidava em território africano, ela sofreu mutações em suas práticas e discursos: Nhaúde e Bonga reivindicavam-se parceiros da coroa portuguesa e queriam manter a soberania em todas as dimensões no território; Muchenga, Nhamizinga, não governaram intensamente e não tiveram tantos registros em fontes escritas como os dois últimos, mas mantiveram a mesma relação que os anteriores; Chatara e Motontora foram membros que ativamente se declararam antiportugueses, além de reivindicarem a continuidade da soberania de sua família no território de Massangano. Além disto, considerando também que no referido contexto, eram as populações africanas que garantiam a existência dos prazos e davam legitimidade para a permanência ou não dos chefes, podemos dizer que a família Cruz esteve subscrita no quadro dos grupos que apesar da descendência metade portuguesa, viam-se e eram vistos legitimamente como africanos e por isto, a soberania, e a

independência em relação à coroa não era uma questão de crueldade intrínseca ou deslealdade, mas de troca justa, pontual e segura.

Assim, a análise das transformações na estrutura da sociedade zambeziana não deve estar assente no pressuposto da soberania portuguesa ou sua hegemonia. Houve relações de poder sobrepostas, intercambiáveis e interdependentes, que dependiam da capacidade pessoal de influência política e da reciprocidade de forças militares disponíveis para serem mobilizadas pelos chefes. Também não podemos deixar de dar relevância ao fato de que neste processo de transformação os portugueses e os demais estrangeiros buscaram se adequar em certa medida aos costumes locais para garantir sua permanência, principalmente quando se tratava de manter o acesso à terra e ao comércio de longa distância. E que a alteração desta conjuntura, da parte de Portugal, esteve associada à mudança do projeto colonial que passaram estruturar nos anos finais da década de 1880, neste período, os administradores portugueses iniciaram a chamada “guerra de pacificação”, a qual visava eliminar os prazeiros que manifestassem insatisfações com o novo formato de administração direta que estavam implantando no vale do Zambeze. Esta nova era colonial deveria abrir espaço para a instalação do “progresso” trazido com a presença das companhias concessionárias, que investiram no desenvolvimento econômico mais rendoso ao governo português, ao mesmo tempo garantiriam a “civildade” por meio do trabalho aos africanos. Sem perder de vista estas ideias eurocêntricas também legitimaram as ações que puseram fim a instituição dos prazos e atuação política e das Donas nos territórios dos prazos final do século XIX.

Outro foco importante discutido neste trabalho foi possível a partir da contribuição dos debates das mulheres acadêmicas feministas negras e africanas. Neste sentido, dialogamos com diferentes autoras feministas no sentido de viabilizar uma proposta de reconstituição de narrativas dentro da historiografia e problematizamos as lacunas existentes sobre a história das mulheres no vale do Zambeze no XIX, com isso, não nos furtamos em ultrapassar nosso recorte inicial que buscava o entendimento sobre a participação de Luísa na guerra. Assim, para além de discutir e redimensionar a participação de Luísa; propusemo-nos a questionar, bem como desmistificar os rótulos e estereótipos a ela atribuídos; enveredamos por tentar reconstituir alguns aspectos dos papéis sociais por ela exercidos e, com isso evidenciando sua trajetória de vida.

Estes estudos feministas e de gênero sobre a história das mulheres impactou a maneira como enxergamos as relações de Luísa na história da guerra de Massangano e, por conseguinte na história da Zambézia. Ao invés de percebê-la como a esposa do capitão

Belchior, Machado ou Lopes, redimensionamos os seus espaços de atuação para além do papel de esposa. Vimos que Luísa atuava como comerciante, uma política aguerrida e manteve sua legitimidade incontestável diante de seus subordinados. Ela praticou toda sorte de violências, no entanto, isso não destoava do que fazia a maioria dos senhores de prazos e administradores e oficiais portugueses que ali viviam.

Quanto ao estudo sobre a participação de Dona Luísa na guerra, concluímos que ela contribuiu de maneira expressiva nas diversas batalhas nos anos finais da década de 1860, contra o irmão Bonga, por causa do permanente incômodo de saber que ele mandou matar seu único filho. Ela atuou cedendo seus territórios para servir como base de operações dos oficiais lusos e disponibilizando seus achicunda para eles. Mas, ressalta-se que ela interveio junto ao irmão, a pedido da coroa lusitana, buscando apaziguar os ânimos dele quando já prejudicava o comércio local. No final da década de 1880, quando as relações comerciais com os portugueses e europeus, já davam claros sinais de mudanças, desfavoráveis ao sistema comercial e político ao qual Luísa estava acostumada, bem como frente aos ataques contra seus irmãos Chatara, Motontora, e Chiuta, cujas relações eram boas, ela acabou mudando de lado. Saindo em defesa de sua família, os Cruz de Massangano e atuou de forma a garantir sua soberania nos territórios que estavam sob sua jurisdição. Desta forma acabou recebendo a pecha de traidora quando atuou nas décadas finais do século XIX agindo em favor do irmão, provocando morosidade aos ataques no Sungo, no momento em que se encontrava nela seu irmão Motontora.

Nesta perspectiva, entendemos que havia consciência por parte destes atores sociais nos prazos do Zambeze sobre a implantação dos projetos coloniais e que no fundo era contra isto que lutaram e essa nova proposta mudaria completamente o mundo segundo o qual conheceram e viveram aqueles chefes e populações. Esses senhores e Donas sabiam quais eram as regras do jogo político, tinham clareza dos postos que ocupavam e da legitimidade que detinham a partir destes lugares ocupados.

Por fim, entendemos que a pesquisa histórica com base em diferentes tipos de documentos tornou-se indispensável, pois parte de nosso objeto de estudo, tratado ainda como uma categoria genérica “Dona”, ainda se encontra relegado ao segundo plano na historiografia sobre as mulheres zambebianas no século XIX. Mesmo com a ampliação dos estudos sobre as Donas nos prazos de Moçambique, estas análises ainda compõem esparsos retratos da realidade do cotidiano e da presença dessas mulheres. Se tentarmos projetar o olhar para o registro das individualidades femininas, da maioria dos estudos atuais sobre Moçambique do século XIX, perceberemos sua produção ainda muito diminuta. Com isso,

as biografias ou trajetórias de vida como método de abordagem para o estudos dessas mulheres emergem com um campo fértil para a produção de conhecimento e para dar a devida visibilidade as suas histórias de vida. Assim podemos abrir novas janelas voltadas à paisagem social e política do Zambeze. Como caminho fértil para a realização deste trabalho empreendemos um tratamento das fontes por meio do uso das metodologias empregadas no estudo dos relatos produzidos por viajantes direcionando-as para a observação de seus contextos de produção, aqui nos referimos às expedições científicas europeias e as informações que registraram das sociedades africanas; esses recursos foram essenciais para compreender vários aspectos das populações africanas nas regiões dos prazos, assim como trouxe perspectivas interessantes para o debate sobre a trajetória de Luísa do Goengue. Ainda sobre o tratamento dados às fontes, com relação à produção dos relatos de guerra, averiguamos de que maneira elas poderiam fornecer informações para contextualizar a produção dos relatos de guerras e ofícios produzidos por administradores e oficiais portugueses no contexto da guerra de Massangano de 1869 até 1888.

As expedições científicas europeias, no século XIX, cumpriam papel de difusora de conhecimentos sobre as populações africanas e ao mesmo tempo, estavam atreladas ao desenvolvimento de conhecimento ligado a questões de caráter econômico. A expedição realizada por Paiva de Andrada e a equipe de 12 especialistas franceses, todos associados franceses, estava especialmente interessada em buscar recursos minerais, jazidas de carvão, ouro, prata, etc., mas também focados em retratar as sociedades situadas nos territórios que seriam utilizados para a implantação desta companhia, produziram relatos, permeados de estereótipos e eurocentrismos. Neste caso, a ciência estava a serviço da necessidade de “conhecer para dominar”, e ilustrava como aconteciam as dinâmicas da corrida imperialista no território zambeziano, onde essa disputa pelos territórios levou ao fim da instituição dos prazos gerida por famílias afroportuguesas.

Por fim, neste trabalho, nos pautamos na análise de diferentes tipologias documentais e, com isto experimentamos a difícil tarefa olhar para o prazo de Massangano e do Goengue, em contextos de guerra e apresentar as reciprocidades, tensões e outras dinâmicas do cotidiano envolvendo a família Cruz e os portugueses no século XIX. Certamente, não encerramos nestas linhas os debates e possibilidades que essas fontes proporcionam, tampouco findamos a existência de inúmeras lacunas que se mantêm sobre o cotidiano dos prazos para além das dinâmicas da guerra, as quais poderiam estar direcionadas a revelar narrativas de experiências de vidas e subjetividades das sociedades africanas.

REFERÊNCIAS

Fontes

1. Fontes principais

ANDRADA, Joaquim Carlos Paiva de. **Relatório de uma viagem às terras dos landins**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885. Disponível em: <http://www.archive.org>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

_____. **Relatório de uma viagem às terras do Changamira**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885. Disponível em: <http://www.archive.org>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

CASTILHO, Augusto. **Relatório da guerra da Zambézia em 1888**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: <http://www.archive.org>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

COURRET, Charles. **A l'est et à l'ouest dans l'Océan Indien**: Sumatra, la côte du Poivre, massacre de la mission Wallon à Atjeh, Zanzibar, Nossi Bé, Mozambique. Paris: A. Knight-Marescq, 1884. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5475229m?rk=42918;4>. Acesso em 25 de julho de 2017.

FERREIRA, Jaime José. **Relatório do governador de Manica acerca da guerra de Massangano em 1888, no seu segundo período**. 1888, pp. 127 - 140. In: CASTILHO, Augusto. **Relatório da guerra da Zambézia em 1888**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: <http://www.archive.org>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

FERREIRA, José Joaquim. **Expedição da Zambézia**. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1870. Disponível em: <http://www.archive.org>. Acesso em 15 de maio de 2015.

_____. **Recordações da expedição da Zambézia em 1869**. Elvas: Typographia Progresso, 1891, 2ª Edição. Disponível em: <http://www.archive.org>. Acesso em 15 de outubro de 2015.

GAFFARD, Rodolphe. **Exploration au Zambèse**: situation géographique et aspect du pays, flore, faune, habitants. Paris: Vve Éthiou-Pérou, 1882. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k201051r>. Acesso em 25 de julho de 2017.

GAZETA DO SUL. **D. Luísa da Cruz**, Quelimane, ano 1, n.8, p. 2 , 13 de julho de 1889. Folha semanal. Disponível em Biblioteca Nacional Digital: http://purl.pt/26330/4/344347_PDF/344347_PDF_24-C-R0150/344347_0000_1-4_t24-C-R0150.pdf. Acessado em 05 de maio de 2016.

GUYOT, Paul. **Voyage au Zambèse**. Paris: Joseph André et Cie, 1895. Disponível em: <http://www.archive.org>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

_____. **Le Zambèze**, [précédé d'une notice par Charles Simond]. Paris: Plon, 1898. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr>. Acesso em 09 de julho de 2015.

HILLER, João. **Relatório do padre João Hiller, vigário de Tete, sobre os acontecimentos precursores da guerra de Massangano em 1888.** 1888. In: CASTILHO, Augusto. Relatório da guerra da Zambézia em 1888. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: <http://www.archive.org>. Acesso em 15 de janeiro de 2016, pp. 84-89.

RIBEIRO, Francisco Antonio Dulio. **Relatório do negociante Francisco Antonio Dulio Ribeiro, encarregado pelo governador geral de uma expedição armada ao Sungo.** 1888, pp. 165-170. In: CASTILHO, Augusto. Relatório da guerra da Zambézia em 1888. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: <http://www.archive.org>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

2. Fontes auxiliares

ATAIDE, Joze Sebastiam de. **Termos das audiências em que fora ouvidos os enviados do Monomotapa, e do arresto dos bens inculcados na traição.** A.H.U. - Moçambique, papéis avulsos, 1809. In: EÇA, Filipe Gastão de Almeida de. História das guerras no Zambeze, Chicó e Massangano, 1807-1888. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, Volume I, 1953, pp. 414 - 422.

CONCEIÇÃO, Mateus da. **Ofício nº 12, urgentíssimo, de 15 de setembro de 1879, dirigido ao secretário do governador-geral de Moçambique.** 1879a. In: EÇA, Filipe Gastão de Almeida de. História das guerras no Zambeze, Chicó e Massangano, 1807-1888. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, Volume I, 1953, pp. 645 - 649.

_____. **Série de 1879 - Governo do Distrito de Tete - Secção Militar - Número 13.** 1879b. In: EÇA, Filipe Gastão de Almeida de. História das guerras no Zambeze, Chicó e Massangano, 1807-1888. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, Volume I, 1953, pp. 647 - 647.

CORDEIRO, Luciano. **Expedição mineralógica Paiva D'Andrada.** In: MERCÊS, Mercês, Francisco António das, ed. com.; et al.. O ocidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro. 1881. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/Ocidente.htm>>. Acesso em 13 de março de 2018.p. 162

CRUZ, Nicolau Pascoal. **Carta de Nicolau Pascoal da Cruz fornecendo elementos biográficos, declarando os seus haveres e mencionando a sua descendência.** A.H.U. - Moçambique, papéis avulsos, 1809. In: EÇA, Filipe Gastão de Almeida de. História das guerras no Zambeze, Chicó e Massangano, 1807-1888. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, Volume I, 1953, pp. 400 - 401.

GOMES, Augusto César de Oliveira. **Relatório das operações contra os rebeldes de Massangano, — Segundo período.** 1888. In: CASTILHO, Augusto. Relatório da guerra da Zambézia em 1888. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: <http://www.archive.org>. Acesso em 15 de janeiro de 2016, pp.123-126.

MARTINS, J. P. Oliveira. **O Brasil e as colônias portuguesas 1845-1894.** Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1920. Disponível em: < www.archive.org>. Acesso em 02 de junho de 2017.

MENEZES, Joze Luis de; CRUZ, Nicolau Pascoal. **Ofício dos governadores interinos de Rios de Sena comunicando ao capitão-General e Governador de Moçambique o desastre de Chicôa e a morte do Dr. Truão**. A.H.U. - Moçambique, papéis avulsos, 1807. In: EÇA, Filipe Gastão de Almeida de. História das guerras no Zambeze, Chicôa e Massangano, 1807-1888. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, Volume I, 1953, pp. 408 - 410.

MIRANDA, Antônio Porfírio de. **Notícia acerca do Bonga da Zambézia**. Lisboa: Typographia Lisbonense, 1869. Disponível em: <<http://www.archive.org>>. Acesso em 11 de janeiro de 2014.

OLIVEIRA, Delfim José de. **A província de Moçambique e o Bonga**. Coimbra: Imprensa Académica, 1879. Disponível em: <http://www.archive.org>. Acesso em 12 de janeiro de 2014.

VALE, Domingos Fortunato. **Ofício do Governador Geral de Moçambique comunicando ter sido dada ordem para os prazos Massangano e Tipoê serem arrendados a Joaquim José de Cruz**. A.H.U. - Códices de Moçambique, nº 1477, fls.147-V e 148. In: EÇA, Filipe Gastão de Almeida de. História das guerras no Zambeze, Chicôa e Massangano, 1807-1888. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, Volume I, 1953, pp. 433 - 434.

VIEIRA, José Aires. **Condições de paz apresentada por Antonio Vicente da Cruz, mais conhecido por <<Bonga>>**. Boletim Oficial, nº 37, da Província de Moçambique, de 31-VII-1869, pp. 602 - 604. In: EÇA, Filipe Gastão de Almeida de. História das guerras no Zambeze, Chicôa e Massangano, 1807-1888. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, Volume I, 1953.

VILHENA, Ernesto Jardim de. **Companhia do Nyassa: relatórios e memórias sobre os territórios**. Lisboa: Typographia da "A Editora", 1905. Disponível em: <<http://www.archive.org>>. Acesso em 5 de julho de 2017.

Bibliografia

AFRICAN FEMINIST FORUM. **African Feminist Ancestors**, 2016. Disponível em: <http://www.africanfeministforum.com/african-feminists/african-feminist-ancestors/>. Acesso em 02 de junho de 2018.

AJAYI, J. F. A de. **África no início do século XIX: problemas e perspectivas**. In: AJAYI, J. F. A de. História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO, 2010.

ALEXANDRE, Valentim. **Questão nacional e questão colonial em Oliveira Martins**. In: Análise Social, vol. XXXI, 1996, pp. 183-201. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223390523Q2jYE4ag9Ta84QV4.pdf>. Acesso em 02 de junho de 2017.

_____. **O império português (1825-1890): ideologia e economia**. Análise Social, vol. XXXVIII (169), 2004, 959-979. Disponível em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218650604I3uCQ0xh3Fc45BI0.pdf>. Acesso em 10 de maio 2013.

ALMEIDA, Márcia Cristina Pacito Fonseca. **Comércio, bens de prestígio e insígnias de poder: as agências centro-ocidentais africanas nos relatos de viagem de Henrique de Carvalho em sua expedição à Lunda (1884-1888)**. 1. ed. São Paulo: Editora Intermeios, 2019.

AMARAL, Manuel.**Dom**. In: Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume III, pág. 82. Edição electrónica 2000-2012. Disponível em <http://www.arqnet.pt/dicionario/dom.html>. Acesso em 06 de junho de 2018.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAKARE-YUSUF, Bibi. **Beyond Determinism: The Phenomenology of African Female Existence**. Disponível em: http://agi.ac.za/sites/agi.ac.za/files/fa_2_feature_article_1.pdf. Acesso em 20 de junho de 2016.

BLOCH, M. **Réflexions d'un historien sur les fausses nouvelles de la guerre**. Paris: Allia, 1999.

BRUNSCHWIG, Henri. **A partilha da África negra**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABAÇO, José Luis. **Moçambique**: São Paulo: UNESP, 2009.

CANDIDO, Mariana Pinho.. **Aguida Gonçalves da Silva, une dona à Benguela à la fin du XVIII^e siècle**. Brésil(s), 2012. Disponível em: <http://bresils.revues.org/675>. Acesso em 28 de agosto de 2017.

CAPELA, José. **Donas, senhores e escravos**. Porto: edições afrontamentos, 1995.

_____. **Conflitos sociais na Zambézia, 1878-1892: a transição do senhorio para a plantação**. In: Africana Studia. Porto: Edição da Fundação Eng. António de Almeida, 1999. p. 143-173.

CONNELL, R. W. **“Políticas da Masculinidade”**. In: *Educação & Realidade*, 20 (2), 1995: 185–206.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças**. Estudos Feministas, ano 2, 1994, pp. 373-382.

_____. **O mito da dama ausente**. In: ----- Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2a. edição, 1995, p. 90-116.

DÖPCKE, Wolfgang. “**A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra.**” *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, vol.1, nº 42, 1999, pp. 77-109.

EÇA, Filipe Gastão de Almeida de. **História das guerras no Zambeze, Chicó e Massangano, 1807-1888**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, Volume I, 1953.

_____. **História das guerras no Zambeze, Chicó e Massangano, 1807-1888**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, Volume II, 1954.

ELLIS, S. **Rumour and Power in Togo**. *Africa*, v. 63, n. 4, p. 462-476, 1993.

ENGUÉLÉGUÉLÉ, M. **La rumeur de la “disparition des sexes” au Cameroun**. Contribution à l’étude des modes d’expression politique alternatifs dans les “conjonctures fluides”. In: DARRAS, E. (dir.). *La politique ailleurs*. Paris: PUF, 1998, p. 355-370.

ERNESTO, Luciene Marcelino. **Narrativas negras: lugar de poder, lugar de fala, lugar de encontro**. Disponível em <http://brasil2408.com.br/index.php/2018/02/22/narrativas-negras/>. Acesso em 22 de março de 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FRANCO, Stella Maris Scatena. **Gênero em debate: problemas metodológicos e perspectivas historiográficas** In: Villaça, Mariana; PRADO, Maria Lígia Coelho. [livro digital] *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015, p. 39.

GALANTE, Pereira. **Mártires de Massangano**. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1945.

GEBARA, Alexsander. **A África de Richard Francis Burton: antropologia, política e livre-comércio, 1861-1865**. São Paulo, Alameda, 2010.

GEISER, Susan. Tanganyikan Nationalism as 'Women's Work': Life Histories, Collective Biography and Changing Historiography. In: **The Journal of African History**, Vol. 37, No. 3, 1996, pp. 465–478. Disponível em: www.jstor.org/stable/182501. Acesso em: 06 de abril de 2018.

GUIMARÃES, Maria Ângela. **Uma Corrente do Colonialismo Português**. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

HAVIK, Philip. **Comerciantes e Concubinas: sócios estratégicos no comércio atlântico na costa da Guiné**. Dimensão Atlântica da África. Atas da Reunião Internacional de História da África, CEA/USP/CAPES, 1997, p.161-179.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios. 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

HOHLFELDT, Antonio; GRABAUSKA, Fernanda. Pioneiros da imprensa em Moçambique: João Albasini e seu irmão. **Brazilian Journalism Research**. Volume 6. Número 1, 2010, pp.195-214. Disponível em: < DOI: 10.25200/BJR.v6n1.2010.255. >, acesso em janeiro de 2016.

ISAACMAN, Allen F. **Mozambique: the africanization of a european institution: the Zambesi Prazos, 1750-1902**. Madison: University of Wisconsin Press, 1972.

_____; ISAACMAN, Bárbara. The Prazeros as Transfrontiersmen: A Study in Social and Cultural Change. In: **The International Journal of African Historical Studies**. Boston University African Studies Center, Vol. 8, No. 1 (1975), pp. 1-39. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/217484>. Acesso em: 06 de abril de 2011.

_____. **A tradição de resistência em Moçambique: o vale do Zambeze, 1850-1921**. Porto, Afrontamento, 1979.

MAGALHÃES, Juliana de Paiva. **Trajetórias e resistências de mulheres sob o colonialismo português (Sul de Moçambique, XX)**. 2016. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25102016-124247/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

MATORY, J. Lorand. **Jeje: repensando nações e transnacionalismo**. Mana, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 57-80, Apr. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131999000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em outubro de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-9313199900010Z0003>.

MATOS, M. I. S. DE. **Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea**. Cadernos Pagu, n. 11, p. 67-75, 1 jan. 2013.

JUNQUEIRA, Mary Anne. “Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador”. In: JUNQUEIRA, Mary Anne & FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa (vol.II)*. São Paulo: USP/FFLCH-Editora Humanitas, 2011, pp. 44-61.

LOBATO, Alexandre. **Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos**. Lisboa: Junta de Investigações de Ultramar, 1962.

MARGARIDO, Alfredo. **Algumas formas de hegemonia africana nas relações com europeus**. In: *Actas da 1ª Reunião Internacional de História da África*, IICT, 1998, pp. 383-406.

MARIZ, Vera Félix. **A “memória do império” ou o “império da memória”: a salvaguarda do património arquitectónico português ultramarino (1930-1974)**. Tese de doutorado: Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/24290>. Acesso em 09 de agosto de 2017.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra**. História e civilizações. Tomo II – Do século XIX aos nossos dias. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

MUSCALU, Ivana Pansera de Oliveira. **“Donde o ouro vem”**: uma história política do reino do Monomotapa a partir das fontes portuguesas (século XVI). São Paulo: Intermeios, 2015.

NEWITT, M.D.D; GARLAKE, P. S.. **The 'aranga' at Massangano**. In: The Journal of African History. V.8; March, 1967, pp.133 - 156. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/180055>. Acesso em 20 de março de 2016.

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Lisboa: Publicações Europa América, 1997.

_____. **Moçambique**. In: MARQUES, A. H. de Oliveira, ed. lit. [*et. al.*]. Nova história da expansão portuguesa. 1ª ed. Lisboa: Estampa, 1998. vol. X.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero**: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8. Tradução para uso didático por Juliana Araújo Lopes. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_conceitualizando_o_g%C3%AAnero.os_fundamentos_euroc%C3%AAntrico_dos_conceitos_feministas_e_o_desafio_das_epistemologias_africanas.pdf. Acesso em 20 de março de 2017.

PÉLISSIER, René. **História de Moçambique, formação e oposição (1854-1918)**. Lisboa: Estampa, 1994, v. I

PRATT, Mary L. **Os olhos do Império**. Relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.

RITA-FERREIRA, A.. **Fixação Portuguesa e História pré-colonial de Moçambique**. Est., Ens., Doc. 142. 1982. Disponível em: [macua.blogs.com/files/história-pre-colonial-de-moçambique.pdf](http://macua.blogs.com/files/hist%C3%B3ria-pre-colonial-de-mo%C3%A7ambique.pdf). Acesso em 07 de abril de 2011.

RODRIGUES, Eugénia. **Chiponda, a “senhora que tudo pisa com os pés”**. Estratégias de poder das *donas* dos Prazos do Zambeze no século XVIII. In: I Simpósio Internacional, UFBA, 2000. Disponível em: http://www.desafio.ufba.br/gt3_lista.html. Acesso em 15 de dezembro de 2016.

_____. **O quotidiano e a construção do imaginário colonial acerca das mulheres da Ilha de Moçambique** (meados de Setecentos a inícios de Oitocentos). In: HAVIK, Philip J. ; SARAIVA, Clara; TAVIM, José Alberto (org.). Caminhos cruzados em História e Antropologia: Ensaios em homenagem a Jill Dias. Lisboa: ICS, 2010. p. 51-71.

_____. **Portugueses e Africanos nos rios de Sena**: os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2013.

_____. Rainhas, princesas e donas: formas de poder político das mulheres na África Oriental nos séculos XVI a XVIII. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 49, e174902, 2017. Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000100202&lng=en&nrm=iso. Acesso em junho de 2018.

_____. Prazos da coroa. In: J. V. Serrão, M. Motta e S. M. Miranda (dir), **e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português**. Lisboa: CEHC-IUL. (ISSN: 2183-1408). Doi: 10.15847/cehc.edittip.2014v056.

RUIZ, BÍBIAN PÉREZ. **Outra maneira de sentir**: feminismos negros, género y estudios literarios em el África Subsahariana. [2010?] Disponível em: http://portal.uned.es/pls/portal/docs/PAGE/UNED_MAIN/SERVICIOSGENERALES/GABINETE/FOTOS/FOTOSNOTICIAS2009/FEMINISMOSNEGROS.PDF. Acesso em 10 de setembro de 2016.

SAID, Edward W. . **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SALAMI, Minna. **Uma breve história do feminismo africano**. Disponível em: www.ondjangofeminista.com/txt-con/2017/4/10/uma-breve-histriadofeminismoafricano. Acesso em junho de 2017.

SANTOS, Catarina Madeira. **Escrever o poder**: os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu. 2006. Disponível em:< www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19035>. Acesso em abril de 2012.

SANTOS, Gabriela Aparecida dos. **"Lança presa ao chão"**: guerreiros, redes de poder e a construção de Gaza (travessias entre a África do Sul, Moçambique, Suazilândia e Zimbábue, século XIX). 2017. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.8.2017.tde-05102017-183101.

SERRA, Carlos. **História de Moçambique**. Maputo: Livraria Universitária, 2000.1v.

SCOTT, Joan W. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, 1995, v. 20, n. 2, p. 71-99.

SILVA, Juliana Ribeiro da. **Homens de Ferro**. Os ferreiros na África Central no século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.

SOIHET, Rachel. **História das mulheres**. In: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. Domínios da História – ensaios de teoria e de metodologia. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997, 8ª edição, p. 399 – 429.

_____, SOARES, Rosana M. A. , COSTA, Suely Gomes. História das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. **Revista gênero**, Niterói, v.2, n.1, p. 17-30, 2º sem. de 2001. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/282/198>>. Acesso em 30 de maio de 2017.

_____. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 11, p. 77-87, jan. 2013. ISSN 1809-4449. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634464/2388>>. Acesso em: 31 ago. de 2016.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STEADY, Filomina Chioma. **An Investigative Framework for Gender Research in Africa in the New Millennium Steady**. In: Oyěwùmí O. (eds) Estudos Africanos sobre Gênero Um Leitor. Palgrave Macmillan, Nova Iorque, 2005.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400-1800**. Tradução de Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

UZOIGWE, Godfrey N. **Partilha europeia e conquista da África**: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (org.). História Geral da África (vol.VII). África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 21-50.

ZONTA, Diego. **“Moçambique” no Século XIX**: do Comércio de Escravo ao Comércio Legítimo/ Diego Zonta. Lisboa: Universidade de Lisboa, (Tese de pós graduação), 2012. Disponível em: <[http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/4320/3380\[01\]](http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/4320/3380[01])>. Acessado em 13 de junho 2017.

WISSENBACH, Maria Cristina. **“As feitorias de urzela e o tráfico de escravos: Georg Tams, José Ribeiro dos Santos e os negócios da África Centro-Occidental na década de 1840”**. Afro-Ásia, nº 43, 2011, pp. 43-90.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Teodora Dias da Cunha: construindo um lugar para si no mundo da escrita e da escravidão**. In: Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação[S.l.: s.n.], 2012.

YOUNG, Robert. **Colonial Desire: hybridity in theory, culture and race**. London, New York: Routledge, 1995.

Sites

Banco de Teses da Universidade de São Paulo
<http://www.teses.usp.br/>

Biblioteca Nacional de Portugal
<http://www.bnportugal.pt/>

Biblioteca Nacional da França
<http://gallica.bnf.fr>

Debates parlamentares – Assembleia da República Portuguesa
<http://debates.parlamento.pt/>

Hemeroteca digital de Lisboa
<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/Ocidente.htm>

Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo
www.ieb.usp.br

Instituto de Investigação Científica Tropical
<http://www2.iict.pt/>

Internet Archive
www.archive.org

Memórias da África e do Oriente
<http://memoria-africa.ua.pt/introduction/tabid/83/language/pt-PT/Default.aspx>

Sociedade de Geografia de Lisboa
<http://www.socgeografialisboa.pt/>

GLOSSÁRIO

Amambo – plural de mambo, várias figuras política que centralizavam os poderes estatais e sagrados, como reis.

Armendias ou almadias - eram barcos construídos a partir de troncos de árvores com quatro a cinco metros de comprimento.

Aringa - fortificações.

Achicunda, chikunda (grafia em português - achicunda ou chicunda) - escravizados guerreiros.

Azagaias - lanças curtas e delgadas usada por caçadores.

Bonguistas - a maneira como chamavam aos homens do Bonga.

Butaca - significa herança ou sucessão.

Chipata (no plural, bzipata) - um tributo parecido com a ideia de alfândega.

Chuangas - escravizados que tinham uma função próxima a de inspetores.

Choriros - a prática de chorar o morto.

Cipaios - soldados do Estado da Índia.

Ensacas - mineração era feita amplamente por mulheres cativas organizadas em trabalhos coletivos.

Fumos - figura política eram os chefes das províncias ou “chefes da terra” do mambo.

Infices - configuraram a guarda pessoal do rei.

Ku-longadzina - ato de indicar um nome significativo para cada fase da vida.

Luane - um tipo de residência onde moravam os senhores e Donas de prazo.

Machessa - um espaço de reuniões.

Machilleiros - pessoas que em equipe correm na planície parando de vez em quando para descanso, carregam outras pessoas por meio de bastões atravessados nas costas.

Magoneko - uma festividade que marcava o **Ku-longadzina** a que os povos da região de Sena.

Malemu - remove os obstáculos que vão surgindo à frente das embarcações

Mambo - singular de amambo, rei.

Manamambo - função administrativa interna.

Mansanzas - túmulos imperiais.

Masvikiro - espíritos médio tonga, os quais desempenhavam papel importante nas questões políticas deste estado.

Milando - um tipo de justiça.

Mozungos - senhores dos territórios de prazos.

Muáve – era um tipo de bebida, geralmente contendo veneno, comumente utilizado para julgar uma pessoa acusada por um delito.

Mucadamu - um timoneiro.

Mucazambos- função administrativa interna.

Munhais - era o correto chamar pelo plural uanhai, população dos udimas, eram homens armados a serviço mutapa.

Musitu - locais fortificados da selva, desenvolvidos pela primeira vez no século XVII.

Mussoco - imposto pago em gênero alimentício ou trabalho.

Mushas - as comunidades rurais que integravam uma ou mais famílias.

Mussambazes - comerciantes negros especializados.

Mutapa - título de soberano do reino do Monomotapa.

Mutumes - os mensageiros reais.

Muzimu - os espíritos dos antepassados.

Nhanhas – mulheres descritas pela historiografia como “amásias” dos mozungos.

Niacodas - mulheres escravizadas que chefiavam as mulheres mineradoras nas ensacas.

Panjas - unidade de medida, cada panja regula em média por 26 litros, geralmente usada para medir alimentos (CASTILHO, 1891, p. 53).

Palhota - casa.

Paliçadas – conjunto de cercas formadas a partir de troncos de árvores robustas, adensadas com grandes árvores vivas.

Pombe - um tipo de bebida fermentada.

Pondoro ou Mondoros (significando leões) - eram, na verdade, os swikiros - especialistas mediúnicos que se conectavam com os espíritos dos antepassados.

Prazos - territórios de contato constituídos a partir do entrelaçamento cultural entre africanos e portugueses.

Razias - invasões nos territórios inimigos.

Saguete - uma espécie de tributo em respeito à autoridade e pagamento de imposto pela passagem na região sob o comando de um chefe africano.

Sanzoro ou chitatas - abrigos compostos por chitatas eram fortificações ou aringas de troncos de construção rápida.

Sinhara - mulheres descritas na historiografia como mestiças, com “cruzamento de sangue”.

Swikiros - especialistas mediúnicos que conectavam com os Muzimu reais.